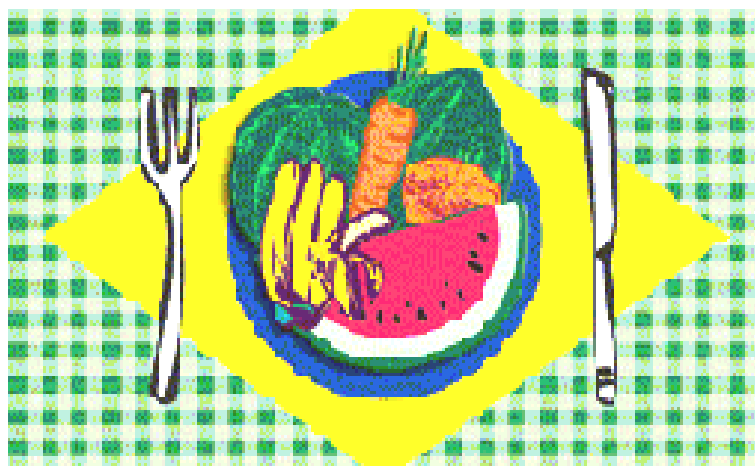




FABIANA CALDEIRA

**CONSUMO ALIMENTAR EM PRESIDENTE PRUDENTE-SP:
SUBSÍDIOS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS**

PRESIDENTE PRUDENTE

2008

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA**

FABIANA CALDEIRA

**CONSUMO ALIMENTAR EM PRESIDENTE PRUDENTE-SP:
SUBSÍDIOS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Dissertação de Mestrado submetida à banca
examinadora para obtenção do título de
Mestre em Geografia na Área de
Concentração: Produção do Espaço
Geográfico. Orientador: Prof. Dr. Raul
Borges Guimarães**

PRESIDENTE PRUDENTE

2008

*Toda honra e toda glória deste Trabalho são dedicadas a tí Senhor
meu Deus, por tudo que tens feito em minha vida e por tudo que
ainda vais fazer. Amém!*

*Dedico este Trabalho a meus amados pais, Rosario e Cida que são meu
alicerce, minha base, meu tudo, minha vida. Amo Vocês!*

*Dedico ainda este Trabalho a Sérgio Braz Magaldi, antes meu
orientador e professor, hoje grande amigo e companheiro na luta por
um Brasil melhor, livre da miséria e da fome. Se hoje este Trabalho
existe, agradeço a você!*

Agradecimentos

A realização de uma pesquisa científica atravessa inúmeras situações ao longo de seu desenvolvimento, pois envolve muito tempo e trabalho, onde sensações de frustrações e realização caminham juntas. Deste modo, muitos são os momentos e as pessoas que atravessam nossa trajetória, marcando com muita alegria e carinho as recordações do desenrolar de cada etapa da pesquisa. Neste momento gostaria de recordar cada etapa agradecendo a pessoas especiais que de certa forma auxiliaram para o bom andamento e realização de meu trabalho. Assim, agradeço...

Em primeiro lugar a Deus, por iluminar e conduzir meus passos sempre em busca do bem.

Oh! Que me abençoes e me alargues as fronteiras, que seja comigo a tua mão e me preserves do mal. 1 Crônicas 4:10

Agradeço aos meus pais, Rosario e Cida, que sempre com muito amor estiveram ao meu lado, torcendo por mim, se alegrando a cada vitória e enxugando minhas lágrimas em minhas derrotas e frustrações. Papai e Mamãe vocês são o maior tesouro que o Papai do Céu poderia ter me dado, vocês são minha vida. Amo vocês!!!

Ao meu querido amigo e companheiro Magaldi, que foi o responsável pelos meus primeiros passos nessa trajetória acadêmica, meu mentor intelectual, pois me apresentou o mundo da Segurança Alimentar e Nutricional, e sempre esteve ao meu lado, me conduzindo e incentivando, Magaldi, se não fosse você esse trabalho não existiria. Obrigada!!!

Ao meu orientador Raul Borges Guimarães, pela paciência, compreensão, confiança e contribuições que concretizaram este trabalho.

À minha irmã Suzana e meu cunhado César, que são meus segundos pais, pois apesar da pouca diferença de idade entre nós ainda me tratam como uma criança. Obrigada por estarem comigo nos momentos que mais precisei de apoio. Irmãzinha te amo!!!

À minha eterna cunhada Selma e meus 2 sobrinhos Aline e Alex, meus amores e hoje meus grandes amigos e muitas vezes conselheiros, sempre fizeram minha vida mais alegre.

Dizem que os amigos são irmãos na Terra escolhidos por nós. Assim, agradeço á você Gláucia, minha irmã por escolha, minha irmã de vida, minha irmã de fé. Presente em minha vida desde os 6 anos, nos momentos de tristeza e de alegria, ombro amigo em todas as situações. Agradeço ao Marcelo, seu esposo, que a partir da nossa convivência diária se tornou um grande irmão também e principalmente ao Marcelinho e a Isabelle, seus filhos, meus sobrinhos de coração, que fazem de mim a tia mais boba do mundo...

Agradeço aos meus queridos e eternos amigos de infância que estão em minha vida até hoje: Carlos, Greice, Sandra e Luciana, mesmo que nossas vidas e nossos caminhos tenham se tornado diferentes sempre estaremos unidos em nossos corações, pois a amizade que nos uniu não pode ser apagada.

Ao meu ex-namorado Alexandre, que fez parte da minha vida durante 7 anos, e de alguma forma ainda faz, pois lembranças não morrem jamais. Obrigada por ter “varado” muitas madrugadas digitando e imprimindo meus trabalhos e relatórios.

Agradeço aos meus amigos de fé, que acreditaram em mim e oraram pela minha vida nos momentos de extrema tristeza e depressão. Obrigada Marcela, Wilaney, Ângela, Cris, Ricardo, Neide, Amanda, minha querida amiga Lílían e em especial ao Handerson que tem deixado minha vida mais feliz.

Agradeço a todos meus amigos e companheiros da Graduação da turma de 2003, amigos para todas as horas. Galera foi bom estar com vocês, e fazer muitas “brincadeiras gostosas”. Um brinde a turma mais legal que já passou pela Geografia da FCT-UNESP. Agradeço em especial ao trio parada dura Regiane, amiga e grande companheira de baladas, Luzia, que sempre com seu bom humor e sua risada hilária nas matava de rir, e a

Érikita, minha melhor amiga durante todo esse período, amiga nos estudos, nas tristezas, nas alegrias, menina-mulher que nunca vê maldade nas coisas, minha Japa-Girl preferida!!!

Aos amigos e colegas da turma do mestrado, em especial à Érika, Regiane, Adilson, Valéria, Lucilene, Floripes, Eduardo (Tigrão), Marcelinho, Túlio, Rose, Luís Fernando, José Carlos (Pitt), Reginaldo, Eduardo (Palestina), Ângela, Franciane, Fabrício e etc, pelo convívio durante esta etapa e a amizade que se desenvolveu ao longo deste processo. Infelizmente não dá para mencionar todos os nomes, mas todos estão guardados em minhas lembranças.

Ao Grupo dos S.I.M (Sem Idade Mental), Érika, Adilson, Vitor, Roberval, Elías, Leandro, e especialmente à Mariza, minha super híper mega amiga.

Aos professores do Departamento de Geografia, em especial àqueles que ministraram aula na minha turma da Graduação: Magaldi, Raul, Cezar, Everaldo, Eliseu, Carminha, Eda, Rosângela, Godoy, Tadeu, Miguel, Chicão, Jairo, Tomás, Bernardo, Barone, Neide, Ruth, Gelson, Fátima, Tsutaka, Marília, Jairo, Claudemira, Tita e Leonildo.

Aos funcionários do Departamento de Geografia, Lucia e Nair (que apesar de não estar mais no Departamento me ajudou muito durante toda essa trajetória). Aos funcionários da Seção de Pós-Graduação, Márcia, Ivonete, Erynat e Washington.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação, principalmente à Carminha, Eliseu, Raul e Eda.

Às professoras Carminha e Sílvia Aparecida Guarnieri Ortigoza pelas ricas contribuições no nosso exame de qualificação.

Aos professores Julio Ramires e Everaldo Melazzo, integrantes da banca de defesa dessa dissertação, pelas contribuições finais.

Aos companheiros Agebeanos da temporada de 2005 a 2006: Érika (de novo), Vitor, Elías, Caio, Mãe, Adilson, Aline, Julio, Tiago, Newton, Ademilson (Roberval).

Aos companheiros da Revista Formação, Prof. Eda, Érika (mais uma vez), Carlos, Eraldo, Liz e Wilson.

Aos companheiros da CRSANS Presidente Prudente-Pontal, Magaldi, Renata e Valdirene.

Ao pessoal do Grupo de Pesquisa CEMESPP.

Ao Oséias e ao Saulo, meus fiéis “assessores” durante o Trabalho.

À Renata Del Trejo, sua ajuda foi de extrema importância para a aplicação dos questionários no Damha 1.

Ao CNPq, pelos recursos financeiros que viabilizaram esta dissertação.

O PÃO DE CADA DIA

*Que o pão encontre na boca
O abraço de uma canção
Inventada no trabalho.
Não a fome fatigada
De um suor que corre em vão*

*Que o pão do dia não chegue
Sabendo a resto de luta
E a troféu de humilhação.
Que o pão seja como flor
Festivamente colhida
Por quem deu ajuda ao chão.*

*Mais do que a flor, seja o fruto
Nascendo límpido e simples,
Sempre ao alcance da mão.
Da minha e da tua mão.*

Thiago de Mello

RESUMO

O objetivo desta Dissertação de Mestrado é o de identificar e detalhar os elementos que fundamentam e explicam a estrutura do perfil do consumo alimentar em grupos populacionais específicos, com diferentes estratos sociais e de renda em uma cidade de porte médio como Presidente Prudente, no intuito de diagnosticarmos situações de vulnerabilidade e insegurança alimentar. Para tanto, analisaremos a relação entre a renda per capita familiar e os tipos de alimentos consumidos, assim como os tipos de estabelecimentos mais utilizados para a aquisição de alimentos por parte das famílias, a sua localização, e o percentual da renda familiar comprometido com a aquisição de alimentos. Tais levantamentos permitirão traçar um perfil de alguns aspectos da estrutura de consumo alimentar de grupos populacionais diferenciados de Presidente Prudente. Desta maneira, no intuito de se conhecer mais detalhadamente o perfil do consumo alimentar da população do município de Presidente Prudente, este trabalho se propõe a refletir e propor um conjunto de indicadores relativos ao perfil do consumo alimentar sobre os seus mais diferentes aspectos, organizando-os num banco de dados, com as dimensões: quantidade, qualidade, preços, características dos consumidores (como sexo, idades, nível socioeconômico, etc), assim como diversas outras variáveis que, uma vez melhor conhecidas facilitarão sua utilização na pesquisa, na análise e na problematização de seus resultados, contribuindo ao mesmo tempo, como instrumento de diagnóstico e indicativo de ações e medidas em Políticas Públicas locais.

Palavras-chaves: consumo alimentar; segurança alimentar nutricional, indicadores de segurança alimentar nutricional; indicadores sociais; políticas públicas locais; Presidente Prudente.

ABSTRACT

*T*he objective of this work is to identify and to describe the elements that base and explain the structure of the profile of the alimentary consumption in specific population groups, with different social stratus and of income in a middle as Presidente Prudente, in intention to diagnosis situations of vulnerability and alimentary unreliability. For in such a way, we will analyze the relation between the familiar per capita income and the types of consumed foods, as well as the types of used establishments more for the acquisition of foods on the part of the families, its localization, and the percentage of the compromised familiar income with the acquisition of foods. Such surveys will allow to trace a profile of some aspects of the structure of alimentary consumption of differentiated population groups of Presidente Prudente. In this way, in the intention of if more at great length knowing the profile of the alimentary consumption of the population of the city of Presidente Prudente, this work reflects and considers a set of relative pointers to the profile of the alimentary consumption on its more different aspects, being organized them in a data base, where the dimensions will have to consist: quantitative, quality, prices, characteristics of the consumers (as sex, ages, economic social level, etc), as well as diverse other variable that, a time more good known will facilitate its use in the research, the analysis and the problem of its results, contributing at the same time, as instrument of diagnosis and indicative of action local Public Politics.

Word-keys: alimentary consumption; nutricional alimentary security, indicators of nutricional alimentary security; social indicators; local public policies; Presidente Prudente.

LISTA DE MAPAS

01	Localização do Município de Presidente Prudente na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente.....	34
02	Exclusão/Inclusão Social em Presidente Prudente	51
03	Setores de exclusão social selecionados	54
04	Setores de inclusão social selecionados	55
05	Localização dos trayllers de lanche na cidade de Presidente Prudente.....	82
06	Localização dos trayllers de lanche nos setores censitários selecionados.....	83
07	Setor 09	96
08	Setor 27	98
09	Setor 37.....	101
10	Setor 41.....	103
11	Setor 250.....	106
12	Setor 166.....	109
13	Setor 169.....	112
14	Setor 172.....	116
15	Setor 220.....	119
16	Setor 240.....	122

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Ano de implantação ou legalização dos Bairros analisados.....	53
Tabela 2	Setores censitários selecionados e número de questionários aplicados.....	60
Tabela 3	Lista de alimentos mais consumidos pelos brasileiros.....	92
Tabela 4	Média do consumo total e familiar mensal de acordo com os itens da cesta básica/setores de exclusão social.....	142
Tabela 5	Média da frequência do consumo alimentar familiar/setores de exclusão social.....	145
Tabela 6	Média do consumo total e familiar mensal de acordo com os itens da cesta básica/setores de inclusão social	147
Tabela 7	Média da frequência do consumo alimentar familiar/setores de inclusão social.....	150
Tabela 8	CRSANS no Estado de São Paulo	232
Tabela 9	Evolução dos investimentos do Fome Zero, de 2003 a 2005.....	237

LISTA DE GRÁFICOS

01	Local das refeições / Áreas de Exclusão Social.....	72
02	Local das refeições / Áreas de Inclusão Social.....	73
03	Local onde se realizam as refeições / Áreas de Exclusão Social.....	74
04	Local onde se realizam as refeições / Áreas de Inclusão Social.....	75
05	Frequência à Fast Foods / Áreas de Exclusão Social.....	79
06	Frequência à Fast Foods / Áreas de Inclusão Social.....	80
07	Distribuição Percentual por Faixa de Renda / Áreas de Exclusão Social.....	125
08	Distribuição Percentual por Faixa de Renda / Áreas de Inclusão Social.....	126

09	Ocupação do chefe de família / Áreas de Exclusão Social.....	128
10	Ocupação do chefe de família / Áreas de Inclusão Social.....	130
11	Média dos gastos globais efetuados pela família mensalmente / Áreas de exclusão social.....	131
12	Média dos gastos globais efetuados pela família mensalmente / Áreas de inclusão social.....	133
13	Proporção dos Gastos Totais em Relação à Renda / Áreas de Exclusão Social..	134
14	Proporção dos Gastos Totais em Relação à Renda / Áreas de Inclusão Social...	135
15	Percentual de Gastos com Alimentação / Áreas de Exclusão Social.....	136
16	Percentual de Gastos com Alimentação / Áreas de Inclusão Social.....	137
17	Gasto Alimentar de Acordo com o Local de Compra por Faixa de Renda / Áreas de Exclusão Social.....	138
18	Gasto Alimentar de Acordo com o Local de Compra por Faixa de Renda / Áreas de Inclusão Social.....	139
19	Número de Refeições por dia / Áreas de Exclusão Social.....	140
20	Número de Refeições por dia / Áreas de Inclusão Social.....	141

Lista de Siglas e Abreviaturas

ASA	Articulação no Semi-Árido
AGB	Associação de Geógrafos Brasileiros
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBMM	Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração
CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEMESPP	Centro de Estudos e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas
CEPAL	Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina
CFP	Comissão de Financiamento da Produção
CIBRAZEN	Companhia Brasileira de Armazenagem
CNA	Comissão Nacional de Alimentação
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
CODEAGRO	Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios

COEP	Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSAD	Conselho de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CRAS	Centros de Referência da Assistência Social
CRSANS	Conselho Regional de Segurança Alimentar
DHAA	Direito Humano à Alimentação
ENDEF	Estudo Nacional da Despesa Familiar
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FCT	Faculdade de Ciências e Tecnologia
FIBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FGV	Fundação Getulio Vargas
IBASE	Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MAPA	Ministério Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério
MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
MF	Ministério da Fazenda
MI	Ministério da Integração Nacional
MP	Ministério do Planejamento
MS	Ministério da Saúde
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
OPS	Organização Pan-Americana da Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PAIF	Programa de Atenção Integral à Família
PAT	Programa de Atendimento ao Trabalhador
PNAD	Programa Nacional por Amostra de domicílio
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição

PNIAM	Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno
PNLCC	Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes
PNSN	Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição
PSA	Programa de Suplementação Alimentar
POF	Pesquisa de Orçamento Familiar
PRODEA	Programa de Distribuição Emergência de Alimentos
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação
PT	Partido dos Trabalhadores
SANS	Segurança Alimentar Nutricional e Sustentável
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SAPS	Serviço de Alimentação e Previdência Social
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos
SESAN	Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional
SISGEO	Sistema de Indicadores Sociais Georeferenciados
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar Nutricional
SUNAB	Superintendência Nacional de Abastecimento
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade de Campinas
UNOESTE	Universidade do Oeste Paulista

SUMÁRIO

RESUMO

LISTA DE MAPAS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Introdução.....	16
Relevância do Tema para a Geografia.....	21
CAPÍTULO 1. Exclusão/Inclusão Social em uma Cidade de Porte Médio como Presidente Prudente.....	29
1.1. Presidente Prudente e o Ato de Comer.....	30
1.2. Exclusão Social: uma aventura teórica pela busca de um conceito	38
1.3. A Exclusão/Inclusão Social em Presidente Prudente.....	49
CAPÍTULO 2: Metodologia: o caminho trilhado para se diagnosticar o perfil do consumo alimentar da população prudentina.....	56
2.1. Metodologia.....	57
2.2. Métodos de Inquéritos Alimentares.....	62
CAPÍTULO 3: Perfil do Consumo Alimentar.....	69
3.1. Perfil do Consumo Alimentar Nutricional dos Brasileiros.....	70
3.2. Perfil do Consumo Alimentar em uma Cidade de Porte Médio como Presidente Prudente.....	95
3.3. Discutindo o Perfil do Consumo Alimentar em Presidente Prudente	153
CAPÍTULO 4: Segurança Alimentar Nutricional e Sustentável: a busca pela promoção de uma alimentação em quantidade e qualidade no Brasil.....	161
4.1. História da Alimentação e Cultura Alimentar.....	162
4.2. Segurança Alimentar Nutricional e Sustentável e o Direito Humano à Alimentação.....	169
4.3. Os diversos conteúdos da Segurança Alimentar.....	172
4.3.1 Segurança Alimentar e a garantia de oferta de alimentos.....	174
4.3.2. Segurança Alimentar e a garantia de acesso universal aos alimentos.....	176
4.3.3. Segurança Alimentar e qualidade nutricional e sanitária dos alimentos.....	179
4.3.4. Segurança Alimentar, conservação e controle da base genética.....	183

4.4. Segurança Alimentar e o Direito Humano à Alimentação.....	184
Capítulo 5: Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição No Brasil..	191
5.1. Política Alimentar na Década de 1980.....	197
5.2. Política Alimentar na Década de 1990.....	200
5.3. Programa Fome Zero: A Atual Política de Combate A Fome.....	208
5.4. Balanço Fome Zero.....	219
Considerações Finais.....	243
Referências Bibliográficas.....	254
Apêndice	262
Anexo.....	306

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado é fruto da trajetória acadêmica vivida no Curso de Graduação em Geografia e na Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, de Presidente Prudente. No segundo ano de faculdade, em 2001, tive a primeira oportunidade de realizar atividades de levantamento e organização de dados e informações, e também de familiarização com o programa Microsoft Excel® e o software Mapinfo®, junto ao Grupo CEMESPP, através de um Estágio Supervisionado não Obrigatório, sob a orientação do Prof. Ms. Sérgio Braz Magaldi, que me apresentou o “maravilhoso mundo” da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SANS). O tema “Segurança Alimentar”, além de fazer parte dos meus estudos, passou a fazer parte da minha vida e hoje posso afirmar com todas as letras que se tornou minha grande paixão!!!

No estágio supervisionado, já tive a oportunidade de começar a trabalhar com a temática proposta para este presente estudo, porém voltada para um outro grupo populacional específico (crianças de 0 a 6 anos). No ano seguinte, fui contemplada com uma bolsa do Projeto de Extensão Universitária, trabalhei com o tema: “Mapeamento da Estrutura Sócio-Demográfica e da Organização Familiar no Espaço Intra-Urbano de Presidente Prudente/SP”. Na verdade, meu maior objetivo era iniciar algum tipo de estudo na área de Geografia da Saúde, com enfoque na questão da Segurança Alimentar e Nutricional, o que posteriormente veio acontecer com uma Bolsa de iniciação científica PIBIC/CNPq no terceiro e quarto ano de faculdade.

No 1º ano de vigência da bolsa, que foi de agosto de 2002 a março de 2003, trabalhei como o tema: “Análise e Mapeamento de Variáveis e Processos SócioEspaciais: dados e indicadores do consumo e do perfil alimentar - nutricional em famílias de baixa renda de Presidente Prudente”. No 2º ano de vigência de bolsa, que teve seu projeto aprovado para o período de agosto de 2003 a julho de 2004, continuei trabalhando com a mesma temática.

Em função de minha conclusão no curso de Graduação em Geografia, pela FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente, em dezembro de

2003, tive minha bolsa automaticamente cancelada. Ressalta-se, porém, que tal episódio não findou a Pesquisa. Registra-se que a continuidade a bom termo de sua 2º fase realizou-se através da participação de outra aluna bolsista, Gislene Figueiredo Ortiz, já selecionada junto ao curso de Geografia pelo Professor Orientador da Pesquisa, de acordo com as normas de substituição de bolsa do Programa PIBIC/CNPq/UNESP, e com as devidas adequações do cronograma de trabalho do Projeto anteriormente aprovado. Torna-se ainda importante ressaltar, que mesmo não sendo mais a bolsista da Pesquisa, continuei trabalhando em parceria com a nova bolsista.

Além do Projeto de Iniciação Científica, tive também a oportunidade de trabalhar em prol do coletivo e colaborar com a meta proposta pelo CEMESPP, que foi a de organizar o mapeamento e a respectiva análise da exclusão social intra-urbana em cidades de porte médio. Desta forma, comecei desenvolver atividades técnicas de construção de indicadores e variáveis para o mapeamento e análise da exclusão social, no contexto da construção do SISGEO, instrumento desenvolvido pelo CEMESPP (Sistema de Indicadores Sociais Georeferenciados) para as cidades médias do interior paulista onde se localizam unidades universitárias da UNESP.

No ano de 2004, dei continuidade a Pesquisa através de minha matrícula no curso de bacharelado, com intenção de realizar minha monografia de bacharelado trabalhando na mesma linha temática. No entanto, tal objetivo não chegou a se concretizar, devido minha aprovação, no mês de junho de 2004, no Curso de Mestrado em Geografia, do Programa de Pós-Graduação da FCT-UNESP, Campus de Presidente Prudente. Desta forma, tive que abandonar o curso de bacharelado para cursar o mestrado, o que fiz com grande prazer, pois a aprovação no mestrado era a realização de um sonho, acalentado desde o ingresso na graduação.

A minha participação no Curso de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/ Presidente Prudente foi bastante rica e proveitosa, tanto do ponto de vista do amadurecimento intelectual e científico, quanto do amadurecimento enquanto pessoa. Fazer um curso de pós-graduação como este, implica numa jornada de concentração e estudos que teve início antes do ingresso no curso de pós propriamente dito, ou seja, na preparação para o processo seletivo que garantiu o acesso ao presente curso de Mestrado. Esta foi uma etapa que exigiu uma revisão

profunda de diversas obras que lidam com a discussão geográfica, bem como a elaboração do pré-projeto de pesquisa que apresentamos ao programa.

Ao longo do Mestrado, cumpri os créditos cursando várias disciplinas que possibilitaram deparar com leituras importantes para minha formação, algumas que serviram mais diretamente à pesquisa e já outras que não serviram tão diretamente, mas que mesmo assim me deram margem a um maior conhecimento da ciência geográfica.

Participei durante o curso de pós-graduação de vários eventos científicos relevantes para minha formação geográfica, e também de colóquios com o orientador, palestras tanto com professores do programa quanto com professores vindos de outras universidades.

Assim, acredito que essa passagem pelo curso de pós-graduação me permitiu um grande crescimento, sobretudo intelectualmente resultando num maior questionamento com o intuito de abarcar uma incessante busca pelo conhecimento.

Não posso deixar de dizer ainda, que este trabalho não é apenas fruto de minha trajetória acadêmica, de estudos e discussões teóricas no campo da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SANS), mas sim é fruto de um engajamento político dentro do movimento das Políticas Públicas em SANS.

A SANS, que no início fazia parte apenas de minhas indagações teóricas, extrapolou os muros acadêmicos e quando me dei conta já era parte do meu cotidiano, e a teoria se tornou “práxis” na minha vida.

Este processo se iniciou ainda no segundo semestre de 2003, consoante com as vozes da sociedade que haviam se manifestado claramente por mudanças de orientação política do Estado brasileiro e, como consequência, a eleição do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, recolocava na agenda da luta pelos direitos básicos e fundamentais a ênfase na questão do combate à fome e na necessidade do estabelecimento de marcos regulatórios de uma política pública de segurança alimentar e nutricional. Esta região do Estado de São Paulo já se mobilizava na tentativa de criar um espaço democrático de discussão sobre o Direito Humano à Alimentação (DHAA) e a SANS, por meio de uma iniciativa que articulava setores da universidade pública, órgãos estaduais, federais e municipais responsáveis pela gestão da área social, bem como de representantes da sociedade civil em conselhos municipais.

Igualmente, no primeiro semestre de 2004, através da preparação e organização para a II Conferência Nacional de SANS (2004), pelo CONSEA Nacional (Conselho Nacional de Segurança Alimentar), as esferas estaduais e regionais não ficaram alheias ao movimento e se mobilizaram dentro deste processo. Assim, no dia 23/01/2004 ocorreu a I Conferência Regional de Segurança Alimentar e Nutricional na cidade de Presidente Prudente, na qual fiz parte e fui eleita delegada estadual para a II Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, organizada pelo CONSEA Estadual, que foi realizada na cidade de São Paulo entre os dias 09 e 10/02/2004. Este foi o primeiro passo dado nesta trajetória que me encontro até os dias de hoje e creio que nunca findarão.

Já no início do ano de 2005, o CONSEA-SP, para desenvolver efetivamente seus trabalhos e Políticas Públicas junto à sociedade civil, desenvolveu um processo de descentralização, através da implantação das CRSANS – Comissão Regional de Segurança Alimentar Nutricional e Sustentável. A CRSANS é um órgão colegiado regional de caráter consultivo, vinculado à estrutura do CONSEA-SP. Constitui-se em espaço de discussão e proposição de soluções para o enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional de cada região, contribuindo para a construção da Política Estadual de SANS. E uma dessas CRSANS corresponde à região de Presidente Prudente, chamada CRSANS Presidente Prudente/Pontal, da qual faço parte desde sua implantação, aliás, participei efetivamente deste processo.

Lembro-me do desafio que representou a coordenação do processo de criação das CRSANS em nossa região; a preparação, a mobilização e a realização de cinco Plenárias micro-regionais; todo o planejamento; a elaboração, leitura e discussão de documentos subsidiários, culminando com a Plenária de instalação da CRSANS Pres. Prudente/Pontal em setembro de 2005, com a participação de mais de 80 pessoas, representando cerca de 70% dos 32 municípios da região. Nesta mesma Plenária fui eleita 1º Secretária da CRSANS Presidente Prudente/Pontal, e estou no cargo até hoje. Após este fato, fui eleita novamente no ano de 2006, delegada estadual para a III Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, que se realizou na cidade de Águas de Lindóia entre os dias 19 e 20/04/2007. Nesta mesma conferência fui eleita delegada nacional para a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que se realizou na cidade de Fortaleza-CE entre os dias 03 a 06 /07/2007. Sem contar ainda a

participação em diversos seminários promovidos pelo CONSEA-SP no decorrer destes anos.

Tais fatos demonstram meu compromisso com a agenda das Políticas Públicas em SANS, também meu compromisso junto à CRSANS Pres. Prudente/Pontal e com as demandas da sociedade e que devem se refletir nas ações dos entes públicos que respondem pelas políticas sociais e pelo cumprimento dos direitos universais e dos diferentes segmentos da população que devem ser atendidos nesta região, para que este novo momento produza resultados de alcance social relevante, vale dizer, pautados pela justiça social, pelo enfrentamento dos processos geradores das mazelas da desigualdade econômica e pelo respeito e defesa da sustentabilidade ambiental, o que pressupõe um permanente movimento de atenção e respeito ao cumprimento dos direitos dos brasileiros mais humildes.

Caro leitor, é importante informar que até o presente momento utilizei na redação deste trabalho a 1º pessoa do singular, por se tratar da minha experiência particular e minha trajetória acadêmica, no entanto, a partir de agora utilizarei a 1º pessoa do plural, pois o trabalho a seguir não é apenas fruto de uma só mão, mas sim faz parte de um esforço coletivo entre orientanda, orientador, ex-orientador, grupo de pesquisa e várias outras pessoas que fizeram parte desta trajetória árdua, porém gratificante e maravilhosa!!!

RELEVÂNCIA DO TEMA PARA A GEOGRAFIA

*E*ntendemos que a questão da Segurança Alimentar e Nutricional

Sustentável (SANS), embora de caráter intersetorial, do ponto de vista geográfico insere-se no campo de discussões da Geografia da Saúde e Geografia da População. Assim, a importância deste trabalho está ligada à questão da geografia da saúde e da geografia da população.

Ressaltamos que o tema principal abordado por esta pesquisa, ou seja, a questão da Segurança Alimentar Nutricional e Sustentável e Consumo Alimentar, possui um caráter novo no meio geográfico, sendo estudado principalmente por outras ciências, como a Nutrição, Saúde Pública, Sociologia e Economia, no entanto, sua importância geográfica não deve ser minimizada, sendo de extrema relevância seu estudo e diagnóstico no campo geográfico.

Neste sentido, os campos da geografia da saúde e geografia da população estão articulados ao tema proposto. A geografia da saúde e a geografia da população fazem parte do cenário geográfico já há muito tempo, no entanto, durante décadas ficaram relegadas a segundo plano pela geografia clássica, por possuírem um caráter quantitativo e estatístico, sendo consideradas de menor importância em relação às discussões altamente teóricas acerca do espaço. No entanto, ao longo das últimas décadas, acompanhamos a retomada e a renovação do interesse pelo espaço geográfico na área da saúde e da população.

No campo da geografia da saúde, seu interesse está calcado no espaço geográfico tanto como categoria de análise da distribuição espacial de agravos à saúde, quanto para o aperfeiçoamento dos sistemas de saúde. Este movimento tem como bases a renovação da epidemiologia, que busca caracterizar os determinantes sociais e ambientais dos problemas de saúde; a preocupação com o desenvolvimento da promoção de saúde, compreendendo o território como estratégia de ação; e a necessidade de regionalizar os serviços e ações de saúde, entre outros fatores ligados à história recente da Saúde Coletiva. Por outro lado, a Geografia da Saúde, desde a sua origem, tem sido calcada na resolução de problemas, permitindo a identificação de lugares e situações de risco, o planejamento territorial de ações de saúde e o desenvolvimento das atividades de

prevenção e promoção de saúde. Um dos compromissos primordiais da Geografia da Saúde no Brasil é contribuir para a consolidação do SUS, o avanço nas políticas públicas da saúde e a redução das desigualdades sociais.

No cenário geográfico, citamos como principais expoentes desta corrente na atualidade, autores como Raul Borges Guimarães, Christovam Barcellos, Francisco Mendonça, Jan Bitoun, Luisa Iñiguez Rojas, Susana Curto, entre outros.

A população tem sido o ponto de partida de muitos estudos da Geografia na atualidade. Assim, o campo da geografia da população abrange inúmeros fenômenos sociais sendo, portanto, de complexa análise e de variadas interpretações. Assim, a geografia da população é considerada como instrumento de análise e interpretação do mundo atual.

O mundo está evoluindo de maneira acelerada, e entre os muitos aspectos dessa evolução acelerada, os fatos demográficos, sociais, políticos e econômicos são de suma importância para explicar esta situação e suas prováveis consequências, e cabe ao geógrafo a função de descrever os fatos no contexto de seu ambiente atual, no entanto, para realizar tal análise, é inevitável recorrermos às estatísticas. Segundo Beaujeu-Garnier (1980), os números são a chave insubstituível de precisão e das comparações para entendermos a evolução no tempo e no espaço, como também, é vital saber analisar, explicar e criticar estes números, daí vemos a importância do geógrafo neste contexto.

Desta forma, é papel do geógrafo, integrar os diversos fenômenos que regem a população, analisando suas relações em maior profundidade para, deste modo, suprir as necessidades do estudo de concepções da complexa população atual. Dentre os principais geógrafos pertencentes a esta linha de pesquisa, citamos Josué de Castro, que durante toda sua vida se dedicou a estudar a população castigada pelas mazelas da fome, distribuídas pelo espaço geográfico. Citamos também, Max Derruau, com sua obra Geografia Humana I e II, Jaqueline Beaujeu-Garnier, com Geografia de População, e em tempos mais recentes citamos Amélia Luisa Damiani, com, População e Geografia.

O trabalho ora apresentado, diz respeito especificamente ao perfil do consumo alimentar da população de Presidente Prudente, à questão do espaço urbano e as características de uma cidade de porte médio. Sendo de extrema

importância a identificação, o mapeamento e a territorialização das desigualdades sociais intraurbanas.

Na presente investigação científica, daremos prioridade à questão da segurança alimentar em uma cidade de porte médio como Presidente Prudente, através da análise quantitativa e qualitativa da cesta de consumo alimentar e das formas de alimentação (casa, coletiva, rua, etc) de famílias e grupos sociais vulneráveis, procurando associá-los com elementos demográficos, tais como: mudanças nos arranjos familiares, na longevidade da população, na estrutura familiar, etc. Tais elementos implicam diretamente em mudanças nas formas e tipos de alimentação da população (seja no âmbito doméstico, seja na alimentação fora de casa).

Não obstante, o perfil do consumo alimentar em segmentos populacionais específicos deve ser pensado no contexto das questões relativas às dinâmicas dos espaços urbanos e, neste caso, no das características de uma cidade de porte médio. Este enfoque acredita-se, é importante na medida em que pode contribuir para a identificação, análise e a territorialização das desigualdades sociais dentro de uma cidade de porte médio. É importante alertar, todavia, que em cidades do interior de São Paulo como Presidente Prudente, não existem casos graves de fome aguda. Por outro lado, isto não torna menos válida a mensuração, caracterização e, principalmente a ocorrência de situações de insegurança alimentar e sua distribuição no território urbano. Contudo, para que se entenda melhor esta temática é preciso que se contextualize a Segurança Alimentar e Nutricional.

É importante ressaltar ainda, que o tema da Segurança Alimentar na atualidade e, principalmente, no caso do Brasil, vem sendo apresentado e assumido como um eixo estratégico de uma proposta política de desenvolvimento econômico e social por parte do Estado brasileiro.

De acordo com o conceito de Segurança Alimentar formulado pelo Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica (IBASE), esta conceitua-se como:

[...] garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, nem sequer o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. Todo país deve ser soberano para assegurar sua segurança alimentar, respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. É responsabilidade dos estados

nacionais assegurarem este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, cada parte cumprindo suas atribuições específicas (MENEZES, 2001).

Contudo, a problemática da fome em nosso país, está muito mais atrelada a questão da capacidade de acesso da população aos alimentos, já que este encontra-se internamente ligado ao fato das pessoas ou famílias terem poder aquisitivo para adquirir/comprar alimentos. Porém, infelizmente, grande parcela da população de nosso país possui rendimentos baixos, situação que provoca diferentes manifestações de insegurança alimentar. Todavia, dizer que estes aspectos são os únicos ligados à insegurança alimentar, seria uma limitação. Existem outros fatores sociais, culturais e ambientais que podem explicar tal situação. Neste sentido, verifica-se que a temática da SAN possui um conteúdo extenso e abrangente, assumindo significados distintos, dificultando a elaboração de um conceito que gere consenso entre todos. Assim, entende-se que o conceito de Segurança Alimentar é um conceito que encontra-se em construção e, portanto, é objeto de disputa no plano teórico-metodológico. Acredita-se que tais questões são de extrema relevância para o enfrentamento e o debate no âmbito de uma pesquisa de caráter geográfico.

Dentro do contexto da Segurança Alimentar, o enfoque ao consumo alimentar possui grande relevância, já que revela especificamente a quantidade e a qualidade alimentar em uma dada população.

Segundo Galeazzi (1996) entende-se por consumo alimentar a caracterização - qualitativa e quantitativa - do tipo de alimentação de um indivíduo, grupo ou população. Este está ligado a fatores socioeconômicos, conjunturais sendo fortemente dinâmico e determinando, ao longo do tempo, o hábito alimentar, de acordo com as características estruturais da população como: cultura; regionalidade; condições produtivas, urbana ou agrícola.

De acordo com Faganello (2002):

[...] os hábitos alimentares podem referir-se a : ao que se come, quanto, como, quando e onde se come. Nesse contexto inserem-se fatores como números de refeições realizadas no dia, seus horários, alimentos de uso mais freqüente, aspectos sensoriais preferidos ou mais prestigiados, composição final da dieta, hábitos de higiene, de compra, armazenamento e manipulação dos alimentos, aos ritos e tabus ou varias outras combinações desses aspectos[...]

[...] a aquisição de alimentos é função das necessidades alimentares, do poder aquisitivo da família, da estrutura do mercado local e das motivações que levam as compras, como hábitos familiares, conhecimentos e habilidades culinárias, tipos de utensílios disponíveis, facilidades para conservar e armazenar os alimentos e o valor que as famílias atribuem a cada alimento (FAGANELLO, 2002).

O mundo tem passado por uma série de transformações nas últimas décadas, sendo as mais visíveis a globalização e a crescente urbanização. Estas transformações vêm mudando também o estilo de vida de toda uma população, o que está afetando a qualidade dos alimentos produzidos e industrializados e também a escolha dos consumidores.

Verifica-se que este novo estilo de vida e o ritmo frenético das grandes cidades, impuseram à sociedade moderna novos hábitos alimentares, muitas vezes até estimulados pela própria indústria alimentícia, que procurou facilitar a vida moderna com alimentos já prontos ou semiprontos. A escassez de tempo, as longas distâncias entre a casa e o trabalho, levam a uma crescente busca por refeições rápidas e práticas do tipo fast foods. Nesse contexto, surge um novo padrão de alimentação, o padrão das sociedades industrializadas, é a chamada ocidentalização alimentar (Faganello, 2002).

Além do aumento do consumo de alimentos fora da moradia, verifica-se, também, mudanças relativas à disponibilidade de alimentos no domicílio, sendo este último aspecto o foco de maior interesse no contexto da presente pesquisa. Neste sentido, observa-se uma diminuição da participação dos gastos, das famílias brasileiras, com alimentação e, ainda é notório que os dispêndios com alimentação são maiores para os grupos pertencentes aos estratos sociais de rendimentos mais baixos, de acordo com os resultados alcançados pela POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) realizada pelo IBGE entre 1995/1996.

Analisando os resultados da POF 1995/1996, Faganello (2002) considera que:

[...] na medida em que os gastos com alimentação ainda são um item fundamental no orçamento das famílias pertencentes aos menores estratos de renda, principalmente nas regiões mais pobres do país, estudos sobre a demanda assumem importância no sentido de orientar a formulação de políticas públicas voltadas para a melhoria da segurança alimentar e das condições de saúde e nutrição da população (FAGANELLO, 2002).

Sobre este ponto de vista, relacionando o perfil do consumo alimentar ao quesito econômico, o Grupo CEMESPP (2002), analisa que:

[...] em uma sociedade capitalista, o acesso aos bens de consumo individuais e mesmo a vários bens de uso coletivo se dá através do mercado. Ou seja, a satisfação de necessidades e desejos deve ser mediada pela compra de mercadorias que, em assumindo preços de mercado, exigem a mediação da renda monetária para seu acesso. Desta forma, em que pesem todas as preocupações necessárias para que não ocorra uma redução da exclusão a seus componentes econômicos, faz-se necessária a análise da variável renda como componente relevante na configuração de processos de distinção social. Isso é possível quando a abordagem desta variável ressalta a desigualdade de sua distribuição (CEMESPP, 2002).

A avaliação do padrão do consumo de alimentos de uma população é informação significativa para a formulação de políticas públicas nas áreas da saúde, agricultura, geração de renda, entre outras. No entanto, ressalta-se que as pesquisas e os estudos a este respeito ainda são bastante reduzidos, particularmente na Geografia.

No Brasil, as informações sobre este tema são extremamente escassas. Ainda hoje, as principais referências provêm do Estudo Nacional sobre a Despesa Familiar (ENDEF), realizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) em 1974/75. Esta pesquisa coletou dados sobre todos os alimentos consumidos pelas famílias incluídas na amostra, dentro de um questionário amplo contemplando questões de saúde, antropometria e informações sócio econômicas. Inquéritos alimentares constituem o melhor instrumento para se determinar o padrão alimentar da população e a sua evolução com o tempo. No Brasil, via de regra, esses inquéritos são conduzidos em capitais e regiões metropolitanas. Desta forma, o padrão alimentar do interior do país é praticamente desconhecido.

Segundo Galeazzi (1996), a própria FIBGE reconhece a necessidade, no Brasil, de adoção de sistemas de informação atualizados de coleta de dados, sobre o consumo de produtos alimentares pela população, devido às flutuações do nível e distribuição de renda e da introdução de novos produtos no mercado. Estes são indicadores característicos da estrutura de consumo pouco estável das economias em desenvolvimento.

Desta forma, faz-se urgente e necessário o monitoramento do perfil do consumo de alimentos, pois é um importante indicativo de situações de

vulnerabilidade e insegurança alimentar, com o propósito de nortear o planejamento das ações do governo, não só no que diz respeito à fome, mas também no que se refere a políticas de distribuição e abastecimento, tendo em vista que o impacto da inadequação alimentar não deve ser visto apenas do ponto de vista da carência.

Neste sentido, analisaremos aspectos ligados à quantidade e a qualidade da alimentação, e a situação dos hábitos alimentares e padrões de consumo alimentar, em grupos populacionais específicos de Presidente Prudente, procurando georeferenciar tais situações no espaço intraurbano.

Sendo assim, através desta pesquisa, traçamos um perfil do consumo alimentar de um dado grupo populacional, partindo de uma cidade de porte médio como Presidente Prudente. Para isto, o trabalho foi dividido em 5 capítulos. No capítulo 1, intitulado *“EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL EM UMA CIDADE DE PORTE MÉDIO COMO PRESIDENTE PRUDENTE”*, fazemos uma breve análise sobre a cidade de Presidente Prudente, sua história e o ato de comer nesta cidade, como também analisamos o cenário da exclusão/inclusão social apresentado na cidade e como este se configura dentro da paisagem urbana. Trazemos ainda uma discussão teórica relativa ao conceito de exclusão social. O objetivo principal deste subitem encontra-se na discussão e análise da questão da exclusão social enquanto temática relevante para a Geografia, uma vez que expressa as contradições sociais e espaciais das novas formas e processos de exploração, degradação e espoliação das condições de vida em meio ao modo capitalista de produção, à sociedade e ao Estado.

No capítulo 2, intitulado *“METODOLOGIA: o caminho trilhado para se diagnosticar o perfil do consumo alimentar da população prudentina”*, apresentamos a metodologia utilizada neste trabalho, que se traduz na revisão bibliográfica a respeito de inquéritos alimentares, a elaboração do instrumento de coleta de dados acerca do perfil do consumo alimentar nutricional a ser aplicado nos diferentes estratos de renda e sociais da população da cidade de Presidente Prudente. A escolha e seleção de 10 setores censitários dos diferentes níveis de exclusão/inclusão social, de acordo com o mapa da exclusão/inclusão social elaborado pelo Grupo CEMESPP, que fossem de maior relevância para a pesquisa e para se esboçar o perfil do consumo alimentar em famílias do município de Presidente Prudente.

No capítulo 3 intitulado “*PERFIL DO CONSUMO ALIMENTAR*”, procuramos traçar de maneira um tanto generalizada o cenário do perfil do consumo alimentar no Brasil e alguns dados auferidos com as POFs de 1995/1996, 2002/2003. E em seguida apresentamos o perfil do consumo alimentar da população prudentina.

No capítulo 4 intitulado “*SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL E SUSTENTÁVEL: a busca pela promoção de uma alimentação em quantidade e qualidade no Brasil,*” trazemos à tona um breve relato sobre a História da Alimentação, dando ênfase à história do Brasil. Em seguida, discutimos a questão do conceito, ainda em discussão e em construção, da Segurança Alimentar e Nutricional, e também seus 4 principais conteúdos:

1. a garantia da produção e oferta agrícola;
2. a garantia do direito universal de acesso aos alimentos;
3. a garantia de qualidade sanitária e nutricional dos alimentos consumidos;
4. e a garantia de conservação e controle da base genética do sistema agroalimentar.

Neste capítulo, analisamos ainda a questão da Segurança Alimentar e o Direito Humano à Alimentação, considerando o direito à alimentação como primordial demanda e um direito básico de todos os cidadãos.

Já no capítulo 5, procuramos esboçar um panorama geral das políticas públicas em nível da União, em benefício das questões alimentares-nutricionais que vêm predominando no Brasil desde a década de 1980, procurando fazer um breve retrocesso nas décadas anteriores, como também um recorte específico dos movimentos sociais que atentaram para o problema da fome no país. Abordamos ainda a política pública atual do Brasil em prol da Segurança Alimentar e Nutricional, ou seja, o Programa Fome Zero e também apresentamos um balanço resumido do Programa, seus objetivos, suas dificuldades e seus resultados.



Residencial Damha I



Jardim Santa Mônica

CAPÍTULO 1:
EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL EM UMA CIDADE DE
PORTÉ MÉDIO COMO PRESIDENTE PRUDENTE

1.1. PRESIDENTE PRUDENTE E O ATO DE COMER

Cena 1



Figura 1: Presidente Prudente. Área da Praça Nove de Julho, em 1929, sendo possível observar algumas barracas utilizadas em quermesses.

Fonte: EMUBRA – História do Oeste de São Paulo, 2003 (CD-R).

Parocchia de Presidente Prudente

Grandiosa Quermesse em louvor ao glorioso MARTYR

SÃO SEBASTIÃO

-----Padroeiro desta Parocchia-----

*As festas começarão domingo, dia 3 de outubro, e
terminarão no domingo, dia 10.*

Presidente Prudente, Setembro de 1926

Reprodução do Anúncio da primeira Festa de São Sebastião, em 1926.

Fonte: A Voz do Povo, 16/07/1926, n.º16.

Cena 2



Figura 2: Praça de Alimentação do Prudenshopping

Fonte: www.prudenshopping.com.br , 2007

Pequeno Diálogo

Namorado: Oi amor, o que nós vamos fazer hoje?

Namorada: Não sei, mas o que você acha de irmos ao shopping, podíamos pegar um cineminha e depois irmos ao McDonald's, adoro aquele lanche com aquelas batatinhas fritas crocantes.

Namorado: Realmente é gostoso, mas não é nada saudável e é tão pequenininho e além de tudo um absurdo de caro.

Namorada: Mas isso não importa. Hoje em dia o legal é ir ao McDonald's, todo mundo vai, eu também quero ir.

Fonte: História fictícia apenas para retratar o que vem ocorrendo na atualidade.

*A*s duas cenas apresentadas têm em comum o fato da ocorrência

num mesmo lugar, mas em tempos diferentes. A primeira cena era comum na cidade de 1929, conforme analisa Valente (2005). A cena 2, por sua vez, retrata uma vida cotidiana observada no tempo do desenvolvimento da presente pesquisa.

Por que tais cenas foram escolhidas para o início da dissertação? Acreditamos que elas expressam um profundo processo de transformação dos hábitos alimentares da população brasileira e das interações sociais no ato do comer, o que se constitui no tema central do trabalho.

Assim, no final da década de 1920, a cidade gastronômica era o lugar das festas religiosas animadas pelas quermesses. Não se tinha o hábito de comer fora de casa, no interior paulista e a história da alimentação daquela época se confundia muito mais com a história da vida privada. As exceções a esta regra social se justificavam pelo ato de benevolência das famílias mais abastadas, que promoviam as animadas festas em prol dos mais necessitados, ou para a construção de obras de alcance social.

Como o espaço geográfico pode ser compreendido enquanto um acúmulo desigual de tempos (Santos, 1978), o interessante é observar que esta temporalidade do passado ainda se mantém coexistindo com novos significados do ato de comer em cidades do *fast food* distantes dos grandes centros. Enquanto na metrópole paulistana estas novas práticas também fazem parte da escassez do tempo e da distância da residência dos trabalhadores (IBGE, POF-2003/2004), os novos padrões estandarizados dos circuitos de consumo dos *shopping centers* em cidades de porte médio paulistas, assumem um importante papel de interação social, mantendo a festa e o lazer como memória viva. De um modo ou de outro, ele exerce seu fascínio, pois enquanto uns vêm nessa forma de comer uma necessidade, outros, encontram nela prazer, realização, lazer.

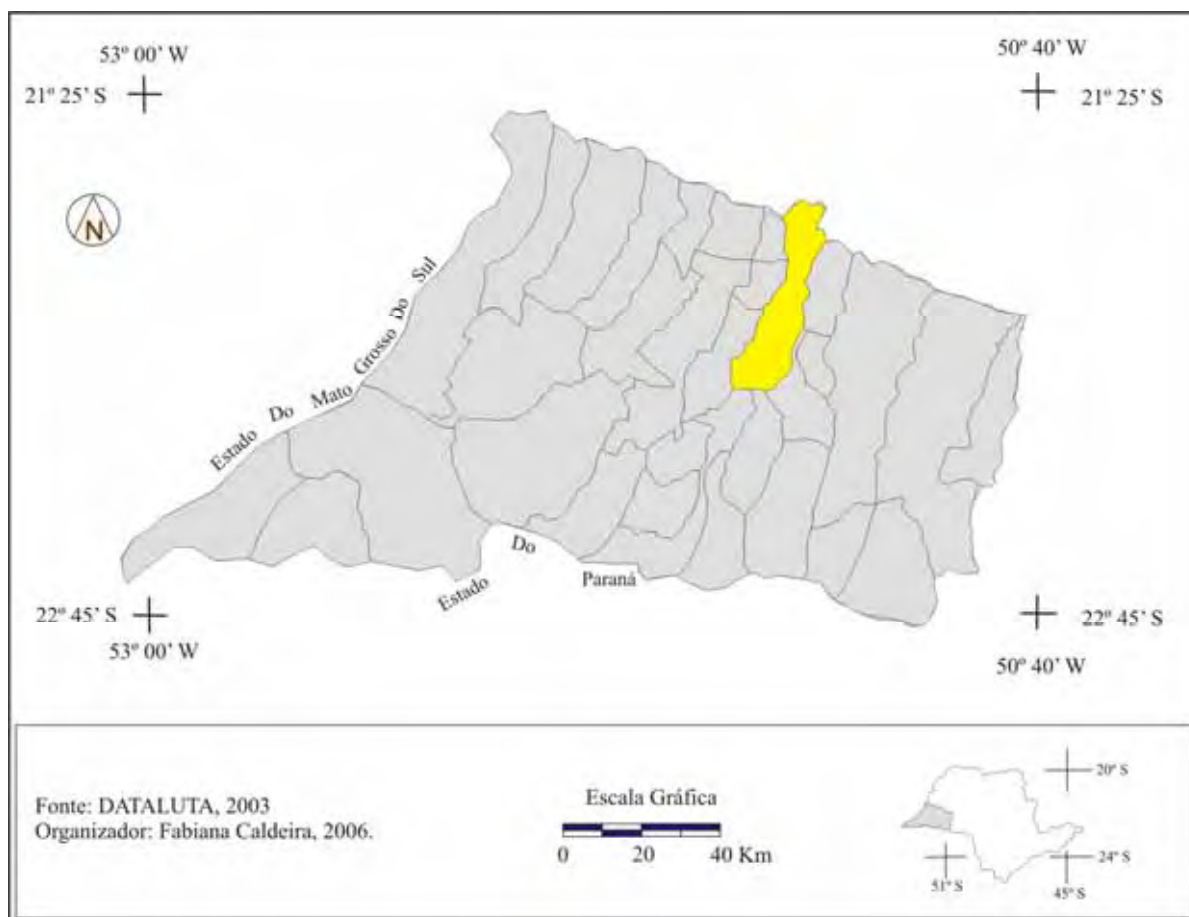
Enfim, o grande desafio do presente trabalho é considerar estas múltiplas temporalidades. O ato de comer não é um fenômeno isolado, mas deve ser compreendido como expressão de seu tempo, e também do seu espaço particular. Para Ortigoza (1997), o fast-food se torna um signo da participação no mundo global, moderno, onde a velocidade está presente, ele também é a expressão de sua diferencialidade. É por causa disto que o objetivo central dessa dissertação de

mestrado é contribuir para a compreensão do perfil do consumo alimentar em grupos populacionais específicos (famílias residentes em áreas de inclusão social, em contraponto com famílias residentes em áreas de exclusão social) em uma cidade de porte médio do interior, como Presidente Prudente.

Esta cidade, situada a 560 km da capital paulista, é o centro regional da área que envolve 32 municípios, compreendendo uma população em torno de 2 milhões de habitantes. Destacamos a localização de 2 shopping centers, 4 centros de ensino superior e hospitais de grande porte e complexidade. Segundo as estimativas para o ano de 2006 do IBGE, conta atualmente com uma população de 206.704 mil habitantes, e tem uma área total de 562 km² (mapa de localização). Esta população tem como referência para o seu abastecimento principalmente o comércio atacadista e varejista, de Presidente Prudente.

Afinal, da Central de Abastecimento do CEAGESP – Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo, de Presidente Prudente são comercializados em média 4 mil toneladas de alimentos mensalmente. Do Banco de Alimentos do CEAGESP, são distribuídos 35 toneladas/mês para 52 entidades assistenciais, atendendo um conjunto de 9700 pessoas. Da mesma forma, segundo dados da Coordenadoria Fiscal e Tributária da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, no ramo alimentício possui 02 hipermercados; uma rede de supermercados com 13 estabelecimentos (sem contar mini-mercados; mercearias e armazéns); bem como 78 restaurantes; 154 lanchonetes; 309 bares; 41 sorveterias; 70 padarias; 22 estabelecimentos varejistas de doces; 7 serviços de buffet; 60 estabelecimentos de comércio atacadistas e varejistas de bebidas; 147 açougues (contando peixarias, e comércio de aves); um total de 276 feirantes no ramo de hortifrutigranjeiros; 77 feirantes que comercializam salgados, doces, refrigerantes, garapa e afins; temos 9 frigoríficos e abatedouros; 25 indústrias alimentícias; 106 vendedores ambulantes de produtos hortifrutigranjeiros; 88 vendedores ambulantes de produtos lácteos; e por fim 337 vendedores ambulantes e trailers na venda de lanches, salgados, doces e refrigerantes.

MAPA 01: Localização do Município de Presidente Prudente na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente



Ainda que em capitais regionais como Presidente Prudente¹ se movimente muitos recursos e se concentre a renda dos produtos alimentícios comercializados, esta riqueza é dividida muito desigualmente, reforçando ainda mais os processos excludentes que fazem as cidades médias brasileiras os territórios da exclusão (Guimarães, 2005). Acrescente-se a isto, a lógica perversa da produção do espaço urbano de cidades como Presidente Prudente, que reflete ao longo de décadas os processos de produção capitalista das cidades (Pereira, 2001), pois nele se apresentam crescimento territorial descontínuo com expansão horizontal e

¹ Sobre a formação de Presidente Prudente ver Abreu, Dióres Santos. Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente. Presidente Prudente: FFCLPP, 1972.

vertical; a ocorrência de inúmeros vazios urbanos; implantação de vários conjuntos habitacionais periféricos e condomínios fechados; multiplicação de áreas centrais, bem como a constituição de subcentros e vias especializadas; desigual distribuição de equipamentos comerciais, de serviços, infra-estrutura e equipamentos urbanos, dinâmicas estas que resultam em um espaço bastante desigual. Assim,

Sua paisagem urbana é marcada pelo forte processo de verticalização das edificações e pela existência de inúmeros condomínios residenciais fechados de alto padrão. Por outro lado, a cidade também é marcada por profundos contrastes decorrentes da concentração da propriedade privada nas mãos de poucos, da especulação de terras e da segregação social. Nas áreas de maior circulação de veículos não há pobreza. Essa foi “confinada” na periferia mais distante. Em um país onde a miséria é cada vez maior, esses contrastes das condições de vida dos cidadãos prudentinos atingiram um grau tão alarmante que não é mais possível desconsiderar a sua existência. (GUIMARÃES, et. al, 2001, p.183)

E a história da alimentação numa cidade como esta, só veio a reforçar estes processos. Os primeiros estabelecimentos comerciais eram voltados para o ramo alimentar, não só no setor de serviços e no meio urbano, como também, no meio rural, já que no princípio a produção agrícola era somente destinada a subsistência familiar. Com o decorrer dos anos e o aumento da produção, o excedente agrícola alimentar já era vendido para a população da cidade, havendo até o abastecimento para outras regiões.

O mesmo se verifica com o desenvolvimento da cidade nas décadas de 1930 e 1940, quando a vida urbana se intensificou, contando com o seu aparelhamento comercial e de serviços, elemento que colocou Presidente Prudente desde os primeiros anos de sua existência, à frente de outras cidades da Alta Sorocabana. Sobre o comércio reservado à sociabilidade, segundo Valente (2005), estes prosperaram rapidamente em Presidente Prudente, gerando investimentos, movimentando dinheiro, mercadorias e pessoas. Desde os primórdios de sua história, a cidade contou com parques de diversões, espetáculos teatrais, cinematográficos, musicais, circenses, festas religiosas, festivais literários e práticas esportivas de diversos gêneros.

Assim, já na década de 1930, Presidente Prudente contava com uma série de espaços de lazer que serviam para a diversão da população e animavam a vida da ainda pequena urbe. Aos poucos, também foram sendo abertos

restaurantes, cafés, confeitarias e bares. Nesse sentido, modernização e civilidade também estavam relacionados às práticas alimentares, pois tais atividades de lazer e sociabilidade estão entrelaçadas ao ato de se alimentar. No famoso footing, por exemplo, aos sábados, mas principalmente aos domingos, depois de se ir à Igreja, famílias, casais de namorados e especialmente os jovens, possuíam o hábito de se sentarem na praça, ou de ficarem andando a ermo. E nestas praças, encontravam-se muitos carrinhos de pipoca, vendedores de maçã do amor, aquele antigo sorvete de máquina, e as pessoas se alimentavam neste local. Assim a alimentação estava ligada ao lazer, e também era um prazer para a população.

Neste sentido, indo de encontro à história da alimentação, que se confunde com a história do homem e também à história de uma cidade, vemos que a alimentação é um direito humano básico, mas além de ser um direito, alimentar-se é um ato de celebração à vida. O ato de partilhar os alimentos está presente em nosso dia-a-dia, nos dias de festa, desde os primórdios das civilizações. Comer é um ato de prazer, porque um prato bonito e saboroso “nos enche os olhos e a barriga”. E o prazer é ainda maior quando comemos junto aos nossos familiares ou a outras pessoas queridas.

Segundo Cavicchioli (2007), embora algumas vezes, geralmente por falta de opção, as pessoas comam de forma solitária, principalmente na atualidade, com a escassez do tempo e o mundo caótico do trabalho, percebe-se que a alimentação é um fator importante de sociabilização. Já na pré-história a alimentação converteu-se em uma atividade conjunta, já que os homens precisavam se reunir para caçar animais grandes, como os mamutes e após a caça dividiam a presa. A idéia de comer em conjunto será um importante fator cultural de diversos povos. Desde a Mesopotâmia encontram-se relatos desta idéia: compartilhar a comida era uma forma de solidariedade e de reafirmar vínculos. Os festejos e as celebrações eram feitos através de banquetes: vitórias de guerras, culto aos deuses, casamentos, etc. Assim, nota-se que desde a mais remota Antiguidade, o ato de comer e beber foi relacionado com celebrações, e a alimentação sempre foi uma forma prazerosa de celebrar a vida.

No entanto, voltando ao cenário da cidade de Presidente Prudente, com o passar dos anos e das transformações urbanas, as festas, acabaram perdendo importância na vida da cidade, contribuindo para isso, entre outros fatores,

a emergência de novas e modernas formas de lazer, como também formas de se alimentar, típicas de uma sociedade urbana.

Desta forma, hoje vemos as “lanchonetes” no calçadão do centro da cidade, os restaurantes “self-services”, os “fast-foods” nos shoppings centers, atendendo a uma clientela mais abastada da sociedade. No entanto, temos também os famosos “trailers” de cachorro-quente, espalhados em diversos pontos da cidade, estes, muitas vezes destinados a uma população de baixa renda, por oferecerem um alimento em quantidade maior e valor menor.

Mas a alimentação e os hábitos alimentares evoluíram rapidamente com o passar dos anos, e assume a face de uma nova sociedade, pautada em uma vida essencialmente urbana, capitalista e ajustada a um padrão ocidental, principalmente o padrão norte-americano, como diz Ortigoza (1997), é a “ocidentalização do gosto”. Porém, a alimentação ainda é um dos muitos rituais comuns aos seres humanos, variando de cultura para cultura, mas assumindo, quase sempre, uma atividade de grupo. O Homem necessita de comida, e os seus hábitos alimentares variam em função do que o meio que o rodeia lhe pode oferecer. Contudo, também os seres humanos foram determinantes na evolução dos alimentos, seja pela seleção e domesticação de espécies animais e vegetais, seja pelo desenvolvimento de todos os métodos e instrumentos necessários à sua transformação para a dieta humana. O culminar de todo este processo é, sem dúvida, a proliferação dos alimentos transgênicos e a crescente uniformização dos hábitos alimentares dos povos, como observamos em relação a proliferação da alimentação tipo fast food.

Por fim, o que vemos é que toda esta dinâmica da produção do espaço urbano em Presidente Prudente, como a produção de loteamentos periféricos, de aumentos dos preços dos imóveis e aumentos nos impostos territoriais, acentuou a diferenciação social e o processo da exclusão social no espaço urbano, obrigando os mais pobres a migrarem para as periferias. Acreditamos que este processo pode ser revisitado por meio da análise do ato de comer e as múltiplas espaço-temporalidades que expressa. Com certeza, como iremos argumentar no decorrer deste trabalho, observar a reprodução desigual da cidade através do perfil alimentar de sua população pode ser um processo rico de olhar para a produção da própria cidade, mas na perspectiva das pessoas que ali vivem. É por causa disto, que iremos primeiramente nos ater às características

sociais das cidades brasileiras tendo em vista um novo tipo de pobreza que ali tem sido produzida, que o Prof. Milton Santos denominou de pobreza excludente (Santos, 2004).

Desta forma, após falarmos, do processo excludente na formação das cidades brasileiras e também em uma cidade de porte médio como Presidente Prudente, torna-se inevitável e imprescindível falarmos acerca do conceito de exclusão social, pois do que adianta explicarmos o processo em um local específico, sem entendermos o que vem a ser este conceito e como ele surge no meio acadêmico e social.

1.2. EXCLUSÃO SOCIAL: uma aventura teórica pela busca de um conceito

Neste item, procuraremos elucidar o conceito de exclusão social, que para nós se caracteriza como um processo, tornando-se fundamental na configuração e estruturação espacial das cidades, pois promove o afastamento ou isolamento e coíbe ou dificulta o contato entre as diferentes classes sociais. O que fica claro é que ao discutir a questão da exclusão social, estamos considerando processos, formas, situações, condições e contradições, pois traz enraizado em seu cerne vários significados para a problemática das desigualdades sociais, culturais, econômicas e etc. Ao se falar em exclusão social poderemos estar trazendo ao debate dimensões e situações como: pobreza, fome, desqualificação, desfiliação, ausência de cidadania, discriminação entre outras questões. Assim, tal expressão mostra-se complexa e contraditória, mas ao mesmo tempo muito clara e presente na realidade de milhões de pessoas que a vivem cotidianamente.

Tendo em vista que tal termo abarca uma série de situações de privação, tanto de ordem econômica, como social, este torna-se um “conceito-guarda-chuva”, que na atualidade tem sido largamente utilizado pelas mais diversas ciências, como a Sociologia, Economia, Antropologia, História, como também a Geografia, para explicar os mais variados tipos de fenômenos que dizem respeito a problemas de privação, pobreza, discriminação, etc.

Concordamos com Guimarães (2005), quando nos revela que a elaboração conceitual, a respeito da exclusão social, está situada no campo interdisciplinar das políticas públicas. Diferentemente de outros conceitos, como

segregação sócioespacial, que encontra referência na evolução do pensamento geográfico (especialmente a geografia urbana), o conceito de exclusão social tem sido fundamentado pelo debate sobre o planejamento urbano.

Trata-se de uma problemática social reveladora das múltiplas facetas obscuras, que comumente atribuímos à reestruturação produtiva, ao neoliberalismo e à globalização, mas também da própria produção social do espaço.

O debate em torno de um conceito

O termo exclusão social tem sido alvo de muitas discussões, principalmente no âmbito político e acadêmico. Este último se destaca pelo crescente número de trabalhos, o qual tem sido produzido em torno do termo. Talvez por conta do modismo que a questão se submeteu, nos meios de comunicação, mais, sobretudo por conta da intensidade como o processo vem se apresentado na sociedade atual, tanto em países ricos como em países em desenvolvimento como o Brasil, salvo as especificidades de cada um.

Apesar disso, não há entre os pesquisadores um consenso sobre o termo, advogando-se para uma tentativa de conceituação, sendo importante analisá-la enquanto temática e/ou questão social pertinente na sociedade atual, superando a idéia de noção. No entanto o conceito vem merecendo destaque e relevância tanto pela academia, como pelos movimentos sociais, por políticos, governantes e instituições, principalmente no que tange a formulação, elaboração e análise de políticas públicas.

Segundo Guimarães (2005), o termo exclusão social surgiu na década de 1970 a partir dos movimentos sociais franceses marginalizados, tais como as minorias étnicas, os desempregados, as mulheres trabalhadoras, dentre outros que se autodenominaram excluídos dos direitos sociais do país.

Todos os autores estão de acordo em reconhecer que a publicação do livro de René Lenoir “Lês Exclus”, em 1974 é um marco da aparição do conceito de exclusão. Para este autor a exclusão não deveria ser analisada como um fenômeno individual, mas social, cuja origem deveria ser buscada nos princípios do funcionamento das sociedades modernas.

Segundo Costa (1999), a exclusão social pertence à perspectiva da tradição francesa, na análise de pessoas e grupos desfavorecidos. Neste sentido, ao trabalhar com a exclusão social, a tradição francesa dá ênfase aos aspectos relacionais, enquanto a tradição britânica, trabalha com a pobreza dando ênfase aos aspectos distributivos. Nota-se uma preocupação maior no contexto do debate, principalmente a partir dos anos 90, devido a uma maior instabilidade do trabalho profissional, o que faz com que as pessoas sintam-se cada vez mais inseguras e vulneráveis, com medo de encontrarem-se em situações de desemprego prolongado, o que as colocaria num patamar de exclusão social.

Neste sentido, primeiramente sendo estudado pela tradição francesa, rapidamente o termo “exclusão social” se espalhou pelo mundo afora, porém, com diferentes propósitos e abordagens. No entanto, sem ainda gerar um consenso entre os mais diversos estudiosos do termo.

Muitas situações são descritas como de exclusão, sob este rótulo os mais diversos processos e categorias encontram-se amparados teoricamente como: diferenças étnicas, os idosos, deficientes, desempregados, são uma série de manifestações sociais abarcadas por este conceito.

Costa (1998) analisa que a exclusão social apresenta-se como um fenômeno complexo e heterogêneo, que pode falar-se em diversos tipos de exclusão. Dentro deste contexto identifica-se os seguintes tipos de exclusão social:

a) Econômica: trata-se basicamente da “pobreza”, situação de privação de recursos. Caracterizada geralmente por más condições de vida, baixos níveis de instrução e qualificação profissional, emprego precário, etc;

b) Social: a causa está atrelada ao domínio dos laços sociais. Situação de privação do tipo relacional, caracterizada pelo isolamento. Como exemplo citamos os idosos, deficientes. Este tipo de exclusão pode não ter qualquer tipo de relação com a pobreza, mas sim ser consequência de distintos modos de vida familiar. Entretanto, ela também pode estar atrelada ao aspecto econômico, sendo a questão social decorrente da econômica;

c) Cultural: as formas de exclusão estão relacionadas com os fatores culturais, como o racismo, a xenofobia, dificultando a integração social entre os diferentes;

d) Patológica: as situações de exclusão se devem a casos de origem patológica, especialmente de ordem psicológica ou mental. Tal situação é a causa da maioria dos casos de ruptura familiar;

e) Comportamentos auto-destrutivos: Trata-se de comportamentos relacionados com a toxicodependência, o alcoolismo, a prostituição, etc, gerando a exclusão desses indivíduos. Geralmente, estes casos têm origem na pobreza.

Não raro, na prática, estes vários tipos de exclusão podem aparecer de formas sobrepostas, um sendo consequência do outro.

No caso do Brasil, e na maioria dos países subdesenvolvidos, a pobreza excludente, é certamente, a forma de exclusão social mais disseminada. Desta forma, enfocamos a problemática da exclusão social atrelada a questão da pobreza, especificamente, o desemprego conduzindo a pobreza. Todavia, torna-se imperioso ressaltar que exclusão social e pobreza não são a mesma coisa, são processos diferenciados, mas que podem, e geralmente estão associados.

Sendo assim, para entendermos o conceito de exclusão social é preciso se fazer uma diferenciação entre este e a pobreza, pois, muitas pessoas ainda associam estes dois conceitos como sinônimos. Segundo Sposati (1998), esta considera:

[...] uma distinção entre exclusão social e pobreza. Por conter elementos éticos e culturais, a exclusão social também se refere discriminação e a estigmatização. A pobreza define uma situação absoluta ou relativa. Não entendo esses conceitos como sinônimos quando se tem uma visão alargada da exclusão, pois ela estende a noção de capacidade aquisitiva relacionada à pobreza a outras condições atitudinais, comportamentais que não se referem tão só a capacidade de não retenção de bens. Conseqüentemente, pobre é o que não tem, enquanto o excluído pode ser o que tem sexo feminino cor negra, idade avançada opção homossexual. A exclusão alcança valores culturais, discriminações. Isto não significa que o pobre não possa ser discriminado por ser pobre, mas que a exclusão inclui até mesmo o abandono, a perda de vínculos, o esgarçamento das relações de convívio, que necessariamente não passam pela pobreza. (SPOSATI, 1998)

O francês Robert Castel (apud Costa, 2001), define exclusão social como:

[...] a fase extrema do processo de marginalização, entendido este como um percurso descendente, ao longo do qual se verificam sucessivas rupturas na relação do indivíduo com a sociedade. Um ponto relevante

desse percurso corresponde a ruptura em relação ao mercado de trabalho, a qual se traduz em desemprego ou mesmo num desligamento irreversível face a esse mercado. A fase extrema - a da exclusão social – é caracterizada não só pela ruptura com o mercado de trabalho, mas por rupturas familiares, afetivas e de amizade.

Neste entendimento pode haver pobreza sem exclusão social, como acontecia aos pobres do *ancien regime*, em que os servos eram pobres, mas encontravam-se integrados numa rede de relações de grupo ou comunidade. [...] Pobreza e exclusão social são, portanto na perspectiva exposta, realidades distintas e que nem sempre coexistem. (CASTEL apud COSTA, 2001, p. 10)

No entanto, Castel, em seus estudos ao invés de adotar o termo exclusão, prefere trabalhar com o conceito de *desfiliação* para ele a exclusão social designa um estado de privação e a constatação das carências não permite perceber os processos que geram estas situações, enquanto a desfiliação designa uma trajetória e o processo que está engendrado.

Dentro da tradição francesa ainda, para Paugam (1996, apud Demo, 2002), exclusão seria noção familiar nos últimos anos, destinada a retratar a angústia de numerosos segmentos da população, “inquietos diante do risco de se ver um dia presos na espiral da precariedade”, acompanhando “o sentimento quase generalizado de uma degradação da coesão social”. Paugam, porém, reconhece que o termo é ainda inequívoco, e abarca diferentes preocupações, tais como:

- a) precariedade do emprego, ausência de qualificação suficiente, desocupação, incerteza do futuro;
- b) uma condição tida por nova, combinando privação material com degradação moral e dessocialização;
- c) desilusão do progresso. (DEMO, 2002, pág. 17)

O autor prefere utilizar o conceito de *desqualificação social* para definir o processo que leva a exclusão social. Segundo Paugam, o fenômeno da pobreza passa por diversas fases, e o conceito de *desqualificação social* explica bem este processo de expulsão gradativa para fora do mercado, lhes restando à opção da assistência social, que os estigmatiza e os homogeneíza.

Já conforme a visão de Martins (1997), o conceito de exclusão social está atrelado ao da pobreza. Este autor afirma que a exclusão deve ser encarada como um processo de relações contraditórias, vítimas de processos sociais políticos e econômicos excludentes. Pois a exclusão deixa de ser concebida como expressão

de contradição no desenvolvimento da sociedade capitalista, para ser vista como um estado, uma coisa fixa.

Neste sentido, adverte sobre o sentido da expressão, conforme aponta:

[...] chamam de exclusão aquilo que constitui o conjunto das dificuldades, dos modos e dos problemas de uma inclusão precária e instável, marginal. A inclusão daqueles que estão sendo alcançados pela nova desigualdade social produzida pelas grandes transformações econômicas e para os quais não há senão, na sociedade, lugares residuais. (MARTINS, 1997, pág. 26)

Finalmente, concordamos com o pensamento de Sawaia (2002) ao analisar o que vem a ser o conceito de exclusão social. Para ele,

...a exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema. (SAWAIA, 2002, pág. 09)

Assim, de uma maneira sucinta, pode-se dizer que a pobreza diz respeito a privação de certos recursos por parcela da população, isto é, questões econômicas, enquanto que a exclusão social remete a problemas tanto de ordem sociais, econômicos, políticos, relacionais, ou seja, apresenta um caráter multifuncional e interdisciplinar. Revela-se, assim, a enorme complexidade de situações que são abarcadas pelo conceito de exclusão social, fazendo com que a tentativa de sua conceituação teórica ainda esteja em discussão e não acabada.

Por fim, segundo os estudos já realizados pelo Grupo CEMESPP, vale afirmar que a exclusão social está situada como questão relevante e ganha relevância enquanto problema a partir da esfera pública. As relações que produzem e reproduzem, seja a pobreza, seja a desigualdade, seja a exclusão são relações de poder entre grupos sociais mediadas pelo Estado e a implantação de políticas, que permitam reduzi-las ou mesmo erradicá-las, não será factível sem a compreensão de que a igualdade só ganha sentido quando formulada no âmbito político.

Enquanto isso no Brasil...

Trazer o tema da exclusão social para o Brasil implica, analisá-lo em uma sociedade colonizada, que já partiu do conceito discriminador entre colonizador e colonizado. Soma-se a isso o processo de escravidão, que restringiu a condição humana à elite e fez de negros e índios, objetos de demonstração de riqueza. A particularidade da história brasileira mostra, portanto, muitos obstáculos e dificuldades em estender a universalidade da condição humana a todos os brasileiros.

No caso brasileiro, a discussão acerca da problemática da exclusão social tem ganhado grande destaque nos últimos anos, principalmente devido ao fato de que políticas públicas que vêm sendo concebidas e formuladas para o seu enfrentamento na atualidade, partem do entendimento da multidimensionalidade que este termo encerra. Todavia, ao analisarmos o caso brasileiro, é importante ressaltar que a preocupação com a exclusão social é recente, não obstante se tratem de situações recorrentemente presentes em nosso país, desde sua origem colonial. O próprio modelo colonizador já era excludente, e este processo apenas se agravou com o passar do tempo.

Podemos afirmar com segurança de que no Brasil a primeira grande obra que chama a atenção sobre um problema crucial e talvez o mais degradante da exclusão social, é a obra do médico Josué de Castro “Geografia da Fome” de 1953 a qual faz inferência a questão da fome. Porém, somente a partir do último decênio, é que a questão da exclusão social se torna relevante enquanto discurso da agenda política dos diferentes entes políticos (União, Estados e Municípios), emergindo uma série de trabalhos, discutindo a exclusão social.

Na atualidade, nos vemos diante de profundas e aceleradas transformações como: a crescente urbanização, os grandes movimentos migratórios, o modelo de desenvolvimento econômico capitalista tardio, o processo de globalização, a abertura econômica de nossos mercados internos para o capital estrangeiro etc, que, se por um lado, reforçam e ampliam o poder da lógica capitalista, que se concentra nas mãos de poucos, por outro aprofundam graves impasses e fazem surgir novas contradições que se espalham para uma maioria esmagadora que se vê excluída desse sistema e privada de condições básicas de sobrevivência.

Segundo Vêras (1999), o debate sobre exclusão entre os estudiosos brasileiros sofreu grande influência das análises européias (principalmente francesa) e americanas sobre o tema. Durante os anos 60, os estudiosos brasileiros direcionaram sua discussão em torno do conceito de marginalidade social. A pobreza era vista como consequência do êxodo rural para as cidades do sudeste. Esse processo migratório era visto como causa dos problemas urbanos como delinquência, mendicância, favelas etc. Essa abordagem de cunho funcionalista, usava como analogia o funcionamento do organismo humano, afirmando que os novos membros, com esforço se adaptariam e, progressivamente, se assimilariam ao cenário urbano. Os trabalhos sobre o tema deste período se voltaram para a questão da moradia, em especial ao problema das favelas nos grandes centros urbanos.

É na década de 1970, que começam (emergir) aparecer no Brasil, trabalhos que discutem questões sociais, problemáticas urbanas ligadas à pobreza e à economia política da cidade. Mas somente na década de 1990, que o termo exclusão social vai se apresentar enquanto paradigma social de relevância, tanto dos estudos acadêmicos, como políticos.

Na geografia urbana isto não foi diferente. Podemos perceber uma nova tendência, com a entrada desta temática, sendo notório uma evolução das discussões por conta da relação existente entre segregação sócioespacial e exclusão social, pois o conceito de segregação explica uma diferenciação social do espaço, tanto de segmentos de alto poder aquisitivo, como também de segmentos de baixo poder aquisitivos.

No início da década de 70, surgem no debate, outros autores que explicavam a pobreza e exclusão social como originadas das contradições do modo de produção capitalista. As pessoas que se deslocavam do campo esvaziado em busca de melhores condições de vida nas cidades, passam a fazer parte do exército industrial de reserva, mas não são tratadas como marginais e sim como integrados ao sistema produtivo de forma desigual. Essa discussão não abordava as desigualdades produzidas pelo sistema capitalista e a condição de exclusão desse contingente da população. Entre os autores desse período podemos destacar a importância do trabalho de Lúcio Kowarick (1975), analisando a pobreza urbana nos quadros do modelo de industrialização dependente, enfocando o contingente da população que vivia na pobreza, em especial os favelados, que eram desprovidos de

direitos mínimos de vida, sem cidadania e excluídos dos benefícios urbanos. Nos anos 70 cabe destacar ainda os trabalhos de autores brasileiros como: Berlinck (1975), Foracchi (1982), Perlman (1977) e Maricato (1979).

Nos anos 80, os debates sobre o tema da exclusão se voltam para a questão da democracia, da segregação social advinda da Legislação urbanística, a importância do território para a cidadania e a falência das políticas sociais, dos movimentos e lutas sociais. Nesse momento, as discussões sobre o tema da exclusão enfocam a questão espacial, em que a cidadania está relacionada a ocupação do território urbano. Entre esses autores, destacamos Milton Santos, com seus trabalhos voltados para a democratização da sociedade brasileira, chamando a atenção para o valor do território para a cidadania. Para Santos, o valor do homem é determinado pelo lugar que ele ocupa no território, a sua possibilidade de ser ou não cidadão depende do ponto do território onde ele está. Não há uma divisão dos benefícios da urbanização igual para todos, estando os pobres condenados duas vezes à miséria, por ocuparem os lugares de menor acesso a tais benefícios. Além dos trabalhos de Santos, destacamos também os trabalhos de: Pedro Jacobi, Francisco de Oliveira, Raquel Rolnik, Paul Singer, entre outros.

Nos anos 90, a influência francesa sobre o debate é mais forte, destacando-se autores relevantes como Castel (1995) e Paugam (1991). Essa abordagem vincula a exclusão ao conceito de não-cidadania, e a analisa como um processo multidimensional que está além da exclusão do emprego, mas perpassa toda a vida dos sujeitos e sua participação nas atividades sociais. Castel, que se tornou referência para o debate sobre o assunto, faz uma análise da questão social centrada na crise da sociedade salarial, enfocando desde a emergência da relação contratual e os que dela eram excluídos, até o período atual em que a vulnerabilidade dos pobres trabalhadores e desempregados se expressa não só no aumento da exclusão do emprego, mas também pela precarização das relações contratuais, das formas de sociabilidade perversas e de um panorama que passa pelo desmonte do Estado de bem-estar social.

Seguindo a linha dos estudiosos brasileiros, nos anos 90, é imperioso ressaltar os trabalhos de Boaventura de Souza Santos, que ao analisar a problemática da exclusão social, enfatiza a contradição capitalista presente no enfoque da desigualdade, burgueses contra proletários, ambos inseridos na esfera produtiva. Segundo ele, estar incluído é estar dentro, no sistema, mesmo que

desigualmente. Estar fora, ser diferente, não se submeter às normas homogeneizadoras, é estar excluído.

Outro autor brasileiro de enorme importância para o debate foi e ainda é, José de Souza Martins. O autor chama a atenção para as novas formas de pobreza e de miséria, que não estão ligadas apenas ao estado de privação, mas sim à impossibilidade de superar tal situação. O autor foge um pouco ao conceito de exclusão social, prefere adotar o termo inclusão precária e instável, pois, para ele todos os indivíduos, de alguma maneira, estão unidos ao mercado de forma mais ampla.

Já em tempos de globalização, numa fase mais atual, citamos Francisco de Oliveira, que analisa o processo de exclusão atrelado ao fenômeno da globalização. Assim, para ele, analisar a exclusão social na América Latina, por exemplo, deve ser feito, não apenas levando em conta suas contradições internas, mas também o cruzamento com o capitalismo internacional, já que o que ocorre na maior parte dos países da América Latina é uma crescente abertura da economia para o capital financeiro estrangeiro. Em tempos de globalização, cria-se até um neologismo “inempregáveis”, para referir-se aos contingentes espoliados dessa nova ordem globalizada, na qual se insere o Brasil, que não terão nenhuma vez. A exclusão social, assim, aparece como a face econômica do neoliberalismo globalizado na América Latina e no Brasil.

Registra-se por fim, a enorme contribuição para o debate da exclusão social, os estudos realizados por Aldaíza Sposati, que procura espacializar a desigualdade do espaço urbano de São Paulo.

A exclusão contemporânea é diferente das formas existentes anteriormente de discriminação ou mesmo de segregação, já que cria indivíduos inteiramente desnecessários ao mundo laboral, sugerindo não haver mais possibilidades de inserção. Assim, os excluídos não são mais residuais nem temporários, mas contingentes populacionais, que não encontram lugar no mercado. São os “inúteis para o mundo”, para usar uma expressão de Castel.

No Brasil, segundo Luciano Oliveira, estaríamos diante de uma nova dicotomia: ao lado das clássicas separações entre exploradores e explorados, ou opressores e oprimidos, estaríamos vivenciando o surgimento de uma nova separação, aquela que opõem incluídos e excluídos. O mesmo autor questiona a existência dos excluídos, já que estão de uma forma ou de outra, integrados ao

sistema econômico. Para ele, tanto os incluídos como os excluídos, são “produzidos” por um mesmo processo econômico, que de um lado produz riqueza e, de outro, miséria. Autores como ele esforça a compreensão neste trabalho de que a exclusão social não se trata de uma condição do lugar vivido, mas de um processo no qual os “quase-cidadãos” estão submetidos.

Desta forma, podemos verificar o quão controverso é a temática e o debate acerca do conceito de exclusão social, o que faz com que atualmente muitos autores se debrucem frente a esta empreitada, procurando propor e executar uma pauta, ao mesmo tempo complexa, multidimensional, ousada, mas também instigante.

Neste sentido, não podemos deixar de citar os trabalhos do Grupo de Pesquisa CEMESPP da FCT/UNESP de Presidente Prudente, que desde seu surgimento à aproximadamente 7 anos, tem se debruçado na tentativa de desvendar e analisar esta pauta tão controversa e instigante.

Os pesquisadores do grupo CEMESPP vêm se preocupando em analisar o fenômeno da exclusão social, não nas metrópoles brasileiras, onde se concentram a maior parte dos estudos, mas sim pretendem fazer uma reflexão a respeito dos processos da exclusão social em cidades de porte médio, que para o grupo são territórios da exclusão, pois em cidades de porte médio, geralmente há uma ausência e fragilidade de projetos políticos e sociais, na maior parte dos segmentos da sociedade, provocando a produção de um espaço urbano desigual e excludente.

Segundo Guimarães, a exclusão social constitui-se num problema de cidadania e também num problema político, e o combate à exclusão social é condição essencial para o desenvolvimento social. Assim, a solução da exclusão social deve passar necessariamente por decisões políticas, sendo necessário primeiro, ampliar o conceito que define apenas a insuficiência de renda. Para este autor, são enormes e complexas as situações passíveis de serem abarcadas pelo conceito de exclusão, sendo que os esforços teóricos devem se dirigir, paulatinamente, para aproximar seu conteúdo das reais possibilidades de alcançar as situações concretas de indivíduos, famílias e comunidades.

Vemos que a exclusão social apresenta-se enquanto um processo de diferenciação social e espacial, que se intensifica com a produção capitalista da urbanização contemporânea, ganhando visibilidade com a ampliação das

desigualdades e o acirramento das contradições engendradas pelo aprofundamento da subordinação do trabalho ao capital. Mas, que no caso brasileiro, não podemos esquecer do processo histórico.

Embora a discussão sobre o conceito de exclusão seja recente, os processos e as conseqüências por ele originadas, não o são e se fazem presentes em todas as sociedades desde seus primórdios, principalmente em países de economia subdesenvolvida, como é caso do Brasil, onde o contexto e análise da exclusão, encontra-se cada vez mais associado às situações de desigualdades e pobreza, que são problemas seculares em nossa sociedade.

Por fim, concluímos que a problemática da exclusão social somente será amenizada, através de uma participação conjunta de governo e sociedade, incluindo as Universidades públicas, que tem um papel fundamental neste cenário, já que estas são parte ativa da sociedade.

1.3. A EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL EM PRESIDENTE PRUDENTE

O espaço urbano de Presidente Prudente apresenta uma forte diferenciação, tornando-se assim, um território da exclusão social. Esta diferenciação torna-se visível na cidade, quando distinguimos uma área central e sul, que concentram os segmentos sociais de maior poder aquisitivo e uma periferia leste, norte e parte do setor oeste, onde habitam os segmentos com menores níveis de renda. Esta configuração reflete-se em níveis de exclusão/inclusão social, no qual se destaca fortemente o alto grau de exclusão presente nos setores da zona leste, norte da cidade.

Neste sentido, foi baseado na idéia de que a exclusão é multifacetada, multidimensional e multiescalar, segundo as postulações de Sposati (2000), Dupas (2000) e Costa (1998), que o grupo de pesquisa CEMESPP (Centro de Estudos e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas) da Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP de Presidente Prudente, elaborou o “Mapa de Exclusão Social de Presidente Prudente”. A partir desse mapa, houve a possibilidade de realização de várias pesquisas que permitissem entender a

exclusão social em Presidente Prudente. Em particular a presente pesquisa procura entender e diagnosticar o perfil do consumo alimentar, nos diferentes estratos sociais da cidade média de Presidente Prudente.

A escolha das áreas a serem pesquisadas teve como base e critério, o “Mapa de Exclusão Social de Presidente Prudente”, produzido pelo CEMESPP, mais precisamente a sua última versão. A última versão produzida, se deu no ano de 2003, quando juntamente com Presidente Prudente, foram mapeadas mais 21 cidades de porte médio do interior paulista, onde estão presentes unidades e faculdades da UNESP (Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho). Para tanto, foram elaboradas 10 variáveis, para se chegar ao índice de exclusão social. A fonte de extração de dados para a geração das variáveis foi o IBGE. Assim, se chegou a um mapa em que ficaram evidenciadas as áreas mais carentes da cidade.

MAPA 11

Presidente Prudente

EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL



<http://www.prudente.sp.gov.br/simespp-simespp.htm>

LEGENDA

Sistema de Informação e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas

- Baixa Exclusão Social (10%)
- Média Exclusão Social (30%)
- Alta Exclusão Social (40%)

() Número de setores censitários

□ Limite do setor censitário

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000.
Organização e Realização:
Grupo de Pesquisa "Sistema de Informação e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas" - SIMESP.

Financeamento: FAPESP - Programa Políticas Públicas.

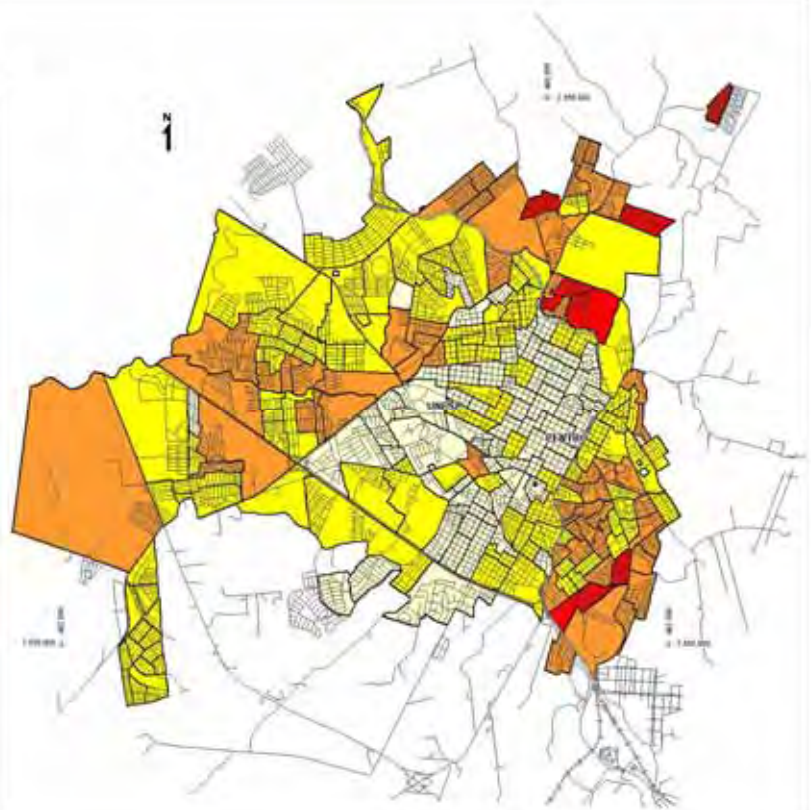
Apóio: FCT/UNESP.

Presidente Prudente, 2002.

Escala 1 : 20.000

0 50 100 150 m

Sistema de Projeção UTM
Datum Marciallo-Winterthur (SPAD 802)
Datum WGS84 (NAD 83) e SPAD 802 (NAD 83)
Elipsóide: Hayford - Córrego Alegre.



Através do mapa de exclusão social, pudemos selecionar setores censitários, que revelassem com maior clareza, as diferenças no consumo alimentar dos diferentes estratos sociais da população prudentina. Assim, selecionamos 5 setores de áreas de alta exclusão social, e 5 de áreas de inclusão social, tendo em vista, que cada lugar na cidade, detém suas particularidades que são importantes ser consideradas.

Como se percebe, as áreas de alta exclusão estão localizadas à leste da Ferrovia Alta Sorocabana, principalmente na porção nordeste e marcadamente na periferia da cidade. Tendo em vista que não se pode falar em excluídos, sem falar naqueles que estão incluídos, é importante dar uma noção geral do que é a cidade em termos sociais, a partir do mapa de exclusão social. Assim, além dos sete setores de alta exclusão, temos ainda 56 setores censitários, considerados de média exclusão, 104 considerados de baixa exclusão, e 67 setores de inclusão social. Estes últimos estão localizados principalmente na porção central da malha urbana, onde o preço da terra é mais elevado e, portanto, onde a população de mais alta renda está concentrada.

Como já aponta, para ter chegado ao resultado final do “Mapa de Exclusão Social de Presidente Prudente”, foi necessária a elaboração de uma série de indicadores referentes às condições econômica, ambiental, educacional e demográfica. É importante ressaltar, que para cada variável elaborada, foram atribuídas notas num intervalo de “1” a “4”, em que cada setor, dependendo da situação que figurava, recebia uma determinada nota. Assim, a partir da presente metodologia desenvolvida pelo referido grupo de pesquisa, considera numa escala de “1” a “4”, a situação de exclusão/inclusão do setor, sendo que “1” é a melhor nota/situação e “4” é a pior nota/situação.

Para a nossa Pesquisa, na tentativa de analisar a dinâmica da diferenciação e exclusão social urbana, através da ótica do consumo alimentar e da segurança alimentar nutricional, selecionamos ao todo 10 setores censitários, 5 setores de alta exclusão social, que correspondem aos setores 166 (Jardim Guanabara), 169 (Parque Alexandrina); 172 (Jardim Morada do Sol), 220 (Jardim Planalto) e 240 (Jardim Santa Mônica); e por fim, 5 setores de inclusão social, que correspondem aos setores 09 (Bairro do Bosque); 27 (Jardim Paulistano); 37 (Jardim Paulista); 41 (Jardim Aviação); e o 250 (Residencial Damha).

Tabela 01: Ano de implantação ou legalização dos Bairros analisados

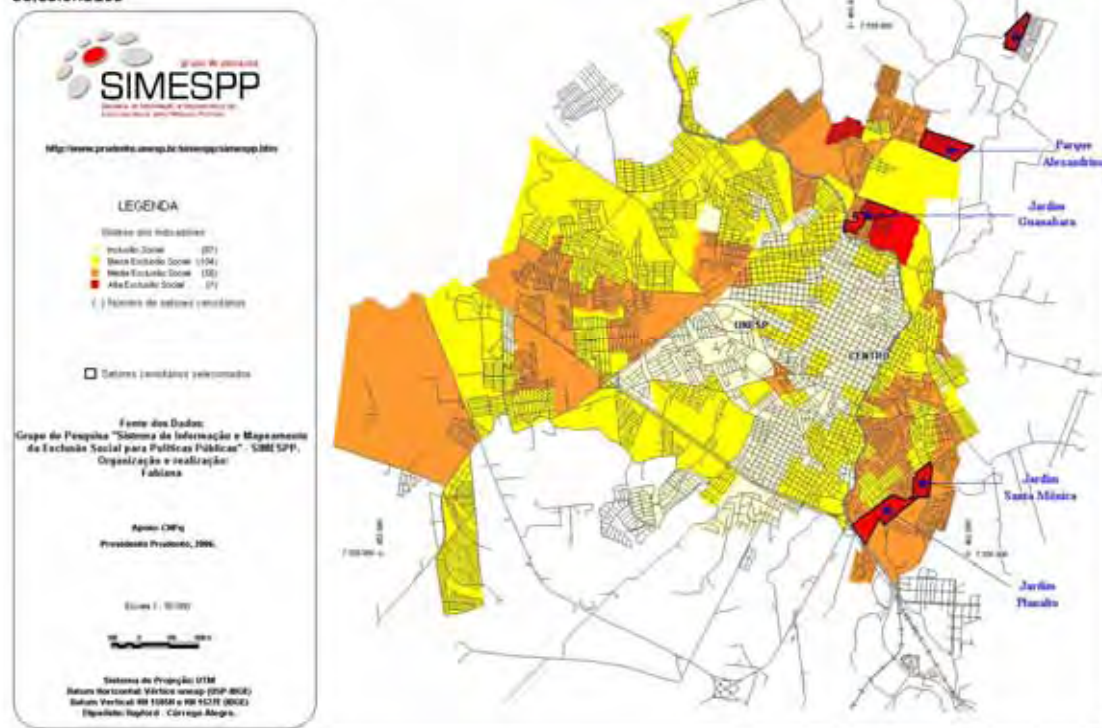
Bairro	Ano
Jardim Paulista	1946
Bairro do Bosque	1948
Jardim Guanabara	1952
Jardim Aviação	1964
Jardim Paulistano	1964
Jardim Planalto	1969
Parque Alexandrina	1978
Jardim Santa Mônica	1983
Jardim Morada do Sol	1991
Residencial Damha	1995
Fontes: SPOSITO, Eliseu Savério, 1990; LEME, Ricardo Carvalho, 1999	
Org: CALDEIRA, Fabiana, 2007	

Como podemos verificar através do quadro 01, os Bairros mais antigos da cidade, em sua maioria, hoje correspondem a locais considerados de inclusão social, são Bairros tradicionais da cidade, apenas o Residencial Damha tem sua implantação mais recente, no entanto, este é um condomínio fechado, e sabemos que a implantação dos condomínios fechados em Presidente Prudente, e não só em Presidente Prudente, como em todo Brasil, é uma prática mais contemporânea.

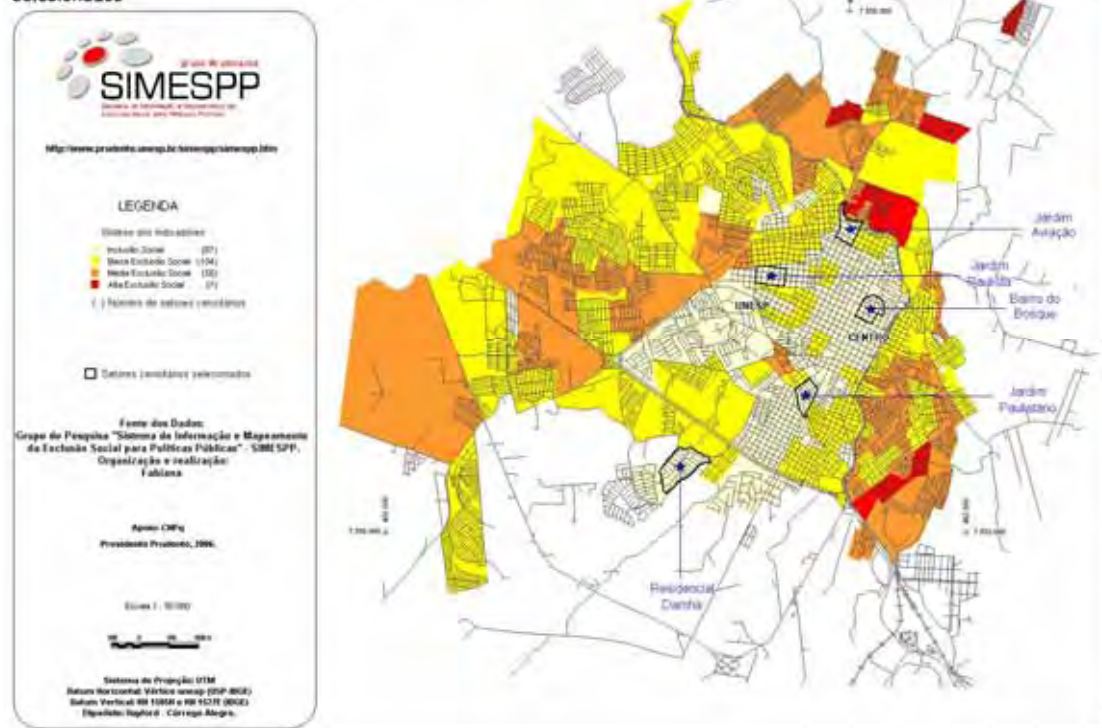
Os Bairros mais novos correspondem aos setores de exclusão social, são loteamentos periféricos desconectados da malha urbana, destinados aos setores populacionais de menores rendas.

Após apresentarmos os mapas acerca dos setores selecionados para a pesquisa, passaremos ao capítulo 2, que aborda a metodologia elaborada para a realização deste trabalho.

PRESIDENTE PRUDENTE
Localização dos setores de exclusão social
selecionados



PRESIDENTE PRUDENTE
Localização dos setores de inclusão social
selecionados





CAPÍTULO 2: METODOLOGIA: o caminho trilhado para se diagnosticar o perfil do consumo alimentar da população prudentina.

2.1. METODOLOGIA

A metodologia desenvolvida para a efetivação do trabalho teve como base experiências anteriores, a partir das quais foi possível o aperfeiçoamento de algumas ferramentas para o diagnóstico do perfil do consumo alimentar em grupos populacionais específicos, em cidades de porte médio, como é o caso da cidade de Presidente Prudente.

Num primeiro momento foi realizada uma pesquisa bibliográfica a respeito dos temas em questão, a saber: Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, Consumo Alimentar, Inquéritos Alimentares, Padronização dos Hábitos Alimentares, Políticas Públicas em SANS e Exclusão Social. Vale ressaltar que além da pesquisa bibliográfica realizada nas dependências da biblioteca da FCT/UNESP, a pesquisa feita através da internet foi a base bibliográfica de maior relevância para o trabalho, haja vista, que o tema central da pesquisa em questão ainda não está sendo amplamente estudado na ciência geográfica, não temos quase nenhum estudo sobre a temática na Geografia. Desta forma, este trabalho pretende preencher de alguma forma esta lacuna.

Desta forma, consideramos o procedimento essencial na realização desta pesquisa a seleção de dados e indicadores de maior relevância para se traçar o perfil alimentar de grupos populacionais específicos de Presidente Prudente, como também o levantamento bibliográfico e a análise acerca das diversas metodologias em inquéritos alimentares que já vem sendo utilizadas na busca de se caracterizar o consumo alimentar em diversos grupos populacionais no Brasil, para que a partir de tais levantamentos pudéssemos elaborar uma metodologia simples e adequada para os fins da nossa investigação científica. Assim, procuraremos apresentar no próximo subitem deste capítulo as mais diversas metodologias de inquéritos alimentares, utilizadas no Brasil e no exterior para se traçar um determinado perfil alimentar. Portanto, fez-se necessário à busca e o levantamento destes dados nas mais diversas áreas do conhecimento, como na Nutrição, Economia, Sociologia, a Epidemiologia, a Antropologia, a História, a Psicologia, haja vista que, segundo Poulain (2003), a alimentação é um objeto de extrema complexidade, suscetível de mobilizar numerosas disciplinas científicas. Cada uma produz, a partir de seu ponto de vista e das suas problemáticas principais, séries de dados que permitem estudar

as grandes tendências de consumo, as ligações entre alimentação e saúde, a diferenciação social e cultural das práticas, entre outras possibilidades.

Destaca-se, portanto, a possibilidade de estudos pluridisciplinares, trabalhando as interações entre essas diferentes dimensões. Considerando tal posicionamento, acreditamos que a ciência geográfica possa também ser de grande relevância dentro deste cenário, podendo contribuir de maneira ativa nos estudos acerca da temática da Segurança Alimentar e Nutricional e Consumo Alimentar.

Um dos instrumentos aperfeiçoados foi o questionário, que numa primeira fase da pesquisa se mostrou de difícil aplicação, difícil entendimento para o entrevistado, extenso e demorado. Sendo assim, resolvemos cortar algumas questões, de ordem demográfica, habitacional e econômica, em virtude de acesso a elas em outras fontes, como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e aos bancos de dados do próprio CEMESPP. Entretanto, serviu de subsídio para a elaboração de um questionário objetivo, que pudesse ser aplicado numa amostra populacional, de maneira geral em todas as cidades médias, e em específico na cidade de Presidente Prudente. Após algumas aplicações funcionando como testes, com uma série de aperfeiçoamentos, chegou-se a um questionário final e objetivo que abriu a possibilidade de posterior tratamento de dados, que por sua vez, permitiu compreender de maneira geral o perfil do consumo alimentar em grupos populacionais específicos, em cidades de porte médio. Vale ainda registrar, que nos baseamos em vários outros levantamentos sobre o consumo alimentar dos brasileiros, como a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), realizada pelo IBGE, para elaborarmos o instrumento em questão.

A metodologia deste trabalho está baseada em um estudo de corte transversal desenvolvida através de pesquisa por amostragem probabilística de domicílios, com questionários padronizados para determinação do consumo familiar. Consideramos a família como unidade de análise fundamental, definida como o grupo de indivíduos que compartilham das mesmas estratégias de sobrevivência.

Utilizamos as informações registradas através da aplicação deste questionário, ou melhor, inquérito do consumo alimentar (ver anexo), a grupos populacionais específicos, ou seja, um grupo de famílias residentes em 5 setores censitários, considerados de alta exclusão social, e como contraponto, outro grupo de famílias residentes em 5 setores, considerados de inclusão social, de acordo com o Mapa da Inclusão/Exclusão Social elaborado pelo Grupo de Pesquisa CEMESPP.

Para a nossa Pesquisa, selecionamos ao todo 10 setores censitários, 5 setores de alta exclusão social, ou seja, dentre os 7 setores censitários totais com alta exclusão social, selecionamos os 5 setores de alta exclusão social (ver mapa 2) que obtiveram as piores notas de acordo com a metodologia utilizada pelo Grupo CEMESPP, que correspondem aos setores 166 (Jardim Guanabara), 169 (Parque Alexandrina) e 172 (Jardim Morada do Sol, mais conhecido como km 07); 220 (Jardim Planalto); 240 (Jardim Santa Mônica) e por fim, dentre os 67 setores censitários totais de inclusão social, selecionamos 5 setores de inclusão social (ver mapa 3), haja vista que os 5 setores com as melhores notas no contexto da cidade localizavam-se na área central, sendo estas áreas quase que estritamente comercial. Desta forma, como a unidade amostral da pesquisa era o domicílio, a família, todos os setores que correspondiam a áreas comerciais foram excluídos da amostra. O próximo grupo com as melhores notas, correspondiam todos a áreas de condomínios fechados, sendo estes de difícil, ou quase impossível acesso, selecionamos dentre eles apenas 1 condomínio, o Parque Residencial Damha 1, pelo fato de conhecermos uma moradora do local e esta ter facilitado nossa entrada para a aplicação dos questionários. Decidimos ainda, excluir setores censitários que correspondiam a bairros considerados como redutos de estudantes, por não representarem a família, por serem constituídos basicamente por população jovem e por terem hábitos alimentares completamente diferenciados, como é o caso do Bairro Jardim das Rosas, próximo a UNESP, e o Bairro Jardim Bongiovani e Vila Liberdade, próximos a UNOESTE. Resolvemos ainda, excluir da nossa amostra, setores que abarcavam mais de 1 bairro em seu perímetro, pois, os limites do bairro não condizem com os limites do setor, podendo ter apenas um bairro no setor, e não estar completamente dentro dele, extrapolando seus limites, ou então ter mais de um bairro no interior do setor, sem que nenhum deles esteja completamente internalizado. Assim, geraria dificuldades no momento de mapeamento e tabulação. Por fim, entre os setores restantes, selecionamos os 4 setores censitários, que correspondem aos setores 09 (Bairro do Bosque); 27 (Jardim Paulistano); 37 (Jardim Paulista); 41 (Jardim Aviação); e o 250 (Residencial Damha I) que já havia sido selecionado anteriormente.

Levando-se em conta que a unidade de análise para a aplicação dos questionários é o domicílio, foi necessário o conhecimento do total de domicílios presentes em cada um dos setores para, então, efetuarmos a soma dos mesmos, e

assim estabelecermos a amostra. Para a aplicação dos questionários, utilizamos uma amostragem de 10% sobre o total de domicílios de cada setor, o que no total significou 240 questionários. Definida a quantidade global da amostra, distribuiu-se proporcionalmente, a partir da representatividade de cada setor, o número de questionários a serem aplicados em cada um. A seguir temos o quadro elaborado para esse fim, que demonstra melhor aquilo que está sendo dito aqui.

Tabela 02: Número de questionários aplicados

Setor	Pop. Setor	Domicílios	Nº. de questionários Amostra de 10%	Densidade	Bairro
9	641	238	24	2,69	Bairro do Bosque
27	651	215	22	3,03	Jd. Paulistano
37	885	257	26	3,44	Jd. Paulista
41	627	205	21	3,06	Jd. Aviação
250	360	96	9	3,75	Damha
166	805	239	24	3,37	Jd. Guanabara
169	854	246	25	3,47	Pq. Alexandrina
172	1386	359	36	3,86	Jd. Morada do Sol
220	939	259	26	3,62	Jd. Planalto
240	1015	273	27	3,72	Jd. Sta. Mônica
TOTAL	8163	2387	240		

Org: CALDEIRA, Fabiana.

O instrumento metodológico aplicado constitui-se de 16 questões objetivas, contendo informações econômicas, demográficas, e principalmente acerca do consumo e dos hábitos alimentares deste grupo (ver anexo).

No entanto, para o presente trabalho, optamos por dar maior relevância às questões de cunho alimentar, por ser o foco central de análise do

mesmo, porém, ao final da dissertação apresentamos sob a forma de apêndice os demais dados de ordem econômica e demográfica.

Depois de efetuada a determinação da amostra, de modo a estabelecer um número de questionários que desse confiabilidade aos dados coletados, se deu a realização do trabalho de campo. A aplicação do inquérito ocorreu em 2 etapas. Primeiramente realizamos o trabalho de campo nos 5 setores considerados de alta exclusão social. O primeiro setor censitário visitado foi o setor 172, que corresponde ao Jardim Morada do Sol, a visita ocorreu no dia 10/04/2006. O segundo setor analisado foi o setor 166, correspondente ao Jardim Guanabara, no dia 12/04/2006. A terceira visita ocorreu no setor 220, que corresponde ao Jardim Planalto, no dia 14/04/2006, no período da manhã. Neste mesmo dia, visitamos no período da tarde o setor 240, ou, Jardim Santa Mônica. Por fim, no dia 17/04/2006, realizamos a pesquisa no setor 169, no Parque Alexandrina. Nesta etapa, foram recolhidos 138 questionários, e por meio das informações auferidas nestes foi possível a obtenção dos resultados posteriormente apresentados.

A segunda etapa da pesquisa de campo direcionou-se aos setores de inclusão social. A primeira visita se deu no dia 18/04/2006, no setor 41, correspondente ao Jardim Aviação. Já no dia 19/04/2006, no período da manhã, visitamos o setor 27, que compreende ao Jardim Paulistano, no período da tarde, analisamos o setor 37, que corresponde ao jardim Paulista. Por último, no dia 20/04/2006, realizamos a pesquisa de campo no setor 09, ou, Bairro do Bosque. As entrevistas no setor 250, que corresponde ao Parque Residencial Damha I, foram realizadas por telefone, pois não obtivemos autorização para entrarmos no local, assim, através de uma pessoa conhecida residente no referido residencial, conseguimos os demais contatos, que aceitaram participar e colaborar com a pesquisa, para efetivarmos nosso inquérito do perfil alimentar.

Após a aplicação dos questionários em dez setores censitários de alta exclusão e inclusão social, seguiu-se a digitalização dos dados, fase um tanto trabalhosa no momento da transposição. Mas não foram empecilhos para se chegar aos resultados finais. A tabulação dos dados consistiu em montar uma planilha eletrônica no programa Excel ® do Windows XP, onde foram transferidas as informações contidas nos questionários, contemplando todos os dados apresentados nos questionários.

Depois de pronta a tabulação dos dados, se fez necessária a sistematização das informações contidas na tabela. Então, selecionamos os dados e indicadores de maior relevância para a pesquisa e construímos diversos gráficos temáticos, para uma melhor visualização dos resultados obtidos na pesquisa, como também geramos alguns mapas no Programa MapInfo®. Assim, a partir do conjunto de informações levantadas nas fontes citadas, foi possível a produção dos resultados que serão apresentados nesta Dissertação.

2.2. MÉTODOS DE INQUÉRITOS ALIMENTARES

O presente trabalho objetivou, através da elaboração de um instrumento conciso, realizar de uma forma simplificada, um Inquérito de Consumo Alimentar de uma dada população, além de obter estimativas das características socioeconômicas, demográficas da população em análise.

Entretanto, para que tal objetivo fosse alcançado, foi preciso um vasto levantamento bibliográfico referente a metodologias de Inquérito de Consumo Alimentar, e suas respectivas análises. Através destas leituras, tornou-se possível fazer-se readaptações e reformulações de tais metodologias, para que pudessem ser aplicadas em uma cidade de porte médio como Presidente Prudente e para o grupo populacional analisado na presente investigação, tornando assim, factível a elaboração de um questionário-piloto sintético e abrangente, que abarcaria questões de cunho alimentar, demográfico e econômico.

Segundo Galeazzi (1996), no campo da alimentação, importante ferramenta para se obter informações quanto ao perfil socioeconômico e nutricional de uma dada população, é o inquérito de consumo alimentar. Para a referida autora, o consumo alimentar é entendido como sendo a caracterização - qualitativa e quantitativa - do tipo de alimentação de um indivíduo, grupo ou população. Este está ligado a fatores socioeconômicos, conjunturais, sendo fortemente dinâmico e determinando, ao longo do tempo, o hábito alimentar, de acordo com as características estruturais da população como: cultura; regionalidade; condições produtivas, urbana ou agrícola.

De acordo com Lustosa (2000), a preocupação com a qualidade das estimativas de consumo alimentar de comunidades, a partir de pesquisas

domiciliares, é relativamente recente, originária do pós-guerra. Um breve histórico das contribuições metodológicas à melhor qualidade dos instrumentos de medição e das estimativas do consumo, mostra que, até a 2ª Guerra Mundial, essa questão recebia pouca atenção. No presente, grandes progressos metodológicos foram alcançados e um grande número de indicadores de consumo alimentar podem ser construídos, mas a disponibilidade dos dados adequados continua sendo a principal restrição.

Até a segunda guerra mundial, pouca atenção era dada ao desenvolvimento de estimativas abrangentes da oferta e consumo de alimentos. Foi a preocupação dos governos com a guerra, a ameaça de escassez e o aumento do controle da distribuição dos alimentos, que contribuiu para o aprimoramento dessas estatísticas. Cada país passou a precisar conhecer seus ativos alimentares, mas também os de outros países, particularmente, os de seus inimigos e daqueles por estes ocupados.

O primeiro estudo a comparar sistematicamente a oferta nacional de alimentos e as variações observadas no consumo de diversos países, foi o relatório produzido, em 1944, no “Combined Food Board”, que buscou orientar a alocação internacional de alimentos. Este esforço pioneiro limitou-se aos dados do Canadá, Inglaterra e Estados Unidos – cujas estatísticas sobre alimentos eram, então, as melhores do mundo, e beneficiavam-se de controle governamental, excepcionalmente elevado, sobre a oferta. No entanto, as informações apresentadas continham muitas deficiências que não foram devidamente explicitadas. Havia grande margem de erro nas estimativas apresentadas, que poderiam comprometer as conclusões.

O segundo grande marco nos estudos de consumo alimentar foi a publicação, em 1946, da primeira “World Food Survey”, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Tratava-se de uma ambiciosa tarefa de compilar estimativas de oferta e “consumo” de alimentos antes da guerra, para um conjunto de 70 países que abrangiam cerca de 90% da população mundial.

Em 1949, foi divulgada a primeira folha de balanço de alimentos para os 41 países considerados possuidores de estatísticas adequadas. Nesse mesmo ano, o Ministério da Agricultura dos Estados Unidos publicou o documento “Consumo de alimentos nos E.U.A. de 1909 a 1948”, o mais cuidadoso e abrangente estudo do consumo até então elaborado.

Três anos depois, a FAO produziu a segunda “World Food Survey” e, em 1955, a segunda série de balanços de alimentos, nas quais muitas das estimativas de consumo anteriores foram substancialmente revistas, na maioria dos casos, por estarem subestimadas (Lustosa, 2000).

Ainda segundo Lustosa (2000)

Apesar de esses documentos pioneiros da FAO não terem correspondido às expectativas de servirem de parâmetro para decisões de política, além de terem suscitado críticas às suas estimativas da extensão e distribuição geográfica da fome mundial, essas estimativas tiveram o importante papel de chamar a atenção para os diferentes padrões de consumo alimentar característicos dos diferentes países e de incentivar os governos de alguns países a avaliar e a aprimorar a qualidade de suas estatísticas alimentares (LUSTOSA, 2000).

Durante todo o período de pós-guerra, o ministério da agricultura dos Estados Unidos dividiu, com a FAO, a liderança na produção de estatísticas alimentares para diversos países. No fim da década de 50, o ministério da agricultura americano passou a divulgar estimativas do consumo de diversos países, bastante imprecisas, culminando com a publicação, em 1959, de balanços de alimentos para 76 países estrangeiros, seguido de um documento que interpretava essas estatísticas, já pouco confiáveis, de forma equivocada, supostamente com objetivos políticos. Tal documento, divulgado em 1961, (“The World Food Déficit: a first approximation”), apoiava-se na comparação de estimativas questionáveis da oferta de alimentos, com outras ainda mais imprecisas, de necessidades alimentares.

Nessa mesma época, a FAO elaborou sua terceira “World Food Survey” (o que vem fazendo todas as décadas, desde então, sendo a última, a sexta), também com base em dados que contém imprecisões. Os objetivos dessas estimativas eram atender à campanha da FAO “Freedom from Hunger”, orientar os países considerados deficitários em alimentos no planejamento da expansão de sua produção agrícola, e ajudar o governo americano a intensificar sua campanha “Alimentos para a Paz”.

Os primeiros indicadores de consumo alimentar são, portanto, as estimativas provenientes desses balanços de alimentos, que forneceram por muitos anos, as únicas estatísticas disponíveis para a inferência do consumo alimentar de um país, a partir de dados sobre a disponibilidade de alimentos.

O final da década de 60, foi responsável por grandes avanços metodológicos, alcançados pela FAO, no planejamento e desenvolvimento de inquéritos alimentares e nutricionais, realizados inicialmente no Peru e posteriormente no Brasil. Nessas pesquisas, pela primeira vez, foi levada em conta a influência da sazonalidade dos dias da semana no consumo, da presença variável dos comensais a uma refeição, assim como, pela primeira vez, se estimou indiretamente o consumo alimentar fora do domicílio, o desperdício, as sobras e trocas de alimentos, bem como os resíduos alimentares. Além disso, a necessidade de se melhorar a qualidade dos dados de consumo coletados, pela primeira vez se compilou uma tabela de composição de alimentos especialmente para uso com os dados de uma pesquisa domiciliar (o Estudo Nacional da Despesa Familiar – ENDEF – realizado pelo IBGE, em 1974-75).

Outro tipo de estudo com dados de consumo que se difundiu, sobretudo na América Latina, é a construção de cestas básicas de alimentos (cujo custo determina o valor da Linha de Indigência), para o cálculo do indicador econômico Linha de Pobreza (um valor correspondente a um múltiplo da Linha de Indigência). As quantidades consumidas por um estrato de referência dentre as famílias pesquisadas em cada espaço geográfico (condicionadas a uma taxa de adequação energética e de nutrientes satisfatória e um baixo poder aquisitivo), fornecem o conteúdo de cestas básicas de alimentos. Esse tipo de análise foi disseminado pela América Latina sob a orientação técnica da Comissão Econômica das Nações Unidas, para a América Latina e o Caribe - CEPAL, desde a década de 80 (CEPAL, 1985). A construção de cestas básicas de alimentos para diferentes segmentos socioeconômicos de um mesmo espaço geográfico, independentemente do cálculo da linha de pobreza, representa, por si mesma, uma importante contribuição para a avaliação da segurança alimentar de uma população.

Apesar da indiscutível importância de se contar com dados sobre consumo alimentar, com uma frequência compatível com a implementação do sistema de vigilância alimentar e nutricional proposto pela FAO em âmbito internacional, a periodicidade com que se realizam as pesquisas domiciliares deixa, ainda, muito a desejar.

Até os dias atuais os Inquéritos Alimentares têm constituído o melhor instrumento para se determinar o padrão alimentar da população, e a sua evolução com o tempo. No Brasil, via de regra, esses inquéritos são conduzidos em capitais e

regiões metropolitanas. Desta forma, o padrão alimentar do interior do país é praticamente desconhecido.

No Brasil, as informações sobre este tema são extremamente escassas. Cabe aqui ressaltar, que principalmente no campo da Geografia não há muitos estudos a este respeito. Ainda hoje, as principais referências provêm do Estudo Nacional sobre a Despesa Familiar (ENDEF), realizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1974/75. Esta pesquisa coletou dados sobre todos os alimentos consumidos pelas famílias incluídas na amostra, dentro de um questionário amplo contemplando questões de saúde, antropometria e informações sócio econômicas. Após o ENDEF, o IBGE, em 1987/88 realizou uma nova Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), que objetivou a quantificação indireta do consumo de alimentos nas áreas urbanas metropolitanas do País, através dos dados de despesas com alimentação, permitindo assim uma estimativa do consumo de alimentos através de preços médios. Em 1989, a Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (PNSN), numa parceria entre o Ministério da Saúde, através do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas e o IBGE. E permitiu atualizar o mapeamento da quantificação da desnutrição e da obesidade no país, sem contudo, acrescentar informações atuais sobre consumo alimentar, em relação às já existentes. Atualmente, temos os resultados auferidos com a POF 2002/2003 e também os dados coletados com a PNAD 2006, que pela primeira vez, teve como um de seus módulos a questão da segurança alimentar. No entanto, tais dados contemplam apenas as regiões metropolitanas do país.

Destaca-se ainda, o Estudo Multicêntrico sobre o Consumo Alimentar e Estado Nutricional, realizado em 1996, por meio do qual foi examinado o consumo alimentar em cinco cidades brasileiras, sendo o primeiro estudo de grande abrangência no Brasil a utilizar o Questionário Semiquantitativo de Frequência Alimentar (QSFA) (Galeazzi, 1997).

Outra experiência de destaque que vem sendo realizada nos dias atuais, provém de um esforço desempenhado por pesquisadores da UNICAMP, que identificaram a necessidade de termos, à disposição da política brasileira de combate à fome, uma metodologia e questionário de avaliação familiar de segurança alimentar adequados às características nacionais. Esta experiência encontra-se ainda em sua primeira etapa, ou seja, de validação de metodologia para análise da

Segurança/Insegurança Alimentar em famílias brasileiras, residentes em áreas urbanas.

A investigação foi realizada entre os meses de abril e julho de 2003, e contou com financiamento e apoio técnico do Ministério da Saúde e, ainda, suporte técnico e financeiro complementar da Organização Pan-Americana da Saúde-OPS. A investigação foi também, resultado de uma parceria de pesquisadores de 4 instituições de ensino e pesquisa: Universidade Estadual de Campinas (Coordenação), Universidade Federal da Paraíba, Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia e Universidade Nacional de Brasília. Esta primeira etapa ocorreu em 4 cidades brasileiras, selecionadas para representar contextos econômicos, sociais e culturais diferentes: Campinas-SP, João Pessoa-PB, Manaus-AM, e Brasília-DF.

Por fim, no presente ano, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE, divulgou os resultados do levantamento suplementar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios -PNAD 2004, sobre Segurança Alimentar, realizado em convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome -MDS. Além da equipe do IBGE, houve a colaboração de especialistas de reconhecida experiência, que participaram do planejamento da pesquisa, da concepção da estrutura da publicação, assim como, da validação dos dados até a etapa final de elaboração das análises.

O sistema de pesquisas domiciliares, implantado progressivamente no Brasil a partir de 1967, com a criação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios -PNAD, tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas, umas de caráter permanente nas pesquisas, como as características gerais da população: educação, trabalho, rendimento e habitação; e outras com periodicidade variável, como as características sobre migração, fecundidade, saúde, nutrição e outros temas, que são incluídos no sistema, de acordo com as necessidades de informação para o País.

Esta última publicação divulgou os resultados da PNAD 2004, referentes à investigação suplementar sobre a condição domiciliar de segurança alimentar, que propiciou a construção de indicadores para a medida direta daquela condição. Foi a primeira vez que esse indicador foi observado em âmbito nacional. A

publicação apresentou ainda, algumas experiências relevantes para o desenvolvimento dos estudos no Brasil, os processos de validação do método e de sua adequação à realidade do País, e a descrição do procedimento para aplicação dessa metodologia, através da PNAD. Os resultados obtidos forneceram o perfil de segurança alimentar no Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, sendo ampliado o potencial explicativo dos indicadores construídos, tendo em vista a possibilidade de cruzá-los com diversas informações investigadas através da PNAD. Foram pesquisadas 399.354 pessoas e 139.157 unidades domiciliares selecionadas, distribuídas por todas as Unidades da Federação.

Segundo Galeazzi (1997), a própria FIBGE reconhece a necessidade, no Brasil, de adoção de sistemas de informação atualizados de coleta de dados, sobre o consumo de produtos alimentares pela população, devido às flutuações do nível e distribuição de renda e da introdução de novos produtos no mercado. Estes são indicadores característicos da estrutura de consumo pouco estável das economias em desenvolvimento.

Por fim, reafirma-se a fundamental importância da realização dos Inquéritos Alimentares, tendo em vista que no âmbito dos estudos sobre condições de vida, as informações de gastos ou quantidades consumidas de alimentos e bebidas têm uma relevância fundamental, pois refletem os hábitos e possibilidades de avaliações das populações investigadas, no que se refere, ao cumprimento, aos aspectos e padrões nutricionais.

Desta forma, constitui-se fonte importante de diagnóstico de situações de insegurança alimentar e principalmente de base de decisão sobre políticas de combate ou diminuição da fome ou da pobreza.

Depois de elucidada a metodologia que utilizamos para diagnosticar o perfil do consumo alimentar da população prudentina, cabe-nos agora apresentar este perfil. Assim, no próximo capítulo, avaliaremos o perfil do consumo alimentar dos brasileiros residentes em grandes cidades e dos brasileiros residentes em cidades do porte médio, no nosso caso, a população prudentina, revelando até que ponto o modo de vida urbano e os hábitos alimentares das grandes metrópoles, se difere de uma cidade de porte médio.



CAPÍTULO 3: PERFIL DO CONSUMO ALIMENTAR

3.1. PERFIL DO CONSUMO ALIMENTAR NUTRICIONAL DOS BRASILEIROS

O consumo de alimentos, bem como, o consumo de outros bens é determinado por fatores econômicos, sociais e culturais. Entre os fatores econômicos incluem-se os preços dos alimentos, os preços dos bens complementares e substitutos, o nível da renda da população e sua distribuição, além da quantidade de mercadorias ofertadas. Os fatores sociais são representados pela escolaridade, grau de urbanização da população, condições de higiene, saneamento e moradia, atendimento de profissionais da área de saúde e nutrição, estágio de vida, número de pessoas integrantes das famílias, mudanças na organização familiar, dentre outros. Os fatores culturais são aqueles encontrados nos padrões de conduta intrínsecos a determinados povos, regiões e grupos familiares, são transmitidos de geração a geração e sofrem a influência de questões morais, religiosas e até modismos.

De acordo com Faganello (2002):

(...) a conduta alimentar obedece mais a influência dos hábitos e costumes que a da razão ou instintos e depende da disponibilidade, tradições e experiências prévias e interações de fatores psicológicos e não psicológicos e o conhecimento profundo sobre a natureza dos hábitos e de como são gerados e evoluem é fundamental para se compreender a conduta alimentar (FAGANELLO, 2002, pág. 3)

Ainda segundo a referida autora:

(...) os hábitos alimentares podem referir-se a : ao que se come, quanto, como, quando e onde se come. Nesse contexto inserem-se fatores como números de refeições realizadas no dia, seus horários, alimentos de uso mais freqüente, aspectos sensoriais preferidos ou mais prestigiados, composição final da dieta, hábitos de higiene, de compra, armazenamento e manipulação dos alimentos, aos ritos e tabus ou varias outras combinações desses aspectos(...)
(...) a aquisição de alimentos é função das necessidades alimentares, do poder aquisitivo da família, da estrutura do mercado local e das motivações que levam as compras, como hábitos familiares, conhecimentos e habilidades culinárias, tipos de utensílios disponíveis, facilidades para conservar e armazenar os alimentos e o valor que as famílias atribuem a cada alimento (FAGANELLO, 2002, pág. 4).

Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira (2006), práticas alimentares saudáveis devem ter como enfoque prioritário, o resgate de hábitos alimentares regionais inerentes ao consumo de alimentos *in natura*, produzidos em nível local, culturalmente referenciados, e de elevado valor nutritivo como frutas, legumes e verduras, grãos integrais, leguminosas, sementes e castanhas, os quais devem ser consumidos a partir dos seis meses de vida até a fase adulta e a velhice, considerando sempre sua segurança sanitária (ver as diretrizes nacionais para uma alimentação saudável em anexo). Não se pode esquecer, de sempre considerar os aspectos comportamentais e afetivos relacionados às práticas alimentares. Uma alimentação saudável deve contemplar alguns atributos básicos. São eles: acessibilidade física e financeira, sabor, variedade, cor, harmonia e segurança sanitária.

No entanto, o mundo tem passado por uma série de transformações nas últimas décadas, sendo as mais visíveis, a globalização e a crescente urbanização. Estas transformações vêm mudando também o estilo de vida de toda uma população, o que está afetando a qualidade dos alimentos produzidos e industrializados e também a escolha dos consumidores.

Verifica-se que este novo estilo de vida e o ritmo frenético das grandes cidades, impuseram à sociedade moderna, novos hábitos alimentares, muitas vezes, até estimulados pela própria indústria alimentícia, que procurou facilitar a vida moderna com alimentos já prontos ou semiprontos.

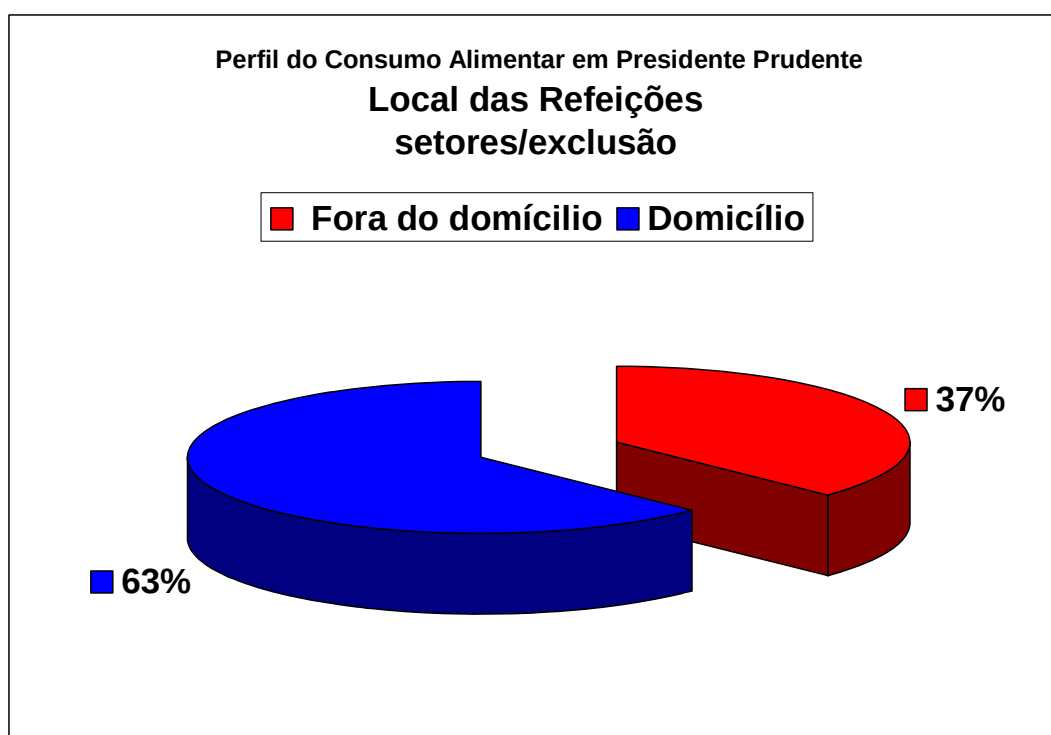
Nos últimos anos, houve um aumento do número de refeições feitas fora do lar e hoje temos várias estratégias de opções desde a alimentação sendo realizada em restaurantes mais tradicionais, *fast-foods* e locais de trabalho, bem como o consumo de lanches, que já aparece como opção em carrinhos de cachorro quente, *trayllers* ou outras formas.

A escassez de tempo, as longas distâncias entre a casa e o trabalho, levam a uma crescente busca por refeições rápidas e práticas do tipo *fast foods*. Nesse contexto, surge um novo padrão de alimentação, o padrão das sociedades industrializadas, é a chamada ocidentalização alimentar. Entretanto, salienta-se que este novo padrão alimentar trouxe consigo grandes consequências, as doenças de cunho nutricional, como a desnutrição e a obesidade.

Mas este cenário de insegurança alimentar, este novo padrão alimentar devido à escassez de tempo e as longas distâncias entre casa e trabalho,

felizmente se difundiu em especial nas grandes cidades, enquanto que em cidades de porte médio e cidades pequenas ainda mantêm certos hábitos tradicionais, como o ato de comer no lar. Porém, o ato da socialização na hora da refeição, o comer em família, infelizmente com os anos se perdeu. Cada indivíduo faz seu horário e muitas vezes a companhia na hora da refeição tem sido a televisão. Foi, através dos dados auferidos com o nosso inquérito do perfil do consumo alimentar na população prudentina, que verificamos este fato. Vejamos os gráficos a seguir.

Gráfico 1:

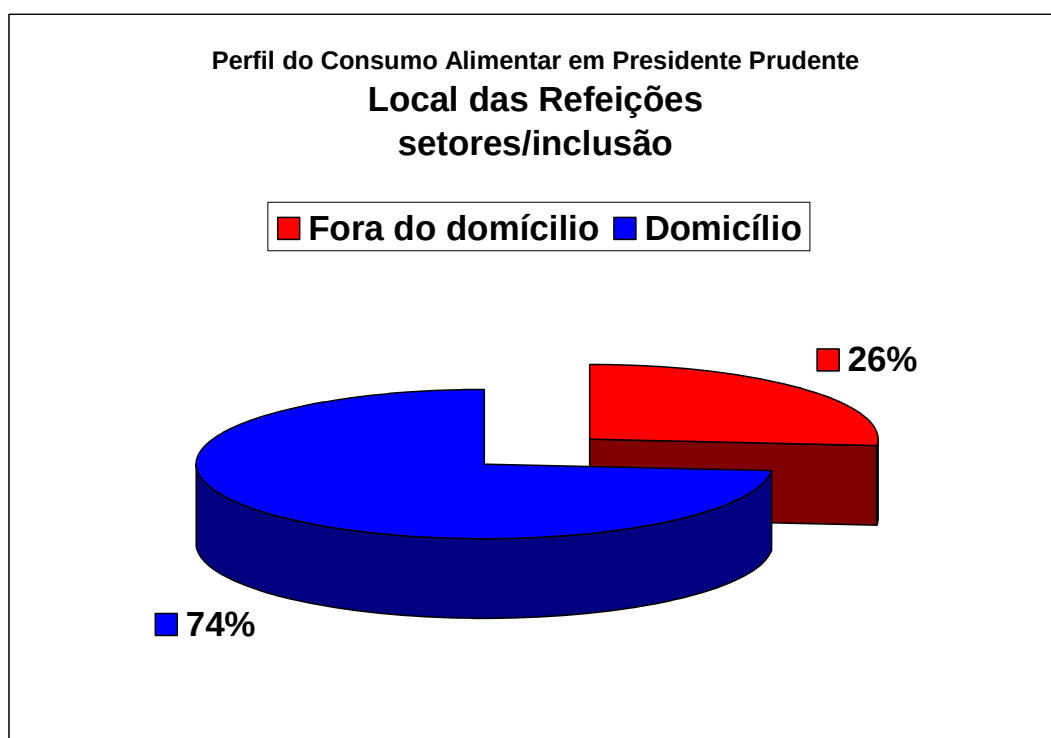


Fonte: Trabalho de Campo, 2006.
Org: CALDEIRA, Fabiana.

O gráfico 1, nos revela a porcentagem de famílias onde pelo menos um membro realiza alguma das refeições fora do domicílio. Em uma cidade de porte médio, como Presidente Prudente, este número não é tão expressivo, como vemos ocorrer em grandes metrópoles, onde a grande maioria das pessoas, devido às longas distâncias entre trabalho e moradia, acaba por fazer suas refeições fora de casa. Assim, temos em Presidente Prudente, nas áreas de exclusão social, 37% de

famílias que pelo menos um dos membros realiza suas refeições fora de casa. Ainda que não seja um número alto, porém infelizmente já se configura com uma tendência metropolitana. E 63% afirmaram que realizam suas refeições em casa. Já os 37% que disseram se alimentar fora de casa, recorrem à alimentação fora do domicílio devido ao fato de seus trabalhos ficarem distantes da moradia, e em muitos casos, a própria profissão restringe este ato, pois não há horário de almoço, o que faz com que o indivíduo não retorne a casa para a refeição, como no caso das empregadas domésticas. Em outros casos, estas pessoas não possuem condições financeiras para se locomoverem até sua residência para a refeição.

Gráfico 2:

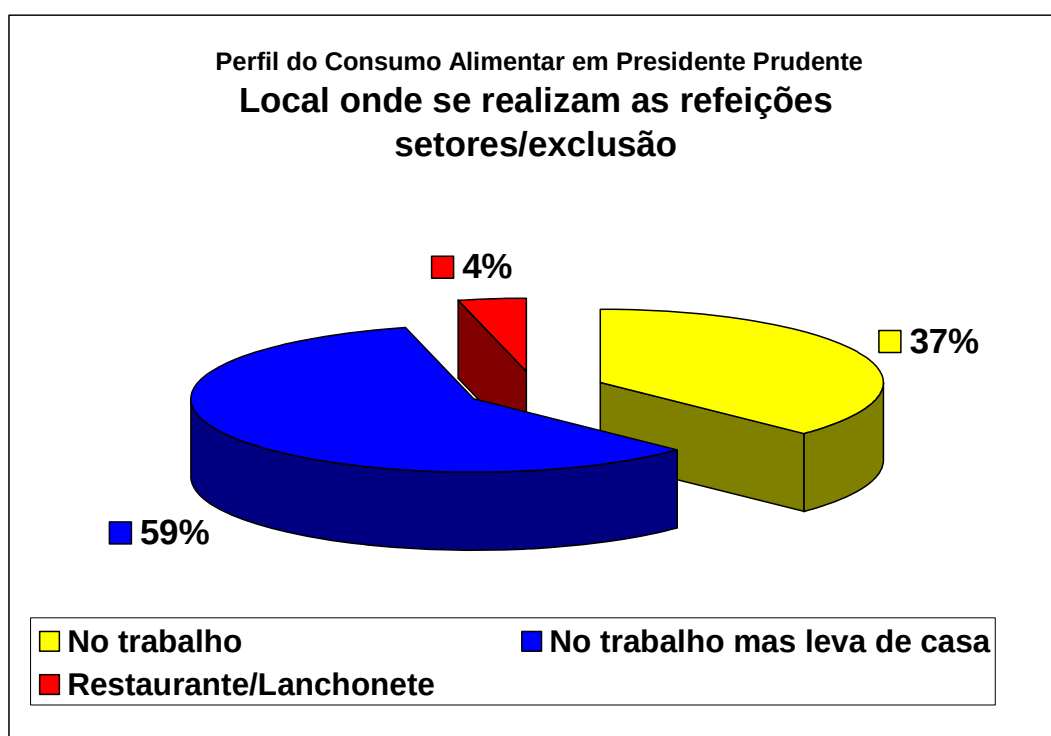


Fonte: Trabalho de Campo, 2006.
Org: CALDEIRA, Fabiana.

Como já foi dito anteriormente, a alimentação fora do domicílio é uma característica de grandes centros urbanos, não tendo grande expressividade em cidades médias. Assim, temos em Presidente Prudente, nas áreas de inclusão social, apenas 26% de famílias, que pelo menos um dos membros realiza suas

refeições fora de casa. A maior parte das famílias realiza todas as suas refeições em suas moradias, sendo este fato de suma importância para alimentação, pois em casa, a tendência é que tenhamos uma alimentação mais saudável e balanceada.

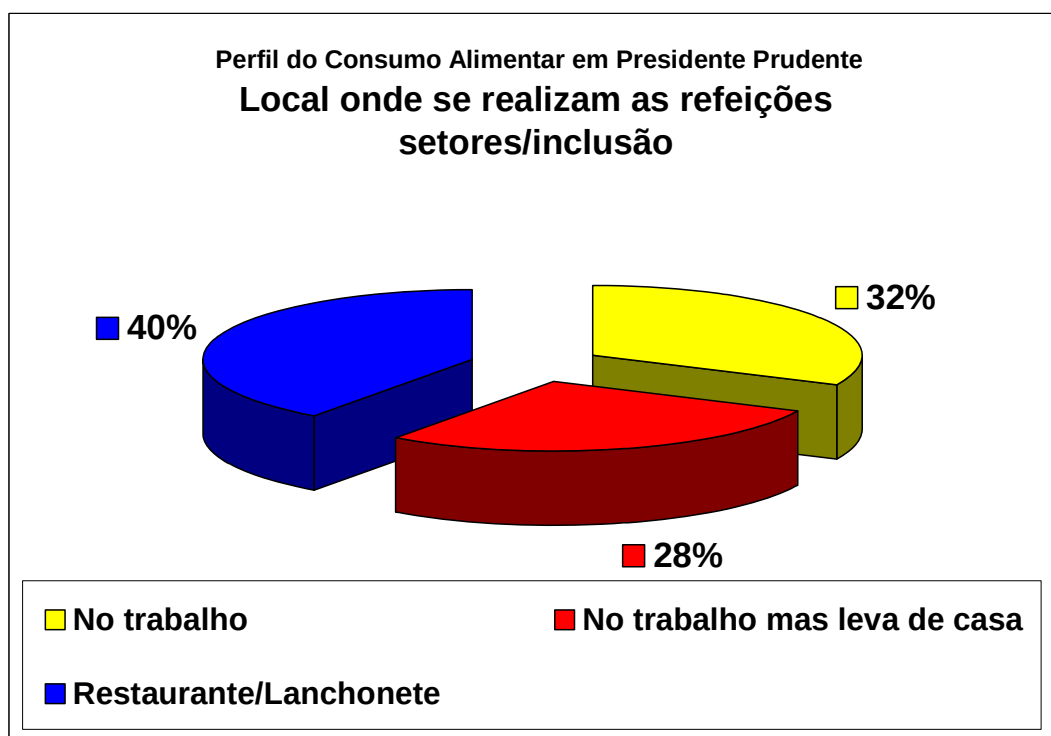
Gráfico 3:



Fonte: Trabalho de Campo, 2006
Org: CALDEIRA, Fabiana.

Este gráfico vem complementar o gráfico acima, onde visualizamos os principais locais utilizados para a refeição, dos 37% de famílias que responderam ter pelo menos um membro que realiza suas refeições fora do domicílio. Assim, temos a seguinte configuração: a grande maioria, 59%, afirmaram realizar suas refeições no trabalho, porém levam de casa sua alimentação, 37% realizam suas refeições no trabalho, onde a alimentação é fornecida no trabalho mesmo e, por fim, apenas 4% afirmaram realizar suas refeições em restaurantes ou lanchonetes, sendo este um dado positivo, pois ao levarmos a alimentação da própria casa, a tendência é que o alimento tenha uma melhor qualidade do que alimentos consumidos em lanchonetes e restaurantes do tipo *fast foods*.

Gráfico 4:



Fonte: Trabalho de Campo, 2006.
Org: CALDEIRA, Fabiana.

Visualizamos aqui os principais locais utilizados para a refeição pelas famílias residentes em áreas de inclusão social, ou seja, dos 26% de famílias que responderam ter pelo menos um membro que realiza suas refeições fora do domicílio, quais os locais utilizados por estas para suas refeições. Assim, temos o seguinte perfil, a maioria, 40%, afirmaram realizar suas refeições em restaurantes e lanchonetes, 32% realizam suas refeições no trabalho, e por fim, 28% afirmaram realizar suas refeições no trabalho, mas levam de casa. Aqui já vemos uma configuração diferente, enquanto que nas famílias residentes em áreas de exclusão social a alimentação é levada de casa, a famosa “marmita”, no outro ponto, a maioria das famílias de áreas de inclusão social que se alimentam fora de casa, afirmaram que realizam suas refeições em restaurantes e lanchonetes, já que possuem poder aquisitivo para tal. No entanto, não vemos vantagem neste hábito, pois a alimentação em restaurantes e lanchonetes, em geral não é saudável e é rica em alimentos calóricos, prejudicando a saúde, causando diversos problemas nutricionais.

Os problemas nutricionais, no Brasil, são causados, tanto pela falta, como pelo excesso de nutrientes, como calorias (energia), açúcares, gorduras, proteínas, vitaminas e sais minerais.

Relacionados à falta de nutrientes, considera-se que a pobreza e a miséria, são problemas que afetam grande parte da população do nosso país. Elas trazem consigo uma série de doenças, que são causadas pela falta de nutrientes necessários para o bom funcionamento do nosso corpo. Esta falta de nutrientes é causada pela pouca quantidade e má qualidade da comida que comemos.

Essas doenças são chamadas de "doenças carenciais". As mais comuns são desnutrição, anemia, falta de Vitamina A e falta de Iodo. Elas acontecem normalmente junto com pneumonias, bronquites, parasitoses, diarréias e outras, que agravam ainda mais o estado de saúde das pessoas afetadas.

As doenças da falta estão ligadas a problemas maiores, como: concentração de renda, desemprego, pouca escolaridade, dificuldades de acesso aos serviços de saúde, e outros. Esses problemas aumentam a marginalização, a pobreza e o enfraquecimento da cidadania.

No entanto, esta falta de nutrientes acontece em todas as classes sociais. Muitas pessoas com boa renda se alimentam pouco para ficar magras, ou ainda, embora tendo acesso à comida em quantidade suficiente, se alimentam mal.

Algumas más práticas alimentares são:

- ✓ Preferência por lanches rápidos (*fast foods*) e comidas gordurosas (hambúrguer, cachorro-quente, batata frita, salgadinhos industrializados, refrigerantes, sucos artificiais);
- ✓ Baixo consumo de alimentos naturais e integrais;
- ✓ Opção por uma comida monótona e sem variedade de nutrientes, como macarrão, arroz e batata numa mesma refeição.

Outras mudanças significativas vêm ocorrendo na sociedade, como:

- ✓ A concentração de pessoas nas cidades;
- ✓ Crescimento das indústrias, gerando novas formas de trabalho e novos tipos de produtos de consumo;
- ✓ A diminuição do esforço nas atividades do trabalho e do lar, pela utilização de máquinas e aparelhos eletrodomésticos;
- ✓ A diminuição da atividade física no lazer, principalmente pelo crescente uso da televisão;
- ✓ O aumento do tabagismo e do alcoolismo, associados aos fatores anteriores, fizeram com que houvesse uma mudança no estilo de vida das pessoas.

As campanhas de vacinação em massa, a melhoria do saneamento básico (água encanada, esgoto encanado, coleta de lixo) e o avanço de pesquisas para o desenvolvimento de remédios, principalmente antibióticos, vêm diminuindo os casos de infecções, como a pneumonia, as parasitoses (vermes) e também as mortes, causadas por estas doenças no Brasil.

Essas medidas de prevenção e tratamento das doenças trouxeram como resultado uma melhoria nas condições de vida da população. Por isso, estando mais protegidas das doenças, as pessoas estão vivendo mais tempo.

O aumento do tempo de vida, a mudança de hábitos e o stress, fizeram aparecer um grupo de doenças que vai afetando lentamente o corpo, durante um período longo e provocando mudanças que podem não ter recuperação.

Por causa destas características, essas doenças são chamadas de "crônicas não-transmissíveis". Elas aparecem especialmente entre os adultos e os mais idosos. As principais doenças são a obesidade, o câncer, diabetes, doenças do coração e da circulação (pressão alta, derrame, infarto).

A qualidade da alimentação das pessoas também mudou muito. O consumo excessivo de gorduras animais e de proteínas, o aumento do consumo de produtos químicos presentes nos alimentos industrializados e, por fim, o excesso de calorias, facilita o aparecimento de muitas doenças crônicas não-transmissíveis.

De uma maneira geral, o que se tem observado na maioria dos países em desenvolvimento, é um aumento do consumo de alimentos com elevados níveis de gordura e açúcares e uma considerável diminuição no consumo de alimentos ricos em fibras carboidratos.

Houve um aumento no consumo de alimentos transformados e o incremento do número de refeições feitas fora de casa. No Brasil, em média, nas grandes cidades a população gasta 24% das despesas alimentares em consumo fora do domicílio, de acordo com a recente Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A tendência é que essa proporção aumente com o desenvolvimento econômico do país. Em países com renda elevada, como os Estados Unidos, por exemplo, gasta-se fora de casa 46,2% das despesas alimentares. Na verdade, no Brasil, já vem se observando uma taxa bem mais expressiva do crescimento do setor de serviços de alimentação, isto é, de 121,1% no período de 1995 a 2002, do que do varejo alimentício que foi de 60,2% no mesmo período, segundo a Associação Brasileira de Indústrias de Alimentação.

Observa-se a evolução dos locais de compra e, ao mesmo tempo, a intensificação da desigualdade social e das formas de exclusão, com influência direta nos níveis de consumo alimentar da população. Ainda assim, certos alimentos de alto valor agregado, considerados supérfluos, têm uma grande capacidade de penetração, mesmo entre a população menos favorecida, graças às mensagens publicitárias.

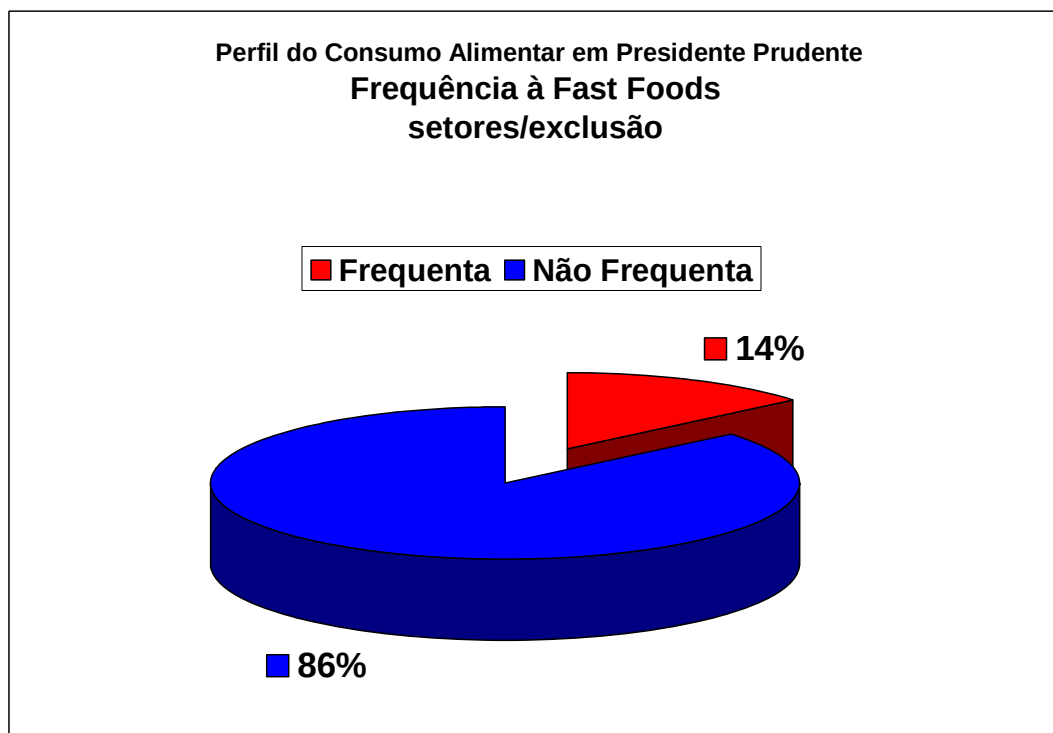
O pensamento desta população ao receber as mensagens que a mídia as coloca, é a de que, consumindo tais alimentos, ou através do ato de freqüentar *fast foods*, elas estarão tendo *status*, e até se igualando, enquanto cidadãos, à população de alta renda, pois consomem o mesmo alimento ou freqüentam o mesmo espaço e isto as tornam iguais neste momento, mesmo que para isso, elas deixem de pagar a conta de luz.

A história social mostra a transferência dos valores das classes dominantes, para as menos favorecidas, no que se refere ao consumo de certos alimentos. Estas classes dominantes são, portanto, uma importante via de difusão da sua cultura, fenômeno observado no Brasil, desde a época colonial.

Em relação à freqüência a *fast foods* em uma cidade de porte médio, como Presidente Prudente, esta não representa uma prática do cotidiano ou necessária, como nas metrópoles, mas sim representa a festa, o lazer, o prazer. As

peças procuram estes locais como forma de lazer, sociabilização e até como forma de igualamento por parte de famílias de baixa renda. Assim, para a cidade de Presidente Prudente temos a seguinte configuração.

Gráfico 5:

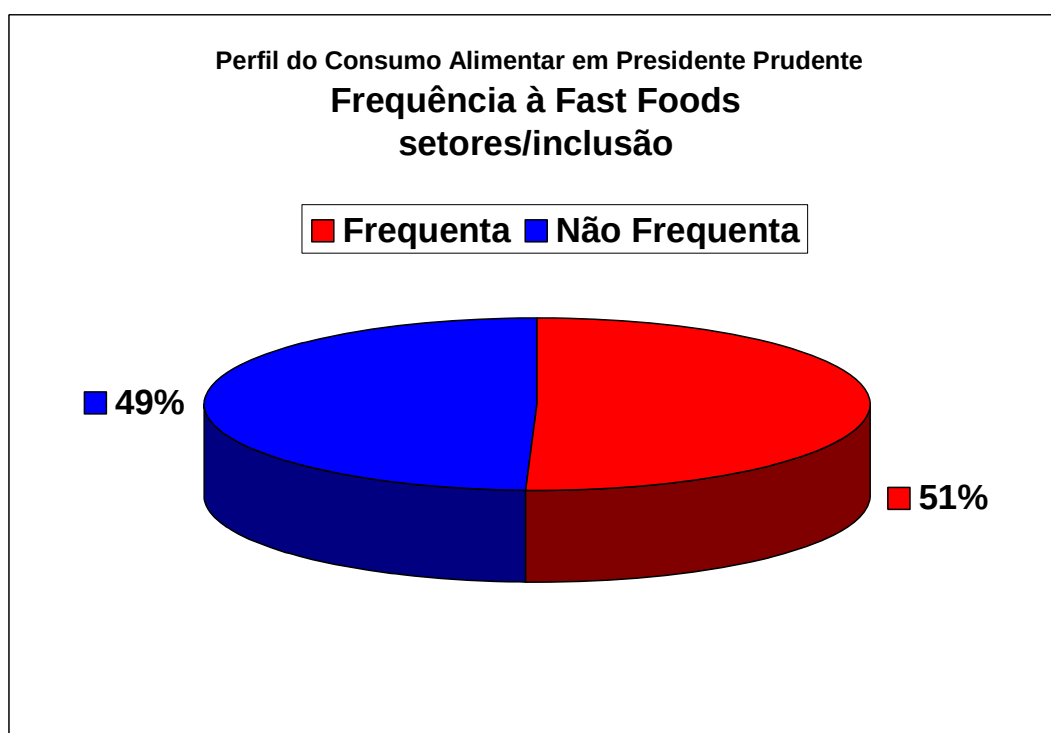


Fonte: Trabalho de Campo, 2006.
Org: CALDEIRA, Fabiana.

No gráfico 5, temos a frequência a *fast foods*, que nas grandes cidades e regiões metropolitanas, tem assumido um papel relevante, no cenário alimentar da população em geral, mesmo as de baixa renda, devido às grandes distâncias entre trabalho e moradia, as pessoas se vêem obrigadas a se alimentarem fora da residência, acabando por consumir estes alimentos oferecidos nos *fast foods*, até por uma questão de necessidade. Já em cidades de porte médio, como é o caso de Presidente Prudente, o hábito de frequentar *fast foods*, está muito mais atrelado à situação econômica e *status* social da população. As pessoas que frequentam estes lugares são famílias pertencentes a uma camada social mais abastada, e as pessoas de baixa renda que procuram por estes locais, geralmente, estão buscando, pelo menos, em algum momento se igualar a estas pessoas de

camada social melhor. Dentro deste contexto, nos setores de exclusão social, apenas 14% das famílias indicaram frequentar *fast foods*, porém, a ida a estes locais, são esporádicas e raras, a maioria das pessoas responderam ir apenas 2 vezes ao ano, nestes locais.

Gráfico 6:



Fonte: Trabalho de Campo, 2006.
Org: CALDEIRA, Fabiana.

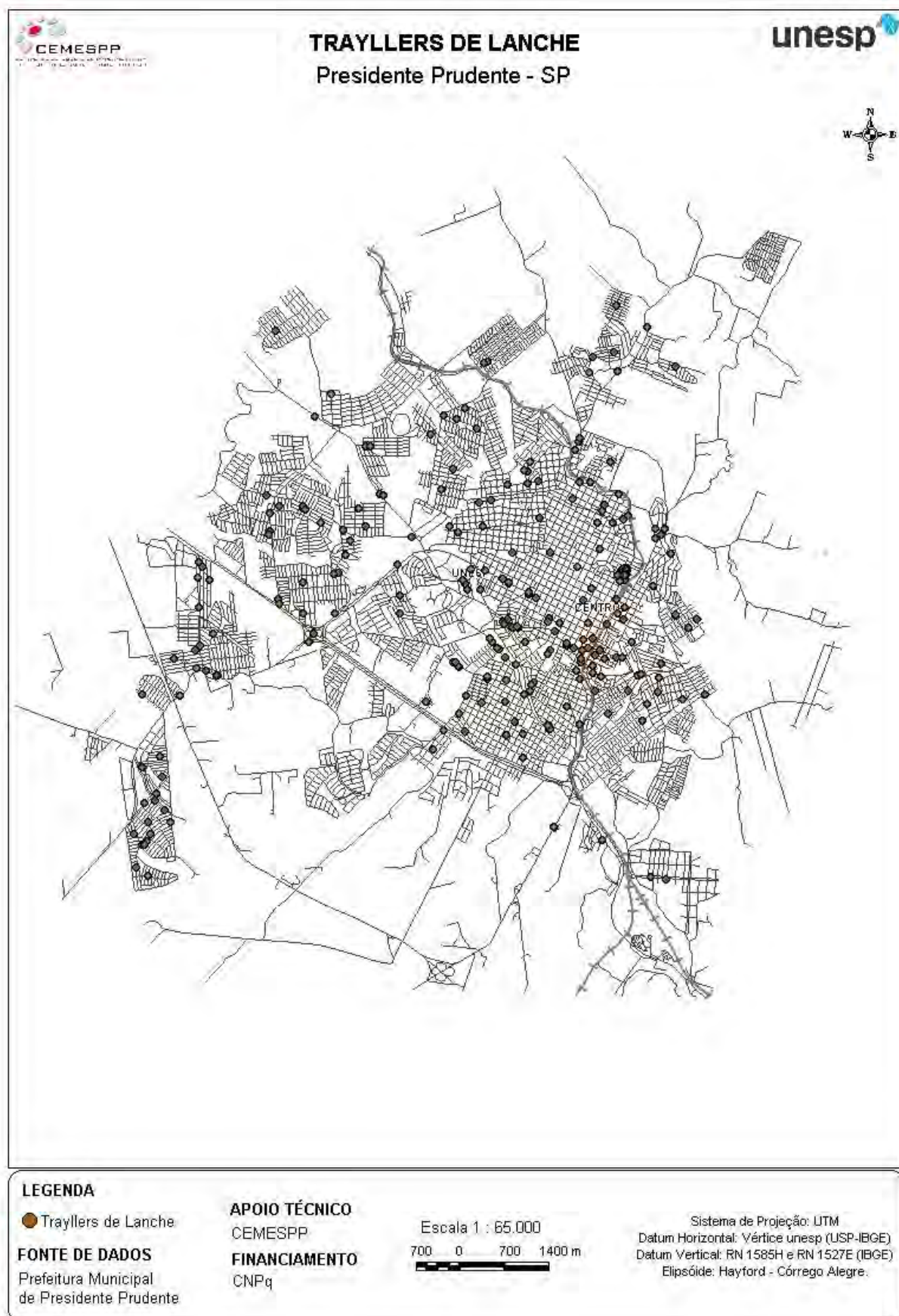
Neste gráfico, temos a frequência a *fast foods*, um dado importante, porém algo muito prejudicial à saúde das famílias de alta renda, pois verificamos que 51% desta população tem o hábito de frequentar fast foods pelo menos 1 vez por semana. Este fato é extremamente negativo, pois o alto consumo de alimentos do tipo *fast foods*, pode acarretar vários tipos de problemas à saúde, como a obesidade, já que, geralmente são alimentos ricos em calorias, gorduras e pobres em vitaminas e proteínas. Assim, verificamos a falta de uma política pública de

educação alimentar, especialmente nas escolas, que é a base da formação de um cidadão.

Ainda dentro do contexto dos *fast foods*, e para comprovarmos como este local representa a festa, o lazer em uma cidade de porte médio, realizamos um pequeno levantamento de dados com freqüentadores de trayllers de lanches na cidade de Presidente Prudente. Escolhemos os trayllers, por serem locais freqüentados, tanto por pessoas residentes em áreas de exclusão, como pessoas residentes nas áreas de inclusão, já que estes estão presentes em praticamente toda a cidade. Enquanto que as grandes redes de *fast food*, como McDonald's, Bobs e Habib's, em geral, são freqüentados por indivíduos mais abastados e se localizam nos shopping centers.

Desta forma, primeiramente, fizemos um levantamento junto à Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, sobre o número total e a localização dos trayllers dentro da cidade. Depois, verificamos os trayllers existentes nos 10 setores censitários utilizados para o nosso trabalho. Nos setores censitários considerados de exclusão social, existia apenas 1 trailer no Parque Alexandrina. Assim, juntamente com este, selecionamos aleatoriamente outro trayller em um setor de inclusão social, sendo o do Jardim Aviação o selecionado. Depois de selecionado o campo, elaboramos um pequeno questionário (ver anexo) para aplicarmos aos freqüentadores do local, a amostra de questionários seguiu a amostra do inquérito do perfil alimentar, ou seja, 10% sobre o total de domicílios de cada setor, o que no total significou 46 questionários. Depois de campo selecionado e amostragem definida, realizamos o trabalho de campo. Visitamos os 2 trayllers durante 3 dias, um dia de semana, uma quinta-feira, depois no sábado e domingo, este levantamento se deu no mês de julho, de 2007. Para visualizarmos melhor este cenário vejamos os mapas a seguir:

MAPA 5: Localização dos trayllers de lanche na cidade de Presidente Prudente



MAPA 6: Localização dos trayllers de lanche nos setores censitários selecionados para a Pesquisa



Geralmente estes locais oferecem lanches, refeições rápidas, e menor preço. Entretanto, no que concerne à qualidade do "produto comida", é no mínimo questionável, pois trata-se de uma alimentação incompleta, totalmente industrializada, à base de conservantes, com muita energia, calorias e pouca vitamina. Se pesarmos estas, entre outras variáveis, veremos que não é uma alimentação saudável, para que seja utilizada diariamente. Porém, a qualidade nem sempre é levada em consideração pelas pessoas que, normalmente, não oferecem resistência ao comer formatado.

Através dos dados auferidos no trabalho de campo nos trayllers em Presidente Prudente, verificamos e comprovamos o citado acima. Assim, entre os 46 questionários aplicados, 28 dos entrevistados afirmaram reconhecer que este tipo de alimento não é saudável, mas o consomem por ser saboroso, pela questão do lazer, da rapidez e praticidade que ele representa. E vimos também, que 18 entrevistados afirmaram, que para eles esta alimentação é saudável, demonstrando a falta de educação alimentar dessa população.

Em relação ao motivo principal, por freqüentarem este local, a resposta foi praticamente unânime, 45 entrevistados disseram freqüentar os trayllers de lanche por lazer, e apenas 1 afirmou ser por necessidade. O que comprova como o *fast food*, em cidades médias e pequenas, representa a festa, o lazer e não uma necessidade pela escassez de tempo e longas distâncias entre trabalho e moradia.

Nas grandes cidades, o *fast food* faz parte do cotidiano, é uma necessidade criada pelo tempo produtivista (um novo tempo no urbano). Nas pequenas e médias cidades, o *fast food*, não é necessidade, é lazer, é festa; afinal, nesses lugares o ritmo ainda é outro.

O fast food, nas metrópoles, faz parte do "cotidiano", nas cidades menores ele representa a "festa". De um modo ou de outro, ele exerce seu fascínio, pois enquanto uns vêem nessa "forma de comer" uma necessidade, outros encontram nela prazer, realização, lazer (ORTIGOZA, 1997).

Outro quesito analisado foi em relação ao motivo dessas pessoas optarem por comerem em trayllers e não nas grandes e famosas redes de *fast food* da cidade. A maioria dos entrevistados, ou seja 27, disse que dá preferência aos

trayllers, devido ao preço do lanche que é mais em conta que o “concorrente”. Em segundo lugar, 11 entrevistados preferem os trayllers, por causa da quantidade do lanche, além de ser mais barato é maior que o lanche do “outro”, e por último, 8 entrevistados dão preferência a estes locais, devido a qualidade do alimento servido ali.

O comer em fast foods não é o problema maior, mas sim a frequência com que as pessoas ingerem esse tipo de alimento. O que temos visto hoje é um alto consumo dessa alimentação. É a inversão da alimentação tradicional, pela alimentação formatada.

Assim, no panorama de uma cidade de porte médio como Presidente Prudente, diagnosticamos a seguinte configuração em relação a frequência com que as pessoas se alimentam nestes locais. Dos 46 entrevistados, a maioria, ou seja, 16 entrevistados afirmaram freqüentar estes trayllers, de 2 a 3 vezes por mês; 11 entrevistados freqüentam 1 vez por mês; 10 entrevistados vão a estes locais pelo menos 1 vez por semana; 4 disseram comer nos trayllers de 2 a 4 vezes por semana; 3 pessoas afirmaram ir menos de 1 vez por mês; e apenas 2 pessoas disseram freqüentar raramente estes locais. O que nos mostra um prudentino ingerindo esse tipo de alimento com alta frequência, pois de acordo com estudos nutricionais e o Guia Alimentar para a população brasileira, a ingestão de alimentos tipo *fast food*, não deve ser um hábito trivial, mas sim deve ser ingerido no máximo, de 1 a 2 vezes no mês.

Como vimos, em uma cidade de porte médio, as pessoas escolhem comer nestes locais, por lazer e pelo prazer, e não por necessidade como nos grandes centros urbanos, onde essa alimentação lhes é imposta. E isso, analisado com o item frequência, que verificamos acima, demonstra um problema grave de educação alimentar, traduzindo em situações de insegurança alimentar, na cidade de Presidente Prudente, pois estas pessoas têm a escolha alimentar em suas mãos, o *fast food* não é imposto a eles, mas eles o escolhem mesmo assim.

A população dos grandes centros, e não só nos grandes centros, como em cidades de porte médio também, está incorporando progressivamente novos hábitos alimentares típicos dos países desenvolvidos e assim um novo padrão alimentar está se delineando, com prejuízo dos produtos tradicionais da dieta, como, por exemplo, o feijão, o arroz e a farinha de mandioca, e a favor de produtos

industrializados e com maior valor agregado. Por outro lado, as refeições mais comunitárias/familiares, e baseadas na “panela no fogo”, cedem lugar às frituras rápidas e individualizadas de alimentos semiprontos ou de fácil preparo. Em tal modelo, a comida caseira do dia-a-dia é desprestigiada, em favor de alimentos individualizados, levando as pessoas a substituírem o lar pela lanchonete, devido às exigências de tempo e espaço, mas não só pela necessidade, mas também pelo próprio gosto desses alimentos, que além de serem de fácil preparo, são muito saborosos e foram facilmente incorporados ao padrão alimentar brasileiro.

Há algumas décadas atrás, fazer as refeições fora de casa, comer em pé rapidamente, abandonar o "arroz e feijão", adotar o hambúrguer no cardápio diário, eram hábitos inconcebíveis para o brasileiro. Hoje, a partir desse sistema, uma nova realidade se instala no Brasil.

E quais as consequências desse padrão alimentar formatado? Por um lado, podemos apontar todos os problemas de saúde decorrentes do excesso de gordura saturada, sal e açúcar, e a baixa ingestão de fibras, sais minerais e vitaminas, presentes no comer moderno. Por outro lado, o não comer junto, o não comer em família, em grupo, acarretará o individualismo e a não-socialização da refeição no mundo moderno, a solidão do ser humano.

No cenário nacional, além do aumento do consumo de alimentos fora da moradia, verifica-se, também, mudanças relativas a disponibilidade de alimentos no domicílio, sendo este último aspecto, o foco de maior interesse no contexto da presente pesquisa. Neste sentido, observa-se uma diminuição da participação dos gastos, das famílias brasileiras, com alimentação e, ainda é notório que os dispêndios com alimentação são maiores para os grupos pertencentes aos estratos sociais de rendimentos mais baixos, de acordo com os resultados alcançados pela POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares), realizada pelo IBGE, entre 1995/1996.

Analizando os resultados da POF 1995/1996, Faganello (2002) considera que:

(...) na medida em que os gastos com alimentação ainda são um item fundamental no orçamento das famílias pertencentes aos menores estratos de renda, principalmente nas regiões mais pobres do país, estudos sobre a demanda assumem importância no sentido de orientar a formulação de políticas públicas voltadas para a melhoria da segurança alimentar e das condições de saúde e nutrição da população (FAGANELLO, 2002, pág. 10).

A avaliação do padrão do consumo de alimentos de uma população é informação básica para a formulação de políticas públicas nas áreas da saúde, agricultura, tecnologia alimentar e comércio exterior. No entanto, ressalta-se que as pesquisas e os estudos a este respeito ainda são bastante reduzidos. O país dispõe apenas de um levantamento de consumo de alimentos, em nível nacional (IBGE, 1978), realizado em meados da década de 70. Além disso, há a disponibilidade de dados obtidos com três Pesquisas de Orçamentos Familiares, realizadas na década de 80 (POF 1987/1988), década de 90 (POF 1995/1996) e 2000 (POF 2002/2003). Porém, os dados das POFs dizem respeito apenas à 11 regiões metropolitanas, deixando de lado as demais partes do país, fazendo com que os resultados não sejam totalmente elucidadores do real perfil do consumo alimentar da população brasileira.

A respeito das POFs Monteiro(2000), analisa que:

A investigação direta do consumo alimentar a partir da aplicação de inquéritos dietéticos constitui a forma ideal para se caracterizar os padrões dietéticos vigentes em uma dada população e sua evolução ao longo do tempo. Entretanto, a grande variabilidade que usualmente caracteriza o consumo alimentar dos indivíduos exige o estudo de grandes amostras por períodos relativamente longos de tempo, condição que encarece tremendamente os inquéritos dietéticos e os tornam pouco factíveis. Uma das alternativas utilizadas com frequência para se estimar a situação e evolução de padrões dietéticos são os dados nacionais sobre disponibilidade de alimentos. Esses dados, compilados anualmente pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), indicam a quantidade potencial média de alimentos disponíveis para consumo humano em cada país e são calculados com base em estimativas da produção, importação e exportação de produtos alimentares e em um percentual arbitrado para o desperdício. Séries históricas da disponibilidade de alimentos não permitem nenhuma desagregação das estimativas nacionais, além de dependerem grandemente da qualidade das estimativas nacionais relativas a produção e comercialização dos alimentos. Melhor alternativa na ausência de inquéritos dietéticos, é representada pelas pesquisas de orçamentos familiares (POFs). As POFs são inquéritos domiciliares que, com base no levantamento sistemático dos gastos com alimentos e dos preços praticados nos locais de compra destes alimentos, permite estimar a disponibilidade individual de alimentos de cada família. São limitações das POFs, entretanto, a não consideração da fração desperdiçada dos alimentos, o não registro dos alimentos doados ou consumidos fora dos domicílios e a inexistência de informações sobre a distribuição intrafamiliar dos alimentos (MONTEIRO, 2000, pág. 361).

A Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF é uma pesquisa domiciliar por amostragem, que investiga informações sobre características de

domicílios, famílias, moradores e principalmente seus respectivos orçamentos, isto é, suas despesas e recebimentos.

A Pesquisa busca mensurar, a partir de amostras representativas de uma determinada população, a estrutura de gastos (despesas), os recebimentos (receitas) e as poupanças desta população. Tais informações sobre as unidades familiares permitem estudar inúmeros e importantes aspectos da economia nacional e como exemplos, pode-se citar a composição dos gastos familiares, disparidades regionais e entre áreas urbanas, e a dimensão do mercado para grupos de produtos e serviços. Além disso, a pesquisa permite obter informações que se direcionam a resultados de quantidades de alimentos e bebidas adquiridas com dispêndio - gasto monetário - para consumo domiciliar. Entre os objetivos da pesquisa, destaca-se sua utilização na atualização das estruturas de ponderações dos índices de preços ao consumidor, produzidos pelo IBGE e outras instituições. Os dados também podem ser utilizados para traçar perfis de consumo das famílias, atender demandas relacionadas ao cálculo do Produto Interno Bruto, no que diz respeito ao consumo das famílias, e diversos estudos relacionados ao planejamento econômico e social e aos aspectos nutricionais da população. A realização das POFs deve ter a duração de 12 meses de coleta do campo. Assim, o levantamento dos dados contempla todas as épocas do ano, permitindo que os resultados reflitam um padrão médio anual. A abrangência geográfica da POF compreende os domicílios particulares permanentes, localizados no perímetro urbano, das regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, além do Distrito Federal e o município de Goiânia. O IBGE divulga os resultados finais das pesquisas e coloca à disposição dos usuários através de uma publicação, um conjunto de tabelas selecionadas contendo informações da POF 1995/1996 e da POF de 2002/2003. Estes resultados também estão disponíveis na INTERNET, através do BANCO DE DADOS do IBGE - SIDRA e ainda em CD-ROM.

Vejamos agora a análise dos dados e resultados alcançados com as POFs de 1995/1996 e 2002/2003.

A POF de 1995/1996, foi realizada no período de outubro de 1995 a setembro de 1996. De acordo com estudos e os dados levantados pelo IBGE, através das POFs, este constatou que nos nove anos entre a POF de 1988 e a de 1995/1996, o Brasil passou por várias transformações que mudaram

consideravelmente o perfil de consumo do País. É possível perceber que as famílias, hoje, possuem chefes com níveis de instrução mais elevados, gastam mais com transporte público e têm novos hábitos alimentares, comendo mais fora do domicílio - tanto em almoços e jantares, como em lanches ligeiros. Em casa, estão substituindo os pratos tradicionais por refeições rápidas, aumentando a preferência por alimentos preparados, pães, biscoitos e outros tipos de panificados.

A POF de 1996, revela um brasileiro gastando menos para comer, alterando em qualidade e diversificação o seu perfil alimentar. Ele está comendo menos arroz, feijão e leite; e mais frango, carne bovina, biscoitos e derivados do leite. O mesmo fenômeno ocorreu com o vestuário, que teve o seu peso no orçamento fortemente reduzido em todas as localidades pesquisadas. O peso dos gastos com eletrodomésticos manteve-se, em média, estável e aumentou em todas as regiões pesquisadas nas faixas de renda mais baixas.

Aumentou também a parcela do gasto com planos de saúde e educação; e serviços fundamentais, como energia elétrica, telefonia e transporte urbano. Os aluguéis, embora afetem parcela cada vez menor da população, também aumentou de forma expressiva seu peso no gasto familiar, em todas as áreas pesquisadas.

No quesito específico sobre Alimentação, a primeira constatação é que houve redução de gastos com comida (de 18,72% para 16,39%). O brasileiro está gastando percentualmente menos com a alimentação no domicílio e mais com refeições fora de casa. Em 1987, 75,51% dos gastos em Alimentação destinavam-se a refeições feitas em casa. Em 1996, este percentual caiu para 74,55%. A Alimentação fora do domicílio cresceu de 24,49% para 25,45%, sendo que, neste item, o crescimento mais expressivo ficou por conta de almoço e jantar, que subiu de 8,10%, em 1987, para 13,05% dos gastos, em 1996. Sanduíches e salgados também aumentaram, embora menos (de 3,21% para 3,83%). Já entre os produtos adquiridos para consumo no domicílio, houve uma reordenação do percentual gasto com cada elemento. Assim, alguns perderam peso e outros ganharam. As reduções mais significativas ocorreram em Carnes Frescas e Vísceras (de 17,13% para 12,97%), Cereais, Leguminosas e Oleaginosas (de 5,56% para 4,22%) e Açúcares e Derivados (de 4,44% para 3,40%). Nas Carnes, todos os componentes sofreram redução; nos Cereais, destaca-se a diminuição do gasto com arroz. Nos Açúcares e

Derivados, (de 4,44% para 3,40%), a redução foi mais significativa, no gasto com açúcar refinado e cristal, e pequena, no gasto com derivados (balas, doces, etc.). Do conjunto que ganhou peso, destaca-se Panificados (de 6,91% para 8,82%): Pão francês (de 4,17% para 5,40%), Biscoitos (de 1,45% para 1,77%) e Outros panificados (de 1,28% para 1,65%), e Alimentos preparados - comida semipronta - (de 1,29% para 2,27%). E com relação às bebidas, os gastos cresceram mais para o consumo em casa. No âmbito dos gastos no domicílio, Refrigerantes subiu de 1,57% para 2,90% e cervejas cresceu ainda mais, de 0,97% para 1,60%. Já no âmbito do consumo fora do domicílio, o percentual gasto em Refrigerantes e cervejas manteve-se praticamente estável (5,20%, em 1996, contra 5,17%, em 1987).

Entretanto, verificou-se um crescimento no consumo per capita de alguns alimentos importantes. Na composição dessa cesta é confirmada a mudança nos hábitos alimentares. Quando se divide a despesa total com cada produto pelo seu preço médio, utilizando a série histórica do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor, verifica-se a diversificação de hábitos e uma significativa elevação no consumo per capita de alguns produtos com importante valor protéico. De 1987 para 1996, o brasileiro passou a consumir mais frango (16,56%), carne bovina de segunda (6,95%), carne bovina de primeira (5,97%) e biscoitos (28,02%). No mesmo período, observa-se a redução no consumo per capita de arroz polido (-16,56%), feijão (-15,56%), farinha de trigo (-29,73%) e leite de vaca (-19,31 %).

A última POF realizada pelo IBGE ocorreu entre julho de 2002 e julho de 2003, com o objetivo de verificar mudanças nos hábitos dos brasileiros, através de comparações com pesquisas anteriores. Assim, apresentaremos de maneira geral os resultados auferidos por este levantamento.

Como primeiro resultado, a pesquisa aponta para uma mudança significativa na questão de gastos permanentes em 30 anos, o que antes correspondia a 79,86%, atualmente corresponde a 93,26%. Esses gastos equivalem à alimentação, habitação, saúde, impostos, obrigações trabalhistas. Mas, os grupos que levam a maior fatia da renda dos brasileiros são: habitação, alimentação e transportes, totalizando 82,41% dos 93,26% .

Uma informação importante que a pesquisa traz para esse trabalho, é que em 30 anos o hábito alimentar do brasileiro também mudou. O consumo de arroz, feijão, batata, pão e açúcar era maior. Atualmente o brasileiro está

introduzindo em sua dieta, alimentos mais diversificados como por exemplo: o iogurte, que antes o consumo per capita era de 0,4kg, agora é de 2,9kg ao ano. Outra particularidade importante também é o aumento do consumo de refrigerantes sabor guaraná de 1,7kg para 7,7kg, o consumo de água mineral também saltou de 0,3 kg para 18,5kg por pessoa ao ano. O consumo de leite pasteurizado também sofreu influência da mudança do hábito alimentar do brasileiro. Em 1987 o consumo era de 62,4kg e em 2003 abaixou para 38 kg por pessoa ao ano. Cabe destacar também que o consumo de alimentos preparados subiu de 1,7 kg para 5,4 kg per capita ao ano.

Outra informação que a POF 2002/03 traz, é a renda não-monetária (empréstimos, doações etc) das famílias e a qualidade de vida, e que 27,15% das famílias entrevistadas têm dificuldades para chegar ao fim do mês com dinheiro.

O rendimento em média do brasileiro é de R\$ 1.789,66 ao mês e o total de gastos em média é de R\$ 1.778,03, sendo o valor de seu rendimento um pouco mais elevado que o de gastos. As despesas não-monetárias na área rural é de 24,01%, enquanto na urbana é de 15,25%.

A alimentação está no segundo lugar entre os gastos permanentes dos brasileiros com valores de R\$304,12 ou 17,12% total das despesas mensais. Em primeiro lugar vem a habitação (aluguel, água, luz, impostos, telefone, móveis etc) representando os valores de R\$520,22 ou 29,26% total das despesas. Mas essa informação acaba por mascarar a realidade de muitas famílias, um exemplo que a pesquisa dá é que: famílias que ganham acima de R\$3.000,00, gastam menos do que ganham.

As famílias que têm a renda em torno de R\$ 400,00, gastam em média 70% do total da renda com habitação (37,15%) e alimentação (32,68%). A alimentação tomando o segundo lugar de gasto. Enquanto as famílias que têm rendimentos por volta de R\$ 6.000,00 gastam com habitação (22,79%), em segundo transporte (17,26%) e em terceiro a alimentação (9,04%). Mas, cabe reafirmar que na média total de gastos do brasileiro os gastos com alimentação se mantêm no segundo lugar.

Uma análise mais detalhada nos permite notar que gastos com alimentação fora de casa é bem maior em áreas urbanas (25,74%), enquanto na área rural o percentual gasto é de (13,07%). Entretanto o montante gasto com alimentação em casa é bem próximo nas duas áreas.

Os itens que mais pesam na alimentação do brasileiro são: em primeiro lugar aparecem com (18,34%) carnes, vísceras e pescado, em segundo leites e derivados com (11,94%) e em terceiro panificados com (10,92%) e em último cereais, leguminosas e oleaginosas (10,36%). Esses dados têm base somente em alimentação domiciliar e quanto à área urbana e rural também apresentam uma diferença.

Com base nas seguintes regiões metropolitanas (Belém, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) a POF 2002/03 aponta para um aumento no consumo de panificados, bebidas e infusões, e uma diminuição no consumo de carnes, vísceras, pescados, leites e derivados, açúcares e derivados e frutas. Isso no total de consumo alimentar domiciliar.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003, também investigou a quantidade de alimentos adquiridos para consumo no domicílio, por morador, no período de um ano. Na relação abaixo você conhece os dez alimentos mais adquiridos pelos brasileiros, dentre os produtos selecionados pela POF 2002-2003:

Tabela 3: Lista de alimentos mais consumidos pelos brasileiros

	Produto	Quantidade per capita para consumo no domicílio (kg)
1º	Leite de vaca pasteurizado	27,934
2º	Arroz polido	25,248
3º	Carne bovina	16,032
4º	Frango	13,746
5º	Feijão	12,769
6º	Pão francês	12,730
7º	Açúcar cristal	12,561
8º	Farinha de mandioca	7,934
9º	Óleo de soja	7,570
10º	Açúcar refinado	6,268

Fonte: IBGE

Org: CALDEIRA, Fabiana.

O consumo de variedades alimentícias é diferente de região para região. No Sudeste e Sul consome-se anualmente 40,9 e 42,1 kg de leite respectivamente, enquanto nas regiões Norte e Sul o consumo é de 5,1 e 7 kg.

Sobre o consumo de carne bovina foram obtidos os seguintes dados: as regiões Norte e Sul são as que mais consomem com 21,2 kg ambas, enquanto a Paraíba e Ceará aparecem com o menor percentual 10,2 e 11,3 kg respectivamente, a média nacional é de 16 kg.

A aquisição de arroz polido também varia muito, enquanto em Goiás com a maior média, consome-se 42 kg no Amapá com a menor consome-se 8,9 kg.

O consumo de farinha de mandioca também aparece com uma grande diferença regional, nas regiões Norte e Nordeste consome-se 34,2 e 15,7 kg respectivamente, enquanto nas outras regiões não ultrapassa os 2 kg anuais.

Açúcar aparece também com grande disparidade de consumo entre as regiões. O açúcar refinado é consumido no Sul, em maior quantidade que em outras regiões brasileiras 8,4 kg ao ano e a região que apresenta menor consumo é a Norte, onde foi registrado 0,8 kg ao ano.

O consumo de carne de frango e café entre as regiões é igual: frango com 13,7 kg e café 2,5 kg ao ano.

Cerca de 85% das famílias entrevistadas apontam para alguma dificuldade em chegar com dinheiro do salário até o fim do mês e 47% das famílias afirmaram que a quantidade de alimentos consumida é insuficiente. Mais da metade 53,3% afirmou que a quantidade de alimentos é suficiente. Para 73% das famílias os alimentos consumidos não eram os preferidos, por não terem rendimentos suficientes para comprarem os alimentos preferidos.

Fazendo uma análise regional encontramos os seguintes dados: na região Norte quase 70% das famílias informaram dificuldades para se alimentarem, na região Sudeste 43% das famílias informaram tal dificuldade, na região Sul 30% das famílias informaram insuficiência alimentar, no Centro-Oeste 39%. As regiões mais críticas são a Norte e Nordeste, a primeira chega a quase 70% , enquanto a segunda atinge os 70%, sendo a região com maiores dificuldades na questão da segurança alimentar e nutricional.

Diante dos números apresentados, Maluf (2002) conclui que:

Fica evidente a configuração de um padrão de alimentação em que a refeição fora do domicílio e a utilização de alimentos preparados têm grande ou crescente importância. Não se pode afirmar que a alimentação fora do domicílio tenha qualidade nutricional necessariamente inferior à caseira, pois se, por um lado, o crescimento do consumo de salgados e sanduíches caracteriza uma alimentação de baixa qualidade, por outro lado, seria interessante avaliar o impacto da maior variedade de alimentos a preços acessíveis posta à disposição dos consumidores pela recente difusão das refeições por peso. Outra tendência que conforma este mesmo padrão de alimentação se expressa no consumo crescente de refrigerantes e biscoitos, combinação quase consensualmente vista como expressão de hábitos pouco salutar desde os pontos de vista nutricional e cultural. Note-se, porém, que para os segmentos de baixa renda esta alternativa pode estar sendo estimulada também pelo custo relativamente mais baixo dos biscoitos frente a uma refeição regular. Já quanto aos alimentos preparados, aos enlatados e às conservas, coloca-se a questão de até que ponto a transformação industrial da matéria-prima retira o valor nutritivo dos alimentos, sobretudo no momento em que uma das tendências das modernas biotecnologias é a de preservar no produto final as características originais dos seus componentes. A estas últimas contrapõem-se, entre outros, os 'ênfoques naturistas' para os quais o valor nutritivo está ligado à força vital contida nos alimentos em seu estado original. Contudo, mais importante em termos propositivos, neste caso, é explorar os requisitos para que prolifere a produção de tipo artesanal em pequena escala, mais desejável por sua contribuição à equidade social, à aproximação entre produção e consumo e à valorização de hábitos alimentares culturalmente estabelecidos (MALUF, 2002).

Segundo Monteiro (2002), ao elaborar análises sobre a situação alimentar da população brasileira, destaca que “a fome e a desnutrição são hoje no Brasil bem menores que há 10 anos e imensamente menores que há 20 ou 30 anos”. Ainda de acordo com o referido autor é pouco provável que exista no país, “cerca de 30 milhões de pessoas que não tenham o que comer”. Os números de acordo com o autor, provavelmente reflitam a parcela da população com falta de renda, mas não a população sem acesso aos alimentos.

A fome, ainda segundo Monteiro (2002), existe sempre de forma paralela à miséria, mas nem sempre a miséria se traduz pela ocorrência da fome. Deve-se considerar a produção para auto-consumo, os programas públicos como a merenda escolar, Bolsa-Família, e ainda as redes privadas de filantropia.

3.2. PERFIL DO CONSUMO ALIMENTAR EM UMA CIDADE DE PORTE MÉDIO COMO PRESIDENTE PRUDENTE

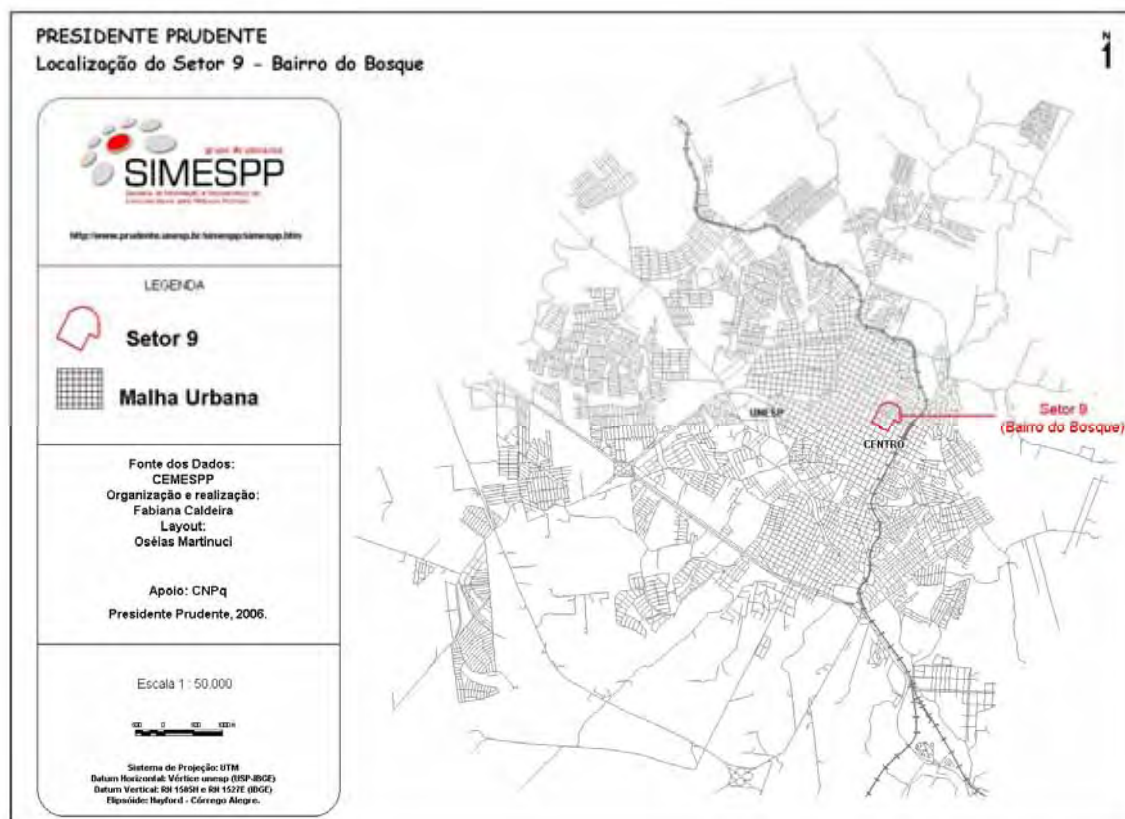
*P*ara apresentarmos o perfil do consumo alimentar da população prudentina, primeiramente apresentaremos uma breve descrição acerca dos 10 setores censitários analisados. Deixamos claro ainda para o leitor, que optamos por não analisarmos os dados por setor censitário, mas sim os agregamos em dois blocos, ou seja, o perfil de consumo alimentar dos residentes em áreas de inclusão social e residentes em áreas de exclusão social, pois seria um tanto enfadonho apresentar os mesmos por setor.

SETOR 09

O setor 09, é um setor censitário considerado de inclusão social, possui uma população de 641 habitantes, distribuídos em 238 domicílios, o que significa uma densidade habitacional de 2,69 habitantes por domicílio. O setor em questão compreende o Bairro do Bosque, próximo ao centro da cidade.

Vale, em primeiro lugar, destacar os dados referentes às questões demográficas, elaboradas pelo CEMESPP, baseados nos dados do IBGE. Dentre os 641 habitantes do setor 09, podemos encontrar 137 jovens e crianças, situados na faixa etária de 0 a 19 anos, o que representa um percentual de 21% do total de habitantes do setor, neste item foi atribuído ao setor 09 a nota “1”.

Mapa 7:



Referente à chefia familiar, esse setor está caracterizado com a melhor situação, ou seja, recebeu a nota “1” no quesito relativo a variável chefia familiar, quando constatado que dos 226 responsáveis por unidades familiares, nenhum era jovens e crianças, compreendendo a faixa etária de 10 a 19 anos. Quanto a chefia familiar relativa aos idosos, com 60 anos ou mais, a situação é inversa, dentre os 226 chefes de família, 95 estavam nesta faixa etária, o que dá uma média de 42% do total de chefes de família, sendo-lhe atribuída a nota “4”, porém, não podemos analisar este dado como altamente negativo, pois, já que o setor em um contexto geral, considera-se como de inclusão social, o que podemos deduzir, é que a maior parte da população deste setor encontra-se nesta faixa etária, ou seja, pessoas aposentadas, mas que gozam de um nível estável de vida, sendo por isso, estes os responsáveis pela chefia familiar. Assim, verificamos que 58% dos chefes de família estão na idade adulta, compreendendo a faixa etária de 20 a 59 anos.

No quesito “variáveis ambientais”, temos as variáveis que dizem respeito ao percentual de domicílios sem banheiro, ao percentual de domicílios com quatro banheiros ou mais e ao percentual de domicílios sem esgotamento sanitário.

Assim, para a primeira variável, dentre os 226 domicílios existentes no setor, 2 não possuem banheiro, o que permite lhe atribuir uma nota de “2” no contexto da cidade. Com relação à segunda variável ambiental, que se refere à presença de domicílios com quatro banheiros ou mais, dentre todos os domicílios encontrados no setor, 38 deles se encontram nessa situação, o que lhe confere a situação “3”, não sendo uma nota positiva, porém, no contexto geral das variáveis elaboradas pelo Grupo CEMESPP, esta nota não interfere na nota final do setor. E, por conseguinte, dos 226 domicílios, todos possuíam ligação com a rede de esgoto, sendo atribuída ao setor a nota “1”.

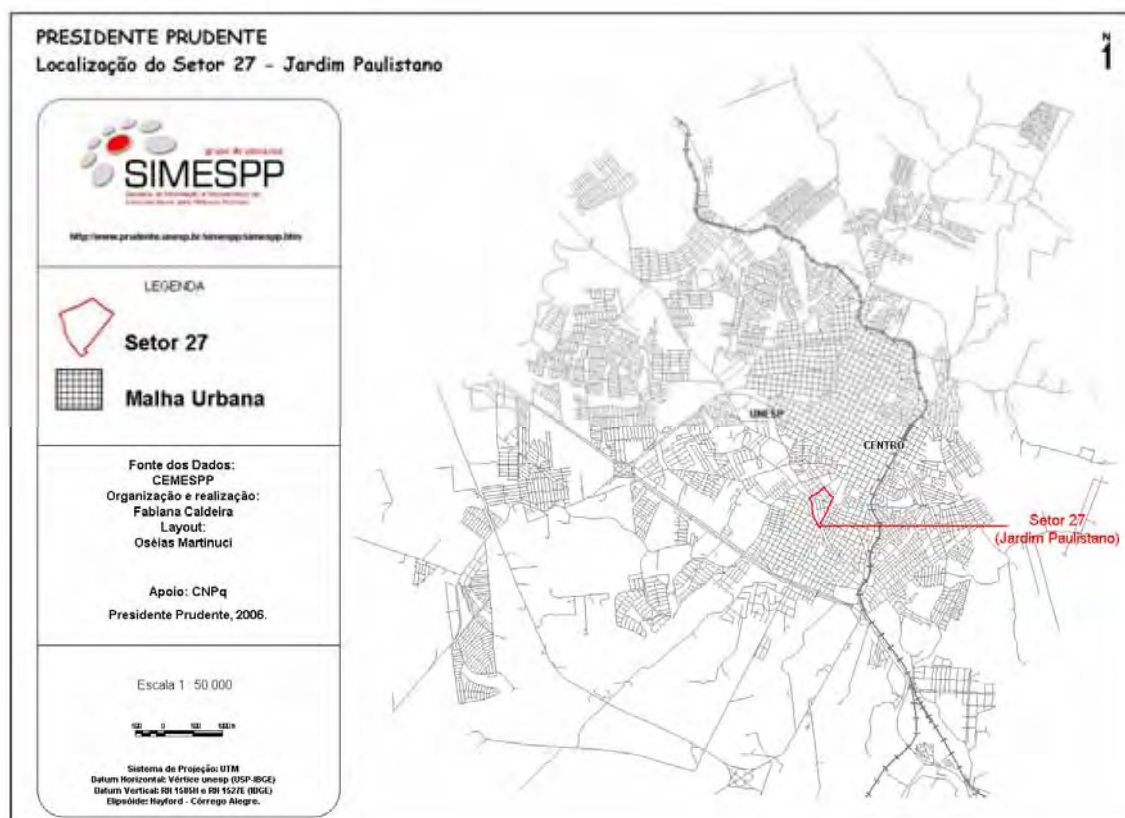
Quanto às condições econômicas, o setor 09 possui um alto padrão para o perfil geral da cidade, ao passo que cerca de apenas 7 chefes de família do setor tem uma remuneração que não passa de dois salários mínimos, o que representa um percentual de 3%. Em relação às famílias que não auferem nenhuma remuneração, estes são da ordem de 11 famílias, o que nos dá um percentual de 4,9%. Para essas duas variáveis foram atribuídas notas “1”. Quanto à presença de chefes de família que auferem mais de 20 salários mínimos, foram detectadas 57 famílias no setor, o que lhe confere a condição “2”.

Por fim, temos as variáveis educacionais, e estas se apresentam com especial importância, porque resguardam altas correlações com o nível de renda, bem como, com o nível de politização. No setor o analfabetismo na faixa dos dez aos quatorze anos se apresenta baixo, haja visto, que nenhuma pessoa se encontra nessa situação, e isso representa, na atribuição de nota, condição “1”. Por conseguinte, temos no setor, 36 chefes de família com baixa escolaridade, ou seja, que possuem somente até à quarta série. Isso significa, num universo de 226 chefes de família, 16%. Portanto, um baixo percentual que invariavelmente reflete nos níveis econômicos e sociais, assim, o setor recebeu a nota “1”, sendo este no geral, um setor de inclusão social.

SETOR 27

O setor 27 está localizado na porção sudeste da cidade de Presidente Prudente, corresponde ao Jardim Paulistano e se configura como um setor de inclusão social de acordo com os dados do mapa da exclusão/inclusão social.

Mapa 8:



O setor 27 possui uma população de 651 habitantes, distribuídos nos 215 domicílios existentes, o que permite inferir uma densidade de 3,02 moradores por residência. Neste quesito, de acordo com a metodologia utilizada pelo grupo de pesquisa CEMESPP, atribui-se a nota “2”.

Figura 3: Jardim Paulistano



Fonte: Trabalho de campo
CALDEIRA, Fabiana. 2006

Figura 4: Jardim Paulistano



Fonte: Trabalho de campo
CALDEIRA, Fabiana. 2006

Referente às variáveis demográficas, uma primeira diz respeito à presença de jovens e crianças de 0 a 19 anos, que aponta que 163 pessoas nessa faixa etária estão presentes no setor, dentre a população de 651 habitantes. No computo geral dos dados de todos os setores foi atribuída a nota “1”, ao setor 27. Uma segunda variável diz respeito à chefia familiar, ao destacar que dos 215 chefes de família, nenhum têm entre 10 e 19 anos. Para esse quesito o setor obteve nota “1”. Ainda falando da chefia familiar do setor, os dados do Censo 2000 do IBGE apontam que dentre os responsáveis por família, 51 estão na faixa de 60 anos ou mais, um percentual de 23,7%, neste item o setor recebeu a nota “2”.

No que diz respeito às variáveis ambientais, temos o seguinte quadro, dentre os 215 domicílios do setor, todos possuem banheiro, neste item o setor recebeu a nota “1”. Nesse mesmo contexto, nenhuma das 42 unidades presente tem quatro banheiros ou mais. Nessa variável o setor obteve nota “3”. Em relação a falta de esgotamento sanitário, 1 domicílio foi encontrado nesta situação, obtendo a nota “2”.

Ao analisarmos os dados referentes às variáveis econômicas, verificamos dados altamente positivos, já que dos 215 chefes de família do setor, apenas 10 deles auferem uma renda mensal de 0 a 2 salários mínimos, um percentual de 4,6%, o que dá a nota “1”, ao setor. Referente aos chefes de família que não possuem nenhuma remuneração, este número se encontra na faixa de apenas 1 família, 0,5%, figurando na condição “1”. E por fim, 56 entre os 215 chefes

de família possuem um rendimento mensal maior que 20 salários mínimos, obtendo a nota “2”, nessa variável. Os números apresentados nos revelam um quadro positivo.

Convém agora descrever as variáveis educacionais referentes ao setor 27. Assim, no que diz respeito ao perfil educacional deste setor, temos a seguinte configuração: nenhum caso de analfabetismo entre a faixa etária de 0 a 14 anos, sendo-lhe atribuída a nota “1” neste item; dos 215 chefes de família do setor, 27 se destacam pela baixa escolaridade ou seja, que estudaram até a quarta série do ensino primário, de maneira que isso representa mais precisamente 12,5%, permitindo com que o setor adquira nota “1”.

Desta forma, diante das variáveis analisadas pelo Grupo CEMESPP, o setor 27 se configura como um setor de inclusão social.

SETOR 37

O setor 37 está localizado na região central da cidade de Presidente Prudente. Dentro de seus limites consta o bairro Jardim Paulista, está condicionado na situação de setor de inclusão social.

Os indicadores produzidos pelo CEMESPP, a partir dos dados do IBGE, do Censo de 2000, no quesito demografia apontam uma população de 885 pessoas, distribuídas em 257 domicílios, uma densidade de 3,44 de habitantes por casa, sendo um setor considerado com alta densidade, o que lhe deu uma nota “3”. O setor apresenta um total de 242 crianças e jovens na faixa etária de 0 a 19 anos, um percentual de 27,3% sobre o total, o que dá ao setor a nota “2”.

Mapa 9:

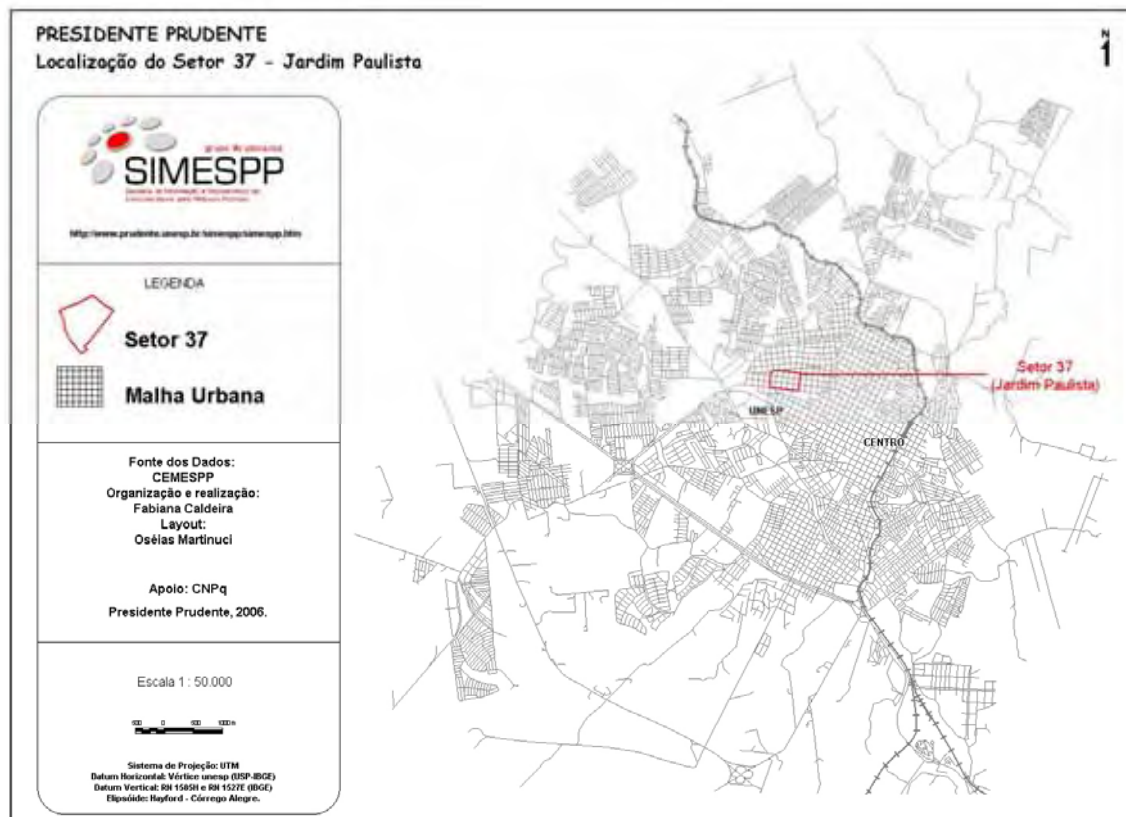


Figura 5: Jardim Paulista



Fonte: Trabalho de campo
CALDEIRA, Fabiana. 2006

Figura 6: Jardim Paulista



Fonte: Trabalho de campo
CALDEIRA, Fabiana. 2006

Ainda no quesito demografia, no que diz respeito aos chefes de família de 10 a 19 anos, ou seja, pessoas jovens já responsáveis pelo sustento de uma família, figuram na condição “1”, com nenhum jovem vivendo esta situação sobre o total de 256 chefes de família. Em relação aos chefes de família com mais de 60 anos, foram encontradas 80 famílias nesta condição, um percentual de 31,2%, obtendo a nota “3”. No entanto, o que temos verificado, é que tal situação repete-se na maioria dos setores de inclusão social, sendo assim, não analisamos este dado como negativo dentro deste contexto.

Com relação às variáveis ambientais que se referem às condições sanitárias, não foram encontrados domicílios sem banheiro do total de 256 domicílios, recebendo a nota “1”, neste item. Quanto àqueles domicílios que possuem quatro banheiros ou mais, foram localizados 71 domicílios, nesse setor, nessa condição (e para tal recebeu nota “2”). Ao se falar em esgotamento sanitário, correspondente ainda às variáveis ambientais, dentre os 256 domicílios existentes, todos possuem rede de esgotamento sanitário, obtendo assim a nota “1”, neste quesito.

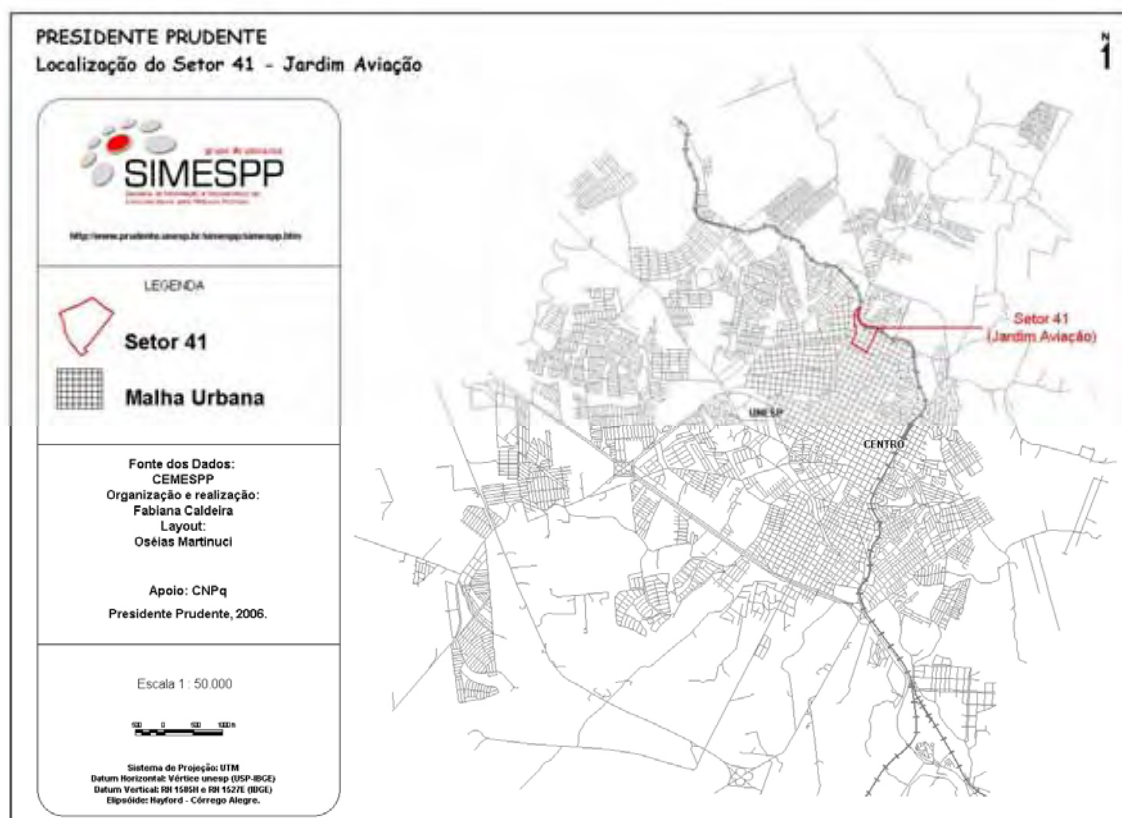
Com respeito aos rendimentos auferidos pela população desse setor, dentre os 256 responsáveis por manutenção da família, 42 ganham entre 0 e 2 salários mínimos, encontrando-se na condição “1”. Em piores condições estão aqueles que não tem nenhuma espécie de rendimento mensal, que no setor totalizam 06 chefes de família, ou 2,3% sobre o total dos chefes de família, figurando na situação “1”. A variável econômica que enquadra os chefes de família com rendimento igual ou superior a 20 salários mínimos aponta que 49 se enquadram nessa situação, recebendo a nota “2”.

Por último, as variáveis relativas à educação apontam que há no setor 1 analfabeto que tem idade entre 10 e 19 anos, ou seja, teoricamente, pessoas em idade escolar que não sabem nem ler e escrever. Aqui o setor apresenta-se com nota “1”. Já ao se referir aos chefes de família, dentre os 256 responsáveis, 86 tem baixa escolaridade, o que corresponde a 33,5% dos chefes de família, nesse quesito o setor está na condição “2”.

SETOR 41

O setor censitário 41, que corresponde ao Jardim Aviação, segundo a designação do IBGE, está localizado na porção central da cidade Presidente Prudente, e segundo os dados do mapa da inclusão/exclusão social, elaborado pelo CEMESPP, este é um setor de inclusão social. O mapa a seguir nos mostra exatamente a localização do setor.

Mapa 10:



O setor 41 possui uma população total de 627 moradores distribuídos em 205 domicílios, o que lhe confere uma densidade demográfica de 3,06 moradores por domicílio.

Do total dos 627 habitantes do setor, 171 são crianças e jovens de 0 a 19 anos, o que representa uma parcela de 27% do total de habitantes, não é um número expressivo, se comparado com os setores de alta exclusão social, sendo este um fator positivo para o setor, o que de acordo com a metodologia do Grupo CEMESPP, lhe foi atribuído a nota "2". Referente ao quesito de chefia familiar, foi

atribuído a nota “1” a este setor, já que dos 205 chefes de família, apenas 1 se encontra na faixa etária de 0 a 19 anos. Este dado se configura num item altamente positivo, pois concluímos que as famílias pertencentes a este setor possuem um núcleo familiar estruturado, onde os chefes de família são em sua maioria os progenitores, sendo assim, os jovens devem se dedicar a atividades e funções características a essa faixa de idade, como o lazer e o estudo. Por outro lado, em relação aos chefes de família idosos, este número sobe para 69, entre as 205 famílias, o que representa uma fração de 36,66%. Assim, a nota atribuída a este setor, neste quesito, foi “3”, porém, o que podemos deduzir diante deste dado, sendo que o setor em questão está na faixa dos setores de inclusão social, é que dos 627 habitantes, a maioria deles já se encontra na faixa etária de 60 anos ou mais, sendo uma população já envelhecida, porém, que apresenta uma boa estabilidade financeira.

Figura 7: Jardim Aviação



Fonte: Trabalho de campo
CALDEIRA, Fabiana. 2006

Figura 8: Jardim Aviação



Fonte: Trabalho de campo
CALDEIRA, Fabiana. 2006

Referente às variáveis ambientais, o setor 41 goza de um bom padrão, o que lhe confere a nota “2”, no quesito relativo aos domicílios sem banheiro, pois dos 205 domicílios, apenas 1 havia a ausência de banheiros. Todos eles são providos pela rede de esgoto sanitário, sendo-lhe atribuído a nota “1”. Já

em relação aos domicílios com mais de 4 banheiros, o setor 40 recebeu nota “4”, já que apenas 16 domicílios apresentaram mais de 4 banheiros, mas este fator não é de grande relevância e não lhe desabona, enquanto setor de inclusão social.

No que diz respeito as variáveis educacionais, estas são de grande importância no contexto geral, pois refletem os níveis culturais e de politização da população, apresentando forte correlação com o quesito da renda familiar. Neste item, o setor 41, apresenta notas positivas, ou seja, recebeu nota “1”, nos 2 quesitos relativos as variáveis educacionais. Desta forma, o setor não apresenta nenhum jovem de 0 a 14 anos com grau de analfabetismo e dentre os 205 chefes de família do setor, 74 apresentam baixa escolaridade, ou seja, que possuem até a 4º série, o que representa o percentual de 36%.

Quanto às condições econômicas, o setor 41 goza de uma boa posição, já que dentre as 205 famílias do setor, apenas 42 auferem renda de até 2 salários mínimos, representando 20% do universo total, sendo atribuído ao setor a nota “1”. Ainda no quesito renda, verificamos que somente 9 chefes de família, entre o total de 205, não auferem renda alguma, o que nos dá um percentual de 4,4%, conferindo-lhe a nota “1”. Já no último quesito relativo as condições econômicas, este diz respeito ao número de famílias que auferem renda maior que 20 salários mínimos, neste item o setor 41 recebeu a nota “4”, não sendo uma nota positiva, dos 205 chefes de famílias, apenas 10 possuem renda maior que 20 salários mínimos. Entretanto, mesmo com esta nota “4”, no contexto geral, o setor apresenta índices altamente positivos, o que lhe confere a situação de inclusão social.

SETOR 250

O setor 250, segundo a designação do IBGE, está localizado na porção sudoeste da cidade de Presidente Prudente. É considerado um setor de inclusão social, correspondendo ao condomínio fechado, Parque Residencial Damha. O mapa seguinte nos mostra exatamente onde o setor está localizado.

O setor 250 possui uma população de 360 habitantes, divididos em 96 domicílios, o que nos dá uma densidade habitacional de 3,75 habitantes por domicílio.

Dos 360 habitantes do setor, 150 são constituídos por crianças e jovens na faixa etária de 0 a 19 anos, uma média de 42% sobre o total de habitantes, um número relativamente alto.

Mapa 11:

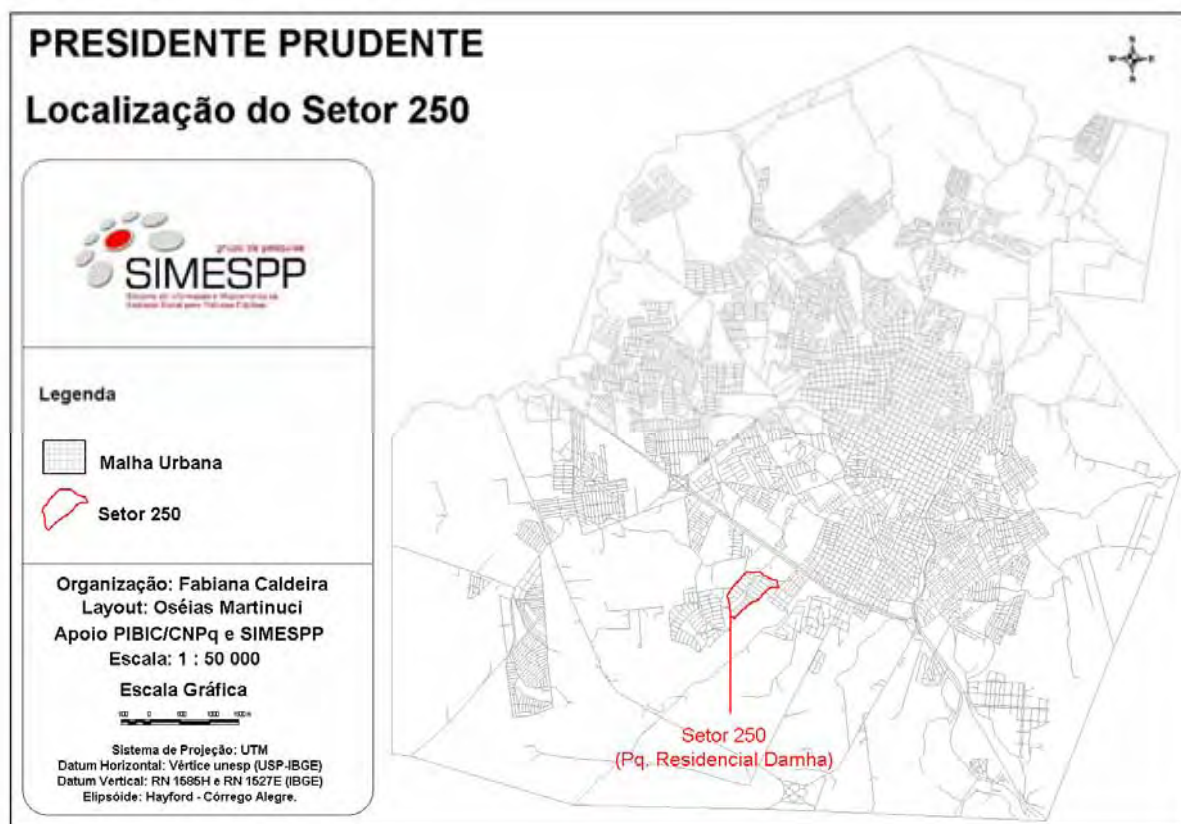


Figura 9: Residencial Damha 1



Fonte: www.google.com.br

Figura 10: Residencial Damha 1



Fonte: www.google.com.br

No tocante aos dados referentes à chefia familiar, constatou-se que dentre os 150 jovens do setor, nenhum era responsável pela chefia do domicílio, sendo atribuída a nota “1”, neste quesito ao setor. Já os chefes de família acima de 60 anos, foram encontrados apenas 4 casos, dentre os 96 chefes de família, nos revelando uma população essencialmente formada por jovens e adultos, o que também conferiu a nota “1”, ao setor.

Com relação às variáveis ambientais que se referem às condições sanitárias, foram elaboradas três variáveis utilizadas na confecção do “Mapa de Exclusão Social de Presidente Prudente”. Vejamos como o setor figura nesse quesito. Dos 96 domicílios existentes no setor não encontramos nenhum desprovido de banheiro. Quanto àqueles domicílios que possuem quatro banheiros ou mais, 90 foram localizados, uma faixa de 93,75%, um dos melhores índices do município. Ao se falar em esgotamento sanitário, correspondente ainda às variáveis ambientais, dentre os 96 domicílios existentes, todos são ligados à rede de esgoto. Desta forma, no que diz respeito as variáveis ambientais, o setor 250 recebeu a nota “1”, configurando como um dos setores de mais alta inclusão social.

Compete agora, falar mais especificamente sobre variáveis econômicas produzidas pelo grupo de pesquisa. Com respeito aos rendimentos auferidos pela população desse setor, dentre os 96 responsáveis por manutenção da família, apenas 1 ganha entre 0 e 2 salários mínimos, um percentual de 1%, sem dúvida um número inexpressivo, sendo atribuída a nota “1”, ao setor. Em relação

aos chefes de família que não auferem renda, este número é da ordem de 3 entre os 96 chefes de família, ou seja, 3,12%, recebendo a nota “1”, neste quesito. No entanto, tal número se mostra um tanto controverso, pois como uma família que não auferir renda consegue se manter em um condomínio fechado de alto padrão? Já na outra ponta do *iceberg*, temos os chefes de família que recebem mais que 20 salários mínimos, dentre os 96, encontramos 58 chefes de família nesta situação, um percentual de 60,4%, um número relativamente alto, porém não o melhor da cidade, já que neste quesito o setor recebeu a nota “2”. Mas, mesmo com esta nota, o setor 250 se configura como um dos setores de maior nível de renda e inclusão social.

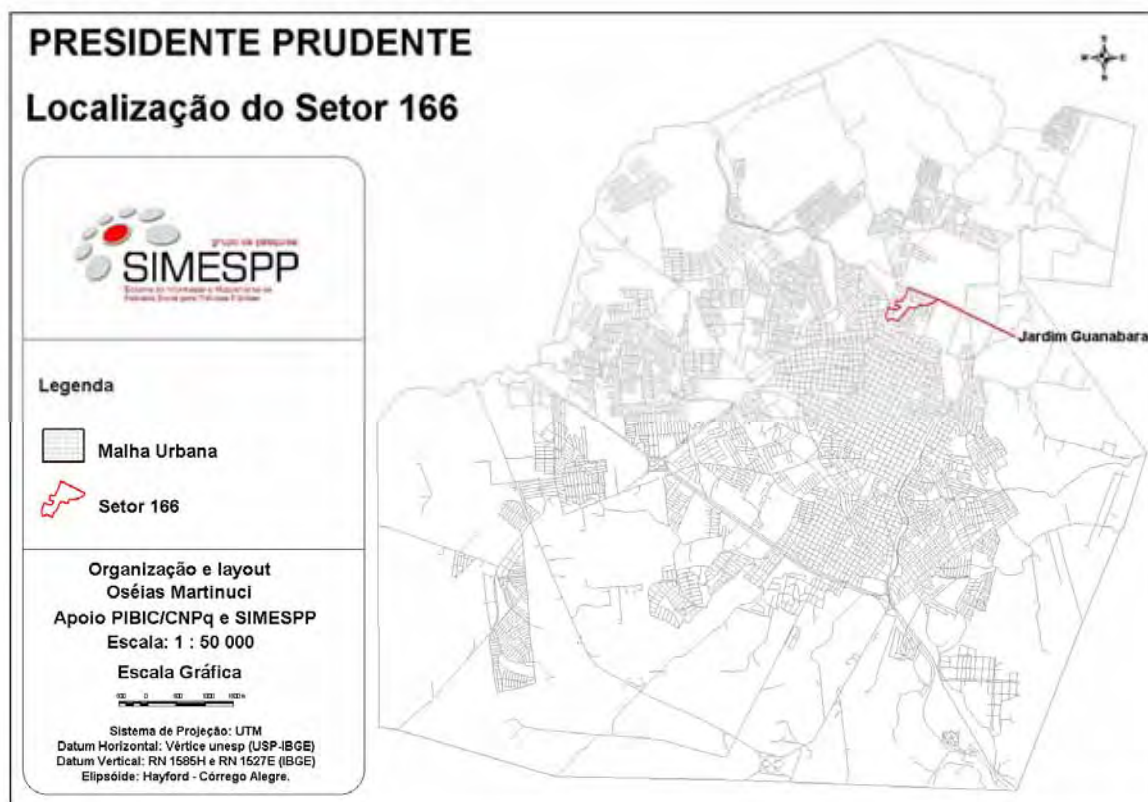
Por último, as variáveis relativas à educação apontam que não há no setor casos de analfabetismo entre a faixa etária de 10 e 14 anos, ou seja, teoricamente, todos os jovens se encontram na escola, o que dá ao setor a nota “1”. Ao se referir aos chefes de família com baixa escolaridade, o quadro é o mesmo, dos 96, nenhum possui baixa escolaridade, ou seja, todos cursaram níveis acima de ensino fundamental. Evidentemente, que dado ao seu alto poder econômico estas pessoas puderam ter o privilégio de estudar, ou também, devido sua boa escolaridade conseguiram obter um alto nível de renda.

SETOR 166

O setor censitário 166, segundo a designação do IBGE, está localizado na porção nordeste da cidade de Presidente Prudente, assim como os demais setores de alta exclusão social, à leste da Ferrovia Alta Sorocabana. Nesse setor está inserido o Jardim Guanabara. O mapa seguinte nos mostra exatamente onde o setor está localizado.

Possui uma população de 805 pessoas, distribuída entre os 239 domicílios existentes, o que confere uma densidade habitacional de 3,36 habitantes por domicílio.

Mapa 12:



Do total de 805 moradores do setor, 312 são constituídos por crianças e jovens na faixa etária de 10 a 19 anos, sendo que dois desses, exercem a função de chefes de família, responsáveis, portanto, pelo sustento da família. Isso se complica quando atentamos para o fato de que esses indivíduos ainda estão em idade escolar ou em processo de formação, ainda. Neste quesito, o setor não está entre as piores condições no panorama geral da cidade de Presidente Prudente, sendo que no processo de atribuição de notas, obteve a nota “2”.

O setor 166 comparece com a nota “2”, também no que diz respeito a variável que contempla a chefia familiar por chefes de família com 60 anos ou mais, de maneira que dos 239 chefes de família, 54 se encontram nessa condição. A condição de chefe de família por pessoas com mais de 60 anos, portanto, idosas e que recebem aposentadoria, estão submetidas a baixos salários, haja visto, que seu valor para os pobres é muito baixa, não dando para satisfazer de maneira plena as necessidades mais básicas.

Figura 11: Jardim Guanabara



Fonte: Trabalho de Campo
CALDEIRA, Fabiana. 2006

Figura 12: Jardim Guanabara



Fonte: Trabalho de Campo
CALDEIRA, Fabiana. 2006

Figura 13: Jardim Guanabara



Fonte: Trabalho de Campo
CALDEIRA, Fabiana. 2006

Importa agora falar das variáveis ambientais. Nesse quesito, a situação do setor é bastante precária, estando entre os setores que figuram na pior situação. Na variável que diz respeito aos domicílios que não possuem banheiro, o setor 166 é o que está em pior situação, com o mais alto percentual da cidade,

sendo que dos 239 domicílios existentes, 40 deles se encontram nessa condição, o que confere um percentual de 16,74%, o que permite lhe atribuir nota “4”.

Na variável que diz respeito aos domicílios sem esgotamento sanitário, o setor também se encontra entre as piores situações, ao passo que do total de domicílios, 46 não possuem esgotamento sanitário, o que significa um percentual de 19,25%. É importante salientar que essa situação, da maneira como está configurada, pode repercutir nas condições de saúde da população, havendo a possibilidade de ocorrência de doenças. Para um serviço urbano essencial, este percentual está muito elevado, significa praticamente um quinto dos domicílios. Pelo setor apresentar esse panorama a nota atribuída foi “4”.

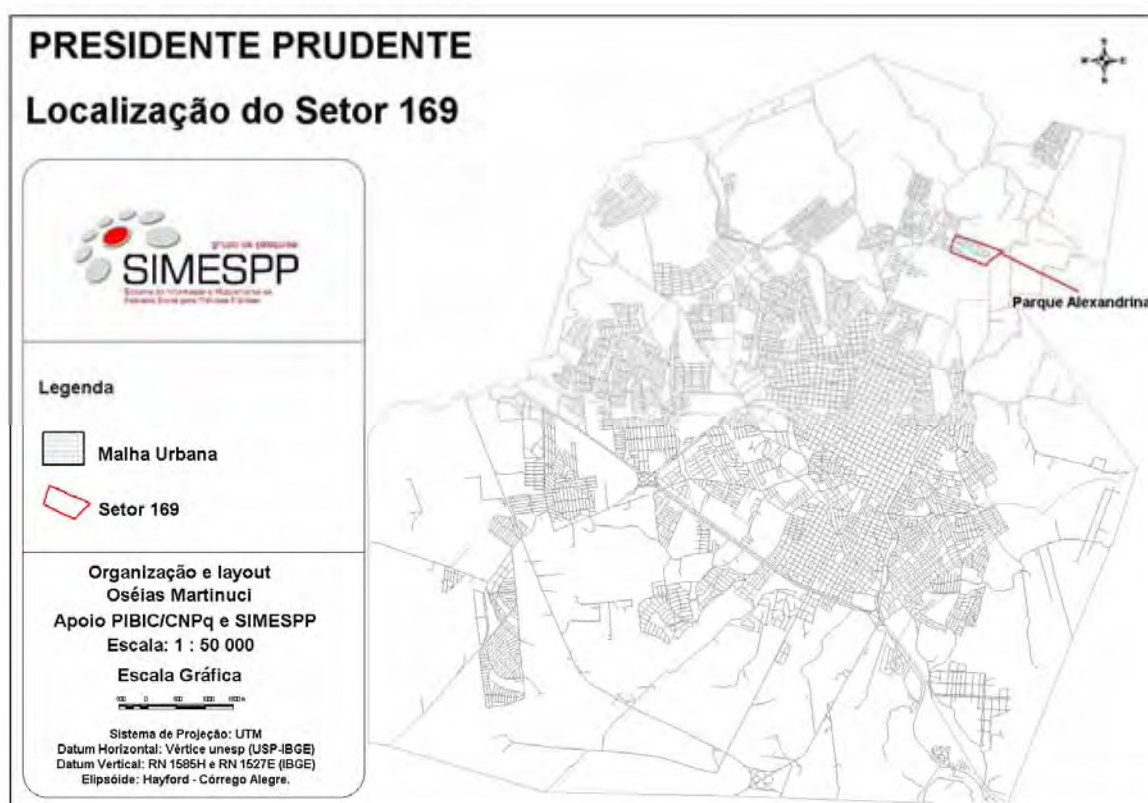
No que diz respeito ao perfil educacional dessa população, tem-se a seguinte configuração: presença de 2,26% de analfabetos na faixa etária de 10 a 14 anos, despontando como estando na condição “3”; dos 239 chefes de família, 139 se destacam pela baixa escolaridade, ou seja, que estudaram até a quarta série do ensino primário, de maneira que isso representa mais da metade dos responsáveis por unidades familiares, mais precisamente 58,16%, permitindo com que o setor adquira nota “4”.

Isso, evidentemente, tem rebatimento sobre os indicadores econômicos, na configuração de um quadro onde predomina baixos salários, muitas vezes insuficientes para a satisfação das necessidades básicas. A correlação entre o nível de escolaridade e o nível de renda evidencia-se quando atentamos para o fato de que dos 239 chefes de família 129 possuem uma remuneração relativa a até dois salários mínimos, para qual variável foi estabelecida a nota “4”. Ao mesmo tempo, tem-se ainda, em condições de vida bem mais dramáticas aqueles que não auferem nenhuma espécie de rendimento, que à época do censo acusava 40 indivíduos nessa situação, situação que permitia a atribuição de nota “3”. Com relação à variável que aponta a existência de chefes de família que recebem mais de vinte salários ao mês, pôde ser identificado apenas um, no setor, que permite dar a variável nota “4” no panorama geral da cidade.

SETOR 169

O setor censitário 169 compreende o Parque Alexandrina, que está localizado também na porção nordeste da cidade, como se pode visualizar no mapa seguinte.

Mapa 13:



Vale salientar que este setor censitário, assim como os demais setores considerados de alta exclusão social, segundo a designação do mapa de exclusão social produzido pelo grupo de pesquisa CEMESPP, se encontra localizado à leste da Ferrovia Alta Sorocabana. O Parque Alexandrina está caracterizado por um relativo afastamento da malha urbana densa, apresentando-se, enquanto área limítrofe com a zona rural, o que tende a lhe imprimir algumas características que são inerentes ao meio rural, às quais comentaremos mais a seguir.

O setor possui uma população, segundo os dados do Censo 2000 do IBGE, que gira em torno de 854 habitantes, distribuídos em 246 domicílios, o que lhe confere uma densidade habitacional de 3,47 moradores por residência.

É importante agora fazer apontamentos a respeito dos dados de ordem demográfica do IBGE. Primeiramente, no que diz respeito ao percentual de jovens que se encontram na faixa dos 10 aos 19 anos, o setor obteve nota “4”, segundo a metodologia adotada pelo CEMESPP, onde a referida nota desponta como a pior situação, numa escala de 1 a 4, como já destacamos. Assim sendo, dentre os 854 moradores do setor, 375 estão compreendidos na faixa que vai dos 10 aos 19 anos, o que denota uma parte expressiva da população.

Uma outra variável que diz respeito a essa faixa etária elaborada pelo CEMESPP, diz respeito à chefia familiar tomada por esses jovens e crianças, de maneira que para um universo de 246 responsáveis por família, quatro ocupam a posição de chefes de família, e essa situação confere ao setor no contexto dos demais setores a condição “3”. Ainda no que diz respeito à chefia familiar, temos a variável que fala dessa função desempenhada por pessoas com 60 anos ou mais, temos no setor, 29 responsáveis por unidades familiares nessa condição, dentre os 246 chefes de família, o que significa 11,79% da população.

Figura 14: Parque Alexandrina



Fonte: Trabalho de Campo
CALDEIRA, Fabiana. 2006

Figura 15: Parque Alexandrina



Fonte: Trabalho de Campo
CALDEIRA, Fabiana. 2006

Figura 16: Parque Alexandrina



Fonte: Trabalho de Campo
CALDEIRA, Fabiana. 2006

Tomando os dados do CEMESPP é importante fazer considerações a respeito das variáveis ambientais, que também têm a ver com as condições básicas de infra-estrutura ligadas à questão do saneamento básico, das quais as populações pobres muitas vezes não dispõem, o que pode representar um risco para a saúde pública. Uma primeira variável, é a inexistência de banheiro nas residências. Assim sendo, o setor 169, para um montante de 246 domicílios, 12 não possuem banheiro em seu interior, o que representa 4,88% das residências, e isso permite com que o setor esteja classificado nesse quesito com na situação “3”.

Em situação oposta á essa variável temos aquela que diz respeito à presença de domicílios com 4 banheiros ou mais, os dados do IBGE apontam que no presente setor não há nenhuma residência que esteja incluída nessa situação, o que confere ao setor 169, a nota-situação “4”. Em último lugar, relacionado às questões ambientais, temos ainda aquela referente à existência de domicílios que não possuem esgotamento sanitário, ou seja, não possuem ligação com rede de esgoto, ao passo que num conjunto de 246 domicílios, 33 figuram nessa situação, o

que representa 13,4% das residências. Essa situação permite ao setor configurar-se com a nota “4”.

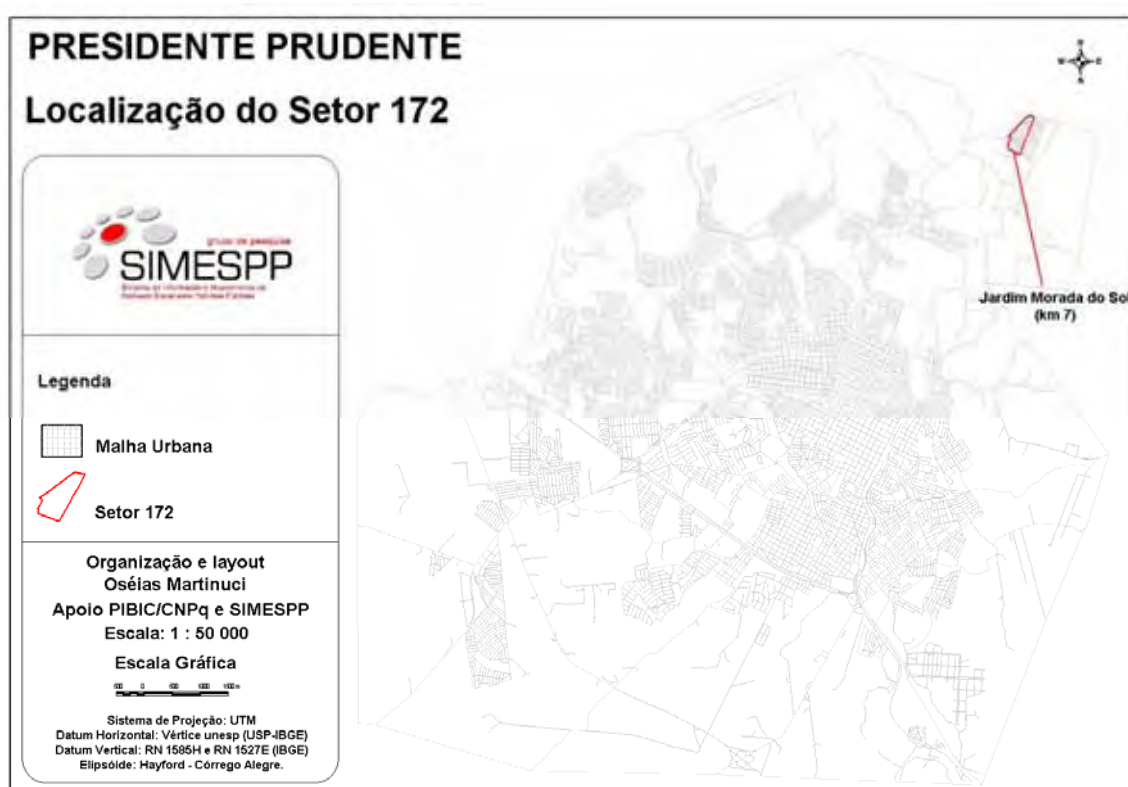
No setor 169, dentre os 246 chefes de família, 124 têm ganhos relativos a uma faixa que vai de 0 a 2 salários mínimos, e isso significa mais de 50% dos responsáveis familiares, e portanto, um percentual bastante elevado de pessoas que ganham o mínimo possível para somente sobreviver, fazendo com que se situem abaixo dos padrões de dignidade, e dos padrões sociais vigentes. Para esta variável o setor recebeu a classificação “4”. Nas piores das situações temos aqueles que não possuem nenhum rendimento mensal, que segundo o Censo 2000, são 13, os existentes no setor que se encontram nessa situação, e nesse quesito, o setor desponta com nota “2”, para o seu conjunto. Uma última variável relacionada ao âmbito econômico, diz respeito à presença de chefes de família no setor que possuem rendimentos superiores a vinte salários mínimos. No que se refere a isso, nenhum responsável familiar estava em tais condições, de maneira que nisso figura a situação “4”.

Por fim, no último grupo de variáveis, temos aquelas que dizem respeito à educação. Uma primeira diz respeito à presença de analfabetismo entre crianças e jovens, na faixa etária de 10 a 14 anos, de modo que no setor foram atestados cinco indivíduos nessa situação, colocando-o entre as posições mais desfavoráveis no contexto da cidade, e apresenta-se com a nota “3”, segundo a designação do CEMESPP. Outra variável que diz respeito à educação, é aquela que se refere aos níveis educacionais dos chefes de família, que como já apontamos, possui forte correlação com os níveis de renda. Assim sendo, os dados do IBGE apontam que dos 246 chefes de família existentes na localidade, 126 deles possuem baixa escolaridade, ou seja, que estudaram até a quarta série. Esses números representam mais de 50% dos chefes de família. Se pararmos para observar os dados de níveis de renda apresentado em linhas anteriores, mais precisamente aqueles que dizem respeito aos chefes de família que ganham até dois salários mínimos, estão praticamente na mesma configuração percentual, o que nos evidencia a alta correlação existente.

SETOR 172

Esse setor censitário está localizado na porção sudoeste da cidade e consideravelmente afastado e separado da malha urbana densa, como evidencia o mapa seguinte.

Mapa 14:



Segundo os dados do IBGE, o setor possui 359 domicílios, onde habita uma população de 1386 habitantes. Dentre os setores pesquisados este se caracteriza como sendo o mais populoso. A partir desses dados podemos inferir uma densidade habitacional de 3,86 habitantes por domicílio.

O setor em questão tem dentro de seus limites o Jardim Morada do Sol, também conhecido como “Km 07”.

Dentre todos os setores visitados, o setor 172 é um dos que se encontra em situação mais crítica, e uma série de fatores corrobora para isso. A paisagem apresenta-se extremamente degradada, com habitações bastante

precárias, com tijolos à mostra, inacabados, sem reboco, sem vidraças – que são substituídas por pedaços velhos de pano, que servem como cortina – feitas com material precário e improvisado.

Figura 17: Jardim Morada do Sol



Fonte: Trabalho de Campo
CALDEIRA, Fabiana. 2006

Figura 18: Jardim Morada do Sol



Fonte: Trabalho de Campo
CALDEIRA, Fabiana. 2006

No que diz respeito às variáveis econômicas, quando se fala em chefes de família que ganham entre 0 e 2 salários mínimos, o setor 220 se encontra, segundo a metodologia do CEMESPP, na condição “4”, inclusive, estando na pior das situações, pois é o setor que apresenta, nesse aspecto, o mais alto percentual. Desse modo, dentre os 359 responsáveis por família, 159 ganham entre 0,5 e 2 salários mínimos, e isso representa 1,24% dos chefes de família da cidade, que se enquadram nas mesmas condições. O quadro se torna mais grave quando se remete ao caso daqueles que nem mesmo auferem nenhuma espécie de rendimento, pois também nesse quesito o setor é o pior colocado da cidade, figurando, portanto, na condição “4”. Dos 359 chefes de família, 110 não têm remuneração. Assim, concentra 3,43% da população de toda a cidade de Presidente Prudente. Evidentemente, que para uma cidade que possui 235 setores censitários, é um percentual bastante elevado. Não é preciso nem mencionar, que num setor tão distante do centro da cidade, sem as mínimas condições em infra-estrutura, indivíduos que ganhem mais de 20 salários mínimos, dificilmente aí se estabelecerão, não tendo, portanto, nenhum que assim se enquadre.

Ainda fazendo uso das variáveis produzidas pelo CEMESPP, é importante mencionar as variáveis educacionais, que estão mais diretamente relacionadas à renda, freqüentemente condicionando-a. Assim, é notável a grande incidência da baixa escolaridade dos chefes de família, quando dentre os 359 chefes de família, 216 têm baixa escolaridade, ou seja, cursaram no máximo até a quarta série, representando, dessa forma 1,09%, do total da cidade. Nisso percebe-se a alta correlação que guarda o nível de escolaridade, com o nível de renda. Nesse âmbito, é necessário destacar, mesmo que evidente, que o setor se encontra na condição “4”, e encerra o pior de todos os índices da cidade com relação a esse quesito. Não se pode deixar de salientar, ainda, a variável que dá conta do analfabetismo entre 10 e 14 anos, faixa de idade escolar. Nesse aspecto o setor figura também na condição “4”, e está entre os quatro piores índices, constando 5 pessoas que estão nessa situação.

Os índices com relação às condições de sanitárias são, de igual forma, altos, pois dentre os 359 domicílios existentes 25 não têm banheiro, figurando na condição “3”, 33 não têm esgotamento sanitário, o que lhe confere a situação “3”, e nenhum deles possui 4 banheiros ou mais que lhe atribui condição “4”.

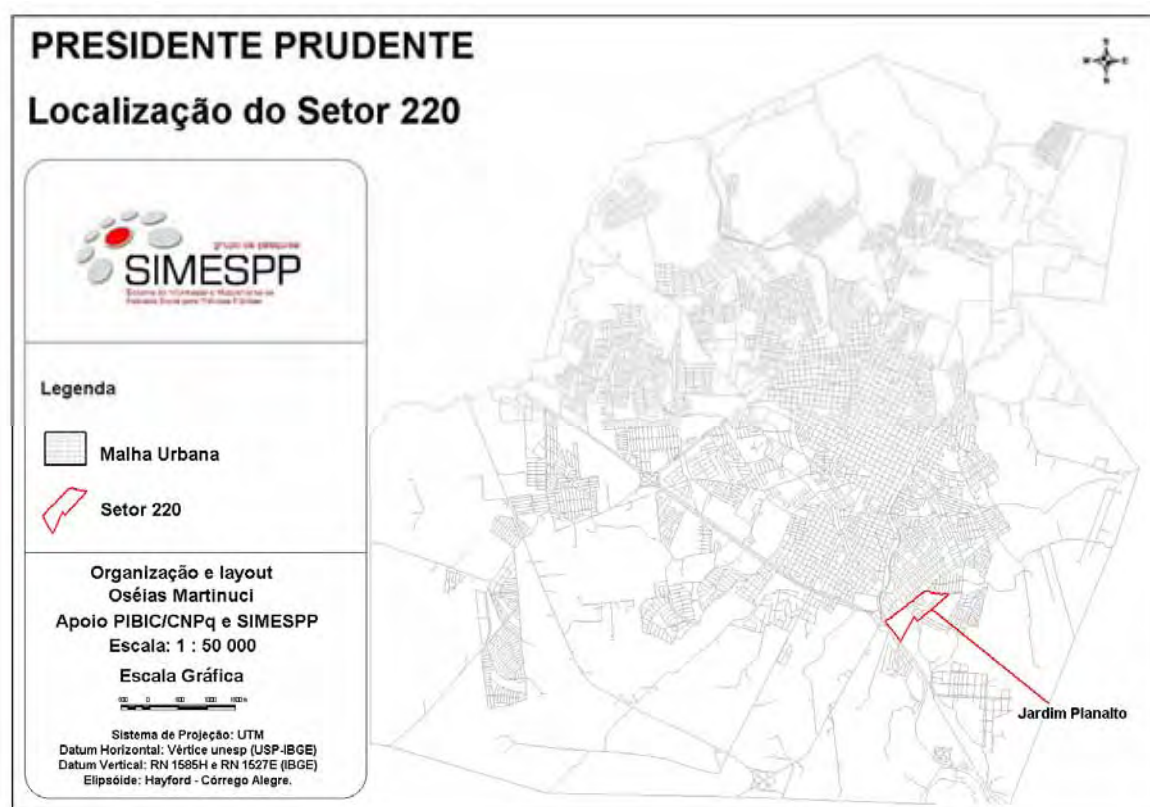
SETOR 220

O setor censitário 220 está localizado na porção sudeste da cidade de Presidente Prudente, e à leste da Ferrovia Alta Sorocabana. Não está concretamente separado da malha urbana densa, como é o caso dos setores 180 e 172, mas está posto no seu limiar. O mapa nos mostra a localização precisa da área em questão.

O setor 220 possui uma população de 939 habitantes, distribuídos nos 239 domicílios existentes, o que permite inferir-lhe uma densidade de 3,63 moradores por residência. Neste quesito, inclusive avaliado pelo grupo de pesquisa CEMESPP, o setor obteve uma das piores atribuições ao apresentar-se como um

dos setores mais densamente povoados da cidade, ao passo que a metodologia adotada e utilizada, permitiu que lhe atribuísse nota “4”, a pior nota na escala da vulnerabilidade social.

Mapa 15:



Dentre os setores de exclusão social visitados, a partir de um entendimento prévio, é um dos que do ponto de vista da paisagem, aparenta estar em melhores condições – e isso não quer dizer que as atuais condições de seus moradores não sejam ruins, muito pelo contrário. Assim, a paisagem é marcada por imóveis precários, inacabados, sem reboco e degradados.

Figura 19: Jardim Planalto



Fonte: Trabalho de Campo
CALDEIRA, Fabiana. 2006

Figura 20: Jardim Planalto



Fonte: Trabalho de Campo
CALDEIRA, Fabiana. 2006

Figura 21: Jardim Planalto



Fonte: Trabalho de Campo
CALDEIRA, Fabiana. 2006

Muitas casas são feitas de madeira em estado de degradação, enquanto outras são feitas em alvenaria e geralmente apresentam-se com tijolos à mostra estando, portanto, inacabadas e mesmo assim sendo habitadas. Isto se dá, pelo fato de que a população mais pobre, quando é dona do imóvel, não tendo recursos para terminar a obra, no intuito de livrar-se do aluguel, passa logo à habitá-

la. Quando o indivíduo, que se encontra na situação de pobreza, não consegue nem mesmo ter o seu próprio imóvel, frente às limitações da sua renda, é obrigado a alugar para si um imóvel caracterizado pela precariedade.

Depois de apresentado esses aspectos gerais, importa agora destacar os dados produzidos pelo CEMESPP, para o referido setor. As variáveis estão relacionadas às esferas demográficas, ambientais, econômicas e educacionais.

Começando pelas variáveis demográficas, uma primeira diz respeito à presença de jovens e crianças de 0 a 19 anos, apontando que 374 pessoas nessa faixa etária estão presentes no setor, dentre a população de 939 habitantes. No computo geral dos dados de todos os setores foi possível atribuir nota “3” ao setor 220. Uma segunda variável diz respeito à chefia familiar, ao destacar que dos 259 chefes de família, dois têm entre 10 e 19 anos. Para esse quesito o setor obteve nota “2”. Ainda falando da chefia familiar do setor, os dados do Censo 2000 do IBGE, apontam que dentre os responsáveis por família, 59 estão na faixa de 60 anos ou mais. Julgamos relevante a consideração desse dado, pois a população idosa precisa de atenção constante, tendo em vista seus baixos salários e os problemas de saúde que são tão característicos a essa idade. Um panorama assim configurado, marcado por uma população de idosos que na sua maioria ganha um salário mínimo, pode encontrar grandes dificuldades para sobreviver, pois os recursos advindos da aposentadoria freqüentemente mal dão para suprir os gastos com medicamentos, que normalmente os centros públicos de saúde não possuem.

No que diz respeito às variáveis ambientais, um, não tem esgotamento sanitário, figurando na condição “2”. Nesse mesmo contexto, nenhuma das unidades presentes tem quatro banheiros ou mais. Nessa variável, o setor obteve nota “4”.

Ao analisarmos os dados referentes às variáveis econômicas, é possível compreender as condições objetivas de sobrevivência da população desse lugar, que se traduz nas muitas dificuldades que as pessoas têm de enfrentar. Essas dificuldades, geradas pela relativa e absoluta baixa remuneração, aliada ao fato do quase abandono do governo às questões sociais, tendem a aumentar os obstáculos da vida diária que a população tem que vencer. Portanto, sua cidadania lhes é negada, pelas condições objetivas de sua existência. Assim, dos 259 chefes de família do setor, 17 não têm nenhuma espécie de rendimento (nessa variável figura

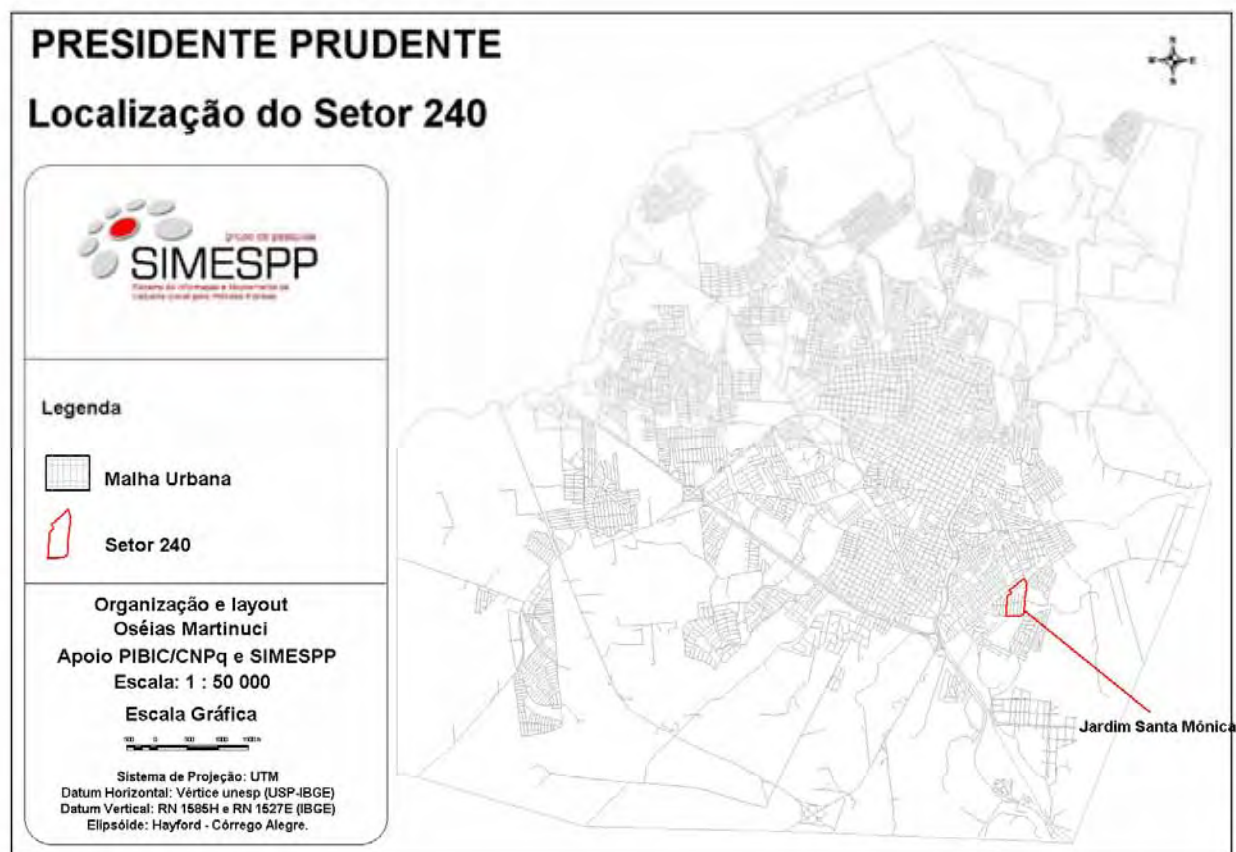
na condição “2”), 118 ganham entre 0 e 2 salários mínimos (figurando na condição “4”), e ainda, nenhum desses responsáveis chefes de família ganha 20 salários mínimos ou mais (obteve nota “4” nessa variável), o que revela uma grande proporção de pessoas que está sujeita a uma baixíssima remuneração, o que condiciona a existência de condições objetivas de vida baixíssimas.

Essa baixa remuneração, até certa medida, pode ser explicada pela baixa escolaridade dos chefes de família, pois 142 dos seus 259, têm somente até a quarta série (até quatro anos de estudo). Nesse quesito, o setor obtém nota “4”.

SETOR 240

O setor 240 está localizado na porção sudeste da cidade, ao lado do setor 220. Para melhor compreensão, observemos o mapa que se segue:

Mapa 16:



O referido setor possui uma população de 1.015 habitantes, distribuídos por 273 domicílios, o que lhe permite conferir uma densidade habitacional de 3,72, uma das mais altas da cidade. No que diz respeito a essa variável, o setor recebeu nota “4”, segundo à atribuição do CEMESPP.

Ainda nos remetendo às questões de ordem demográfica, o setor é constituído por uma população de jovens e crianças de 434 pessoas, com idade compreendida entre 0 e 19 anos (nota 4), por 273 chefes de unidades familiares, dos quais, dois possuem entre 10 e 19 anos (nota 2), e 43 têm 60 anos ou mais (nota 2). Há também uma população de jovens e crianças relativamente importante, compreendendo quase a metade da população, mais precisamente 434 pessoas, o que aponta para a necessidade de maiores cuidados, tendo em vista que precisam de mais atenção do ponto de vista dos serviços públicos levando em conta a faixa de idade em questão.

Figura 22: Jardim Santa Mônica



Fonte: Trabalho de Campo
CALDEIRA, Fabiana. 2006

Figura 23: Jardim Santa Mônica



Fonte: Trabalho de Campo
CALDEIRA, Fabiana. 2006

Figura 24: Jardim Santa Mônica



Fonte: Trabalho de Campo
CALDEIRA, Fabiana. 2006

No que diz respeito às variáveis ambientais produzidas para o setor, a situação é a seguinte: dos 273 domicílios existentes, 12 não possuem banheiro, de modo que a sua situação com as condições gerais da cidade lhe confere a nota/situação 3; de igual forma 12 domicílios não possuem ligação com a rede de esgoto, uma infra-estrutura sanitária das mais básicas, pois está ligada com as condições de saúde (nota 3); relacionado à presença de domicílios com quatro banheiros ou mais, uma variável que muito pode indicar as condições socioeconômicas, não consta nenhum que se enquadre nessa situação.

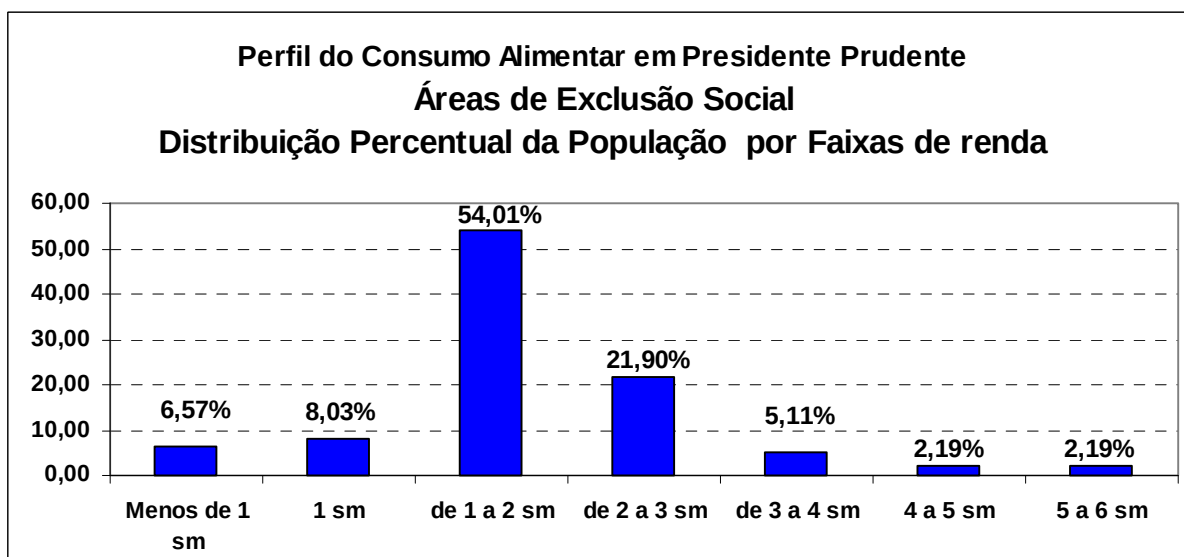
Quanto às condições econômicas, nós temos o seguinte panorama: 98 chefes de família possuem um rendimento mensal compreendido entre 0 e 2 salários mínimos (nota 3), o que significa 35,9% da população; 36 não auferem nenhuma espécie de rendimento, ou seja, 13,2% dos responsáveis por unidades familiares (nota 4); por fim, não foi detectado no setor nenhum chefe de família que ganhasse 20 salários mínimos ou mais (nota 4).

Na consideração das condições educacionais do local, os dados do CEMESPP nos apontam a seguinte situação: há entre jovens e crianças da faixa etária dos 10 aos 14 anos, caracterizada por uma fase de idade escolar, 5 pessoas

que são analfabetas (nota 3); e entre aqueles que são responsáveis por unidades familiares, 176 são caracterizados pela baixa escolaridade, ou seja, possuem estudos até quatro anos de estudo (nota 4).

Agora, após a apresentação dos setores estudados, nos cabe apresentar o perfil do consumo alimentar desta população. Assim, os gráficos e as tabelas abaixo apresentados são alguns dos resultados obtidos e sistematizados através das informações coletadas durante a aplicação do inquérito sobre o perfil do consumo alimentar em grupos populacionais específicos.

Gráfico 7:

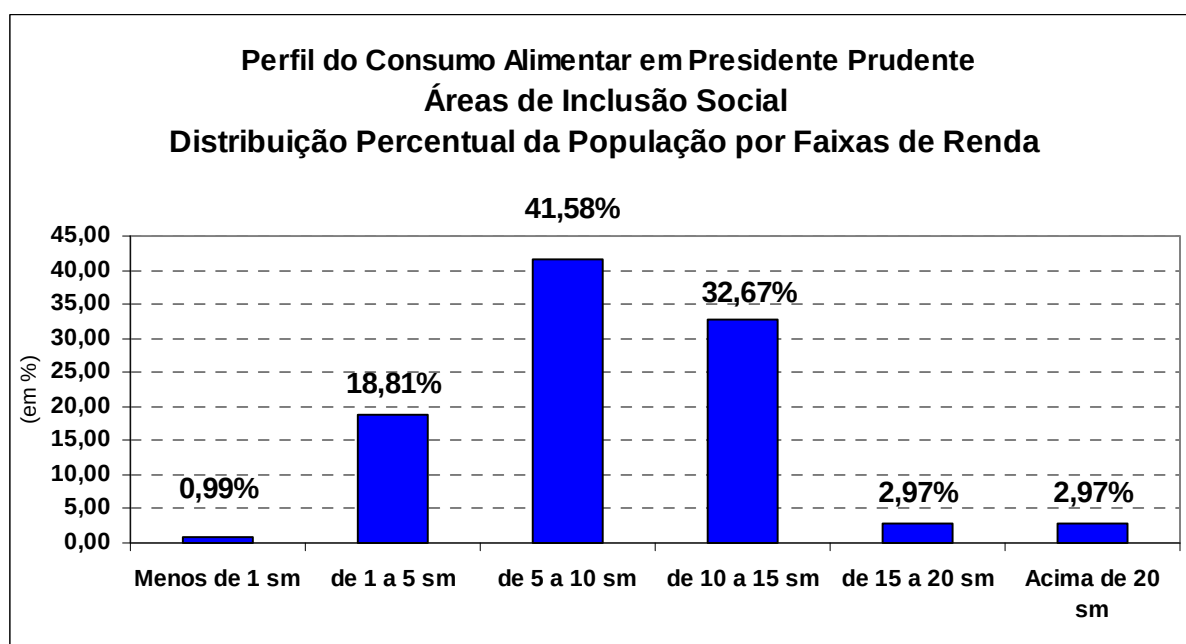


Fonte: Trabalho de Campo, 2006.
Org: CALDEIRA, Fabiana.

O gráfico 7, revela a situação econômica da família, ou seja, a renda mensal. Como podemos observar, a maior parte das famílias, 54,01%, apresenta rendimentos baixos, de 1 a 2 salários mínimos. Numa segunda posição, 21,90% das famílias, auferem renda de 2 a 3 salários mínimos. Em terceiro lugar, 8,03% dos entrevistados possuem renda de apenas 1 salário mínimo, evidenciando condições de vida precárias dessa população, sobrevivendo muitas vezes do assistencialismo do governo, ou da filantropia de algumas entidades, como a Igreja. Em situações ainda piores estão os 6,57%, que recebe menos de 1 salário mínimo, estas famílias não vivem, mas sim, apenas sobrevivem. Em condições um pouco melhores, temos

um total de 5,11% de entrevistados, que possuem renda mensal de 3 a 4 salários mínimos, dando-lhes uma condição de vida mais estável, porém, não o suficiente ainda para assegurar todas as necessidades que uma família requer e merece, como o direito ao lazer, uma boa educação, um atendimento digno a saúde e etc. Por fim, apenas 4,38%, ou seja uma parcela ínfima desta população possui uma renda mensal entre 4 a 6 salários mínimos. Desta forma, os dados demonstram que muitas das famílias vivem em condições precárias, pois, estas cifras atualmente não cobrem nem os gastos básicos de uma família, tais como: alimentação, habitação, saúde, entre outras.

Gráfico 8:



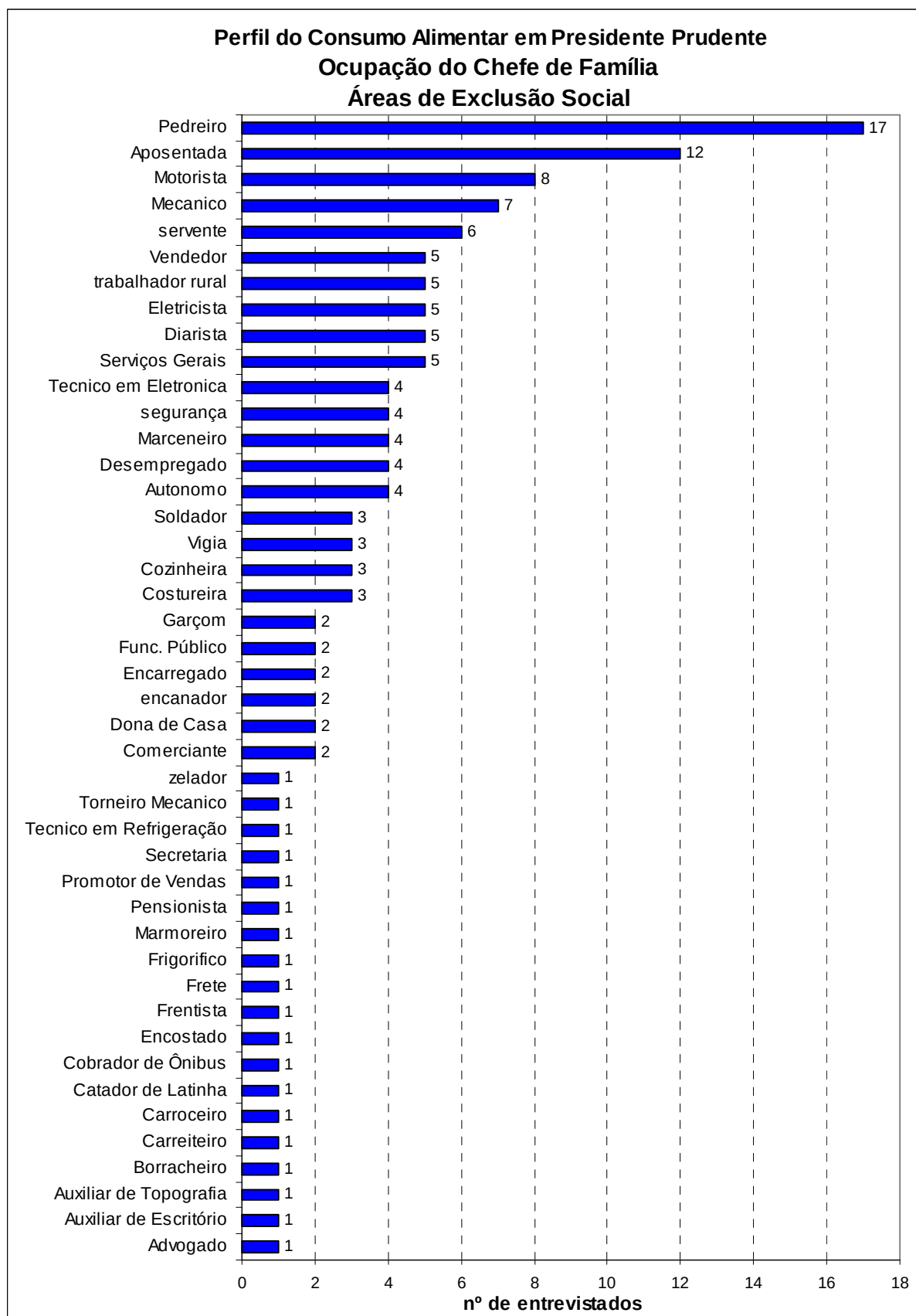
Fonte: Trabalho de Campo, 2006.
Org: CALDEIRA, Fabiana.

O gráfico 8, revela a situação econômica das famílias residentes em áreas de inclusão social, ou seja, a renda mensal. Através deste gráfico podemos perceber claramente as desigualdades sociais e econômicas existentes no município de Presidente Prudente, por este mesmo fato, os estratos de faixa de renda entre as duas áreas são totalmente diferenciados, já que, a disparidade da renda entre eles é muito alta. No entanto, ao analisarmos os 2 gráficos sobre a renda, verificamos que

numa cidade de porte médio, como Presidente Prudente, não existem casos de miséria extrema, mas sim, casos de desigualdade e vulnerabilidade. Como podemos observar a maior parte das famílias residentes nestas áreas de inclusão social, ou seja, 41,58% apresentam rendimentos razoavelmente altos, entre 5 a 10 salários mínimos, ou seja, bem maior que os rendimentos das famílias residentes em áreas de exclusão. Numa segunda posição, temos uma situação ainda melhor, já que 32,67%, desta população auferem uma renda entre 10 a 15 salários mínimos, rendimentos que lhes conferem uma situação econômica e social altamente privilegiada.

Em terceiro lugar, com 18,81%, estão as famílias que auferem renda entre 1 a 5 salários mínimos; no entanto, nesta faixa de renda, são poucas as famílias que recebem entre 1 a 3 salários, a maior parte delas recebe entre 4 e 5 salários. Na quarta posição, temos um empate entre as melhores faixas de renda, ou seja, 2,97% recebe de 15 a 20 salários mínimos; e também, 2,97% recebe mensalmente acima de 20 salários mínimos. Por fim, apenas 0,99% destas famílias recebem menos 1 salário mínimo, geralmente pessoas idosas, sozinhas e aposentadas. Assim, verificamos o alto padrão de vida destas famílias, pois possuem rendimentos altos, o que lhes pode garantir um alto grau de segurança alimentar, cabendo apenas a elas a tarefa de se alimentarem em quantidade e qualidade, pois renda para isso elas possuem.

Gráfico 9:

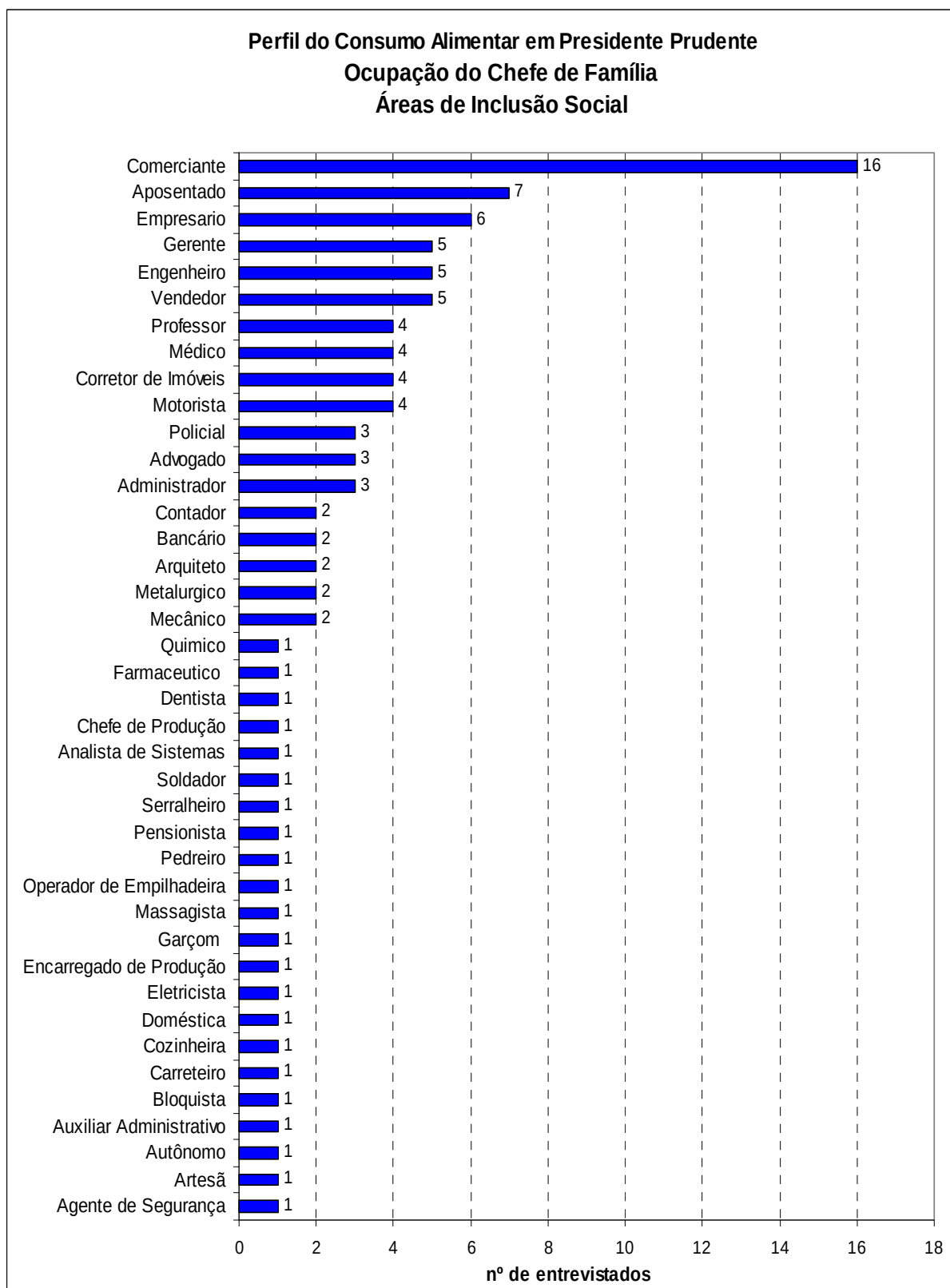


Fonte: Trabalho de Campo, 2006.
 Org: CALDEIRA, Fabiana.

O gráfico 9 nos revela a ocupação do chefe de família da população residente em áreas de exclusão social. Em primeiro lugar deixamos claro que só iremos comentar sobre as profissões mais citadas dentro do contexto desta população, pois o gráfico fala por si mesmo, cabendo ao leitor interpretá-lo. Esta informação é para nós importante, dentro do tema e do diagnóstico da segurança alimentar desta população, pois de acordo com a profissão, as pessoas necessitam de uma maior quantidade e qualidade alimentar, do que outras, pois uma alimentação inadequada poderá acarretar uma série de doenças, como a desnutrição e doenças de cunho carenciais. Assim, pessoas que exercem profissões de nível braçal, consomem uma densidade energética maior no decorrer do dia, e já indivíduos que trabalham, por exemplo, em escritórios, que na maior parte do dia ficam sentados sem se movimentar, precisam de uma alimentação mais balanceada, pois não dispõem de um nível elevado de energia, salvo exceções, àqueles que praticam algum tipo de esporte; caso contrário, uma alimentação inadequada deste indivíduo acabará se traduzindo em níveis de obesidade.

Desta forma, temos a seguinte configuração nas áreas de exclusão social: 23 chefes de família, a maioria desta população, é pedreiro e servente de pedreiro, ou seja, uma profissão de cunho braçal. Em segundo lugar, temos os aposentados, que são 12 ao todo, pessoas idosas que também requerem uma alimentação balanceada, e em quantidade e qualidade adequadas. Em seguida, temos 8 motoristas, 7 mecânicos, e assim por diante. Mas o que nos interessa neste gráfico é verificarmos que a grande maioria desta população, exerce profissões braçais, necessitando de uma qualidade e quantidade alimentar maior.

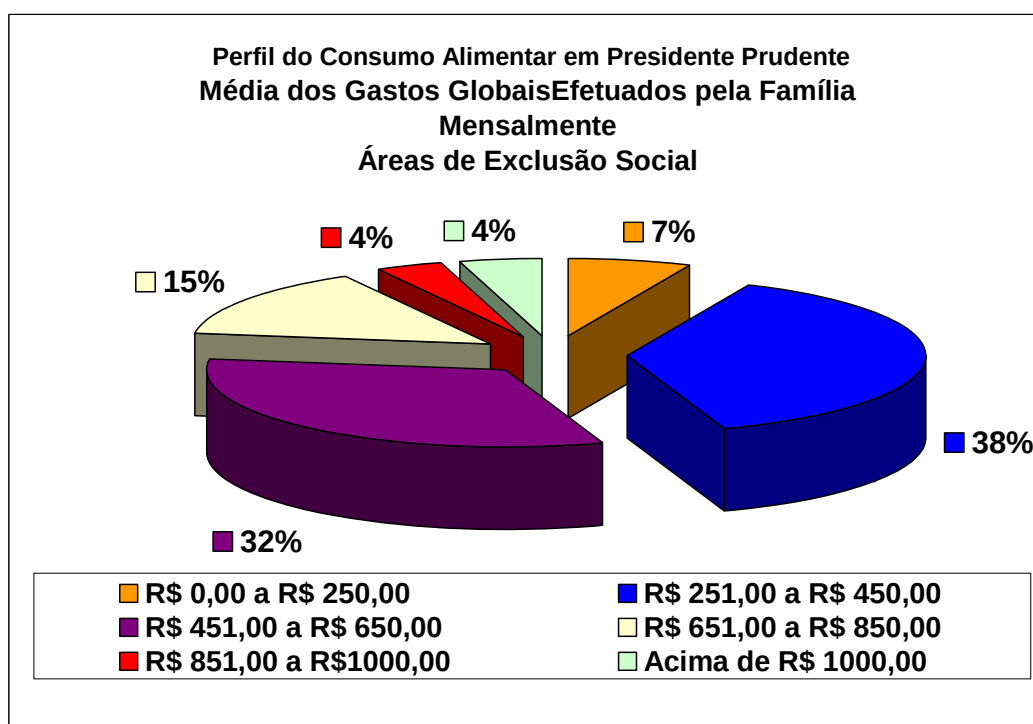
Gráfico 10:



Fonte: Trabalho de Campo, 2006.
Org: CALDEIRA, Fabiana.

Indo ao encontro do que foi exposto no gráfico 9, o gráfico 10, nos mostra as profissões dos chefes de família das áreas de inclusão social. Assim, vemos no gráfico, que a grande maioria dos chefes de famílias residentes em áreas de inclusão exercem profissões não braçais, ou seja, profissões mais burocráticas que não lhes exigem um alto grau de esforço físico. A maior parte dos entrevistados, ou melhor, 16 chefes de família são comerciantes, possuem seus próprios negócios. Em seguida, temos 7 chefes de família aposentados; 6 empresários; 5 exercem cargo de gerência; 5 engenheiros; 5 vendedores; e etc. Mas, como já avaliamos no gráfico anterior, o que nos importa aqui, é o diagnóstico de que a grande maioria destas famílias é chefiada por pessoas que possuem profissões consideradas de nível elevado, pois, muitas destas profissões exigem curso universitário, como os médicos, engenheiros, advogados e outros, traduzindo também em salários mais elevados. Outro ponto importante de ser analisado, diz respeito à questão alimentar desta população. Como a maioria destas pessoas exercem profissões que não lhes exigem grandes gastos energéticos, a alimentação deve ser balanceada e em quantidade adequada aos seus gastos energéticos, para não se reverter em casos de obesidade.

Gráfico 11:

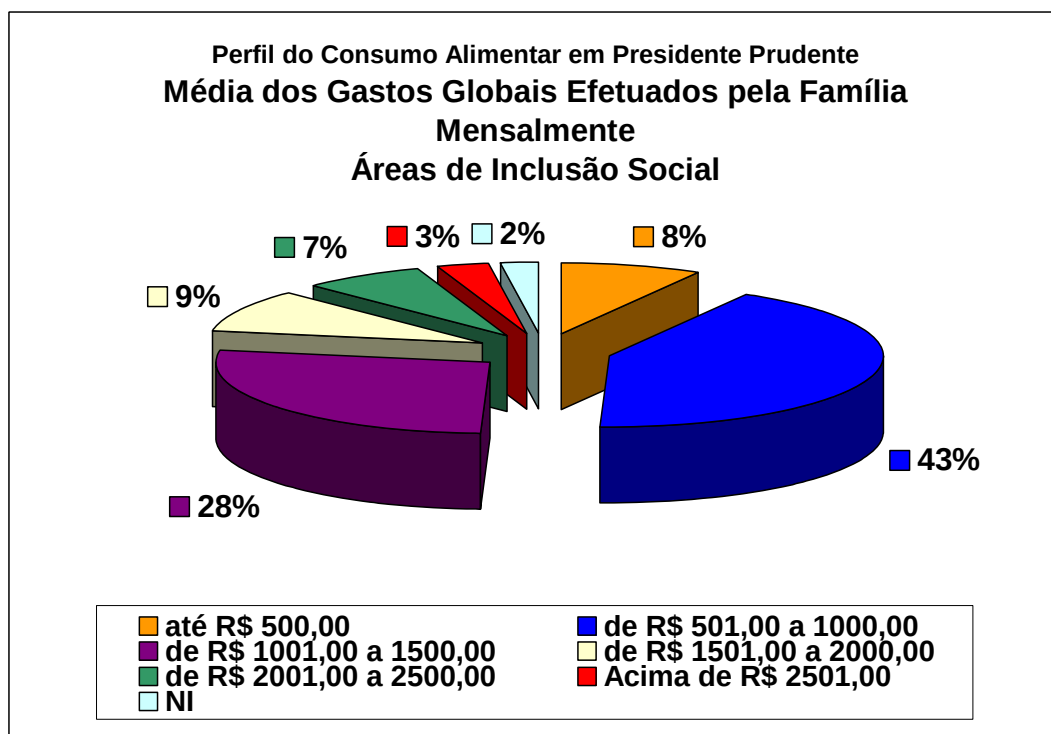


Fonte: Trabalho de Campo, 2006.
 Org: CALDEIRA, Fabiana.

Através deste gráfico, podemos analisar os gastos mensais totais efetuados pelas famílias com aluguel, alimentação, condução, água, luz, gás, telefone, medicamentos, prestações, e outros. Deixamos claro, em primeiro lugar, que optamos neste gráfico e nos próximos, por dividir as faixas de gastos com valores numéricos e não por salários mínimos, pois para nós, expressava maior clareza desta forma.

Assim, verificamos que a maior parte das famílias entrevistadas, ou seja, 38% gasta em média, de R\$ 251,00 a R\$ 450,00 do seu salário, que por sinal, na maioria dos casos é baixo, em média, entre 2 salários mínimos ou até menos, para suprir suas necessidades básicas, lhes restando muito pouco para poderem passar o restante do mês, e suprimindo outras necessidades secundárias, porém, não menos importantes, como, roupas, calçados, material escolar, lazer e etc. Em segundo lugar, com 32%, temos uma média de gastos globais de R\$ 451,00 a R\$ 650,00 ao mês, ou seja, são gastos muito elevados para a média dos salários auferidos por estas famílias, elas gastam todo o seu salário assegurando suas necessidades básicas, não lhes restando quase nada, ou, às vezes nada. Em terceiro lugar, 15% das famílias gastam entre R\$ 651,00 a R\$ 850,00 ao mês, suprimindo suas necessidades, é um valor altíssimo diante da média de renda destas famílias. Já 8% dos entrevistados, gastam entre R\$ 851,00 a mais de R\$ 1000,00 para suprirem suas necessidades básicas, é um valor muito alto, mesmo para aquelas famílias que possuem renda acima de R\$ 900, 00, são famílias geralmente, com um maior número de membros e precisam ter um gasto maior para assegurar suas necessidades. Por fim, 7% das famílias, tem gastos mensais entre R\$ 0,00 a R\$ 250,00, são aquelas famílias em condições de vida mais precárias, que vivem de doações, pois não possuem renda suficiente para assegurarem suas necessidades básicas, neste grupo, encontram-se também as famílias pequenas, como casais e pessoas sozinhas.

Gráfico 12:

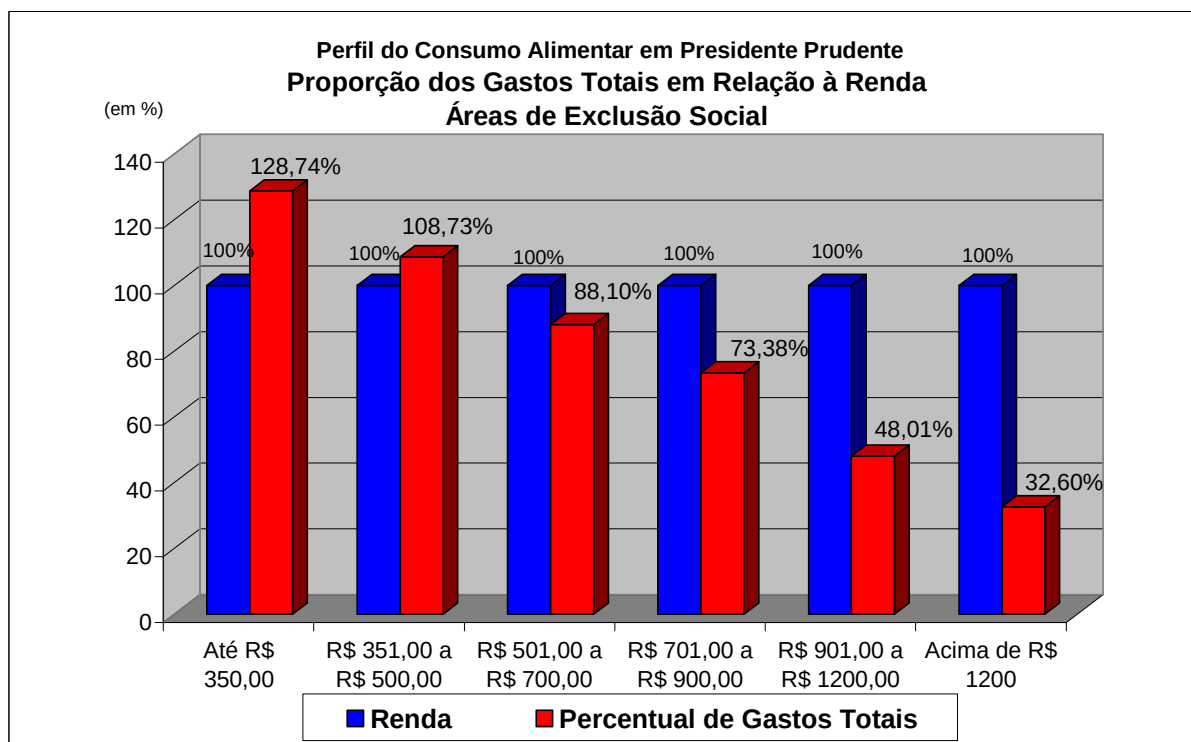


Fonte: Trabalho de Campo, 2006.
Org: CALDEIRA, Fabiana.

Através deste gráfico podemos analisar os gastos mensais totais efetuados pelas famílias com aluguel, alimentação, condução, água, luz, gás, telefone, medicamentos, prestações e outros. Assim, verificamos que a maior parte das famílias residentes em áreas de inclusão social, 43%, gasta em média de R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00 do seu salário, para suprir suas necessidades básicas. Em segundo lugar, com 28%, temos uma média de gastos globais de R\$ 1.001,00 a R\$ 1.500,00 ao mês. Em terceiro lugar, 9% das famílias gastam entre R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00 ao mês suprimindo suas necessidades. Já 8% dos entrevistados, gastam até R\$ 500,00 para suprirem suas necessidades básicas, é um valor baixo em relação aos altos rendimentos desta população. Em quinto lugar, com 7%, temos famílias que possuem gastos globais entre R\$ 2.001 a R\$ 2.500,00, são valores altíssimos se compararmos aos gastos das famílias de baixa renda, isso nos demonstra que quanto maior os rendimentos, maiores os gastos, mas mesmo assim, estes gastos não exercem um peso elevado em relação a renda total destas famílias, lhes restando sempre um valor elevado para realizarem gastos secundários, geralmente negados a população de baixa renda. Em sexto lugar, com 3%, temos uma

população que gasta acima R\$ 2.501,00 suprindo suas necessidades e apenas 2 de entrevistados que não quiseram informar seus gastos.

Gráfico 13:

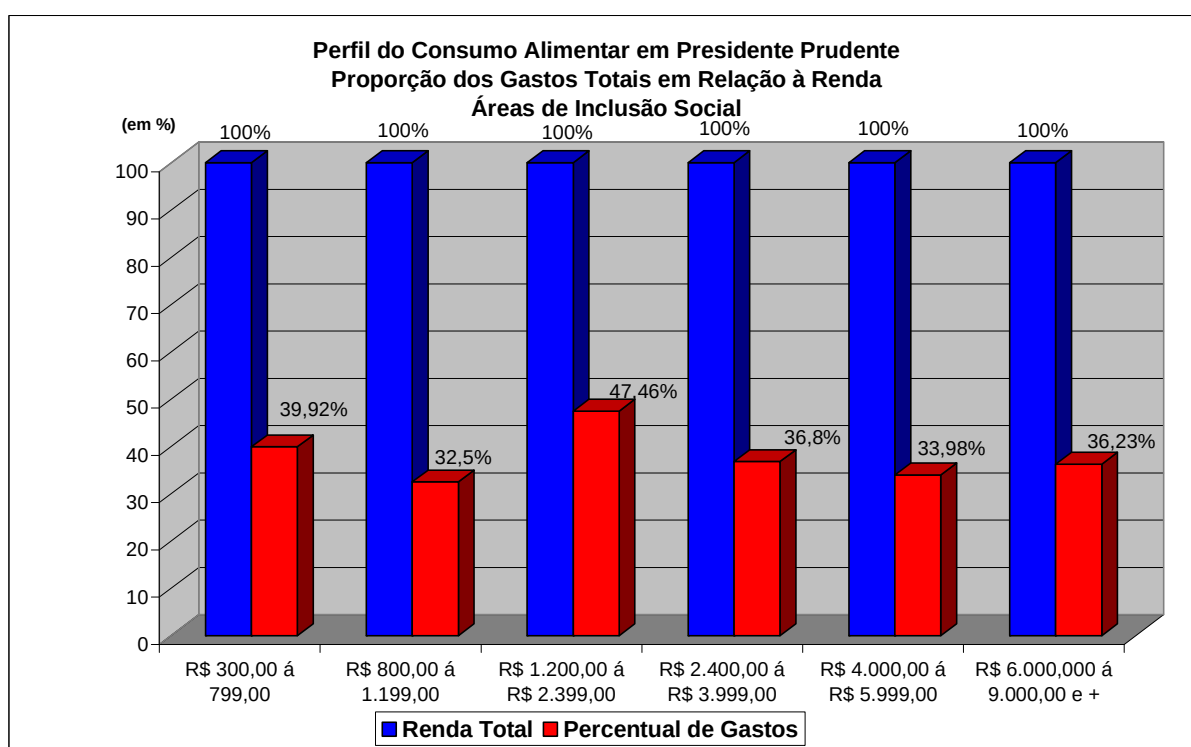


Fonte: Trabalho de Campo, 2006.
Org: CALDEIRA, Fabiana.

O gráfico 13 ainda nos remete ao quesito, gastos totais efetuados pelas famílias durante o mês. Porém, este traz uma comparação dos gastos em relação à renda familiar. Assim, podemos evidenciar de maneira mais clara as condições precárias vividas por esta população. Desta forma, através do gráfico, diagnosticamos um dado alarmante e preocupante, o grupo familiar que auferir renda até R\$ 350,00 e renda de R\$ 351,00 a R\$ 500,00, possui gastos mensais, maiores que a renda auferida, ou seja, o que ganha não consegue cobrir os seus gastos e necessidades básicas, como alimentação, habitação, água, luz, gás, transporte, medicamentos, e etc. Tal perfil se configura como uma condição de vida extremamente vulnerável, pois estas famílias, supomos, vivem endividadas, ou necessitam constantemente da ajuda de programas governamentais; ou de entidades filantrópicas, vivendo uma situação de privação. Dentro do contexto

alimentar, que é o foco principal da pesquisa, este perfil demonstra um padrão de vulnerabilidade alimentar, já que estas famílias não possuem renda suficiente para manterem a sua segurança alimentar, ou seja, uma alimentação em quantidade e qualidade razoável.

Gráfico 14:

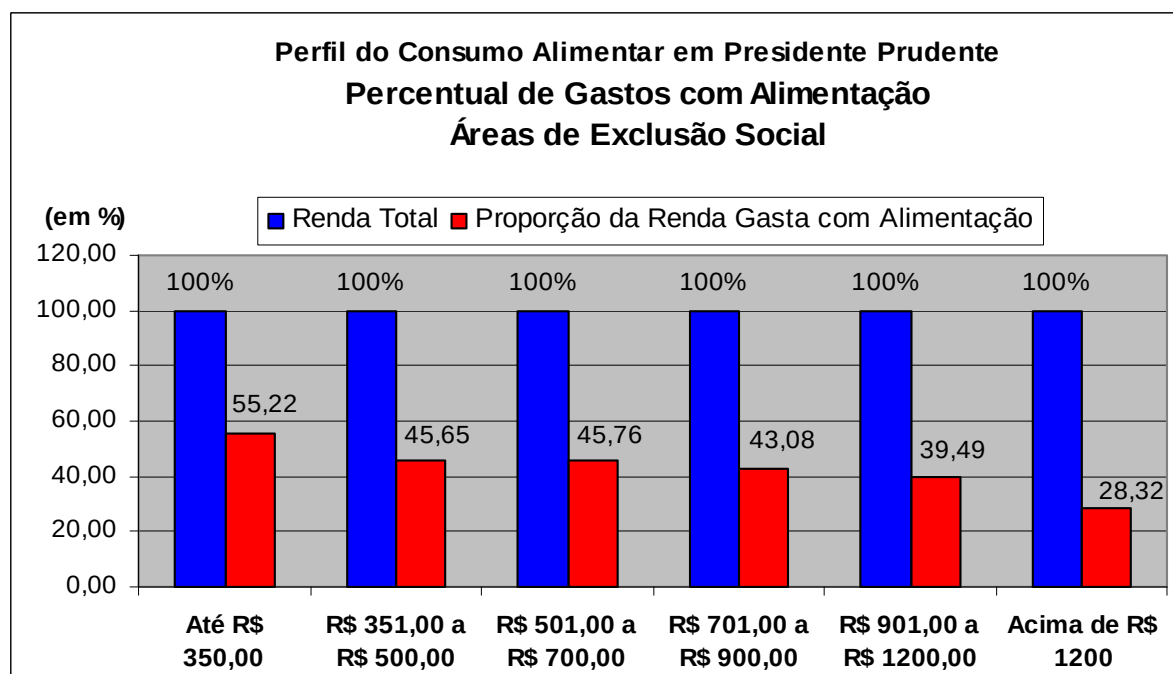


Fonte: Trabalho de Campo, 2006.
Org: CALDEIRA, Fabiana.

O gráfico 14 nos remete ainda ao item de gastos totais efetuados pelas famílias durante o mês; porém, este, faz uma comparação dos gastos em relação à renda familiar. Desta forma, através do gráfico, verificamos que estas famílias não gastam nem metade do que ganham suprimindo suas necessidades básicas, enquanto que grande parte da população de baixa renda gasta mais do que ganha para sobreviver. A faixa de renda que possui maior gastos é a faixa entre R\$ 1.200,00 a R\$ 2.399,00, tendo um gasto de 47,46% em relação a sua renda. Em seguida, temos a faixa de renda de R\$ 300,00 a R\$ 799,00, com gastos da ordem de 39,92% em relação à renda. No terceiro lugar, fica a faixa entre R\$ 2.400,00 a R\$ 3.999,00, com 36,80% de gastos totais. Em seguida, temos a faixa de renda entre R\$ 6.000,00 a R\$ 9.000,00, e acima, que possui gastos de 36,23% em relação a sua

renda, ou seja, são gastos praticamente ínfimos comparados com a renda. Na quinta posição, está a faixa de renda entre R\$ 4.000,00 a R\$ 5.999,00, que gasta cerca de 33,98% dos seus ganhos com despesas básicas. Por último, temos a faixa de R\$ 800,00 a R\$ 1.199,00, gastando em torno de 32,50% de sua renda, suprimindo suas necessidades. Verificamos que estas famílias possuem condições mais que satisfatórias para manterem uma vida saudável; ao contrário das famílias de baixa renda, que muitas vezes convivem com situações de vulnerabilidade.

Gráfico 15:

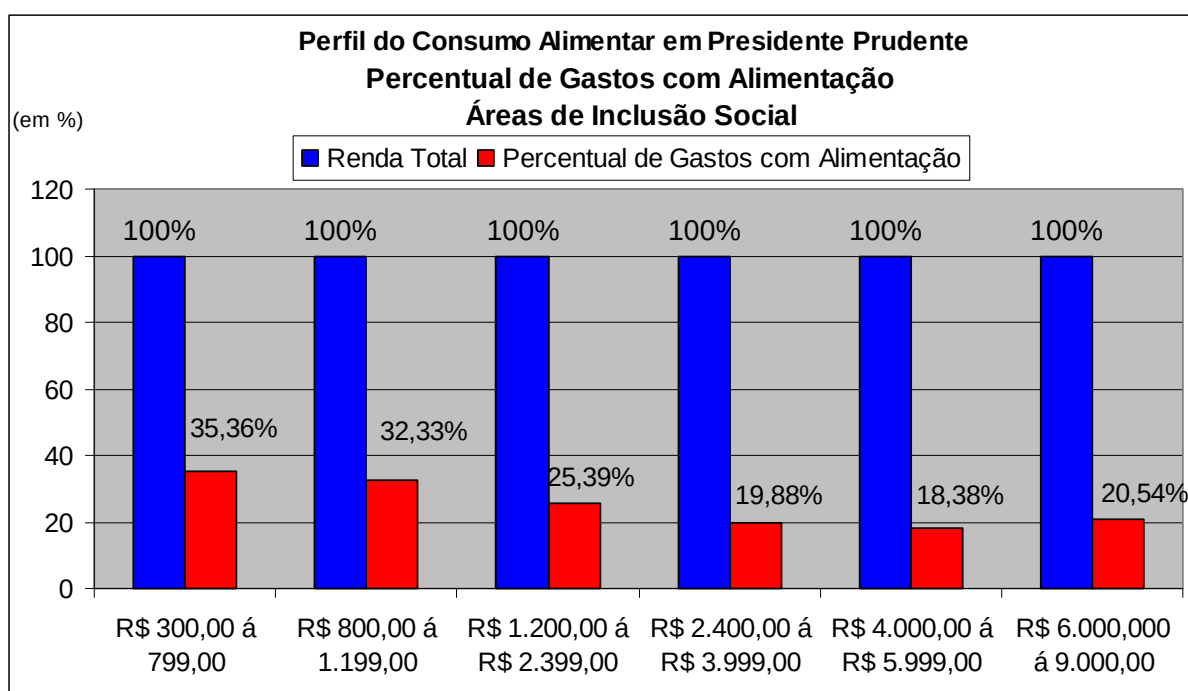


Fonte: Trabalho de Campo, 2006.
Org: CALDEIRA, Fabiana.

O gráfico 15 traz a proporção da renda mensal que é gasta com alimentação, de acordo com as diferentes faixas de renda da população residente em áreas de exclusão social. O que chegamos à conclusão, é que quanto menor a renda, maior o gasto com alimentação. Desta forma, a população que auferir renda até R\$ 350,00, gasta cerca de 55,22% da sua renda com alimentação, ou seja, mais da metade dos seus ganhos são para a alimentação, lhes restando quase nada para manterem outras necessidades. Já na segunda faixa de renda, entre R\$ 351,00 a R\$ 500,00, a proporção gasta com alimentação é de 45,65%, ainda muito alta, se compararmos com os outros gastos totais de uma família. A população que se

encontra na terceira faixa de renda, de R\$501,00 a R\$ 700,00, tem um dispêndio com alimentação em torno de 45, 76%. Já a população que se encontra na quarta faixa de renda, de R\$701,00 a R\$ 900,00, tem uma despesa com alimentação de 43, 08%. O perfil da quinta faixa, de R\$901,00 a R\$ 1200,00, fica em torno de 39,49% de gastos com alimentação. As famílias que ganham acima de R\$ 1200,00 deixam nos mercados, ou demais estabelecimentos alimentares, uma média de 28,32% dos seus salários. Mas, no contexto geral, analisamos que entre todas as faixas de renda, mesmo a faixa de renda maior, os gastos dispendidos com alimentação é muito grande, lhes restando muito pouco, ou quase nada, para outras necessidades básicas; que dirá para necessidades secundárias, como o lazer. Concluímos que estas pessoas apenas sobrevivem, mas não vivem totalmente e plenamente seus direitos, enquanto cidadãos.

Gráfico 16:

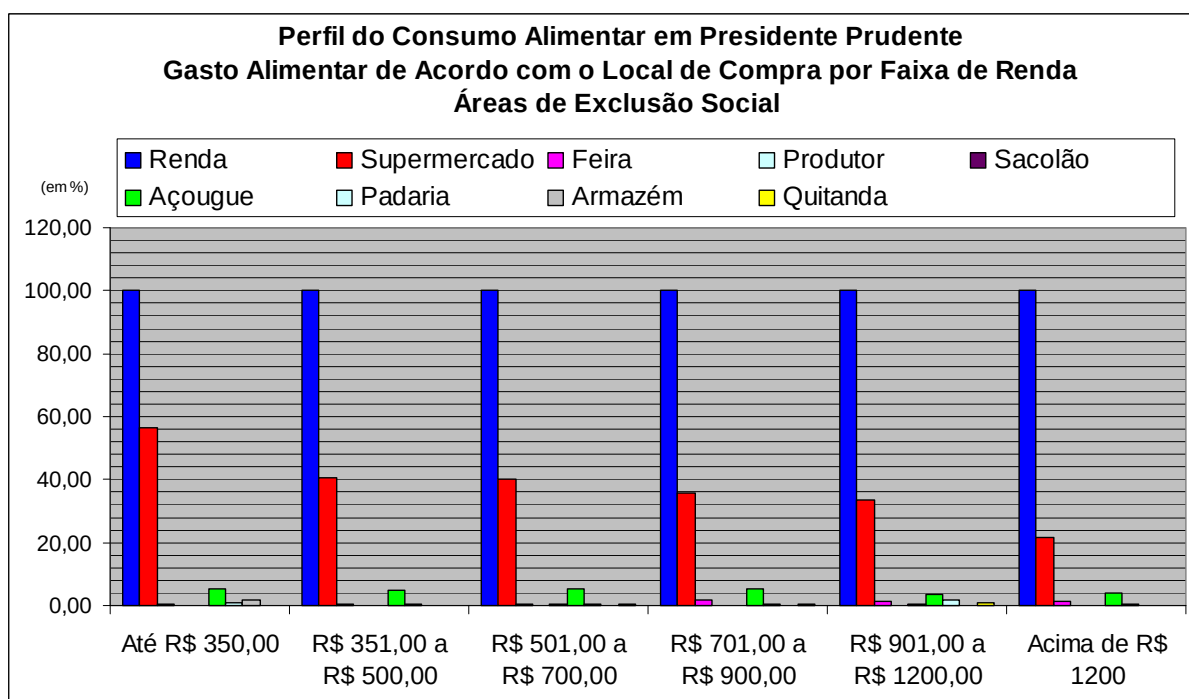


Fonte: Trabalho de Campo, 2006.
Org: CALDEIRA, Fabiana.

O gráfico 16, traz a proporção da renda mensal que é gasta com alimentação, de acordo com as diferentes faixas de renda da população residente em áreas de inclusão social. Através deste gráfico, verificamos que esta população não possui altos gastos com alimentação; ao contrário da população de baixa renda. Assim, temos a seguinte configuração: a população que auferir renda de R\$ 300,00,

a R\$ 799,00, gasta cerca de 35,36% da sua renda com alimentação. Já na segunda faixa de renda, entre R\$ 800,00 a R\$ 1.199,00, a proporção gasta com alimentação é de 32,33%. A população que se encontra na terceira faixa de renda, de R\$ 1.200,00 a R\$ 2.399,00, tem um dispêndio com alimentação em torno de 25,39%. Já a população que se encontra na quarta faixa de renda, de R\$ 2.400,00 a R\$ 3.999,00, tem uma despesa com alimentação de 19,88%. O perfil da quinta faixa, de R\$ 4.000,00 a R\$ 5.999,00, fica em torno de 18,38% de gastos com alimentação. As famílias que ganham entre R\$ 6.000,00 a R\$ 9.000,00 gastam em média 20,54% dos seus ganhos com alimentação.

Gráfico 17:

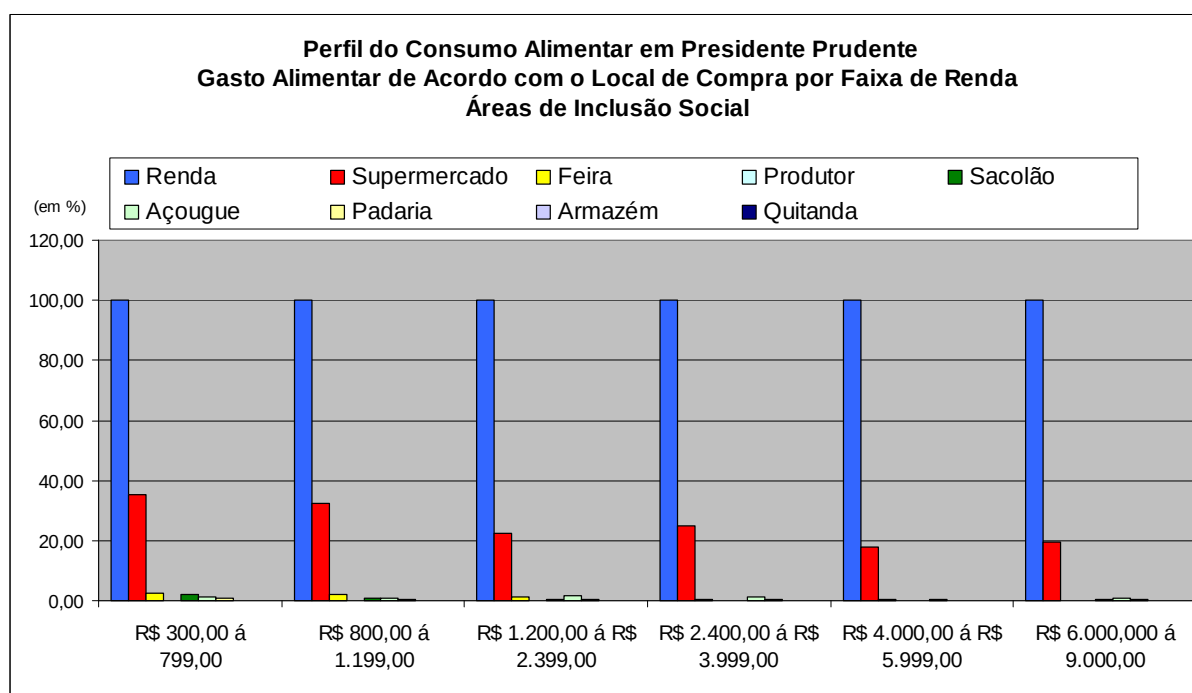


Fonte: Trabalho de Campo, 2006.
Org: CALDEIRA, Fabiana.

Neste gráfico, verificamos quais os principais estabelecimentos alimentares utilizados pelas famílias residentes em áreas de exclusão social. O cenário se configura tendo o supermercado como o principal estabelecimento utilizado, dada a sua variedade de produtos, se torna uma alternativa de maior facilidade, pois compram tudo o que necessitam em um único local, sem precisar se

locomover várias vezes para outros estabelecimentos; outra possibilidade que pode explicar tal situação, talvez seja o fato destas pessoas, sendo assalariadas, quando recebem seus pagamentos, vão ao supermercado e já deixam boa parte deste lá, não tendo, no restante do mês, condições de estarem freqüentando outros estabelecimentos; assim comprem tudo que necessitam, ou que podem comprar, no supermercado mesmo. Em segundo lugar, porém, numa posição pequena, encontramos o açougue como estabelecimento freqüentado pelas famílias de baixa renda, mesmo a carne tendo um custo relativamente alto, encontra prioridade na alimentação destas famílias. A feira está em terceiro lugar, embora em posição insignificante. Os restantes dos estabelecimentos quase não aparecem como utilizados por esta população.

Gráfico 18:

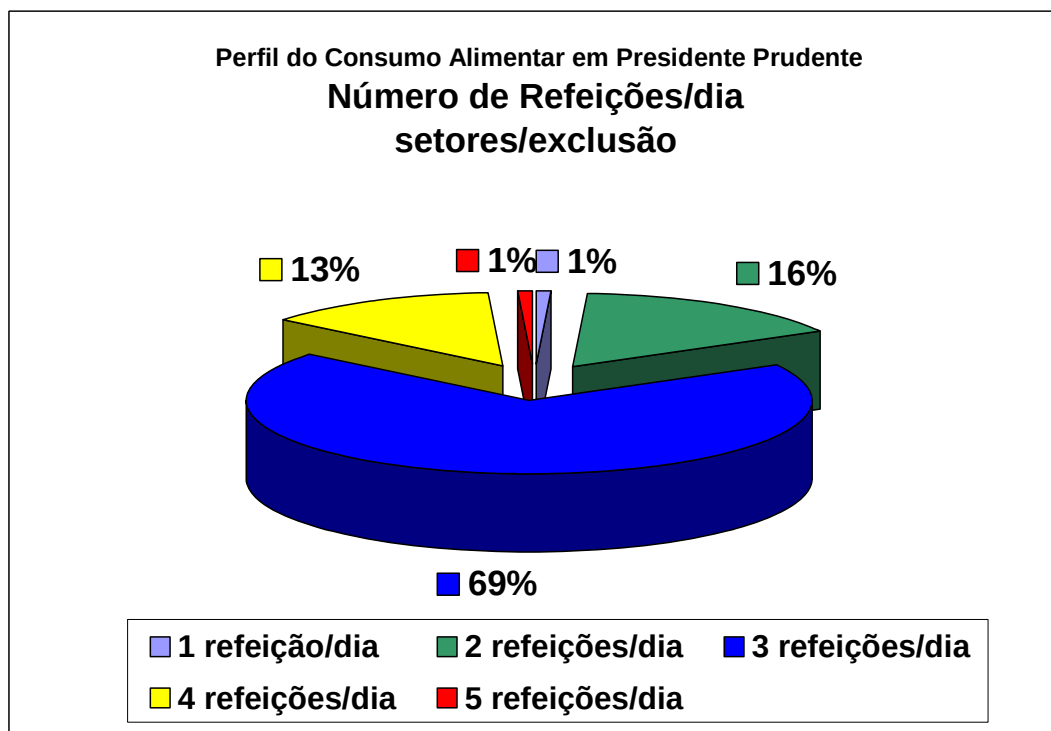


Fonte: Trabalho de Campo, 2006.
 Org: CALDEIRA, Fabiana.

Neste gráfico, verificamos quais os principais estabelecimentos alimentares utilizados pelas famílias residentes em áreas de inclusão social. Ele também nos revela um mesmo padrão entre famílias de áreas de exclusão e áreas de inclusão, ou seja, estas famílias utilizam-se basicamente dos mesmos estabelecimentos alimentares, tendo no supermercado o carro chefe no cenário de

compras. Em segundo lugar, encontramos a feira como estabelecimento de compras, e em terceiro lugar, está o açougue. Os demais estabelecimentos não obtiveram relevância.

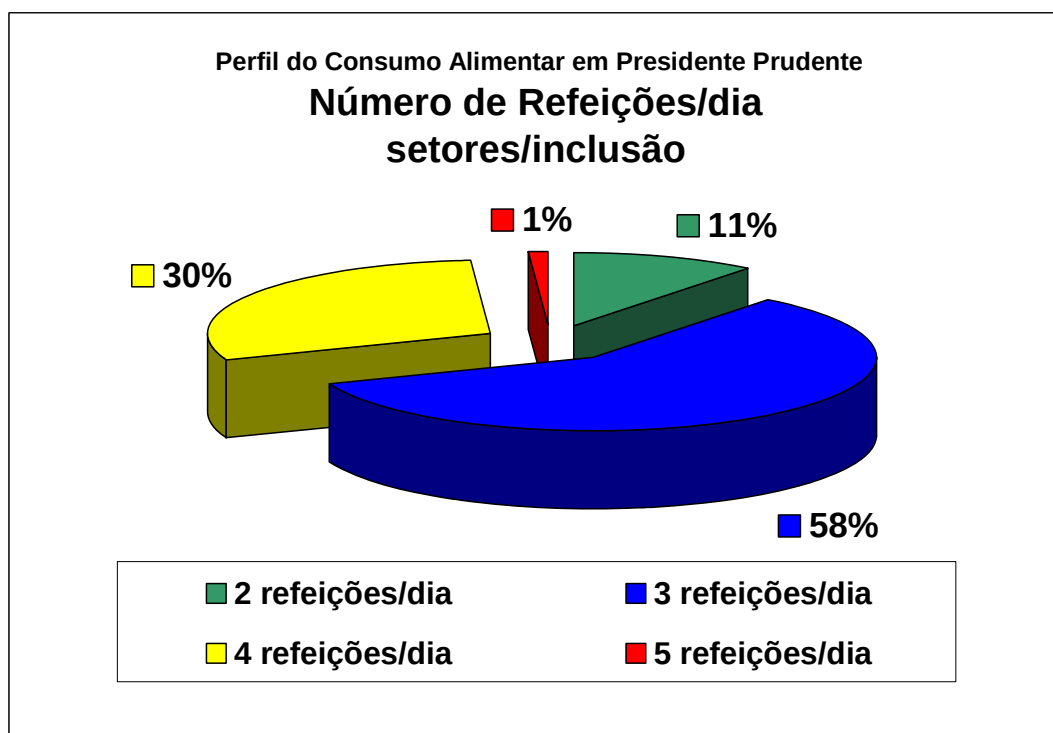
Gráfico 19:



Fonte: Trabalho de Campo, 2006.
Org: CALDEIRA, Fabiana.

Este gráfico, ilustra o número de refeições diárias realizadas pelas famílias residentes em áreas de exclusão social. A grande maioria das famílias, 69%, como já esperávamos, realizam 3 refeições ao dia, ou seja, café da manhã, almoço e jantar. No segundo extrato, com 16%, temos 2 refeições ao dia, é uma quantidade pequena, haja vista, que o número mínimo de refeições diárias recomendável é da ordem de pelo menos 3 refeições (café da manhã, almoço e jantar), intercaladas com pequenos lanches, de acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira (2006). Apenas 13% das famílias realizam 4 refeições diárias, e temos ainda 1% que realiza 5 refeições por dia. Em pior condição, num nível alarmante, 1% faz apenas 1 refeição diária, é um número que apresenta um cenário de vulnerabilidade alimentar para esta população.

Gráfico 20:



Fonte: Trabalho de Campo, 2006.
Org: CALDEIRA, Fabiana.

Este gráfico, ilustra o número de refeições diárias realizadas pelas famílias residentes em áreas de inclusão social. A maioria das famílias, 58%, realiza 3 refeições ao dia, ou seja, café da manhã, almoço e jantar, ou seja, o mínimo recomendável para se garantir a saúde. No segundo extrato, com 30%, temos 4 refeições ao dia. Apenas 11% das famílias realizam 2 refeições diárias, e temos ainda 1% que realiza 5 refeições por dia. Em uma análise geral esta população encontra-se com um padrão alimentar adequado de acordo com o número de refeições diárias.

TABELA 4: Média de Consumo Total e Familiar Mensal de acordo com os Itens da Cesta Básica* das Famílias residentes em áreas de Exclusão Social

TIPO DE ALIMENTO*	QUANTIDADE TOTAL MENSAL	QUANTIDADE FAMILIAR MENSAL
Arroz (pac. 5kg)	436,5	3,19
Leite (L)	1602	11,69
Açúcar (pac. 5kg)	267,5	1,95
Carne de Segunda (kg)	754	5,50
Feijão (kg)	642	4,69
Óleo de Soja (900ml)	578	4,22
Batata (kg)	489	3,57
Frango Resfriado (kg)	408	2,98
Ovos (dz)	293	2,14
Farinha de Trigo (kg)	281	2,05
Cebola (kg)	281	2,05
Carne de Primeira (kg)	243,5	1,78
Macarrão (500g)	403	2,94
Café (500g)	310,5	2,27
Lingüiça Fresca (kg)	143	1,04
Alho (kg)	126,55	0,92
Extrato de Tomate (370g)	323	2,36
Farinha de Mandioca (kg)	190,5	1,39
Salsicha Avulsa (kg)	85,5	0,62
Margarina (500g)	214	1,56
Biscoito de Maisena (pac.)	136	0,99
Queijo Mussarela Fatiado (kg)	24	0,18

* Itens da cesta básica definidos pelo DIEESE para o Estado de São Paulo
Consumo em Litros, Kilos e Dúzia
Fonte: Trabalho de Campo, 2006.
Org. Caldeira, Fabiana.

Consideramos a análise das tabelas 4, 5, 6 e 7, o ponto alto de nosso trabalho, pois será através de seus dados que poderemos traçar o perfil do consumo alimentar das famílias residentes em áreas de exclusão social.

Torna-se imperioso ressaltar, que o nosso objetivo aqui, é apenas caracterizar e diagnosticar o perfil alimentar destas famílias; e não analisar o padrão nutricional delas, o que seria preciso uma nutricionista. Assim, nos restringiremos apenas a analisar os alimentos e suas quantidades.

Os dados da tabela nos revelam os alimentos mais consumidos e a quantidade mensal adquirida destes alimentos, por estas famílias. Assim, em primeiro lugar temos o arroz, a média gasta mensalmente é da ordem de 3,19 pacotes de 5 kg, ou seja, uma faixa de 15,95 kg de arroz por mês. Se compararmos este número com a média de residentes por domicílio, 4 pessoas por domicílio, teremos uma média de 3,99 kg de arroz por membro, sendo um número extremamente alto. Em seguida temos o leite, como alimento mais consumido, as famílias consomem em média 11,69 litros de leite mensalmente, uma faixa de 2,92 litros por pessoa mensal, avaliamos ser um número razoável. Em terceiro lugar temos o açúcar, são consumidos mensalmente uma faixa de 1,95 pacotes de 5 kg, ou seja, 9,75 kg ao mês, uma média de 2,44 kg de açúcar por pessoa. Na quarta posição está a carne de segunda, 5,50 kg ao mês, ou melhor, 1,36 kg de carne por pessoa mensalmente, não é um número considerado alto, no entanto, verifica-se a predominância da carne vermelha em relação a outros alimentos de melhor qualidade. Logo após está o feijão, com cerca de 4,69 kg mensal, uma média de 1,17 kg por pessoa. O óleo de soja ficou em sexto lugar, porém, apresenta um alto índice de consumo, haja vista, que seu consumo em demasia não é benéfico a saúde, assim, temos uma faixa de consumo de 4,22 latas de óleo ao mês, aproximadamente 1 lata por pessoa ao mês. Em sétimo lugar está a batata inglesa, uma faixa de 3,57 kg por mês, aproximadamente 893 gramas de batata por pessoa mensalmente. Em seguida está o frango resfriado, 2,98 kg mensalmente, ou seja, 745 gramas por pessoa ao mês. Os ovos ficaram com a nona posição, uma média de 2,14 dúzias por mês, aproximadamente 6 ovos por pessoa ao mês; este dado nos surpreendeu, pois imaginávamos que este alimento teria um consumo mais elevado, devido o seu menor custo. Em décimo lugar está a farinha de trigo, o consumo mensal é da ordem de 2,05 kg ao mês, aproximadamente 500 gramas por pessoa. Logo em seguida temos a cebola, também com uma faixa de 2,05 kg por

mês. Em décimo segundo lugar está a carne de primeira, com 1,78 kg ao mês. Depois temos o macarrão, com cerca de 2,94 pacotes de 500 gramas ao mês, alimentação consumida preferencialmente, aos finais de semana. Em seguida está o café, uma média de 2,27 pacotes de 500 gramas mensalmente, aproximadamente 1,135 kg ao mês. Na décima quinta posição está a lingüiça fresca, com 1,04 kg ao mês, configura-se apenas como uma complementação da carne vermelha, por ser uma alternativa mais em conta. Em décimo sexto lugar está o alho, são consumidos aproximadamente 920 gramas por mês. Em seguida temos o extrato de tomate, em média 2,36 latinhas/caixinhas de 370 gramas ao mês. A farinha de mandioca está no décimo oitavo lugar, com um consumo de aproximadamente 1,39 kg mensal. Depois temos a salsicha avulsa, também apenas como complementação da carne, com uma média de 620 gramas por mês. Assim, se somarmos todos os itens do quesito carne, como a carne de segunda, carne de primeira, lingüiça, salsicha e frango resfriado, teremos uma média de 11,92 kg de carne por mês, ou seja, aproximadamente 3 kg de carne por pessoa ao mês. Tal fato pode ser caracterizado com um hábito alimentar da população prudentina, considerando a carne como um alimento primordial em suas refeições.

Nos últimos lugares está a margarina, com uma faixa de 1,56 potes de 500 gramas ao mês; o biscoito de maisena, com aproximadamente 1 pacote por mês; e por último está o queijo mussarela, com apenas 180 gramas por mês, uma quantidade ínfima em relação ao restante dos alimentos.

TABELA 5: Média de Consumo Total e Familiar Mensal de Acordo com os Itens da Cesta Básica* em Famílias residentes em áreas de Inclusão Social

TIPO DE ALIMENTO**	QUANTIDADE TOTAL MENSAL	QUANTIDADE FAMILIAR MENSAL
Arroz	202,5	2,16
Leite	1755	18,47
Carne de Primeira	776,5	8,17
Batata	351,5	3,7
Óleo de Soja	345	3,63
Feijão	321,5	3,38
Macarrão	296	3,12
Extrato de Tomate	286	3,01
Frango Resfriado Inteiro	255	2,68
Carne de Segunda	216	2,27
Cebola	216	2,27
Farinha de Trigo	174	1,83
Margarina	174	1,83
Ovos	160,5	1,69
Biscoito Maizena	157	1,65
Café	154,5	1,62
Açúcar	143,1	1,50
Lingüiça Fresca	138,5	1,46
Queijo Mussarela Fatiado	99	1,04
Farinha de Mandioca	89	0,94
Alho	75,9	0,80
Salsicha Avulsa	69,5	0,73

* Itens da cesta básica definidos pelo DIEESE para o Estado de São Paulo
Consumo em Litros, Kilos e Dúzia
Fonte: Trabalho de Campo, 2006.
Org. CALDEIRA, Fabiana.

Os dados da tabela 5 nos revelam os alimentos mais consumidos e a quantidade mensal adquirida destes alimentos, pelas famílias residentes em áreas de inclusão social. Assim, em primeiro lugar, temos o arroz, a média gasta mensalmente é da ordem de 2,18 pacotes de 5 kg, ou seja, uma faixa de 10,90 kg de arroz por mês. Dividindo este número pelo padrão da família brasileira, ou seja, 4 residentes por domicílio, teremos uma média de 2,9 kg de arroz por membro.. Em seguida, temos o leite como alimento mais consumido, as famílias consomem em média 18,87 litros de leite mensalmente, uma faixa de 4,72 litros por pessoa mensal. Em terceiro lugar, temos a carne de primeira, tendo como consumo mensal uma faixa de 8,35 kg por mês, uma média de 2,09 kg de carne por pessoa. Na quarta posição, está o açúcar, uma média de 1,54 pacotes de 5 kg por mês, ou seja, aproximadamente 2 kg por pessoa, mensal. Em quinto lugar, está a batata inglesa, 3,78 kg ao mês, ou melhor, 940 gramas por pessoa mensal. O óleo de soja, ficou em sexto lugar, apresentando como nas famílias de baixa renda, um alto índice de consumo; assim, temos uma faixa de consumo de 3,71 latas de óleo ao mês, aproximadamente 835 ml por pessoa ao mês. Logo após, está o feijão, com cerca de 3,46 kg, mensal, uma média de 870 gramas por pessoa. Em oitavo lugar, está o macarrão, cerca de 3,18 pacotes de 500 gramas ao mês. Em nono lugar, está o extrato de tomate, aproximadamente 3 caixinhas/latinhas por mês. Em seguida, está o frango resfriado, 2,74 kg mensalmente, ou seja, 690 gramas por pessoa ao mês. A carne de segunda, ficou na décima primeira posição, com 2,32 kg por mês, uma média 580 gramas por pessoa. Logo após, temos a cebola, com uma faixa de 2,32 kg ao mês, ou 580 gramas por pessoa. Em décimo terceiro lugar, está a farinha de trigo, o consumo mensal é da ordem de 1,87 kg ao mês, aproximadamente 470 gramas por pessoa. Depois temos a margarina, com um consumo de aproximadamente 1,87 potes de 500 gramas por mês, ou seja, 233 gramas por membro. Os ovos, ficaram com a décima quinta posição, uma média de 1,73 dúzias por mês, aproximadamente 5 ovos por pessoa ao mês. Em seguida temos o biscoito de maizena, com uma faixa de 1,69 pacotes por mês. Logo após, está o café, uma média de 1,66 pacotes de 500 gramas mensalmente, aproximadamente 830 gramas ao mês. Na décima oitava posição está a lingüiça fresca, com 1,49 kg ao mês, aproximadamente 370 gramas por pessoa. Em décimo nono lugar está o queijo mussarela, consumidos aproximadamente 1,06 kg por mês, uma média de 270 gramas ao mês por pessoa. Em seguida, temos farinha de mandioca, com um

consumo de aproximadamente 1 kg mensal. Depois temos o alho, sendo consumido uma faixa de 820 gramas por mês. Por fim temos a salsicha avulsa, com uma média de 750 gramas por mês.

TABELA 6: Média da Frequência do Consumo Alimentar Familiar em Famílias residentes em áreas de Exclusão Social

Frequência de Consumo Alimentar		
TIPO DE ALIMENTOS*	Frequência diária (Global)	Frequência diária (indivíduo)
Cereais	264,00	1,93
Leguminosas	249,20	1,82
Sal	175,07	1,28
Óleos e Gorduras	156,87	1,15
Café	141,47	1,03
Açúcares	136,67	1,00
Carnes	120,03	0,88
Condimentos	114,57	0,84
Hortaliças Folhosas	109,27	0,80
Leite	99,43	0,73
Farinhas e Féculas	96,07	0,70
Aves	92,83	0,68
Pães	92,13	0,67
Hortaliças Frutosas	85,17	0,62
Ovos	82,13	0,60
Frutas	76,06	0,56
Hortaliças Tuberosas	74,46	0,54
Sucos Artificiais	65,70	0,48
Sucos Naturais	37,80	0,28
Refrigerante	30,43	0,22
Bolos, Biscoitos, Roscas	30,03	0,22
Massas	26,13	0,19
Pescados	16,36	0,12
Bebidas Alcoólicas	13,70	0,10
Chá	10,67	0,08
Batatas Fritas	8,83	0,06
Outros açúcares, doces e produtos de confeitaria	8,23	0,06
Queijo e Requeijão	8,13	0,06

Sanduíches	6,53	0,05
Doces e Produtos de Confeitaria	6,37	0,05
Iogurte	6,33	0,05
Salgadinhos	5,10	0,04
Embutidos	4,87	0,04
Creme de Leite e Leite Condensado	4,63	0,03
Alimentos Preparados e Misturas Industriais	3,27	0,02

* Os produtos alimentares tiveram como base os alimentos utilizados no inquérito alimentar da POF/IBGE.

Fonte: Trabalho de Campo, 2006.

Org: CALDEIRA, Fabiana.

Esta tabela nos indica a frequência do consumo alimentar de uma variedade de alimentos, utilizados pela POF/IBGE em seus inquéritos sobre a pesquisa de orçamento familiar, que nós adaptamos para a realidade de uma cidade média.

Em primeiro lugar, encontramos o grupo alimentar dos cereais, como o arroz, com uma média de consumo de 2 vezes ao dia, provavelmente almoço e jantar. Em segundo lugar, está o grupo das leguminosas, como o feijão, também com um consumo de aproximadamente 2 vezes ao dia. Em terceiro lugar, está o sal, sendo consumido aproximadamente 1 vez ao dia, possivelmente utilizado para fazer o almoço, que é requentado no jantar, ou vice e versa. Em seguida, temos o óleo de soja, sendo consumido também 1 vez ao dia, sendo este, o mesmo caso do sal. Depois, temos o café, também consumido aproximadamente 1 vez ao dia, provavelmente no café da manhã. Em sexto lugar, está o açúcar, sendo consumido pelo menos 1 vez ao dia. E em sétimo lugar, está a carne vermelha, consumida aproximadamente 6 vezes por semana. Através destes dados, já podemos indicar que o padrão médio alimentar da população residente em áreas de exclusão social é composto por uma alimentação básica, ou seja, arroz, feijão, carne, café, sal, óleo, sal e açúcar; esta é a alimentação diária desta população, sendo complementada por outros alimentos como hortaliças folhosas, tuberosas e frutosas, durante o decorrer da semana.

Em oitavo lugar, estão os condimentos, sendo consumidos aproximadamente 6 vezes por semana. Em sétimo lugar, estão as hortaliças folhosas, como alface, almeirão, agrião, etc, sendo consumidas aproximadamente

de 5 a 6 vezes por semana. Em seguida, temos o leite, tendo um consumo de aproximadamente 5 dias por semana. As farinhas e féculas, também têm um consumo de 5 vezes na semana. Em décimo segundo lugar, está o frango, com um consumo de aproximadamente 4,7 vezes na semana. Os pães estão em décimo terceiro lugar, com um consumo semanal de 4,7 vezes também. Logo após estão as hortaliças frutosas, como o tomate e a abobrinha, sendo consumida em torno de 4 vezes por semana. Em décimo quinto lugar, estão os ovos, também com um consumo de 4 vezes na semana. As frutas, geralmente são consumidas pelo menos de 3 a 4 vezes na semana, sendo um dado altamente positivo, mesmo que o ideal fosse o consumo de frutas diariamente, este índice se revela como um dado positivo, dentro do contexto de uma população excluída socialmente. Em seguida, temos as hortaliças tuberosas, como a batata, com um consumo médio de 3,7 vezes durante a semana. Os sucos artificiais vêm logo após, com um consumo médio semanal aproximado de 3 dias na semana. Os sucos naturais, com um consumo de aproximadamente 2 vezes por semana. E os refrigerantes, com um consumo médio de 1,5 vez por semana, geralmente aos domingos. Este dado revela que esta população possui o hábito de consumir, quase todos os dias, algum tipo de suco durante as refeições, sendo que o ideal seria o não consumo de qualquer tipo de líquido durante às refeições. Em seguida, temos o item bolos, biscoitos e roscas, sendo consumidos aproximadamente 1,5 vezes na semana. As massas ficaram com a vigésima segunda posição, tendo um consumo semanal de 1 vez, geralmente aos domingos. Os pescados têm um consumo médio de aproximadamente 3 vezes mensalmente. As bebidas alcoólicas, também são consumidas 3 vezes por mês.

Ainda temos os alimentos consumidos apenas 2 vezes ao mês, como o chá, batatas-fritas, outros açúcares, doces e produtos de confeitaria, neste item está incluído chocolate em pó, queijos e requeijão.

Nas últimas posições estão os alimentos consumidos apenas 1 vez ao mês, como os sanduíches, doces, iogurtes, salgadinhos, e embutidos. E por fim, temos os alimentos consumidos menos de 1 vez por mês ou raramente, como o creme de leite, o leite condensado, alimentos preparados, e misturas industriais.

TABELA 7: Média da Frequência do Consumo Alimentar Familiar em Famílias residentes em áreas de Inclusão Social

Frequência de Consumo		
TIPO DE ALIMENTO	Frequência diária (Global)	Frequência diária (indivíduo)
Cereais	107,93	1,14
Leguminosas	99,70	1,05
Sal	96,60	1,02
Hortaliças Folhosas	84,60	0,89
Frutas	82,67	0,87
Leite	81,13	0,85
Carnes	79,47	0,84
Pães	77,37	0,81
Açúcares	73,90	0,78
Hortaliças Frutosas	71,46	0,75
Café	71,10	0,75
Óleos e Gorduras	64,30	0,68
Hortaliças Tuberosas	59,63	0,63
Queijo e Requeijão	55,70	0,59
Aves	53,96	0,57
Condimentos	52,23	0,55
Refrigerante	51,63	0,54
Bolos, Biscoitos, Roscas	51,50	0,54
Sucos Naturais	48,43	0,51
Farinhas e Féculas	46,26	0,49
Ovos	45,66	0,48
Iogurte	41,03	0,43
Massas	33,26	0,35
Sucos Artificiais	31,06	0,33
Sanduíches	29,90	0,31
Pescados	29,16	0,31
Outros açúcares, doces e produtos de confeitaria	27,76	0,29
Bebidas Alcoólicas	26,57	0,28
Doces e Produtos de Confeitaria	25,23	0,27
Creme de Leite e Leite Condensado	23,13	0,24
Embutidos	20,43	0,22
Chá	19,00	0,20

Batata Frita	17,43	0,18
Alimentos Preparados e Misturas Industriais	15,70	0,17
Salgadinhos	14,97	0,16

* Os produtos alimentares tiveram como base os alimentos utilizados no inquérito alimentar da POF/IBGE.

Fonte: Trabalho de Campo, 2006.

Org: CALDEIRA, Fabiana.

Esta tabela nos indica a frequência do consumo alimentar de uma variedade de alimentos, utilizados pela POF/IBGE em seus inquéritos sobre a pesquisa de orçamento familiar, que nós adaptamos para a realidade de uma cidade média.

Em primeiro lugar, encontramos o grupo alimentar dos cereais, como o arroz, com uma média de consumo de 2 vezes ao dia, provavelmente almoço e jantar. Em segundo lugar, está o grupo das leguminosas, como o feijão, também com um consumo de aproximadamente 2 vezes ao dia. Em terceiro lugar, está o sal, sendo consumido aproximadamente 1 vez ao dia. Em quarto lugar, estão as hortaliças folhosas, como alface, almeirão, agrião, etc, sendo consumidas aproximadamente 6 vezes por semana. Em seguida, temos as frutas, consumidas também pelo menos 6 vezes por semana. Em sexto lugar, está o leite, também consumido aproximadamente 6 vezes por semana. Depois, temos a carne vermelha, consumida aproximadamente 6 vezes por semana. Em oitavo lugar estão os pães, sendo consumidos aproximadamente 5,7 vezes por semana. Em seguida temos os açúcares, tendo um consumo de aproximadamente 5,45 dias por semana. Em décimo lugar encontramos as hortaliças frutosas, consumidas pelo menos 5 vezes por semana. O café está logo após, com um consumo médio de 5 vezes por semana. Óleos e gorduras encontram-se na décima segunda posição, consumidos em média 4,74 vezes por semana. Em seguida temos as hortaliças tuberosas, como a batata, com um consumo médio de 4,39 vezes durante a semana. Queijos e requeijão ficam com a décima quarta posição, com um consumo de 4 vezes por semana. Em décimo quinto lugar está o frango, com um consumo de aproximadamente 4 vezes na semana. Logo após estão os condimentos, tendo um consumo de aproximadamente 3,85 vezes na semana. Refrigerantes têm um consumo de 3,8 vezes por semana. Os bolos, biscoitos e roscas vêm em seguida,

obtendo um consumo de 3,79 na semana. No décimo nono lugar estão os sucos naturais, sendo consumidos em média 3,57 vezes por semana. As farinhas e féculas têm um consumo de 3,41 vezes na semana. Os ovos estão em vigésimo primeiro lugar, com um consumo de semanal de 3,36 vezes. Logo após está o iogurte, sendo consumido em torno de 3 vezes por semana. As massas ficaram com a vigésima terceira posição, tendo um consumo semanal de aproximadamente 2,45 vezes na semana. Os sucos artificiais vêm logo após, com um consumo médio semanal aproximado de 2,29 dias na semana. Em seguida temos o item sanduíches, sendo consumidos aproximadamente 2 vezes na semana. Os pescados têm um consumo médio de aproximadamente 2 vezes por semana. Outros açúcares, doces e produtos de confeitaria, incluindo o chocolate em pó, possuem um consumo médio de 2 vezes na semana. As bebidas alcoólicas também são consumidas aproximadamente 2 vezes por semana. Em seguida estão os doces e produtos de confeitaria, consumidos 1,86 vezes na semana. Na trigésima posição está o creme de leite e leite condensado, consumidos em média 1,70 vezes por semana. Logo após estão os alimentos embutidos, como presunto, mortadela, salame, com um consumo de 1,5 vezes por semana. O chá tem um consumo médio de 1,4 vezes na semana. Batata frita, alimentos preparados, misturas industriais e salgadinhos têm um consumo médio de pelo menos 1 vez por semana.

De acordo com tais dados, deduzimos aproximadamente que o padrão médio alimentar da população residente em áreas de inclusão social, é composto por uma alimentação adequada e razoavelmente balanceada, ou seja, arroz, feijão, sal, hortaliças folhosas, frutas, leite e carnes, sendo assim, esta é a alimentação diária desta população. Através deste resultado, consideramos a alimentação desta população positiva, em relação a qualidade e a variedade nutricional; no entanto, avaliamos que o nível de quantidade está um pouco abaixo do ideal, ou seja, alimentos básicos como o arroz e o feijão que deveriam ser consumidos pelo menos 2 vezes ao dia, almoço e jantar, são consumidos apenas 1 vez; a nossa hipótese é que pelo menos 1 refeição diária, de preferência o jantar, seja substituído por outros alimentos, como lanches, leite, ou alimentos tipo *fast foods*.

Desta forma, concluímos que famílias de alta renda consomem todos os tipos de alimentos semanalmente, possuindo assim uma alimentação variada em quantidade e qualidade, assegurando sua segurança alimentar. No

entanto, também verificamos um alto consumo de alimentos ricos em calorias, açúcares e gorduras, como os refrigerantes, bolos, biscoitos e roscas, sanduíches, bebidas alcoólicas e etc, demonstrando uma mudança no padrão alimentar, indo de encontro ao padrão alimentar de grandes centros urbanos, ou seja, uma mundialização do gosto; hoje tão influenciado pela mídia, que a cada dia nos bombardeia com uma variedade imensa de alimentos industrializados, de fácil preparo, com sabores diversificados, porém, alimentos pobres em relação a vitaminas, proteínas e demais substancias para termos uma alimentação saudável.

3.3. DISCUTINDO O PERFIL DO CONSUMO ALIMENTAR EM PRESIDENTE PRUDENTE

O presente estudo permitiu caracterizar dois padrões de consumo alimentar na população urbana do município de Presidente Prudente, o da população residente em áreas de exclusão social e população residente em áreas de inclusão social. Entretanto, ressaltamos mais uma vez que nosso objetivo foi o de diagnosticar o perfil do consumo alimentar, porém elaborando uma análise quantitativa e não qualitativa, pois nossa formação não nos permite tal análise, esta é uma tarefa a ser desempenhada por profissionais capacitados, como os nutricionistas.

Um primeiro ponto a ser abordado é em relação às disparidades econômicas entre estes 2 grupos. Verificamos que, embora numa cidade de porte médio do interior paulista, como Presidente Prudente não haja casos de miséria, fome aguda e de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, existem muitos casos de desigualdades sociais e econômicas. Verificamos também que a disparidade entre a renda mensal entre os dois grupos é elevada, assim temos a maioria das famílias residentes em áreas de exclusão, vivendo com rendimentos entre 1 a 2 salários mínimos, ou seja, uma renda ínfima, que geralmente não cobre nem seus gastos mensais. Já as famílias residentes em áreas de inclusão, auferem uma renda aproximadamente entre 5 a 15 salários mínimos, olhando de maneira nua e crua, é uma disparidade gritante, que infelizmente, é o cenário real de todo um país, onde muitos ganham pouco e poucos ganham muito. Mais triste ainda é saber, que a

nossa realidade ainda é melhor do que nos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, onde a disparidade social e econômica chega a níveis desumanos, roubando o direito à vida, à cidade, a uma alimentação adequada, à educação, à saúde, a uma moradia, ao lazer, roubando o direito de serem cidadãos, tiram-lhe a dignidade humana, tornam-se apenas números em estatísticas da pobreza.

Outro aspecto a ser analisado é em relação aos gastos globais, efetuados por estas famílias mensalmente com, habitação, alimentação, água, luz, gás, transporte, telefone, medicamentos, prestações, e outros, ou seja, gastos básicos para qualquer estrato de renda. Assim, diagnosticamos o seguinte perfil, as famílias de baixa renda, gastam aproximadamente uma faixa entre R\$ 251,00 a R\$ 650,00 ao mês, suprimindo suas necessidades básicas, é uma fatia relativamente alta em relação aos seus baixos salários, não lhes restando quase nada para conseguirem prover necessidades secundárias, ou até para terminarem o mês com algum “dinheiro no bolso”. Em muitas situações, como é o caso das famílias que ganham até R\$ 350,00 e de R\$ 351,00 a R\$ 500,00, os gastos superam os ganhos, deixando estas pessoas em constante vulnerabilidade, muitas vezes vivendo do assistencialismo do governo, da ajuda de entidades filantrópicas ou até da ajuda de terceiros, sem saberem como será o dia de amanhã. Já as famílias de classe mais elevada, apresentam um dispêndio mensal entre R\$ 501,00 a R\$ 1.500,00, ou seja, ainda lhes sobra uma boa quantia todos os meses para efetuarem outros tipos de despesas, como o lazer. A soma total de seus gastos não chega nem a abocanhar a metade dos seus rendimentos mensais.

No caso de uma cidade de porte médio como Presidente Prudente, ao contrário do que ocorre em regiões metropolitanas, onde o gasto maior é dedicado à habitação, de acordo com os dados da POF 2002/2003, o maior dispêndio está no quesito alimentação, pois em uma cidade média e em cidades pequenas, devido à população não ser tão elevada, os problemas habitacionais quase inexistem, sendo constantemente supridos por Programas Municipais, Estaduais e Federais, que através do BNH e demais financiamentos, regimes de mutirões, financiam em suaves e longas prestações, a casa própria, a estas famílias carentes. Assim, a alimentação torna-se o maior gasto para estas, levando quase metade dos seus rendimentos, aproximadamente 45% dos seus rendimentos mensais são deixados nos estabelecimentos alimentares. Verificamos que a

população de classe mais elevada não possui altos gastos com alimentação em relação a sua renda total mensal; ao contrário da população de baixa renda, estes são da ordem de apenas 25,3%.

Em relação aos principais estabelecimentos de compras alimentares, verificamos que há um mesmo padrão entre as duas classes sociais, ou seja, o supermercado é o principal estabelecimento utilizado por estas famílias. Isso se deve provavelmente pela praticidade que se tem ao se comprar em um supermercado, pois, neste encontramos produtos de todos os gêneros. Geralmente as famílias procuram estabelecimentos comerciais como os supermercados, onde possam comprar diversos produtos de suas necessidades sem terem que se deslocar a diversos lugares.

Segundo Chaim e Teixeira (1996), estes analisam que a larga utilização dos supermercados é:

[...] um reflexo do crescimento do setor supermercadista. As transformações ocorridas nos fluxos de abastecimento alimentar no Brasil nas últimas décadas caracterizam-se pela proliferação do mercado varejista. A modernização deste setor provocou uma concentração de mercado, que adquiriu características estruturais típicas de oligopólio. O significado deste processo não foi apenas a centralização do abastecimento via concentração do capital varejista (...) A grande distribuição varejista conseguiu impor sua lógica através da reestruturação dos canais de distribuição. O que se verifica hoje é a oligopolização do comércio de alimentos pela estrutura varejista, em detrimento da estrutura atacadista. (CHAIM; TEIXEIRA, 1996)

No item alimentação, diagnosticamos que entre as duas camadas sociais há um padrão em relação ao número de refeições diárias, a maior parte das famílias realizam 3 destas, deduzimos ser café da manhã, almoço e jantar, no entanto, há uma diferença entre quais os tipos de alimentos consumidos durante as refeições. Entre a camada de baixa renda, temos um padrão alimentar tradicional, contendo cereais, leguminosas, carnes, óleos, sal e algumas vezes durante a semana, hortaliças folhosas, frutosas e tuberosas durante almoço e jantar. Na camada de alta renda, verificamos uma mudança neste padrão, pois constatamos que cereais, leguminosas, carnes, óleos, sal e demais tipos de hortaliças são consumidas apenas uma vez ao dia, provavelmente durante o almoço, no jantar são consumidos outros tipos de alimentos, presumimos que a refeição tradicional seja substituída por alimentos de fácil preparo, tipo *fast foods*, como sanduíches, pães, leite, refrigerantes, biscoitos. As chamadas alimentações práticas como selfservices

e lanchonetes apresentam excesso de gordura saturada, e podem levar a doenças, como hipertensão, diabetes e obesidade.

Entrando no aspecto *fast foods*, temos uma configuração totalmente díspar entre as diferentes classes de renda, enquanto que nas grandes cidades esta alimentação é praticamente imposta a todos os indivíduos, devido às longas distâncias entre moradia e trabalho, em cidades médias essa alimentação não é imposta, mas sim, escolhida e desejada, principalmente pela classe mais abastada, ficando a classe de baixa renda à margem deste consumo; embora, ela também deseje este consumo, estar neste lugar, porém, acaba sendo benéfico para estas famílias não ter acesso a estes alimentos nada saudáveis, que não têm nada de bom a agregar ao nosso organismo. Assim, apenas 14% das famílias excluídas disseram freqüentar fast foods; porém, a ida a estes locais, são esporádicas e raras, a maioria das pessoas responderam ir apenas 2 vezes ao ano nestes locais. Já nas famílias de renda elevada, 51% afirmou freqüentar estes locais pelo menos 1 vez na semana.

Neste sentido, concluímos que estas famílias, pressionadas pelo poder aquisitivo, pela publicidade e praticidade, vão se tornando vulneráveis a mudanças em suas práticas alimentares, representadas pela incorporação de novos alimentos, formas de preparo, compra e consumo.

As mudanças alimentares e nutricionais decorrente deste contexto levam ao consumo de um excesso de alimentos de grande densidade energética, ricos em gordura e em açúcar refinado e redução no consumo de carboidratos e fibras, se expandindo, sobretudo em situações de prosperidade econômica.

Desta forma, avaliamos que as mudanças ocorridas no âmbito da produção, o crescente processo de urbanização e a globalização acabaram por reprogramar o consumo e o cotidiano de várias pessoas. A distância-tempo necessária para se ir e vir da casa ao trabalho tem aumentado, principalmente nas grandes metrópoles, o que leva algumas pessoas a se adaptarem ao que o ambiente próximo lhes oferece. Neste sentido, as lanchonetes de serviço rápido vêm sanar tais dificuldades, oferecendo lanches e refeições rápidas, serviço eficiente e menor preço. Entretanto, no que concerne à qualidade do “produto comida”, é no mínimo questionável, pois trata-se de uma alimentação incompleta, totalmente industrializada, à base de conservantes, com muita energia, calorias e pouca

vitamina. Se pesarmos estas, entre outras variáveis, veremos que não é uma alimentação saudável, para que seja utilizada diariamente.

Já nas cidades de porte médio e cidades pequenas, particularmente do estado de São Paulo, como observamos nos resultados acima, isso não se dá com a mesma intensidade, pois normalmente as pessoas não necessitam de muito tempo para se locomoverem entre um ponto e outro da cidade. Neste caso, a opção pelo comer formatado é decisão do próprio indivíduo. No dia-a-dia essas lanchonetes são freqüentadas, principalmente, por pessoas mais jovens e nos finais de semana funcionam como lazer para as famílias. As crianças e adolescentes se realizam nesses ambientes, elas fazem parte de uma geração onde os alimentos industrializados estão sistematicamente presentes, já que as propagandas, através da TV, foram criando novos hábitos de consumo. Nesse sentido, segundo Ortigoza (1997) *“freqüentar um fast food significa freqüentar um lugar que, sem ser central, tem uma conotação de centro. O fast food é um produto que traz com ele um modo de vida normatizado e, desse modo, mexe com o imaginário das pessoas, fazendo-as se sentir no centro do mundo”*.

Ainda segundo Ortigoza:

[...] comer em fast food é um “novo hábito” do brasileiro, principalmente os que residem nas grandes cidades. O fast food aparece também em outras cidades (mesmo quando não é necessário), como signo da participação no mundo global, moderno, onde a velocidade está presente. O fast food, nas metrópoles, faz parte do “cotidiano”, nas cidades menores ele representa a “festa”. De um modo ou de outro, ele exerce seu fascínio, pois enquanto uns vêem nessa “forma de comer” uma necessidade, outros, encontram nela prazer, realização, lazer. (ORTIGOZA, 1997, p. 5)

A modernização favoreceu o aumento do comércio de alimentos industrializados. Esses produtos são de fácil acesso e têm seu consumo incentivado pela mídia. Estudos realizados nos últimos 30 anos, como as Pesquisas de Orçamento Familiar (POF), demonstram que cresceu o consumo de comidas industrializadas ricas em gordura, sal e açúcar, ao mesmo tempo em que houve redução no consumo de raízes, legumes, verduras, tubérculos e frutas. Agora cabe a nós diagnosticar o perfil alimentar da população de uma cidade média e comparar se este está em concordância com os padrões diagnosticados nas grandes cidades.

Assim, comparando os principais alimentos que contribuíram para o aporte energético de duas faixas de renda extremas; exemplificando os dados do

município de Presidente Prudente, na primeira faixa (residentes em áreas de exclusão social), o padrão médio alimentar desta população é composto por uma alimentação básica, ou seja, arroz, feijão, carne, café, sal, óleo, sal e açúcar, esta é a alimentação diária desta população, sendo complementada por outros alimentos como hortaliças folhosas, tuberosas e frutosas durante o decorrer da semana.

Na segunda faixa de renda (residentes em áreas de inclusão social), deduzimos aproximadamente que o padrão médio alimentar da população é composto por uma alimentação adequada e razoavelmente balanceada, ou seja, arroz, feijão, sal, hortaliças folhosas, frutas, leite e carnes, sendo assim, esta a alimentação diária desta população. Através deste resultado consideramos a alimentação desta população positiva em relação à qualidade, a variedade nutricional e a quantidade, ou seja, alimentos básicos como arroz e feijão, que devem ser consumidos pelo menos 1 vez ao dia, são assim consumidos, geralmente no almoço. A nossa hipótese, como já foi mencionado, é que pelo menos 1 refeição diária, de preferência o jantar seja substituído por outros alimentos, como lanches, leite, ou alimentos tipo *fast foods*, o que não é um hábito saudável.

Enquanto o arroz e o feijão são consumidos duas vezes ao dia, por indivíduos de renda menor, para os mais abastados estes alimentos são consumidos aproximadamente apenas uma vez ao dia. A diferença por nível salarial expressa a redução no consumo de alimentos tradicionais, como o arroz e o feijão, pelas famílias de renda maior; além disso, a crescente presença de alimentos industrializados com peso na ingestão energética nas diferentes faixas de renda, expressa mudanças na alimentação em direção à dieta afluenta.

Outro fator que nos chamou a atenção, refere-se ao alto consumo de carnes pela população de baixa renda. Não há grandes diferenças entre as classes de rendimento quando observamos o consumo de carne bovina de forma geral. Porém, quando se analisam os resultados para o consumo de carne bovina de primeira, vemos que as famílias com maior rendimento a consomem muito mais vezes que as com rendimentos mais baixos, que consomem a carne bovina de segunda. Mesmo assim, nos surpreendemos com este resultado, pois a carne é um alimento de alto valor e que com certeza terá um peso maior em relação aos gastos com alimentação desta população. No entanto, estas famílias dão preferência à carne bovina em detrimento a outros alimentos, mais saudáveis e muitas vezes até mais barato, como hortaliças e frutas, muito mais que as famílias de camadas mais

abastadas, onde o consumo de hortaliças, frutas e leite está acima do consumo de carne. Somando todos os tipos de carne, como carne de primeira, de segunda, lingüiça, salsicha e frango, as famílias de baixa renda consomem mensalmente uma quantidade de aproximadamente 12 kg de carne. As famílias de alta renda consomem aproximadamente 15 kg, no entanto, mesmo este valor sendo maior, estas famílias ainda assim ingerem com maior frequência hortaliças, frutas e leite.

De acordo com os dados auferidos por esta Pesquisa, verificamos que a população de baixa renda possui uma alimentação razoavelmente adequada em relação à qualidade nutricional dos alimentos, embora o consumo de carnes, óleos e sal supere relativamente ao consumo de alimentos saudáveis, como as frutas, hortaliças folhosas, frutosas e tuberosas. Porém, devido a sua baixa renda, estas famílias não consomem alimentos industrializados, como, alimentos preparados, misturas industriais, batata frita, doces e produtos de confeitaria, embutidos, ou freqüentam selfservices, fast foods, lanchonetes, transformando-se como um dado altamente positivo em sua alimentação. No quesito quantidade, avaliamos que a ingestão alimentar, principalmente de arroz, feijão, ou seja, alimentos tradicionais, seja adequada, superando as quantidades consumidas pelas famílias de alta renda. Porém, avaliamos o consumo de óleos acima do nível recomendado. Mas no geral, estas famílias não encontram-se em situação de insegurança alimentar.

Nas famílias de alta renda, também consideramos o perfil do consumo alimentar positivo em relação à qualidade, à variedade nutricional, e à quantidade, não apresentando níveis de insegurança alimentar. O padrão médio alimentar desta população é composto por uma alimentação adequada e razoavelmente balanceada, ou seja, arroz, feijão, sal, hortaliças folhosas, frutas, leite e carnes, sendo assim, esta é a alimentação diária desta população. Embora, a presença de alimentos preparados, industrializados e a frequência a fast foods seja maior nesta população, este fato não os coloca em situação de insegurança alimentar.

Diante destas considerações buscou-se avaliar o perfil do consumo alimentar em grupos populacionais específicos, em uma cidade média do interior paulista, como Presidente Prudente. Desta forma, concluímos que o fator renda elevada não signifique uma alimentação saudável, como imaginamos, pois pessoas de classes sociais abastadas estão muito mais propensas aos apelos da mídia em

relação ao consumo de alimentos industrializados, à frequência de fast foods, ao sedentarismo, ou seja, possuem renda para se alimentarem saudavelmente, porém, por sua própria vontade, se entregam aos prazeres proporcionados por esta mundialização e a padronização do gosto. Já pessoas de baixa renda, não podem consumir tais alimentos ou frequentar estes locais, pois sua ínfima renda não lhes permite isso, não que elas não desejem isso também, elas desejam fazer parte desta globalização, mas este direito lhes é negado.

Por fim, reconhecemos a importância de conhecer o perfil do consumo alimentar como forma de monitorar o estado nutricional de uma população, sendo sem dúvida um importante instrumento de diagnóstico de situações de insegurança alimentar, pois inquéritos alimentares são indicadores sociais de Segurança Alimentar e Nutricional, e que vêm sendo usados e recomendados com maior frequência pela OMS, como meio de formular e implementar políticas públicas de Alimentação, visando prevenir doenças de cunho alimentar e diminuir a longo prazo, gastos públicos com internações hospitalares.

A retomada do conceito de segurança alimentar e nutricional é recente na sociedade brasileira, data do início da década de 1990, e procura repensar as desigualdades no país. Um dos objetivos da segurança alimentar seria garantir o acesso aos alimentos sem comprometer parcela substancial da renda familiar, não obstante a disponibilidade de alimentos de qualidade, originados de formas produtivas não excludentes e sustentáveis. Assim, a produção de alimentos e principalmente o perfil do consumo alimentar como indicadores de segurança alimentar passam a configurar a promoção à saúde da família. Torna-se imperioso ressaltar, que por ser o tema da Segurança Alimentar e Nutricional recente e ainda pouco discutido, principalmente no cenário geográfico, este vem sendo analisado no âmbito de grandes cidades, onde a pobreza e a miséria estão estampadas na paisagem, sendo assim, estes os conceitos mais utilizados na descrição da Segurança Alimentar e Nutricional, porém, em uma cidade de porte médio como Presidente Prudente, onde não há casos de extrema pobreza e miséria, a noção de exclusão social torna-se mais apropriada nesta discussão.

Assim, no próximo capítulo, apresentaremos a evolução na construção do conceito de segurança alimentar e nutricional, como este tem se tornado na atualidade eixo estratégico de desenvolvimento socioeconômico e sua relevância na promoção do direito humano à alimentação.



“Nós somos o que comemos”

Ludwig Feuerbach

**CAPÍTULO 4: SEGURANÇA ALIMENTAR
NUTRICIONAL E SUSTENTÁVEL: a busca pela promoção
de uma alimentação em quantidade e qualidade no Brasil.**

4.1. HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO E CULTURA ALIMENTAR

“O alimento aproxima e afasta. É partilhado e aparta. É a placidez e o regozijo dos anos de abundância, mas quando falta, atíça a revolta dos tempos de fome. No entanto, fundamentalmente, estabelece uma aliança. É um fator social e como tal está submetido a regras e usos sócias, aos seus rituais, à sua exibição”.

Maria José Palla

Antes de adentrarmos diretamente à discussão e apresentação do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação, julgamos necessário fazer um breve passeio pela História da Alimentação, em especial no Brasil, pois, alimentação é um direito humano básico, mas além de ser um direito, alimentar-se é um ato de celebração à vida. O ato de partilhar os alimentos está presente em nosso dia-a-dia, nos dias de festa, desde os primórdios das civilizações. Comer é um ato de prazer, porque um prato bonito e saboroso “nos enche os olhos e a barriga”. E o prazer é ainda maior quando comemos junto aos nossos familiares ou outras pessoas queridas.

Todos necessitam de combustível para sobreviver, mas os seres humanos são os únicos seres vivos que aliam os gostos às simples necessidades nutricionais. Embora todos os animais se alimentem, apenas o Homem cozinha os alimentos. Deste modo, a culinária transforma-se num símbolo da nossa humanidade, algo que nos distingue do resto dos elementos da natureza.

A alimentação transformou-se rapidamente num dos muitos rituais comuns aos seres humanos, variando de cultura para cultura, mas assumindo, quase sempre, uma atividade de grupo. O Homem necessita de comida, e os seus hábitos alimentares variam em função do que o meio que o rodeia lhe pode oferecer. Contudo, também os seres humanos foram determinantes na evolução dos alimentos, seja pela seleção e domesticação de espécies animais e vegetais, seja pelo desenvolvimento de todos os métodos e instrumentos necessários à sua transformação, para a dieta humana. O culminar de todo este processo é, sem dúvida, a proliferação dos alimentos transgênicos e a crescente uniformização dos hábitos alimentares dos povos, como observamos em relação a proliferação da alimentação tipo *fast food*.

Segundo Maciel (2004), muito mais que um ato biológico, a alimentação humana é um ato social e cultural. Mais que um elemento da chamada “cultura material”, a alimentação implica representações e imaginários, envolve escolhas, classificações, símbolos que organizam as diversas visões de mundo no tempo e no espaço. Vendo a alimentação humana como um ato cultural, é possível pensá-la como um “sistema simbólico” no qual estão presentes códigos sociais que operam no estabelecimento de relações dos homens entre si e com a natureza.

Embora a alimentação seja um tema de estudo já consolidado nas ciências sociais, tal tema foi durante algum tempo deixado de lado no Brasil. Porém, nos últimos anos, tem havido uma retomada da temática em um diálogo com outras áreas, de uma forma transdisciplinar, multiplicando-se os estudos que abordam o assunto dos mais variados ângulos, da fome à gastronomia.

A problemática da alimentação é, na realidade, assunto muito eclético, prestando-se, assim, às mais interessantes e variadas indagações. Vai da dietética até a fome, problema sócio-econômico-geográfico, já estudado por Josué de Castro, universalmente conhecido como um apaixonado expert no assunto que envolve o homem, o clima, a religião, os costumes e hábitos culinários diferentes e próprios de cada povo.

Ao tratar do assunto, Roberto DaMatta estabelece uma distinção entre comida e alimento, segundo à qual a “comida não é apenas uma substância alimentar, mas é também um modo, um estilo e um jeito de alimentar-se. E o jeito de comer define não só aquilo que é ingerido, como também aquele que o ingere” (DaMatta, 198, p. 56).

Ainda fazendo esta distinção entre comida e alimento, o Governo Federal enfatiza que *“Comer significa ingerir uma alimentação não variada, em quantidade exagerada, até mesmo, preparada em condição higiênica duvidosa, para simplesmente tapar o vazio do estômago ou por gula”. E alimentar-se significa “saborear, com prazer e em comunhão, uma refeição composta de alimentos variados, preparados de maneira equilibrada e segura”*. Desta forma, quando uma pessoa come, apenas mata a fome. Ao se alimentar, a pessoa se nutre, fortalece o corpo e contribui para o desenvolvimento de um ser humano mais feliz.

Para Claude Lévi-Strauss (apud Maciel, 2004), a cozinha é uma linguagem. Assim, pode-se pensar a cozinha (e a culinária) como um meio de

comunicação, um código complexo que permite compreender os mecanismos da sociedade à qual pertence, da qual emerge e a qual lhe dá sentido.

Tratando de cozinhas como de identidades, Sophie Bessis (apud Maciel, 2004) afirma: “Dize-me o que comes e te direi qual Deus adoras, sob qual latitude vives, de qual cultura nasceste e em qual grupo social te incluis. A leitura da cozinha e a alimentação é uma fabulosa viagem na consciência que as sociedades têm delas mesmas, na visão que elas têm de sua identidade”.

A história da alimentação é antiga. Acredita-se que o homem teria começado a se alimentar de frutos e raízes após observar o comportamento de outros animais. Depois, teria passado a consumir carne crua e moluscos in natura. Mais tarde, aprendeu não se sabe como, a assar e cozinhar. Descobriu a cerâmica, terras e povos distintos e realizou inúmeras experiências com alimentação, até chegarmos aos dias de hoje.

Atualmente, o homem conta com uma variedade enorme de produtos alimentícios. As novidades surgem diariamente e é difícil assimilá-las. Os antigamente, simples alfaces e tomates podem ser modificados por meio de processos sofisticados, como cultivos em condições especiais e até sofrer alterações genéticas. Crescem cada vez mais as alternativas nas indústrias de alimentos e nos serviços de alimentação. Alguns exemplos são os alimentos congelados e pré-cozidos, enlatados, conservas, *drive-thru*, *fast-food*, *delivery* e *self-service*, entre muitos outros.

E a alimentação no Brasil? Nós também temos uma história alimentar rica, diversificada e significativa que nos remete a um passado distante que se inicia com as grandes navegações, o descobrimento de nosso país, a nossa colonização e a mistura de 3 grandes raças, o índio, o negro e o branco, que irão formar nossa cultura e história alimentar.

De acordo com Carneiro (2007), a alimentação no Brasil não possui um caráter homogêneo, pois para ele em nosso país há uma série de complexos regionais que constituem especificidades, que são um entrecruzamento de diversas regiões de todo o planeta que a partir do século XVI começaram a se conhecer.

Assim, a alimentação no Brasil pode ser interpretada como sendo a consequência da existência de algumas grandes regiões. Regiões, ou poderíamos chamar também, na expressão de Aziz Ab' Saber, biomas ou domínios morfoclimáticos, que seriam, segundo esse autor, o amazônico, o do cerrado, o da

caatinga, o da mata atlântica, o da araucária e o das pradarias. Outros autores vão trabalhar com uma divisão mais ou menos semelhante. Josué de Castro fala de Amazônia, Zona da Mata, Sertão, Centro e Sul. Gilberto Freyre especifica um pouco mais essas regiões. Distinguindo o Pará e o Amazonas, onde haveria essencialmente uma herança indígena; a região colonial nordestina, onde predominariam todas as conseqüências da zona açucareira, mais o coco e todos os seus derivados, a mandioca, compotas, frutos do mar como pitu, sururu, lagosta e peixes; uma terceira região, a colonial baiana, onde o dendê, o caruru, o vatapá, os mingaus e moquecas seriam a grande marca; e mais a colonial mineira, onde predominariam sopas de legumes, porco, doces de leite; e, finalmente, uma região açoriano-brasileira, onde haveria, sobretudo, a carne fresca e influências espanholas no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

No entanto, entre todos estes autores, o mais importante a tratar do tema sobre a alimentação no Brasil, foi Câmara Cascudo, com sua obra *História da Alimentação no Brasil*, obra em dois volumes publicada pela primeira vez em 1967, básica para o assunto.

No início de sua *História da alimentação no Brasil*, Cascudo opõe sua própria perspectiva intelectual a uma outra, expressa por Josué de Castro (1908-1973), autor de *A geografia da fome* e de outros livros e artigos sobre a experiência humana da “fome”. Se Castro escreve do ponto de vista da “fome”, Cascudo afirma escrever sobre comidas e bebidas populares do ponto de vista do “paladar”.

Na perspectiva de Castro, um sistema de alimentação funciona para alimentar as pessoas, para satisfazer as necessidades biológicas de uma determinada população, ou melhor, matar a fome. Castro entende a fome como uma necessidade biológica a ser satisfeita, de modo mais ou menos bem-sucedido, pelas instituições sociais, econômicas e políticas. Sociedade e cultura são pensadas, portanto, como dimensões a serem acionadas para resolver o “problema da fome”. O “paladar” (em oposição à fome) é assim pensado como algo suplementar e definido aleatoriamente.

Mas, na perspectiva de Cascudo, o “paladar” é determinado por padrões, regras e proibições culturais. Mais que isso, segundo ele, o paladar é um elemento poderoso e permanente na delimitação das preferências alimentares humanas, e está profundamente enraizado em normas culturais. Diz Cascudo (apud

Gonçalves, 2004) “A escolha de nossos alimentos diários está intimamente ligada a um complexo cultural inflexível. O nosso menu está sujeito a fronteiras intransponíveis, riscadas pelo costume de milênios”. Assim, o paladar não pode ser facilmente modificado por políticas públicas fundadas no argumento médico de que determinados alimentos oferecem um maior valor nutritivo.

Os povos e os distintos grupos sociais expressam suas identidades também por meio da alimentação. A escolha dos alimentos, sua preparação e consumo estão relacionados com a identidade cultural – são fatores desenvolvidos ao longo do tempo, que distinguem um grupo social de outro e que estão intimamente relacionados com a história, o ambiente e as exigências específicas impostas ao grupo social pela vida do dia-a-dia.

Cada sociedade estabelece um conjunto de práticas alimentares, consolidadas ao longo do tempo. Essas práticas expressam diferentes culturas alimentares – algumas ligadas ao que é tradicional e outras ao que é inovador. Algumas não se fixam, desaparecendo pouco a pouco. Outras se enraízam, vindo a formar hábitos alimentares e, em muitos casos, constituindo-se como verdadeiro patrimônio cultural. As tradições alimentares peculiares de cada grupo social têm importância no seu auto-reconhecimento e auto-estima, expressando ou afirmando determinado valor. Ou seja, o prato de comida pode materializar a identidade cultural de um grupo social. Os modos como as escolhas alimentares são feitas também devem ser considerados, bem como o papel exercido por determinadas pessoas na entrada dos alimentos junto a um grupo social. No caso das famílias, esse papel é exercido, predominantemente, pela figura da mãe/esposa/dona de casa.

Nas Américas, as diferentes expressões de culturas alimentares estão fortemente relacionadas às populações que para cá se deslocaram, trazendo hábitos, necessidades, uma variedade muito grande de alimentos e temperos e, também, preferências, prescrições e interdições. As influências dessas populações que chegavam a esses novos continentes eram mais do que meras contribuições, que se somavam a uma cultura já consolidada. Elas foram introduzidas em um contexto de colonização, de relações de força diferentes entre povos diferentes, confrontando sistemas alimentares igualmente diversos.

Em sua obra, Cascudo, discute o tema da história da alimentação no Brasil, a partir das três etnias constitutivas da nação brasileira, ou seja, indígenas, negros e os portugueses, e qual seria a contribuição que cada uma teria dado para

essa fusão mestiça que constitui, depois, nas suas variantes regionais, o que se poderia chamar de alimentação brasileira.

É freqüente a afirmação de que a “cozinha” brasileira é o resultado das influências portuguesa, negra e indígena. De fato, esta é a base principal da cultura alimentar brasileira. Mas não se pode deixar de considerar que a influência da cozinha portuguesa se dá em um contexto de colonização, em que os africanos eram escravos e os indígenas estavam sendo dizimados.

Além desse fato, uma caracterização da cultura alimentar brasileira deve considerar três outros aspectos. O primeiro deles é a dimensão continental do país, não apenas em seus aspectos físicos, mas na própria diversidade de condições históricas de apropriação e colonização de seu território. Por isso, o Brasil não tem uma única cultura alimentar, mas culturas alimentares diversas em cada uma de suas regiões, com pratos típicos, que são verdadeiros marcadores de identidade.

O segundo aspecto é que, ao lado da influência de portugueses, negros e indígenas, há a marcante presença de famílias italianas, alemãs, espanholas, polonesas, japonesas e árabes, entre outras, que se estabeleceram em regiões específicas pelo país, introduzindo seus hábitos alimentares.

Por fim, devem ser considerados os fatores ambientais e sua influência nas condições de existência – clima, tipo de solo, disposição geográfica, a fauna e a flora de cada região, bem como a própria capacidade de acesso dos diferentes grupos sociais aos alimentos.

Tudo isto faz com que a cozinha brasileira expresse uma multiplicidade de culturas, em geral, marcadamente regionais. O denominador comum encontrado em todo o país e em todas as classes sociais é o feijão com arroz, freqüentemente acrescido da farinha de mandioca.

Parafraseando, Carneiro (2007), podemos dizer:

(...) assim como há um complexo triétnico na composição do Brasil, não são apenas essas três etnias, mas é a tradição cosmopolita, global, que através dessas etnias se entrecruza e vai compor este verdadeiro caldo de cadinho, este ponto de fusão mestiça, que vai constituir complexos alimentares regionais determinados (CARNEIRO, 2007, pág. 79).

Dentro de um cenário mundial, vemos que os tipos de alimentos consumidos nos diferentes países tendem a ser cada vez mais semelhantes. Mas

essa homogeneidade é relativa e mais aparente do que real, uma vez que os comportamentos alimentares são adaptados à cultura de cada povo e país, em estruturas fortemente marcadas pelas particularidades locais, com um forte apego à sua própria identidade.

Mas neste cenário, a fome ainda e cada vez mais, assola a humanidade até hoje e, paralelamente, percebe-se que a obesidade está se tornando um novo e grave problema de saúde pública. A mudança dos padrões alimentares para o modelo americano, com aumento de consumo de carboidratos, açúcares e gorduras, já tinha na Coca-cola o símbolo de uma nova cultura capitalista contemporânea, e encontra na cadeia mais famosa de *fast food* do mundo - McDonald's, a consolidação desta nova geração. O rompimento de todas as barreiras políticas e geográficas acontece na década de 80, quando são inauguradas as lojas do McDonald's em Moscou e Pequim. A padronização dos gostos alimentares e a industrialização do entretenimento e do lazer fizeram crescer, por outro lado, as academias de ginásticas e as dietas para emagrecer, passando a imagem física, a ser o sustentáculo principal do indivíduo. O século XX é marcado pela uniformização global da alimentação, suprimindo identidades regionais, com produtos industrializados substituindo a comida caseira. O hábito de comer fora e entre as refeições, "o beliscar", passa a ser regular.

Às portas do século XXI, o aumento da pesquisa em nutrição e tecnologia de alimentos aliada à necessidade de informação específica, vem indicando a educação como um dos instrumentos para que possamos solucionar os problemas de saúde provocados por uma alimentação não adequada.

Vemos que o estudo da alimentação e de sua história é um elemento para o entendimento da sociedade e de seu desenvolvimento. Os hábitos das pessoas de todas as partes do mundo têm sido influenciados por convicções e valores culturais, religião, clima, localização regional, agricultura, tecnologia, situação econômica, etc. Consequentemente, os hábitos e a cultura alimentar variam de país para país e de região para região dentro de um mesmo país.

A cultura alimentar não é algo estático, mas um processo em permanente mutação, no qual pode-se observar iniciativas interessantes, como as tomadas por cadeias de serviços do tipo fast-food, que, junto a seu cardápio convencional, oferecem itens que se aproximam das refeições usualmente servidas na região. No entanto, a diferença relevante dos processos atuais é que as

transformações não são mais o resultado da chegada de populações de outras regiões ou países, trazendo suas tradições e até as impondo, como ocorrera anteriormente. Agora a transformação se dá a partir de fatores econômicos e sociais e com a utilização decisiva dos instrumentos de comunicação de massa. O resultado é uma homogeneização dos hábitos alimentares nunca antes experimentada.

Essa situação enseja uma forte discussão em torno da soberania alimentar do país, condição que só existe quando os povos são livres para decidirem o que será produzido, como será a produção e o que consumirão, sempre respeitando a cultura alimentar. A questão que se coloca, portanto, é se está ocorrendo, de fato, uma perda do patrimônio que representa nossa cultura alimentar e perda de nossa soberania alimentar.

Por fim, é importante compreender que a preservação da cultura alimentar de um país, de uma região, deve estar associada a outros processos relativos à garantia das condições de segurança alimentar para o conjunto da população. O direito inalienável de todas as pessoas terem acesso aos alimentos, por exemplo, somente será assegurado por meio da plena condição de aquisição desses alimentos ou de sua produção para autoconsumo. Isto permitirá também, que o consumidor possa efetivamente fazer suas escolhas, sem o constrangimento de se defrontar com custos que não pode assumir ou de se ver obrigado a consumir alimentos que não correspondem a seus hábitos e tradições. Da mesma forma, o direito do consumidor ser informado sobre o que está comendo, também uma condição da segurança alimentar, ainda está longe de ser respeitado, haja vista as poucas informações que são concedidas.

4.2. SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL E SUSTENTÁVEL E O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO

O tema da Segurança Alimentar na atualidade e principalmente, no caso do Brasil, que no ano de 2003 viu um novo governo chegar ao poder, ganhou um enfoque prioritário dentro das Políticas Públicas de enfrentamento à miséria e à fome, ou seja, a Segurança Alimentar tornou-se um eixo estratégico de uma proposta política de desenvolvimento econômico e social. Neste sentido, o atual governo vê a questão da Segurança Alimentar como:

[...] eixo estratégico de desenvolvimento. O problema alimentar de um país vai além da superação da pobreza e da fome. O fundamental é garantir a Segurança Alimentar. O combate a fome deve ser inserido nesta estratégia maior, pois é a face mais visível da insegurança alimentar, e não queremos conviver com ela, como temos feito a séculos. (PROJETO FOME ZERO, 2001, p. 9)

No Brasil, estamos assistindo a uma mudança estrutural que vem se desenhando nos últimos anos pelo mais básico dos direitos: o direito à alimentação regular, em quantidade e qualidade suficiente para todos os brasileiros. Esse é um desejo arraigado na sociedade brasileira que o governo do presidente Lula, em sintonia com esse sentimento nacional, assumiu como prioridade.

Registramos importantes avanços nessa área, com destaque para a aprovação e promulgação da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN – ver em anexo a lei), por meio da qual fica instituído o Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN). Isto representa um marco histórico porque assegura por lei o direito humano à alimentação, desvincula o acesso à comida, a uma questão de caridade e promove a alimentação ao campo das políticas públicas.

O Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), criou programas, destinou recursos e estabeleceu parcerias com o Distrito Federal, estados e municípios para, por exemplo, implementar serviços e equipamentos públicos como restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de Alimentos. Todos estes programas têm caráter republicano, federativo, descentralizado e suprapartidário. O êxito deles, pois, depende do bom entrosamento de todos os entes federados, depende da contrapartida e do trabalho que governos estaduais e municipais realizam na ponta.

Historicamente, os problemas da fome, da desnutrição e da miséria em nosso país, nunca foram tratados como prioridades estratégicas pelos governos anteriores, mesmo que estes problemas fossem evidentes e que afetassem uma enorme parcela da população com menos poder e excluídos do processo econômico e político hegemônico. Desta forma, estes problemas sempre foram tratados de forma pontual, emergencial e assistencial, mesmo quando abordados por políticas e programas públicos, que sempre se caracterizaram por sua marginalidade e fragmentação, que possuem como público-alvo apenas os contingentes populacionais mais vulneráveis, necessitados de assistência imediata para fazer

frente a situações de fome e desnutrição. Assim sendo, uma política que promova de forma eficiente e eficaz a questão da Segurança Alimentar e erradicação da fome e miséria, deve possuir caráter estrutural e redistributivo, ou seja, deve garantir a todos os cidadãos o direito de se alimentar em quantidade e qualidade, mas não só isso, como também deve assegurar outras necessidades como: saúde, habitação, educação, emprego e uma melhor distribuição da renda e de terras em nosso país, já que tais dificuldades são diagnosticadas como as principais causas da insegurança alimentar no caso brasileiro.

O que parece predominar nesta concepção de Segurança Alimentar, é o fato de colocar como eixo central uma reestruturação do sistema econômico e social, promovendo maior equidade (igualamento e ampliação de oportunidades) dos grupos sociais desassistidos, desfilados, excluídos, marginalizados, permitindo que os indivíduos destes grupos tenham mínimas garantias para se manter e buscar seu próprio sustento com dignidade, sem precisar de políticas assistencialistas que só reforçariam ainda mais suas respectivas situações de abandono, pobreza, indigência, marginalidade, etc.

Para Valente (2002) uma Política de Segurança Alimentar eficiente e eficaz deve conter:

Uma política Nacional de Segurança Alimentar necessariamente deve incluir a substituição do atual modelo excludente e da tradicional concessão de estímulos e privilégios econômicos restritos e discriminadores, por uma política de retomada do crescimento e do emprego, com gradativa recuperação do poder de compra dos salários, articuladas ao estímulo à produção de alimentos de forma economicamente eficiente, mas socialmente justa. [...] O acesso aos alimentos pressupõe renda suficiente, seu barateamento e uma maior disponibilidade de produtos originados de um modo de produção que incorpore produtores e consumidores ao invés de excluí-los em favor de grandes agentes. Sem dúvida alguma há muito que avançar nas formulações de propostas de políticas que dêem conta dos diversos aspectos desse objetivo estratégico. (VALENTE, 2002)

Ainda segundo Valente (2002):

Também faz parte da Segurança Alimentar garantir alimentos para grupos populacionais que agudamente passam fome, seja pela realidade social da miséria, seja pela composição desta com desastres naturais, como é o caso da seca no Nordeste. Mas as medidas adotadas para atender estas necessidades emergenciais devem sempre que possível ser articuladas a medidas que fortaleçam a organização da comunidade e a perspectiva de ruptura com o ciclo de miséria e fome. (VALENTE, 2002)

O conceito de Segurança Alimentar possui um conteúdo abrangente, de significados distintos e contraditórios. Em sua amplitude, o termo segurança alimentar remete a problemas distintos, que vão das questões estruturais ligadas à capacidade produtiva do setor agrícola, aos problemas ecológicos ligados à extinção de espécies, passando pela constatação das desigualdades sociais e falta de acesso aos alimentos, e pelos aspectos da questão da saúde humana através da qualidade dos alimentos ingeridos.

De forma geral e abrangente, a Segurança Alimentar conceitua-se como o direito de todos os cidadãos de terem acesso aos alimentos necessários, em quantidade e qualidade, porém não diz respeito apenas às questões ligadas à alimentação. Além de uma alimentação abundante e variada, o cidadão deve ter acesso a outras condições para uma vida saudável, como abastecimento de água, condições sanitárias, acesso a serviços de saúde, moradia, educação, principalmente. Assim, com base na literatura lida, foi possível apontar quatro conteúdos distintos da Segurança Alimentar, que tiveram sua ascensão em épocas diferentes. Sendo assim, apresentamos a seguir uma breve descrição dos diversos conteúdos da Segurança Alimentar.

4.3. OS DIVERSOS CONTEÚDOS DA SEGURANÇA ALIMENTAR

O bem-estar nutricional é um direito humano de todo o indivíduo o que, em princípio, significa que nenhuma restrição relativa à alimentação é aceitável.

Como um princípio geral, a expressão segurança alimentar pode ser definida como a seguir (II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – março/2004):

Segurança Alimentar Nutricional e Sustentável (SANS) é a realização do direito de todos, ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base, práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

Entretanto, alcançar o significado preciso do conceito é tarefa complexa, pois o termo pode comportar significados e interpretações distintos, o que

faz que sua discussão nunca cesse, tornando-se um conceito inacabado e constantemente em construção.

Esta diversidade de conteúdos, problemas e concepções envolvidas na discussão sobre segurança alimentar tornou necessária primeiramente uma tarefa classificatória, de modo a identificar e definir os diversos conteúdos que a segurança alimentar pode contemplar. Defende-se o ponto de vista de que tais conteúdos estão sempre relacionados a problemas específicos de insegurança alimentar, cuja superação exige a implementação de conjuntos distintos de políticas públicas por parte dos Estados e governos. No entanto, em uma cidade de porte médio como Presidente Prudente, onde não há casos graves de fome, miséria e insegurança alimentar, verificamos, que a Política Pública em Segurança Alimentar e Nutricional é deixada de lado em detrimento de outras políticas, principalmente as de cunho econômico, porém, este fato não torna a Política de SANS menos importante no cenário municipal, pois como veremos nas páginas seguintes a SANS é um direito humano básico a todo ser humano, devendo este ter uma alimentação em quantidade e qualidade adequadas e não apenas o mínimo para sua sobrevivência. Assim, a Política Pública de SANS, deve ser priorizada como eixo estratégico de desenvolvimento em qualquer Estado e município e não apenas naqueles onde a fome e a miséria fazem vítimas a cada dia.

Com base na revisão da literatura, identifica-se os conteúdos que a expressão pode assumir.

Em linhas gerais, são quatro os fatores geradores de insegurança alimentar:

1. a escassez da produção e da oferta de produtos alimentares;
2. a distribuição desigual dos alimentos entre os membros da sociedade;
3. a baixa qualidade nutricional e a contaminação dos alimentos consumidos pela população;
4. e a falta de acesso ou o monopólio sobre a base genética do sistema agroalimentar.

Destes problemas decorrem os conteúdos inferidos na noção de segurança alimentar:

1. a garantia da produção e oferta agrícola;
2. a garantia do direito universal de acesso aos alimentos;

3. a garantia de qualidade sanitária e nutricional dos alimentos consumidos;

4. e a garantia de conservação e controle da base genética do sistema agroalimentar.

A seguir, apresenta-se a descrição e um breve histórico de cada um destes conteúdos.

4.3.1. Segurança Alimentar e Garantia de Oferta de Alimentos

Como garantia de oferta de alimentos, o conceito de segurança alimentar se refere a dois problemas enfrentados pelos Estados nacionais. Primeiramente, há a necessidade permanente da disponibilidade física de alimentos a preços acessíveis e estáveis para atender a uma demanda interna. Daí advém o caráter estratégico da garantia da oferta, no sentido da constituição de estratégias de abastecimento alimentar, que se contraponham a eventuais bloqueios de alimentos originados por conflitos internacionais. Em outras palavras, neste enfoque a segurança alimentar expressa a capacidade de um país, de alimentar-se a si mesmo, e o tema da fome e da desnutrição se relaciona com a resposta da oferta agrícola e com os aspectos políticos e estratégicos do comércio mundial de alimentos.

Neste enfoque acredita-se que a problemática da fome será resolvida a partir de uma maior produção agrícola e armazenamento de estoques alimentares, assim, as políticas alimentares, devem estar sempre voltadas para a consolidação da produção agrícola.

Esta primeira questão sobre segurança alimentar, teve grande repercussão no Pós-Guerra, quando se acreditava que uma nação dominaria a outra através da sua soberania alimentar, pois, o país que controlasse a produção e o fornecimento mundial de alimentos dominaria os demais.

A idéia de que a segurança alimentar estava quase que exclusivamente ligada à produção agrícola mostrou-se dominante na Conferência Mundial de Alimentação, promovida pela FAO, em 1974. A discussão então travada deu-se quase exclusivamente sobre as políticas agrícolas, reforçando a crença de que a segurança alimentar dependia fundamentalmente de uma política de

armazenamento estratégico, devendo-se fazer crescer os estoques e assegurar a consolidação de acordos internacionais sobre diferentes produtos agrícolas. (MENEZES, 2001, p. 2)

Sob este ponto de vista, PESSANHA (2002), analisa que um país garante a oferta interna de alimentos basicamente por meio das duas estratégias. Por um lado, pode-se estimular a produção agrícola interna, a auto-suficiência alimentar, pois muitos consideram menos vulnerável o país cujas importações de alimentos representarem uma pequena porcentagem de suas exportações. Por outro lado, como indica a noção de autocapacidade alimentar, pode-se estimular uma produção doméstica que atenda parcialmente as necessidades do consumo interno, ao mesmo tempo em que se assegura a capacidade para importar, de modo a atender plenamente a demanda.

Ainda segundo a mesma autora, esta destaca a especificidade dos problemas de insegurança alimentar enfrentados pelos países, de modo que não há uma resposta única para o seu enfrentamento. Assim, nem a auto-suficiência alimentar é uma garantia absoluta das necessidades nutricionais de uma população, nem a exportação agrícola e o comércio internacional implicam em deterioração destas condições nutricionais. Entretanto, a autora ressalta que a discussão sobre a garantia da oferta tem contribuído para a redução da fome e da desnutrição, mas não é suficiente para a sua eliminação.

Os limites à sua efetividade estão relacionados com um aumento excessivo na oferta, ao passo que a fome é um fenômeno de subconsumo. Mesmo que a produção e o consumo estejam vinculados, a relação entre ambos não é determinística. Produzir mais alimentos é importante, porém se o objetivo é eliminar a fome, é necessário disponibilizar estes alimentos onde mais se fazem necessários, e é este o verdadeiro desafio. A segurança alimentar implica não somente na produção de alimentos, mas, sobretudo, na capacidade de um indivíduo de obtê-los. (PESSANHA, 2002)

Desta forma, um outro enfoque ganha relevância, e que ao ver de diversos autores, este é o principal problema para a garantia da segurança alimentar no Brasil, ou seja, a garantia do acesso universal aos alimentos.

4.3.2. Segurança Alimentar e Garantia do Acesso Universal aos Alimentos

O conceito sobre Segurança Alimentar, através da garantia da oferta aos alimentos, vigorou até final da década de 70, quando se percebeu que mesmo com uma alta produção alimentar, por parte de muitos países, o flagelo da fome e da insegurança alimentar continuava a afligir milhões de pessoas, e é dentro desse quadro que se começa a perceber que, mais do que a oferta, a capacidade de acesso aos alimentos por parte da população mostra-se como uma dificuldade crucial para a segurança alimentar. Neste sentido, Valente (1999) diz:

A partir de então, os debates e as discussões passaram a considerar que a Segurança Alimentar não pode ser vista como uma decorrência exclusiva de auto-suficiência em termos alimentares. Ela pressupõe, também a garantia de poder aquisitivo da população, crescimento econômico, redistribuição da renda e redução da pobreza. (VALENTE, 1999, p.2)

Ainda sobre este enfoque, Pessanha (1998) analisa que:

Desta perspectiva, a fome no mundo moderno é muito mais que uma questão política e ética, que poderia ser sanada pela decisão dos governos de garantir o direito ao acesso aos alimentos a todos os cidadãos, através da implementação de políticas redistributivas que reduzissem as desigualdades entre os diversos segmentos e estratos sociais. O acesso aos alimentos é um direito humano fundamental, ao qual as políticas econômicas e comerciais, nacionais e internacionais deveriam se subordinar, e não se sobrepor. (PESSANHA, 1998, p. 34)

Na visão de Maluf (2001), este segundo aspecto diz respeito:

[...] ao principal pressuposto da segurança alimentar, a saber, dispôr de poder de compra para adquirir alimentos em quantidade e qualidade adequadas, porém, de um modo que reduza o peso relativo dos gastos com alimentação na renda familiar. Este objetivo depende dos instrumentos que promovem a elevação da renda monetária e sua distribuição equânime (emprego-trabalho, salários e outras rendas do trabalho, e tributos). Contudo, ele depende também do custo relativo dos alimentos, pois este último é um dos principais determinantes da renda real das famílias, principalmente, dos estratos de menor renda. Iniciativas para reduzir os custos da alimentação incluem o aumento da produtividade agrícola com base em técnicas social e ambientalmente adequadas, a redução do elevado nível de perdas, o enfrentamento de gargalos na infra-estrutura de transporte e armazenamento, e a aproximação de produtores e consumidores em mercados regionais. (MALUF, 2001, p. 6)

Dentro desta perspectiva, a fome do mundo moderno é muito mais uma questão política e ética, que poderia ser sanada pela decisão dos governos de garantir o direito ao acesso aos alimentos a todos os cidadãos, através da implementação de políticas redistributivas que reduzissem as desigualdades entre os diversos segmentos e estratos sociais. O acesso aos alimentos é um direito humano fundamental, ao qual as políticas econômicas e comerciais, nacionais e internacionais, deveriam se subordinar, e não se sobrepor.

De acordo com Pessanha (2002):

[...] este enfoque trata do atributo institucional da segurança alimentar. Aqui, a insegurança alimentar é decorrente da deficiência nos arranjos institucionais que garantem a capacidade de acesso aos alimentos, gerando uma falha nos direitos de aquisição de alimentos.

A questão está em que, numa economia de mercado, a presença de alimentos não garante, por si só, o direito de uma pessoa de consumi-los. A capacidade de acesso alimentar de um indivíduo se refere ao conjunto de mercadorias aos quais uma pessoa pode ter acesso no mercado, e depende tanto do que ela possui como do que ela é capaz de adquirir no mercado. O acesso aos alimentos depende basicamente de dois fatores: o poder aquisitivo necessário para os indivíduos que atuam em mecanismos descentralizados de produção e consumo; e a propriedade de meios de produção de alimentos no caso dos produtores rurais de alimentos de subsistência. (PESSANHA, 2002)

A capacidade de acesso aos alimentos de um indivíduo é determinada por uma série de fatores sociais, econômicos e culturais, que definem o seu nível de privação ou bem-estar, e não apenas pelo seu nível de renda. A pobreza é considerada uma “falha nas capacidades básicas dos indivíduos”, tanto em termos de renda monetária como de acesso a bens e serviços públicos, e pode levar à privação e à fome. Em outras palavras, a capacidade de acesso aos alimentos, não se restringe à capacidade de acesso às mercadorias, mas implica também no acesso aos serviços que têm impacto substantivo sobre a nutrição, saúde e bem-estar dos indivíduos, tais como serviços médicos e cuidados de saúde, condições sanitárias e água potável, e educação básica.

Segundo Luna (1997) citado por Pessanha (1998):

A implementação bem sucedida das políticas de combate à pobreza e à insegurança alimentar por insuficiência de acesso exige a identificação dos grupos e segmentos sociais vulneráveis. Em linhas gerais, o ponto de partida é a análise da estrutura social através da distribuição de renda em nível agregado, identificando-se as desigualdades distributivas e os estratos

de menor renda, indicando-se os grupos mais propensos ao problema. Em seguida, deve-se iniciar a desagregação dos dados, organizando a informação da distribuição de renda de acordo com critérios funcionais, que permite perceber as especificidades entre setores – urbano/rural – e grupos sociais. A partir daí, é necessário inserir o estudo das relações orgânicas entre os grupos sociais, identificado o caráter dos laços dos grupos vulneráveis com os demais grupos sociais. Estes laços não são homogêneos e a efetividade das políticas está intimamente vinculada com a identificação de áreas críticas no sistema alimentar. (LUNA:1997)

Para a FAO, o Estado deve assegurar o atendimento das necessidades alimentares de seus cidadãos, através de políticas que contribuam para a geração de emprego e renda, nos segmentos formais e informais da economia, particularmente no setor rural. A assistência alimentar aos indivíduos e grupos vulneráveis, que não dispõem de capacidade para satisfazer suas necessidades alimentares, inclui formas diretas e indiretas, voltadas para o desenvolvimento humano. As formas diretas incluem os programas de aumento da produção agrícola e os de geração de emprego e de renda; e assistência alimentar aos grupos vulneráveis - às mulheres, às crianças e às famílias, através de programas de transferência de renda e de suplementação alimentar. As ações indiretas podem incluir as subvenções generalizadas dos preços agrícolas, e as políticas de estoques estratégicos e de reservas de alimentos; a proteção dos sistemas locais do mercado de alimentos, e os programas de educação nutricional. De acordo com os ideais incentivados pela FAO, podemos dizer que na atualidade o Programa Fome Zero tem sido uma política estrutural que vem ao encontro de tais metas, procurando atuar tanto na forma estrutural como emergencial no combate à pobreza e à fome no Brasil.

A ação pública não se restringe à ação estatal, mas engloba as ações das organizações sociais e da população em geral. Existe uma forte relação entre a opinião pública e a ação do Estado na definição de políticas públicas e também o público-alvo. A consciência da opinião pública se expressa nas organizações institucionalizadas e nos movimentos sociais, de modo que as pressões daí decorrentes podem ter importante papel tanto em chamar a atenção para os problemas, como em impulsionar a ação dos Estados. No caso do Brasil, podemos citar o Movimento da Ação da Cidadania, contra a Miséria, a Fome e pela Vida, criado por Herbert de Souza, que mobilizou milhões de brasileiros e trouxe a tona o problema da fome em nosso país.

Neste enfoque, a insegurança alimentar como insuficiência de acesso resulta da perda de direitos de cidadania, pois nas economias de mercado o direito aos alimentos reflete em grande medida a propriedade e as oportunidades de produção e troca dos indivíduos, sendo que os que não gozam plenamente de seus direitos não tem acesso suficiente, estável e permanente aos alimentos, ainda que estes sejam ofertados no mercado em quantidade suficiente para atender à demanda potencial existente. A segurança alimentar requer, pois, o fortalecimento dos direitos das camadas mais pobres da população (PESSANHA, 2002).

Dentro deste enfoque da Segurança Alimentar e Nutricional, ao longo deste trabalho, vimos que, este dentro de uma cidade de porte médio como Presidente Prudente, não considera-se como o maior problema, pois as famílias aqui residentes auferem renda suficiente para garantirem no mínimo a sua alimentação.

Por tudo isso, esta abordagem significa uma mudança profunda na análise do problema da fome, ao reconhecer que o direito de aquisição dos alimentos não depende somente da oferta de alimentos, mas também de fatores distintos que definem as características econômicas e sociais de uma sociedade, tais como educação, emprego, distribuição de renda, etc. Assim, a fome é explicitamente conceituada como um fenômeno social, vinculado ao problema geral da pobreza e do desenvolvimento.

4.3.3. Segurança Alimentar e Qualidade Nutricional e Sanitária dos Alimentos

No final da década de 80 e início dos anos 90, o conceito de Segurança Alimentar ganha um novo enfoque, a ele incorporam-se as noções de alimento seguro (não contaminado biológica ou quimicamente), de qualidade do alimento (nutricional, biológica, sanitária e tecnológica), do balanceamento da dieta, da informação e das opções culturais (hábitos alimentares) dos seres humanos. Começa-se a falar de Segurança Alimentar e Nutricional. Sobre este aspecto, Pessanha (1998) analisa que:

Sob o ponto de vista da qualidade, a segurança alimentar significa garantir ao consumidor a aquisição de alimentos com atributos nutricionais e sanitários adequados às suas necessidades. Neste sentido a expressão implica em alimentos de boa qualidade, livre de contaminações de natureza química, biológica ou física, ou de qualquer outra substância que possa

acarretar problemas à saúde do consumidor. A importância deste aspecto da segurança alimentar tem crescido em virtude do desenvolvimento de novos processos de industrialização de alimentos e das novas tendências de comportamento do consumidor. (PESSANHA, 1998, p. 39)

Ainda sobre o enfoque de alimento seguro, Valente (2002) analisa que:

Grande parte das mortes por diarreia em crianças menores de 1 ano decorrem de ingestão de alimentos contaminados. Além disso, vem aumentando o consumo de alimentos preparados fora do domicílio por parte da população como um todo, grande parte do mesmo sendo feito junto a fornecedores de alimentos ambulantes ou de pequeno porte, com condições precárias de higiene. Ao mesmo tempo, o processo de urbanização acelerada tem promovido hábitos alimentares e estilos de vida inadequados, que por sua vez vem induzindo altas prevalências de sobrepeso e obesidade, com aumento correlato de doenças crônicas degenerativas associadas à alimentação inadequada (hipertensão arterial, doenças cardiovasculares, Diabetes Mellitus, cânceres, dislipidemias, osteoartroses etc.), que hoje já se constituem em um problema prioritário de saúde pública e de Segurança Alimentar, inclusive no grupo de crianças e adolescentes. (VALENTE, 2002)

Sob o ponto de vista da qualidade, a segurança alimentar significa garantir ao consumidor a aquisição de alimentos com atributos nutricionais e sanitários adequados às suas necessidades. Neste sentido, a expressão implica em alimentos de boa qualidade, livre de contaminações de natureza química, biológica ou física, ou de qualquer outra substância que possa acarretar problemas à saúde do consumidor. A importância deste aspecto da segurança alimentar tem crescido, em virtude do desenvolvimento de novos processos de industrialização de alimentos e das novas tendências de comportamento do consumidor.

Segundo Pessanha (1998), o padrão alimentar das sociedades industrializadas, denominado modelo de consumo alimentar ocidental ou agroindustrial, começou a se formar nos Estados Unidos e Europa, no século passado, e se consolidou internacionalmente a partir de 1960.

No âmbito da produção, o desenvolvimento da industrialização e do consumo de massa, levou à constituição do complexo agroindustrial, ou seja, num conjunto de setores e de atividades industriais, voltados para a produção de insumos agrícolas, ou para a industrialização de produtos, a partir da matéria-prima agrícola.

No âmbito do consumo, diversos fatores foram responsáveis pelas transformações que ocorreram nos estilos de vida, tais como a urbanização e a

industrialização, a intensificação do trabalho feminino, a evolução e do marketing, induzindo uma intensa mudança de hábitos alimentares. As mudanças no comportamento do consumidor se refletiram na formação de preferências dirigidas a alimentos industrializados, alimentação fora do domicílio, compra de alimentos em supermercados, praticidade e economia de tempo no preparo das refeições.

Segundo Pessanha (1998):

A evolução geral dos hábitos alimentares se mostrou primeiramente numa melhoria em termos quantitativos, com o aumento calórico. Numa etapa intermediária, ocorreu um intenso processo qualitativo de substituição de alimentos, com a redução no consumo de cereais e farinhas, um aumento no consumo de frutas e legumes, de produtos de origem animal, bem como de açúcares e de gordura e de alimentos industrializados. Em termos nutricionais, tais mudanças correspondem a uma elevação do consumo de proteínas e de lipídeos de origem animal, e de açúcares simples, e a uma redução do consumo de açúcares complexos e de fibras. Novas tendências de consumo se verificavam já nos anos 70, em virtude de preocupações com a qualidade nutricional dos alimentos, numa etapa caracterizada pela crescente substituição dos produtos agrícolas tradicionais pelos alimentos transformados. O consumo de cereais, raízes e tubérculos se estabiliza; o consumo direto de açúcar tende a se reduzir, elevando-se o consumo de açúcar nos alimentos transformados; o consumo de carne diminui e o de óleo se estabiliza. (PESSANHA, 1998)

No caso dos países do Sul, as grandes transformações no padrão de produção e consumo alimentar, ocorreram em conjunto com a manutenção, ou mesmo intensificação, da desigualdade e das formas de exclusão social, às quais, por sua vez, se refletem diretamente nos níveis de consumo alimentar da população. Para Oliveira e Thébaud-Mony (1996:4) citados por Pessanha (1998), esta situação engendra grandes diferenças entre os grupos sociais:

[...] entre os dois extremos, isto é, aqueles cujo poder de compra permite o excesso alimentar e o consumo de alimentos sofisticados e aqueles privados do acesso aos alimentos básicos, existe uma massa intermediária de consumidores cujos hábitos alimentares têm mudado sob influência do modelo ocidental. Além disso, certos alimentos de alto valor agregado, considerados supérfluos, têm uma grande capacidade de penetração, mesmo entre os menos favorecidos, graças às mensagens publicitárias, o que indica a diversidade da alimentação nos centros urbanos e a complexidade dos fatores que a determinam.

Entretanto, os autores ressaltam que além da tendência à universalização dos hábitos alimentares do modelo agroindustrial de produção e consumo, existem outros fatores - de ordem social, econômica, cultural, nutricional -

que podem ter uma influência direta ou indireta na alimentação, conduzindo a modelos de consumo diferenciados entre países e regiões. Deste modo, a diversidade e a desigualdade estão na base do consumo agroindustrial.

A falta de educação alimentar por parte da população ainda é um sério problema na alimentação do brasileiro, e na composição da mesa do mesmo, como também, das pessoas que vivem em cidades de porte médio, como averiguamos neste trabalho. Já que, neste caso, as pessoas têm condições de acesso aos alimentos em quantidade e qualidade, mas por vontade própria, devido a inversão dos padrões alimentares, e na maioria das vezes pelo apelo realizado pela mídia, elas preferem alimentos não tão saudáveis e de qualidade um tanto duvidosa, como os alimentos tipo *fast food* e alimentos ricos em gorduras e carboidratos, podendo causar sérios danos a saúde, principalmente elevando os níveis de obesidade que, na atualidade tem sido um dos maiores problemas de cunho alimentar.

Por outro lado, de acordo com Pessanha (1998) diversos fatores têm contribuído para o aumento do interesse da população pela qualidade dos alimentos. Entre outros, o crescimento das populações urbanas consumidoras de produtos industrializados, o crescimento das demandas por melhores produtos e serviços, e o aumento da informação disponível acerca da saúde, meio-ambiente e bem-estar.

Na atualidade, as adulterações e as contaminações de alimentos constituem-se num sério problema de saúde pública, podendo causar diversas enfermidades e agravar os problemas nutricionais. Isto faz com que o consumidor aja de modo mais ativo, passando a exigir alimentos considerados seguros. Esta consciência do consumidor é ainda maior, de acordo com a sua renda, o seu grau de informação, a sua idade. Quanto maior estes quesitos, maior será a sua exigência por produtos de melhor qualidade.

A conscientização dos consumidores, dos governos e dos produtores e empresas do sistema agroalimentar contribui para a obtenção de produtos com qualidade e segurança. A demanda por produtos seguros faz com que se formem mercados mais exigentes, e a competitividade faz com que as empresas busquem respostas aos novos anseios dos consumidores. Ademais, os problemas relacionados aos desníveis na qualidade dos produtos consumidos pela população, se tornam particularmente importante para os países do Sul, onde ocorrem grandes desigualdades no padrão de produção e consumo alimentar.

4.3.4. Segurança Alimentar, Conservação e Controle da Base Genética

O último aspecto a se incorporar neste conceito ainda em construção refere-se à sustentabilidade do sistema alimentar, ou melhor, a garantia de conservação e controle da base genética do sistema agroalimentar, que se refere tanto à conservação, como a falta de acesso ou o monopólio sobre a base genética do sistema agroalimentar.

Em relação a este enfoque Menezes (2001) considera que:

A Segurança Alimentar depende não apenas da existência de um sistema que garanta, presentemente, a produção, distribuição e consumo de alimentos em quantidade e qualidade adequadas, mas que também não venha a comprometer as capacidades futuras de produção, distribuição e consumo. Cresce a importância dessa condição frente aos atritos produzidos por modelos alimentares atuais, que colocam em risco a segurança alimentar no futuro. (MENEZES, 2001, p. 3)

Já na visão de Pessanha (2002), esta diz que:

No quarto caso, o controle e conservação da base genética do sistema agroalimentar vincula a segurança alimentar às preocupações ambientais, e destaca a importância da sustentabilidade da produção agrícola e da conservação da diversidade biológica. A garantia de conservação e controle da base genética exige a constituição de uma política de conhecimento, conservação, acesso e controle sobre os recursos genéticos que formam a base do sistema agroalimentar. A atenção no processo de elaboração da legislação específica para a regulação do acesso aos recursos genéticos - patentes, direito do melhorista, direito do agricultor - é um requisito adicional do conceito de segurança alimentar. (PESSANHA, 2002)

Este conteúdo da segurança alimentar ressalta a importância da conservação e do controle da base genética do sistema agroalimentar. A semente melhorada é o principal fator da produtividade e o vetor da eficiência dos insumos modernos, e pode ser considerada como o “coração” do sistema agroalimentar, constituindo-se num núcleo emissor de progresso técnico para o complexo agroindustrial (PESSANHA, 1993).

Deste modo, a segurança alimentar, quando referida ao controle e ao acesso à base genética, se funde com as preocupações ambientalistas, pois implica na implementação de políticas voltadas para o conhecimento, a conservação

e o controle da biodiversidade. Uma política de segurança alimentar deve garantir o conhecimento e a conservação dos recursos filogenéticos, visando a manutenção da base genética do sistema agroalimentar no longo prazo (PESSANHA, 1993).

4.3. SEGURANÇA ALIMENTAR E O DIREITO HUMANO A ALIMENTAÇÃO

Direitos Humanos são todos aqueles que os seres humanos têm, única e exclusivamente por terem nascido e serem parte da espécie humana. Estes direitos são inalienáveis e independem de legislação nacional, estadual ou municipal específica. Eles foram firmados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada, em 1948, pelos povos do mundo, por intermédio de seus chefes de estado e governos.

A Segurança Alimentar é um conceito que vai muito além do combate à fome, mas sim é um direito humano, ou seja, um direito de todas as pessoas e significa ter uma alimentação adequada e saudável de maneira permanente. No Brasil, estima-se que mais de 9 milhões de famílias não tenham renda suficiente para comprar alimentos, o que é uma violação de um direito fundamental da pessoa, o direito ao alimento e à nutrição. No caso das crianças, a violação desse direito é ainda mais grave porque compromete o desenvolvimento saudável. Crianças desnutridas sofrem problemas de visão, de crescimento, e podem ter até sua capacidade de aprender comprometida para toda a vida.

A FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação) estima que, presentemente, um total de 800 milhões de pessoas passa fome, continuamente, em todo o mundo. A maior parte dessas pessoas está localizada nas partes mais pobres do planeta, em especial na África, alguns países da Ásia e da América Latina. Mas deve também ser registrado o crescimento de bolsões de miséria e fome, mesmo em países desenvolvidos.

Em termos mundiais, de 2001-03, segundo estimativas da FAO, havia em torno de 845 milhões de pessoas subnutridas, 820 milhões em países em desenvolvimento, 25 milhões em países em transição e 9 milhões em países industrializados.

Em novembro de 1996, o mundo dirigiu sua atenção a Roma, onde os chefes de Estado e de Governo de mais de 180 nações que participaram da Conferencia Mundial sobre Alimentação (CMA) se comprometeram a erradicar um

dos piores males que pesam na consciência coletiva da sociedade: a fome. Como passo importante, tinha como objetivo, extremamente necessário que os líderes mundiais se comprometessem a um objetivo considerado ambicioso, porém, realizável: para o ano 2015, reduzir a metade o número de pessoas subnutridas no mundo com respeito aos níveis de 1990. Entretanto, dez anos mais tarde, nos encontramos com uma triste realidade de que praticamente não se conseguiu avanço algum nesse objetivo. Em comparação com o período 1990-92, o número de pessoas subnutridas nos países em desenvolvimento descendeu em apenas 3 milhões.

Plano de Ação da Cúpula Mundial de Alimentação

1) garantia de um ambiente político, social e econômico favorável à criação das melhores condições possíveis para a erradicação da pobreza e uma paz durável, baseada na participação plena e equitativa das mulheres e homens, visando a alcançar a segurança alimentar sustentável para todos;

2) implementação de políticas que tenham como objetivo a erradicação da pobreza e da desigualdade social, melhorando o acesso físico e econômico de todas as pessoas, de forma contínua, a uma quantidade suficiente de alimentos, nutricionalmente adequados e inócuos, promovendo a sua utilização efetiva;

3) promoção de esforços para a adoção de políticas e práticas participativas e sustentáveis de desenvolvimento alimentar, agrícola, pesqueiro, florestal e rural, em zonas de alto e baixo potencial, que sejam fundamentais para assegurar um suprimento de alimentos suficiente e confiável para os níveis familiares, nacionais, regionais e mundiais, compreendendo também o combate às pragas, à seca e à desertificação, considerando o caráter multifuncional da agricultura;

4) promoção de esforços para que as políticas de comércio alimentar e agrícola, bem como de comércio em geral contribuam para o fomento da segurança alimentar para todos através de um sistema de comércio mundial leal orientado ao mercado;

5) promoção de esforços para prevenir e estar preparados para enfrentar as catástrofes naturais e emergências de origem humana, atendendo às

necessidades transitórias e urgentes de alimentos, de maneira a fomentar a recuperação, a reabilitação, o desenvolvimento e a capacidade para satisfazer as necessidades futuras das populações atingidas;

6) alocação e utilização ótimas dos recursos de investimentos públicos e privados, visando a fortalecer os recursos humanos, os sistemas alimentares, agrícolas, pesqueiros e florestais sustentáveis, assim como o desenvolvimento rural em zonas de alto e baixo potencial;

7) aplicação, monitoramento e acompanhamento do Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação, em todos os níveis, e em cooperação com a comunidade internacional.

No entanto, de acordo com novo estudo realizado pela FAO, o mundo não conseguirá cumprir a meta das Nações Unidas de diminuir a fome pela metade até 2015.

De acordo com o relatório, o planeta provavelmente não atingirá a meta nem em 2030.

A FAO prevê que a produção de alimentos continuará a aumentar mais rapidamente do que a população, e que as pessoas mais pobres consumirão alimentos de qualidade melhor nos próximos anos.

"Mesmo assim, o número de pessoas famintas nos países em desenvolvimento deve diminuir dos atuais 777 milhões para cerca de 440 milhões em 2030", disse o relatório chamado de "Agricultura mundial: rumo a 2015/2030".

A ONU definiu como objetivo durante a Cúpula Mundial de Alimentação, em 1996, diminuir pela metade o número de pessoas famintas em relação aos níveis de 1992: algo em torno de 815 milhões. Líderes mundiais reuniram-se em Roma, em junho de 2002, para renovar seu compromisso com as metas de 1996. Mas poucos dirigentes de potências mundiais compareceram e alguns acusaram os países industrializados de mostrar indiferença em relação aos famintos.

A África subsaariana é motivo "de grande preocupação", de acordo com a FAO. Na região, a ONU estima que o número de pessoas com fome e subnutridas deve cair somente de 194 milhões para 183 milhões em 2030.

Indo de encontro à situação mundial, dada a forte desigualdade social e econômica existente no Brasil, uma das características básicas é a

precariedade das condições nutricionais de boa parte da população, especialmente infantil. São esses baixos índices de nutrição que determinam as altas taxas de mortalidade nos primeiros anos de vida. As crianças desnutridas que sobrevivem aos primeiros anos enfrentam fortes problemas de aprendizagem nas escolas. São elas também que, na transição para a maturidade, vão enfrentar maiores problemas de adaptação ao trabalho e às condições gerais de vida.

No Brasil, grande contingente de crianças, na faixa crítica de 6 a 23 meses de idade, apresentam desnutrição, mesmo considerando o grande avanço do País na última década. A anemia por carência de ferro (Anemia Ferropriva) é o problema de maior magnitude no país, sobretudo em crianças menores de 2 anos e gestantes, atingindo cerca de 50% e 35% desses dois grupos populacionais, respectivamente. Em grandes áreas das regiões Nordeste, Norte e em bolsões de pobreza da região Sudeste, a deficiência de vitamina A é problema endêmico.

A desnutrição infantil é um grave problema de saúde pública no Brasil. Ela é consequência da ingestão inadequada de alimentos. Muitas vezes isso acontece por causa da pobreza, do baixo nível educacional e da ausência de saneamento básico. A desnutrição está diretamente relacionada a quantidade e a qualidade dos alimentos. Uma pessoa pode ser desnutrida porque não tem o que comer ou porque consome alimentos pobres em vitaminas e proteínas.

O fato de considerar o direito à alimentação como primordial demanda, desde logo, sua incorporação ao debate hoje travado em torno dos direitos econômicos, sociais e culturais, mas e também promover através de iniciativas que exijam dos estados nacionais e dos organismos multilaterais a observação desses direitos.

Segundo Valente (2002), a realização do direito humano à alimentação e nutrição adequadas depende:

- a) da disponibilidade de alimentos saudáveis e seguros, produzidos de forma sustentável; b) da possibilidade de acesso aos mesmos, seja pela produção para consumo, seja por um trabalho que gere a renda necessária; c) da possibilidade de acesso a alimentos culturalmente adequados. d) da existência de mecanismos de transporte e armazenamento adequados; e) de condições de transformação adequada, com higiene, dos alimentos no domicílio ou em espaços públicos (água limpa, saneamento adequado, utensílios, refrigerador, combustível, etc); f) das condições de vida e de habitação das famílias; g) do nível de informação sobre higiene e práticas e hábitos alimentares saudáveis; h) das condições de saúde das pessoas e famílias; i) do acesso a serviços de promoção e atenção à saúde, j) de

serviços de controle de qualidade dos alimentos, entre outros. (VALENTE, 2002, pág. 9-10)

O Direito à Alimentação e à proteção contra a fome é há muito tempo reconhecido em acordos internacionais. O artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas estabelece claramente a segurança alimentar entre os direitos humanos fundamentais. Contudo, ainda não é um direito efetivo e cumprido como deveria.

O Direito à Alimentação Adequada é um Direito Humano básico, reconhecido no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Sem ele, não podemos discutir os outros. Sem uma alimentação adequada, tanto do ponto de vista de quantidade como de qualidade, não há o direito à vida. Sem uma alimentação adequada, não há o direito à humanidade, entendido aqui como direito de acesso à vida. O Direito à Alimentação começa pela luta contra a Fome, pela garantia a todos os cidadãos do direito de acesso diário a alimentos em quantidade e qualidade suficiente para atender as necessidades nutricionais básicas essenciais à manutenção da saúde, ou seja, pela luta a favor de uma política de Segurança Alimentar eficiente e eficaz.

No entanto, segundo Valente (2002), o ser humano precisa de muito mais que isso:

O ser humano precisa de muito mais do que uma ração básica nutricionalmente balanceada. A alimentação para o ser humano tem outras conotações importantes. A alimentação humana tem que ser entendida enquanto processo de transformação de natureza - no seu sentido mais amplo - em gente, em seres humanos, ou seja, em humanidade. (VALENTE, 2002)

Ainda segundo o autor, o direito à alimentação repassa por outras questões, como:

(...) o Direito à Alimentação passa pelo direito de alimentar-se de acordo com os hábitos e práticas alimentares de sua cultura, de sua região ou de sua origem étnica.

Mas não é só isso. Hoje nós sabemos que muita gente fica doente porque comeu alimentos estragados ou que foram armazenados ou preparados de forma inadequada. Muitas crianças e adultos morrem no Brasil, todos os dias, devido a alimentos contaminados. Faz parte do direito à Alimentação o poder comer alimentos seguros, seja em casa, seja na rua, na escola, no trabalho ou em restaurantes e bares.

Finalmente, é parte do Direito à Alimentação ter informações corretas sobre o conteúdo dos alimentos, sobre práticas alimentares e estilos de vida

saudáveis que promovem a saúde e reduzem o número de casos de doenças causadas por uma alimentação inadequada. Anemias de diferentes causas, bócio, desnutrição e hipovitaminoses são usualmente chamadas doenças carências, mas afetam também muita gente que acha que come bem. (VALENTE, 2002)

Assim, o Direito à Alimentação passa pelo direito de acesso aos recursos e meios para produzir ou adquirir alimentos seguros e saudáveis, que possibilitem uma alimentação de acordo com os hábitos e práticas alimentares de sua cultura, de sua região ou de sua origem étnica.

Direitos Humanos são todos aqueles que os seres humanos tem, única e exclusivamente por terem nascido e serem parte da espécie humana. Estes direitos são inalienáveis e independem de legislação nacional, estadual ou municipal específica. Eles foram firmados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada, em 1948, pelos povos do mundo, por intermédio de seus chefes de estado e governos.

De acordo com este conjunto de normas legais universais, cabe às sociedades humanas, sob a responsabilidade do Estado, cumprir as obrigações de respeitar, proteger e realizar os Direitos Humanos de cidadãos e grupos populacionais que residem em seu território.

Quando os direitos não são respeitados, protegidos ou realizados, ocorre a violação destes direitos, incidindo a culpa maior pelas mesmas sobre o Estado, a quem cabe, em nome da sociedade, cuidar para que se cumpra a realização dos Direitos Humanos.

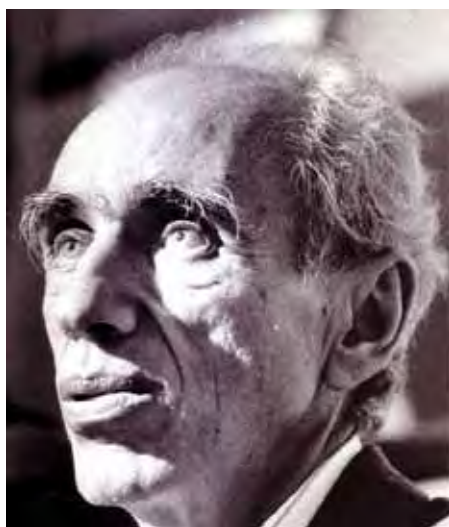
Resgatando um dos maiores intelectuais brasileiros que trabalhou com o tema, Josué de Castro, diríamos que a fome, a má alimentação, como a exclusão social não são fenômenos naturais, mas sim sociais. Portanto, somente por meio de ações sociais e coletivas poderemos superá-los. Somente por intermédio da implantação progressiva de um modelo de desenvolvimento humano sustentável, tendo como um dos eixos centrais a promoção de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional seremos capazes de transformar em realidade o direito humano à alimentação para todos.

Neste contexto, nos anos recentes, o poder público e a sociedade brasileira vêm construindo uma pauta de deliberações que apontam a segurança alimentar e nutricional, em seus múltiplos componentes, como eixo prioritário de

ações e políticas públicas. Desde então, vários fatos sucederam-se de forma a possibilitar significativos progressos no processo de incorporação dos princípios do direito humano à alimentação adequada no discurso e em iniciativas e ações pontuais do poder público.

Assim, dentro deste propósito, desde o ano de 1991, o governo paralelo, coordenado pelo partido dos trabalhadores, elaborou proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar. Esta foi apresentada ao governo Collor, que não se mostrou sensibilizado. Sendo reapresentada ao novo presidente, em fevereiro de 1993, que acabou subsidiando a elaboração do Plano Nacional de Combate à Fome e à Miséria e a criação do CONSEA, em maio de 1993. Desde então, iniciou-se uma fase memorável de mobilizações no país em que o enfrentamento da fome e da miséria passa a ser uma questão discutida no bojo das políticas econômicas e sociais e da segurança alimentar e nutricional, com o debate continuado entre a sociedade civil e governo. No entanto, ressaltamos, que as Políticas Públicas de combate à fome e a miséria, não devem ser apenas implementadas em locais onde há casos graves de insegurança alimentar, mas sim, em todos Estados e municípios, até como forma de prevenção, mesmo porque, o ser humano necessita de muito mais que uma mera ração básica balanceada.

Este processo vem culminar com a campanha eleitoral à Presidência da República, com a eleição do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, assim, a problemática da fome e da segurança alimentar e nutricional ganhou forte impulso na agenda pública, na medida em que o governo federal assumiu como prioridade o combate à fome. Desde então, vários atores populares têm tentado dialogar com esta temática no sentido de construir um campo de ação, articulado com as suas agendas específicas, que enfrente a fome e amplie o direito à alimentação e nutrição da população. No entanto, vale ressaltar que estes avanços ainda não foram suficientes para garantir a realização prática e a efetividade do DHAA e demais direitos humanos no país frente aos inúmeros e complexos desafios e obstáculos existentes para a efetivação dos mesmos. Mas o primeiro passo de muitos outros que virão foi dado e isso já é uma vitória para nosso país.



CAPÍTULO 5: POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NO BRASIL

“Uma economia só presta, só faz sentido, só vale, se ela existir para alimentar, educar e empregar as pessoas. Todas as empresas públicas ou privadas [...] só valem a penas se elas contribuírem para construir um país onde todos possam ter a atendimento de suas necessidades fundamentais”.

Herbert de Sousa, Betinho

Neste item, procuramos discorrer de uma maneira geral sobre alguns dos Programas e Projetos realizados pela União em prol da segurança alimentar. Para tanto, o recorte temporal analisado abarca os Programas a partir da década de 80 até a atualidade, incluindo o Programa Fome Zero.

Em primeiro lugar vimos que o Brasil é pródigo em políticas na área de alimentação e nutrição, desde que no governo Getúlio Vargas, com forte apelo populista, foi criado o Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS, sucedido por diversas iniciativas em que o assistencialismo era a marca identificadora, especialmente na forma de programas de distribuição de alimentos. Embora de caráter emergencial para dar resposta ao indivíduo faminto, o que é absolutamente legítimo, tais iniciativas não apresentaram-se como medidas estruturantes, tornando-se inócuas.

A atuação governamental desde a década de 80, tem se restringido à implantação de programas de assistência alimentar direta, insuficientes e segmentados: de um lado, programas fragmentados e justapostos voltados para as populações que padecem de insuficiência alimentar; de outro lado, programas corporativos voltados para os trabalhadores formalmente inseridos no mercado de trabalho.

Pessanha (2002) considera que:

(...) a estratégia adequada para alcançar a segurança alimentar é a universalização dos programas para toda a população ameaçada pela insuficiência alimentar e nutricional, incluindo-se aí não apenas a população abaixo da linha de pobreza como também a população trabalhadora situada nos estratos inferiores de renda, para a qual a perda do emprego significa quase sempre a entrada na situação de pobreza e o acesso insuficiente aos alimentos. (PESSANHA, 2002, pág. 191)

De início, torna-se válido relatar um breve histórico das políticas nutricionais no país. Registra-se que as análises sobre o problema da fome, bem

como, o debate acerca das ações necessárias à universalização do acesso aos alimentos e à garantia de um bom estado nutricional para a população, tem longa tradição no Brasil.

Cita-se com um marco neste temário, na década de 40, a publicação do trabalho pioneiro, de Josué de Castro, *A Geografia da Fome*, inspirou as iniciativas governamentais no setor social, especialmente no campo alimentar e nutricional. Contudo, anteriormente já se havia a consciência a respeito da problemática da fome em nosso país.

Ao longo do século passado, os mais diversos planos e ações governamentais foram implantados, com criação de instituições públicas de diversas denominações, porém, sem sucesso.

a) Em 1918, em resposta à greve operária de 1917, é criado um órgão para tabelar gêneros alimentícios de primeira necessidade. Atacado pelos grandes proprietários de terra, o órgão deixa de existir e em seu lugar é criado outro, para fomentar a agricultura.

b) Em 1938, é lançado o salário mínimo. Reconceituado em 1946, pela Constituição, deveria “satisfazer às necessidades do trabalhador e de sua família”; mas, não obstante a retórica oficial, essa medida não resolveu os problemas alimentares.

c) No período do Estado Novo (1937-1945), sob a influência de eminentes nutricionistas e sociólogos, os conceitos sobre o papel do Estado na alimentação influíram de algum modo na política oficial.

d) No período de 1945 a 1964, predomina a política desenvolvimentista de incentivo à industrialização; com isso, em prejuízo do salário dos trabalhadores, vencem os industriais, com sua política de baixos salários.

e) Depois da 2ª. Guerra Mundial, os Estados Unidos, por meio de agências específicas, passam a contribuir com os países subdesenvolvidos no quesito alimentação. Sob influência dessa política é criado o Unicef, o Fundo das Nações Unidas para a Infância.

A seguir, algumas datas, órgãos e iniciativas governamentais da política de nutrição brasileira:

- 1940: é criado o Serviço de Alimentação e Previdência Social (SAPS), para atender aos segurados da previdência, selecionar produtos e baratear

preços; instalar e manter restaurantes para trabalhadores; fornecer alimentos básicos a trabalhadores;

–1943: é criado o Serviço Técnico de Alimentação Social, para propor medidas para a melhoria alimentar;

–1945: surge a Comissão Nacional de Alimentação – CNA, com a missão de propor uma política nacional de nutrição;

–1946: o governo brasileiro solicita ajuda ao recém-criado Unicef para buscar soluções para a alimentação das crianças brasileiras;

–1950: com o aumento das exportações de carne bovina para os EUA, sobem os preços da carne no Brasil;

– 1952: um inquérito sobre os gastos com alimentação revela que a classe operária empregava de 40% a 52% de seus gastos com alimentação, em algumas capitais;

–1954: é criado o programa nacional de alimentação escolar;

–1954: o Congresso Americano aprova a “Lei do Alimento para a Paz”, que destina alimentos para países como o Brasil, motivado pelos efeitos da revolução cubana;

–1962: criados sistemas de armazenamento: Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab), Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), Comissão de Financiamento da Produção (CFP) e Companhia Brasileira de Armazenagem (Cibrazen), vários órgãos com funções superpostas e ineficazes para combater os problemas de alimentação dos brasileiros: no Sul, as grandes companhias se dedicam à agricultura de exportação, protegida por subsídios e política cambial favorável; no Nordeste, os atravessadores dominavam o mercado;

Ressalta-se, contudo, que até a década de 60, as ações governamentais na área de alimentação e nutrição eram rudimentares, limitando-se quase sempre à distribuição de excedentes internacionais, à exceção dos programas de merenda escolar, que receberam continuidade no período. Na década de 70, a criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição-INAN, pode ser considerada como um marco para as iniciativas públicas no setor.

O debate ganhou intensidade nacional nos anos 90, tanto em virtude da proposta da Política Nacional de Segurança Alimentar apresentada pelo Governo Paralelo ao governo Collor; como em decorrência do surgimento do movimento da Ação da Cidadania, contra a Miséria, a Fome e pela Vida, criado por Herbert de

Souza, e pela criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), no governo Itamar Franco. As ações voltadas para o campo da alimentação e nutrição, foram reformuladas quando da elaboração do Programa Comunidade Solidária, no governo Fernando Henrique.

Pessanha (2002) analisa que:

A comparação das perspectivas e propostas de políticas de segurança alimentar das organizações da sociedade civil evidencia que não há consenso no debate brasileiro sobre o tema, oscilando as interpretações entre os enfoques econômicos voltado para o setor agrícola, e a perspectiva centrada nos direitos sociais. Esta dificuldade de obtenção de consenso entre os envolvidos no debate resulta não somente da amplitude da própria noção de segurança alimentar, da qual podem ser inferidos diversos significados, mas também da estrutura brasileira de representação de interesses, cuja corporativização e da fragmentação dificulta a construção de um discurso unificado por parte dos atores sociais. (PESSANHA, 2002, pág. 193)

Cabe aqui destacar também o papel da sociedade civil dentro do contexto da fome no Brasil, esta tem atuado sob diversos enfoques em prol da erradicação deste mal.

É possível localizar na história do Brasil uma série de lutas em torno da fome, particularmente as protagonizadas pelas classes populares, classificadas pela história oficial, como simples revoltas ou atos de insubordinação. Mesmo que não explicitada, era a fome que estava por trás de muitas dessas revoltas. Segundo Gohn (1995), a trajetória de tais lutas pode ser classificada desta forma:

a) Surgimento das sociedades mutualistas, na segunda metade do século XIX. Objetivo: assegurar a sobrevivência de famílias de assalariados pobres, ou auxiliá-las em determinadas ocasiões, como enterros;

b) Movimento do “Quebra-Quilos”, entre 1850 e 1900. Objetivo: rever o sistema de pesos e medidas, pois as pessoas pobres eram “roubadas” em suas compras, pela manipulação das balanças;

c) Revolta de Ibicaba, de 1851. Colonos das fazendas de café se revoltam contra o alto preço das mercadorias que lhes eram vendidas, contra os pesos e medidas utilizados e contra os juros;

d) Protesto Contra Alta de Gêneros Alimentícios em Salvador, em 1858, ocasionado pelas sucessivas epidemias de febre amarela e cholera morbus e

a escassez contínua de alimentos. A palavra de ordem era “Queremos carne sem osso e farinha sem caroço”;

e) Revolta contra comerciantes estrangeiros contra o alto preço de mercadorias importadas e baixo preço pago pelos gêneros alimentícios nacionais, em 1872;

f) Lutas diversas pela melhoria de salários e de condições de vida para os operários e lutas no campo, no início do século XX. Muitas das lutas urbanas eram pelo rebaixamento dos preços dos gêneros alimentícios;

g) Comício contra a Carestia, em 1913, no Rio de Janeiro, que teria reunido mais de dez mil pessoas, segundo a imprensa. Esse movimento se espalharia por várias cidades do país, no Movimento contra a Carestia;

h) Atos contra o Desemprego e a Carestia, no Rio e em São Paulo, em 1914;

i) Movimento de Comitês de Combate à Fome no Rio de Janeiro, em 1918;

j) Movimento do Cangaço (1925-38), no Nordeste, associado às ações de Padre Cícero em Juazeiro são associadas à questão da miséria;

k) Marcha da Fome, em 1931, liderada pelo Partido Comunista. A marcha tomou caráter de movimento nacional, com atos públicos e passeatas, no Rio, São Paulo e Santos;

l) Campanha Popular Contra a Fome, em 1946, com uma Banca de Queixas, para reclamações contra comerciantes que vendiam caro ou especulavam com mercadorias;

m) Passeatas da Panela Vazia, entre 1951 e 1953. Nesse período, o Movimento Contra a Carestia atinge diversas regiões do Brasil;

n) Promoção do Dia Nacional de Protesto Contra a Carestia, em 7 de agosto 1963, realizado em várias partes do País;

o) Movimento do Custo de Vida, em 1972, em São Paulo e em outras capitais, fruto da articulação das Comunidades Eclesiais de Base, ligadas à Igreja Católica;

p) I Congresso Nacional de Luta Contra a Carestia, em 1980;

q) Saques em Supermercados e Lojas no Rio de Janeiro e em São Paulo, em 1983;

r) Movimento Ação da Cidadania, Contra a Miséria e pela Vida, em 1993. O movimento conseguiu a adesão da sociedade, com a criação de mais de 3.000 comitês organizados em todo o País, a maioria deles ligados a funcionários de empresas públicas.

Na atualidade, o Programa Fome Zero, tem sido um instrumento importantíssimo dentro do contexto da mobilização social. Desde seu início, milhões de pessoas da sociedade civil, entidades não-governamentais e empresas têm aderido ao Programa, o que é de extrema relevância para que tal projeto não fique apenas no papel e seja capaz de se tornar uma política pública eficiente e eficaz, na tentativa de se erradicar a fome de nosso país.

5.1. POLÍTICA ALIMENTAR NA DÉCADA DE 1980

No decorrer da década de 1980, o Ministério da Saúde implementou, através do INAN, diversas ações de assistência alimentar e nutricional, entre os quais destacam-se os Programas de Prevenção e Combate a Carências Nutricionais Específicas, o Programa de Suplementação Alimentar – PSA, e o Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno – PNIAM.

O PSA foi criado em 1985, objetivando a distribuição mensal de cestas de alimentos a gestantes, nutrizes e crianças menores de 36 meses de famílias com renda até 2 salários mínimos, sendo as cestas constituídas de alimentos tradicionalmente consumidos pela população brasileira e distribuídas nas redes de saúde (INFORME DE BRASIL,1992).

A prevenção de carências nutricionais específicas se iniciou em 1975 com o combate à anemia ferropriva, que recebeu continuidade. E foi ampliada em 1983, com o Programa de Combate ao Bócio Endêmico, doença que atingia 18 milhões de brasileiros em 1975.

Com o objetivo de reduzir a prevalência do bócio, o programa passou a distribuir iodo às empresas beneficiadoras de sal, destinado ao consumo humano ou animal, buscando com isso atingir a toda a população. O combate à hipovitaminose A se iniciou em 1981, com a intervenção de caráter emergencial nas áreas endêmicas, através da administração de doses maciças de vitamina A aos

moradores das áreas endêmicas. A médio prazo, buscava-se a redução da prevalência com a distribuição de alimentos ricos em vitamina A nos programas governamentais de distribuição de alimentos e, a longo prazo, pretendia-se a implantação de um conjunto de ações visando o aumento da produção e do consumo dos alimentos fonte de vitamina A (INFORME DE BRASIL,1992).

O Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno – PNIAM foi criado em 1981, congregando instituições governamentais e não governamentais, com o objetivo de promover, incentivar e resgatar a “cultura da amamentação”. Entre as atividades realizadas, destacam-se a proteção do trabalho da mulher, a sensibilização e treinamento de profissionais de saúde, etc.

Já o Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes (PNLCC) foi criado em 1986, visava a distribuição de um litro de leite por dia para famílias com renda mensal de até dois salários-mínimos, com crianças de até sete anos de idade. A família recebia os tíquetes e comprava o leite no comércio varejista. O programa era vinculado diretamente à Presidência da República, através da Secretaria Especial de Ação Comunitária. O programa apresentou um ritmo acelerado de crescimento e absorveu recursos significativos. Entretanto, ocorreram problemas na sua implementação, como a transformação do tíquete em moeda corrente e a competição com as clientelas de outros programas (COHN, 1995).

No decorrer da década de 1980, os programas de alimentação e nutrição foram sofrendo reduções orçamentárias. Ao final da década de 80, os doze programas de alimentação e nutrição em desenvolvimento no país consumiam cerca de US 1 bilhão/ano. Cerca de dois terços destes recursos eram absorvidos por quatro programas destinados a crianças menores de 7 anos, ocorrendo superposição entre eles. Nesta época, merecem ainda destaque os seguintes eventos: a promoção da Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, em 1986, e a realização da Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição, em 1989.

Para Cohn (1995, p.13), citada por Pessanha (2002):

(...) este conjunto de programas compõe um perfil do que foi a política nacional de nutrição, sendo mesmo representativo do padrão brasileiro de atuação estatal na área social voltada para a população mais carente. Deste modo, a atuação estatal no campo nutricional tende a repetir as distorções gerais encontrados na implementação de políticas sociais no Brasil, além de alguns problemas específicos, saber:

(...) fusões de programas dando origem a um emaranhado de siglas que se sucedem no tempo; superposição de clientelas; expansão da cobertura, em

geral às custas da quantidade e qualidade dos alimentos distribuídos; centralização no nível federal da compra de alimentos; e finalmente, no caso da distribuição dos produtos formulados, total inadequação aos hábitos alimentares da população, significando que ao aumento do custo do programa associam-se elevado índice de evasão da clientela atendida e dificuldades de captação de novos beneficiários. (PESSANHA, 2002, pág. 197)

Ademais, segundo Monteiro (2000), os estudos indicam que somente 10% dos recursos empregados pelo governo federal atingiram o seu público-alvo. No caso do campo alimentação e nutrição, a análise da Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição, de 1989 (PNSN-1989) indica que:

a) os programas de suplementação alimentar apresentaram uma cobertura de 20,3% das gestantes em situação de indigência das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e 2,3% das gestantes das regiões Sul e Sudeste;

b) os programas de distribuição gratuita de alimentos para crianças de zero a sete anos atingiram 12,7% dos indigentes, 20,3% dos pobres não indigentes, 20,1% dos pobres recentes (famílias que se encontram abaixo da linha de pobreza, mas que ainda mantêm as necessidades básicas satisfeitas); e 14,3%, dos pobres estruturais;

c) a cobertura do acesso à escola com merenda escolar para crianças indigentes de sete a 14 anos foi de 75,8% nas regiões Sul e Sudeste e de apenas 43,2% nas demais regiões do país, onde a cobertura das crianças não pobre foi quase equivalente: 39,9%;

d) a cobertura dos programas de creche e escolas maternas voltados para crianças de zero a seis anos de idade, foi de 11,7% entre as crianças pobres; e de 24,3% entre as crianças não pobres.

Quanto à eficácia dos programas governamentais voltados para o controle da desnutrição infantil, na década de 80, Monteiro (2000) constatou que:

a) o número efetivo de beneficiários mostrava-se bastante inferior a aquele previsto nas metas governamentais;

b) a ação da suplementação alimentar não se direcionava para os grupos mais pobres e biologicamente mais vulneráveis à desnutrição;

c) a inscrição em programas governamentais nem sempre era a garantia do recebimento do alimento;

d) a assistência alimentar nem sempre estava associada à prestação de ações básicas de saúde, como seria necessário. (MONTEIRO, 2000, pág. 378)

Desta forma, conclui-se que na década de 80, os programas governamentais alimentares, não tiveram um papel de destaque dentro do contexto das políticas públicas. Verifica-se um quadro de ausência de atuação governamental no setor alimentar e nutricional, e que infelizmente não se modificará muito nos próximos anos.

5.2. POLÍTICA ALIMENTAR NA DÉCADA DE 1990

Os programas de alimentação e nutrição foram extintos na sua quase totalidade no governo Collor, sendo o período entre 1990 e 1992 marcado pela significativa ausência de atuação governamental no setor.

(...) o início da década de 90 é marcado pela quase extinção dos programas de alimentação e nutrição no país, já que o governo Collor manteve somente o Programa Nacional de Alimentação Escolar, ainda que extremamente enfraquecido, e a distribuição de cestas de alimentos, através da utilização de estoques públicos de alimentos em risco de deterioração. (VALENTE,1998)

Ainda segundo Valente (2002):

Até 1992, foram extintos todos os programas de suplementação alimentar dirigidos a crianças menores de 7 anos , grupo alvo tecnicamente considerado mais vulnerável (**PNLCC, PSA, PCA/PAN, PAIE**). Os programas de combate a carências específicas foram colocados em hibernação, assim como o Programa de Incentivo ao Aleitamento Materno. O único programa mantido, mas com sua intensidade reduzida, foi o Programa de Combate ao Bócio endêmico.

O **Programa Nacional de alimentação Escolar** foi desarticulado e, em 1992, a merenda só funcionou 38 dias no ano de 200 dias letivos, representando o pior resultado em toda a sua história.

O **Programa de Alimentação do Trabalhador** teve sua equipe reduzida a um técnico, como muitos dos outros programas, passando três anos sem a capacidade de produzir dados relativos ao seu desempenho.

No âmbito do INAN, todos os programas em andamento foram praticamente desativados, à exceção de algumas atividades de incentivo ao aleitamento materno e da área de informação e pesquisa. (VALENTE, 2002, pág. 08)

Ressalta-se, entretanto, em 1990 a criação do Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN, cuja instituição teve como objetivo a produção de informações que permitissem a detecção, descrição e análise dos

problemas alimentares e nutricionais, identificando a sua distribuição geográfico-espacial e os grupos biológicos e sociais de risco, bem como as tendências de evolução, a curto e longo prazos, com a finalidade de subsidiar políticas e medidas de prevenção e correção dos problemas alimentares e nutricionais. A coordenação nacional do sistema ficou a cargo do INAN.

A respeito desta falta de compromisso por parte do poder público em relação aos programas alimentar-nutricionais, Valente (2002) aponta que:

A estratégia de enfraquecimento da área social no Governo Collor, que incluiu o INAN, foi a de retirar todas as condições de trabalho, mas manter atribuições. O INAN chegou a ficar sem presidente titular de outubro de 1991 a junho de 1992. Perante a opinião pública, ressaltava-se a inoperância das instituições, sem que estas tivessem o menor possibilidade de defesa e esclarecimento sobre a total falta de condição de trabalho e apoio político oferecidos pelo estado. A extinção do INAN foi, então, incluída nas propostas de reforma administrativa do Ministério da Saúde. (VALENTE, 2002, pág. 09)

A única novidade positiva, no período, foi a iniciativa de **utilização de estoques públicos de alimentos** para Programas de Alimentação, uma reivindicação antiga de técnicos e que permitia, ao mesmo tempo, uma renovação dos estoques, evitava que houvesse perdas de alimentos estocados há mais tempo e reduzia o custo dos programas.

Segundo Valente (2002) o primeiro programa utilizando estoques, denominado **Gente da Gente I**, foi desenvolvido de novembro de 1990 a maio de 1991 para atender as populações do nordeste atingidas pela seca, beneficiando 9 estados e 579 municípios, com a distribuição de 407.665 toneladas de alimentos. O segundo **Gente da Gente II**, desenvolvido de fevereiro a junho de 1992, beneficiou 10 estados e 739 municípios com a distribuição de cestas básicas de 16 kg/família/mês, cobrindo aproximadamente 20% das necessidades nutricionais.

Imediatamente após o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, em 1992, Itamar Franco assume a presidência. Neste período, o Movimento Pela Ética na Política, definiu-se pelo combate prioritário a outro tipo de corrupção e lançou as primeiras sementes da Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e Pela Vida. Tal decisão encontrou respaldo técnico e político na proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar, produzida em 1991, pelo Governo

Paralelo, que previa uma abordagem estrutural da questão da fome e da miséria, com propostas de ação a curto, médio e longo prazos.

O grave quadro de insegurança alimentar demonstrados pelos Mapas da Fome, elaborado pelo IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- documentando a existência de 32 milhões de brasileiros vivendo em condições de indigência em todos os recantos do país mobilizou governo e sociedade em busca de soluções para o problema.

O Governo Federal, em parceria com a Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e Pela Vida, criou, em maio de 1993, o CONSEA, integrado por oito ministros e 21 representantes da sociedade civil, em grande parte indicados pelo Movimento Pela Ética na Política, para coordenar a elaboração e implantação do Plano Nacional de Combate à Fome e à Miséria dentro dos princípios da solidariedade, parceria e descentralização.

O CONSEA, tendo como pano de fundo o Plano de Combate à Fome e à Miséria, definiu como prioridades: a geração de emprego e renda; a democratização da terra e o assentamento de produtores rurais; o combate à desnutrição materno- infantil; o fortalecimento, ampliação e descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar; a continuidade da utilização de estoques públicos para programas de alimentação social, Programa de Distribuição Emergência de Alimentos – PRODEA e a revisão do PAT.

Em dezembro de 1994, o CONSEA lançou o documento ‘Diretrizes Para Uma Política Nacional de Segurança Alimentar – As Dez Prioridades’, elaborado com base nas contribuições da I Conferência Nacional de CNSA, sendo entregue pelos conselheiros ao então presidente eleito Fernando Henrique Cardoso (Pessanha, 2002).

O documento propôs três eixos e dez prioridades de ação para orientar a elaboração de uma política nacional de segurança alimentar:

a) eixo 1 - ampliar as condições de acesso à alimentação e reduzir o seu peso no orçamento familiar, compreendendo as seguintes prioridades: 1: orientar o desenvolvimento para a geração de empregos e distribuição de renda; 2: aumentar a disponibilidade de alimentos; 3: reduzir o custo dos alimentos e seu peso no orçamento familiar;

b) eixo 2 - assegurar saúde, nutrição e alimentação a grupos populacionais determinados, envolvendo as prioridades: 4: combater a desnutrição

e reduzir a mortalidade materno-infantil; 5: proteger a saúde e estado nutricional do grupo materno-infantil; 6: fortalecer o programa de alimentação do trabalhador – PAT; 7: ampliar o programa de alimentação escolar; 8: proteger outros grupos específicos:

c) eixo 3 - assegurar a qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos e seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis, através das prioridades: 9: garantir a qualidade higiênico-sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos; 10: estimular práticas alimentares e estilos de vida saudáveis.

Para Pessanha (2002), o documento foi considerado:

(...) o produto mais avançado do CONSEA, o documento avança na compreensão do conteúdo político da insegurança alimentar tendo em vista a insuficiência de acesso aos alimentos, e do papel integrado do Estado e da sociedade na sua superação, destacando a importância do desenvolvimento econômico e da distribuição de renda na melhoria das condições de alimentação e nutrição da população. (PESSANHA, 2002, pág. 19)

A experiência do CONSEA, como mecanismo inovador de parceria e governabilidade, apresentou resultados extremamente positivos em seus dois anos de existência.

Segundo Valente (2002) dois grandes avanços estão ligados à criação do CONSEA:

1. O combate à fome e à miséria passou a ser visto como um problema de governo e uma questão estratégica, ficando sua coordenação diretamente vinculada ao gabinete do presidente da República;
2. Implantou-se uma coordenação das ações governamentais de forma intersetorial, nos diferentes níveis de governo, com as ações da sociedade civil no sentido de reduzir duplicidades, superposições e de atingir os objetivos propostos.

A atuação vigilante dos representantes da sociedade civil no CONSEA garantiu os recursos para os programas prioritários, impedindo que sofressem cortes em decorrência de medidas de contenção. Ao mesmo tempo, transformou-se em um espaço privilegiado de debate, entre o governo e a sociedade civil, colaborando para a mobilização da opinião pública em torno do tema e aprofundando a participação da sociedade civil na formulação e controle

das políticas públicas. Assim, o CONSEA conseguiu incluir de forma efetiva a segurança alimentar na agenda política brasileira.

O CONSEA representou uma novidade em termos de mecanismos de governabilidade no país: representantes do primeiro escalão do Governo Federal e da sociedade civil discutiam propostas que poderiam acelerar o processo de erradicação da pobreza e da miséria. Foram gostadas e/ou viabilizadas propostas de políticas públicas inovadoras como: a descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda, a busca de transparência na gestão de recursos públicos e a criação do PRODEA como mecanismo de aproveitamento de estoques públicos de alimentos a ponto de serem perdidos. Mais inovadoras ainda foram as formas de gestão implementadas no processo, com a criação de múltiplos grupos de trabalho mistos (sociedade civil governo) que acabaram por consolidar uma nova prática e cultura de gestão compartilhada de políticas públicas. (PROJETO FOME ZERO, 2001, pág. 23)

Um dos momentos mais importantes da parceria entre sociedade civil e governo no CONSEA ocorreu com a realização da Primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em Brasília, julho de 1994. Ela representou o marco principal da construção de uma proposta de segurança alimentar para o país.

As discussões realizadas desde o plano local, na preparação da conferência e, depois, durante a própria conferência - que contou com cerca de 2.000 delegados - deixaram evidente o diagnóstico de que a concentração da renda e da terra constituíam os determinantes principais da situação de fome e insegurança alimentar.

Uma das grandes limitações do CONSEA, no entanto, foi que, por definição governamental, as decisões referentes à política econômica continuaram a passar à margem das discussões sobre o impacto das mesmas sobre a segurança alimentar, a fome e a miséria da população. Ou seja, a articulação limitava-se aos ministérios da área social e, muitas vezes, o CONSEA reduziu-se a apenas mais um mecanismo de pressão para garantir recursos para políticas e programas sociais. Assim, a decisão de transformar o combate à fome e à miséria em prioridade não foi adotada pela área econômica, que continuou a aceitar as prescrições dos organismos financeiros internacionais, independentemente do impacto que pudessem ter sobre o agravamento da exclusão social, da fome e da desnutrição.

(...) o Conselho teve dificuldades em garantir a efetiva implementação de políticas não exclusivamente assistenciais, que permitissem alterar de modo significativo a situação de pobreza, tendo em vista as disputas intragovernamentais por recursos, bem como encontrou obstáculos para definição das prioridades e estratégias de políticas face à conjuntura econômica nacional vigente, marcada pelo processo inflacionário. (PESSANHA, 2002, pág. 20)

Nas áreas de saúde e nutrição, a nova forma de gestão de políticas públicas, apesar de ter representado um enorme avanço em relação a iniciativas anteriores, não conseguiu a articulação necessária. A coordenação do Programa Nacional de Alimentação (PRONAN), que incluía ações de vários ministérios, nunca se efetivou devido às disputas entre os ministérios. Um dos fatores principais para o fracasso da articulação, foi o fato de a coordenação estar localizada no Instituto de Alimentação e Nutrição (INAN), órgão do segundo escalão ao Ministério da Saúde.

Na transição para o governo FHC, a política de estabilização da moeda, articulada ao ajuste da economia brasileira e à liberalização do comércio internacional, foi definida como o eixo central da política governamental em 1995, tendo a consolidação do Plano Real como meta primeira.

Como uma de suas primeiras medidas, o novo governo extinguiu o CONSEA, criando um outro conselho com estrutura semelhante, mas com caráter e objetivos totalmente diferentes.

Essa nova instância, denominada Conselho da Comunidade Solidária, passou a ser apenas um organismo governamental de consulta, tendo sua presidência exercida por pessoa de escolha do presidente da República, no caso a primeira-dama, Ruth Cardoso. Ao mesmo tempo, perdeu-se o foco na segurança alimentar, diluindo-se o tema, entre outros de maior importância, relacionados ao processo de exclusão econômica e social. Fragmentou-se mais uma vez a discussão da questão da segurança alimentar, em vários de seus componentes (alimentação e nutrição, questão agrária, geração de emprego e renda, criança etc.).

O novo conselho significou a manutenção da forma, mas a alteração do conteúdo. Deixou de haver o esforço de parceria entre atores com interesses claramente diferentes e constituiu-se um organismo de consulta à sociedade civil, com parceiros cuidadosamente escolhidos (Projeto Fome Zero, 2001).

Após a extinção do CONSEA, a sociedade civil, por meio do Fórum Nacional da Ação da Cidadania e sua Secretaria Executiva Nacional, manteve uma pressão continuada sobre a Secretaria Executiva do Comunidade Solidária no sentido de que a discussão sobre a questão da segurança alimentar-nutricional fosse retomada.

Uma das iniciativas nessa linha, foi a constituição de um Comitê Técnico de Segurança Alimentar-Nutricional. Este Comitê, composto por representantes dos vários ministérios envolvidos em ações de segurança alimentar e nutricional, se manteve em funcionamento desde os anos de 1995 e 1996 e serviu de base para a constituição do Comitê Nacional de Preparação para a Cúpula Mundial de Alimentação, em 1996.

O período de 1997 e 1998, foi caracterizado por uma crise ainda maior na área da política social e, em especial, no que tange à questão da fome e da pobreza. Basicamente, foi mantido o esforço de coordenação, em nível municipal, dos programas que compunham a agenda básica do Comunidade Solidária, mas não houve a expansão orçamentária necessária para atender os municípios mais carentes.

O INAN foi extinto em julho de 1997 e, por quase oito meses, nenhuma estrutura de articulação da área de Alimentação e Nutrição foi colocada em seu lugar, o que demonstra a falta de prioridade dedicada ao tema.

O Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos passou por sucessivas crises, com a redução da disponibilidade de estoques de alimentos. Várias alternativas foram propostas no sentido de articular o programa a ações estruturantes, buscando reduzir o componente gerador de dependência. O Programa foi, mais uma vez, reativado com a seca do Nordeste sem que qualquer das modificações propostas tenham sido introduzidas. No ano de 1998, um número recorde de cestas foram distribuídas neste contexto.

Foi ficando cada vez mais clara a total ausência de uma política social articulada e, dentro dela, de uma política nacional de combate à fome e à desnutrição, em articulação com a redução da pobreza.

A partir de 1999, a Casa Civil, por intermédio da Secretaria Executiva do Comunidade Solidária, abandonou a iniciativa de coordenação e promoção da convergência de ações sociais em nível municipal, adotada pela Secretaria durante o primeiro mandato. Em seu lugar, a prioridade foi dada a uma

proposta de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável, o Comunidade Ativa, que, a partir da mobilização da sociedade civil local, levaria à elaboração de uma Agenda Local (próxima à Agenda 21) que seria negociada com os governos estadual e federal por Agências Locais de Desenvolvimento. Essa seria a proposta do governo para a superação da fome e da pobreza, a médio e longo prazo. As ações de enfrentamento imediato seriam deixadas para os programas setoriais já existentes. A concentração das atividades da Secretaria Executiva no Comunidade Ativa deixou à deriva uma série de programas que compunham a Agenda Básica, inclusive o PRODEA. A proposta do Comunidade Ativa era bastante ambiciosa: atingir 157 municípios no ano de 1999 e 1.000 no ano 2000. No entanto, a meta de 157 só foi atingida no final de 2000.

A partir de junho de 1999, as possibilidades de parceria entre a sociedade civil e a Secretaria Executiva do Comunidade Solidária, no que se relaciona ao tema da segurança alimentar e nutricional, reduziram-se progressivamente. O Comitê de Seguimento da Cúpula Mundial da Alimentação nunca mais foi convocado e todas as negociações em relação à revisão do PRODEA foram suspensas, sem apresentação de justificativa.

Em meados de março de 2001, o governo anunciou suas metas sociais para os dois últimos anos do mandato. Não houve grandes novidades, a não ser:

- uma reafirmação do rearranjo dos programas em sua nova roupagem do Projeto Alvorada;
- a incorporação dos recursos do Fundo de Erradicação da Pobreza e da Rede de Proteção Social no Projeto Alvorada;
- o lançamento do novo programa da área da saúde, o Bolsa Alimentação, nos mesmos moldes da Bolsa Escola, para gestantes e crianças menores de seis anos, substituindo o antigo Incentivo ao Combate a Carências Nutricionais, conhecido como "Leite e Saúde".

Dessa forma, verifica-se que o que marca o início do segundo mandato de FHC na área social, é ainda a inexistência de uma política social consistente que articule os vários programas e iniciativas da Presidência da República, de secretarias de Estado e de ministérios setoriais.

Cabe destacar que, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, o governo federal passou a implementar diversos programas de garantia de renda

mínima, voltados ao atendimento a grupos socialmente vulneráveis, entre os quais uma modalidade de bolsa alimentação. Com essa medida assume publicamente a intenção de implantação de um sistema de proteção social com base em programas de garantia de renda mínima (Pessanha, 2002).

Por fim, verifica-se que o que marca este período governamental da década de 90, na área social, é ainda a inexistência de uma política social consistente e estrutural de desenvolvimento, tendo como eixo central a questão da Segurança Alimentar Nutricional, que sempre esteve relegada a segundo plano desde os anos 70, e vista como sendo apenas uma política setorial, ficando sob a custódia de Secretarias das áreas sociais e nunca fazendo parte das discussões econômicas do país.

5.3. PROGRAMA FOME ZERO²: A ATUAL POLÍTICA DE COMBATE A FOME

O presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, lançou oficialmente o Programa Fome Zero, no dia 30 de janeiro de 2003, em cerimônia no Palácio do Planalto, que serviu também para dar posse aos 62 membros que integram o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

Incluído entre as propostas da campanha presidencial de 2002, o Programa Fome Zero, foi anunciado como prioridade de governo no primeiro discurso do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, na manhã seguinte à eleição. Em novembro de 2002, o Fome Zero foi submetido ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), em reunião realizada em Washington, nos Estados Unidos.

O Programa Fome Zero foi uma iniciativa do Instituto Cidadania, entidade independente e apartidária, fundada por Lula, há dez anos. Foi financiado com recursos da Fundação Djalma Guimarães, entidade vinculada à Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), do Grupo Moreira Salles. O projeto teve início em meados do ano 2000 e reuniu uma equipe com mais de 50

² Fome Zero é o nome popular para a Política de Segurança Alimentar e Nutricional, conforme título e subtítulo do projeto original elaborado pelo Instituto Cidadania, qual seja: Projeto Fome Zero – Uma Proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil.

pesquisadores e colaboradores, entre os maiores especialistas do Brasil em políticas sociais, alimentação, nutrição e saúde.

Segundo o governo federal, o Programa Fome Zero pode ser definido como uma estratégia impulsionada pelo governo federal, para assegurar o direito humano à alimentação adequada, priorizando as pessoas com dificuldade de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional, e contribui para a erradicação da extrema pobreza e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome.

Com o objetivo de erradicar a fome no Brasil, promovendo a inclusão social da população sujeita à fome, o primeiro ponto positivo do Programa Fome Zero, foi colocar o tema da fome na agenda política do país, com amplas repercussões no cenário mundial, além de reforçar a participação e mobilização da sociedade como um todo.

O Fome Zero foi criado para combater a fome e as causas mais profundas que geram a exclusão do indivíduo na sociedade. Logo no início de seu mandato, o Presidente Luis Inácio Lula da Silva, criou especialmente um Ministério, porém, hoje já extinto, denominado de Segurança Alimentar e Combate à Fome, cabendo ao agrônomo e economista, José Graziano da Silva, a responsabilidade de comandá-lo e ao seu programa. O Programa Fome Zero procura abranger, além das ações emergenciais no combate à fome, um conjunto de políticas voltadas para tratar suas causas, por exemplo: geração de emprego e renda, incentivo à agricultura familiar, reforma agrária, programas de convivência com a seca e alfabetização.

Os recursos são do próprio governo federal, doações de pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras e projetos de cooperação internacional. Serão beneficiadas as famílias vítimas de calamidades naturais; pessoas que estão em risco quanto à segurança alimentar, como famílias acampadas, comunidades indígenas, quilombolas; e pessoas que se alimentam dos lixões.

Existem vários estudos para medir o nível de pobreza no Brasil. Os números variam, entre 44 e 53 milhões de pessoas. O número total de pessoas pobres foi estimado a partir dos dados da pesquisa nacional por amostra de domicílios, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A prioridade, no início do Programa, em 2003, foi dada aos municípios da região semi-árida do Nordeste, considerados em situação de calamidade pública, em razão da seca. Atualmente, o Fome Zero e suas inúmeras ações e programas cobre a maior parte dos municípios brasileiros.

O Fome Zero, em seu projeto inicial, que hoje já sofreu grandes mudanças, propôs que a política de segurança alimentar para o Brasil, fosse executada, de forma conjunta, por três grupos: políticas estruturais, que estão voltadas para causas mais profundas da fome e da pobreza; políticas específicas, voltadas para atender as famílias que não têm segurança alimentar pois não conseguem se alimentar com qualidade todos os dias; políticas locais, que podem ser implantadas imediatamente, através da prefeitura das cidades.

Vejamos a seguir, algumas das políticas propostas pelo Projeto, para que no próximo item possamos analisar e realizar um balanço entre o que foi proposto e o que realmente foi realizado³.

POLÍTICAS ESTRUTURAIS

Geração de emprego e renda

No Programa Fome Zero, políticas estruturais são ações que visam permitir aumento da renda e diminuição das desigualdades sociais. Essas políticas que incluem, por exemplo, os programas de geração de emprego e renda, constituem uma prioridade do governo. Entretanto, as empresas também podem promover a inclusão social. Para garantir essa inclusão é necessário que as pessoas pobres passem a contar com uma base sobre a qual possam se sustentar. Essa base pode ser o controle de algum "ativo" que alavanque futuras rendas ou, ao menos, a posse de bens que reduzam o grau de comprometimento de sua renda com aluguel, prestações ou juros pagos a agiotas.

A ação do Estado na sustentação de renda é fundamental, promovendo programas de renda mínima, o seguro-desemprego e a ampliação do sistema de previdência e aposentadorias, entre outras medidas.

³ Os dados aqui apresentados referentes aos Projetos do Programa Fome Zero foram retirados do site: www.fomezero.gov.br

Previdência Social Universal

No caso das políticas públicas de sustentação da melhoria de renda, podemos destacar a reforma agrária e os financiamentos de ativos a juros reduzidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela rede de bancos oficiais. Por outro lado, embora a responsabilidade sobre essas políticas estruturais recaia principalmente sobre o Estado, a iniciativa privada pode contribuir muito. Exemplo claro desse tipo de contribuição é o investimento na formação e incorporação ao mercado de trabalho de jovens que hoje estão excluídos socialmente e sem acesso a esses direitos.

Incentivo à agricultura familiar

A principal ação que pode ser desencadeada pelas empresas diz respeito à criação e participação em agências de microcrédito solidário. As agências de microcrédito são entidades autônomas, formadas por membros da comunidade local - funcionários da empresa ou não - que emprestam quantidades mínimas de recursos para que pessoas pobres possam iniciar ou ampliar um negócio, reformar sua casa, comprar algo. Os empréstimos pelo sistema de microcrédito giram em torno de R\$1.000 e são concedidos preferencialmente às mulheres. O próprio BNDES está autorizado a conceder essa modalidade de empréstimo para atividades informais, que representam 77% dos microempreendedores da carteira do banco.

Intensificação da reforma agrária

Uma das importantes medidas de política já anunciada nos primeiros meses pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, no âmbito das políticas estruturais, foi a suspensão do programa Banco da Terra. Exemplo de contra-reforma agrária, este programa baseia-se na compra e venda de terras, com recursos do Banco Mundial. Transfere-se ao latifúndio a definição de terras a serem disponibilizadas e o seu valor. Na prática, como já vinha sendo denunciado pelos movimentos sociais e entidades do Fórum Nacional pela Reforma Agrária, esse programa acabava por anular duas das principais conquistas sociais inseridas na Constituição Brasileira: a exigência do cumprimento da função social da propriedade e o instituto da desapropriação.

Suplementação de renda e apoio financeiro

Outra forma de atuação empresarial no campo estrutural abrange programas de suplementação de renda para famílias pobres na forma de auxílios diretos às crianças ou jovens em idade escolar. Existem diversos programas apoiados pela legislação fiscal que são voltados para a criança e o adolescente. Nesses casos, a empresa faz as contribuições diretamente aos fundos geridos pelos conselhos municipais, estaduais e nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Essas ações liberam uma parte da renda das pessoas, em situação de risco, permitindo que suas famílias tenham maior acesso a alimentos. Outras ações no campo estrutural que possam garantir maior folga na renda das famílias em situação de risco, podem ser bastante positivas, mesmo não sendo um investimento direto no campo alimentar. As empresas podem promover diversas ações de melhoria de renda entre seus funcionários ou nas comunidades em que estão presentes, como, por exemplo, dar apoio financeiro à autoconstrução, conceder bolsas de estudo para jovens, filhos de funcionários, ou membros da comunidade; e patrocinar ou constituir cooperativas de consumo de alimentos ou de material de construção.

Projeto Investir na Juventude

À medida que o jovem se aproxima da idade produtiva, tem, frustrada sua expectativa de obter um emprego que possibilite seu sustento e seu crescimento profissional. A opção por atividades esporádicas, informais ou com poucas perspectivas de crescimento profissional, tem sido acompanhada pelo abandono dos estudos, que afeta negativamente sua empregabilidade. A procura da juventude pela criminalidade, está associada à falta de alternativas que assegurem o consumo e à ausência de perspectivas de progresso pessoal. A entrada cada vez mais precoce dos jovens na criminalidade, foi diagnosticada por uma pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no Rio de Janeiro. Para interromper o círculo vicioso da atração dos jovens pela criminalidade, o projeto “O Futuro do Brasil: Investir na Juventude” propõe que as empresas ofereçam a jovens entre 16 e 21 anos contratos de estudo-profissionalização-trabalho-salário. Os jovens podem ser contratados para trabalhar nas próprias empresas investidoras ou em projetos sociais da comunidade, eventualmente vinculados ao Fome Zero. De acordo com o projeto, tanto a empresa, quanto o

jovem contratado, assinam um termo de compromisso. A empresa compromete-se a mantê-lo no emprego e a apoiar sua escolarização e formação profissional. O jovem compromete-se a freqüentar determinado curso até que sua formação universitária ou profissional esteja concluída.



Segurança e Qualidade dos Alimentos

O conceito de fome se confunde com desnutrição e portanto, para evitar o mau uso das palavras, os técnicos adotaram a terminologia "segurança alimentar", tema este já abordado no item 6.1. Assim, mesmo um indivíduo "gordinho" pode ter alguma carência nutricional. De modo geral, para cada indivíduo, segundo seu tipo físico, idade e sexo, há uma quantidade mínima diária de energia requerida que deve ser provida pela sua dieta. Esse número de calorias diárias deve ser também adaptado ao tipo de esforço físico despendido pelo indivíduo.

O que denomina-se "subnutrição" é o resultado da ingestão contínua de uma dieta insuficiente para fazer face ao gasto de energia de cada indivíduo. A subnutrição, ou desnutrição decorre da manifestação de sinais clínicos que provêm da inadequação quantitativa (energia) ou qualitativa (nutrientes) da dieta, ou também de doenças que provocam o mau aproveitamento biológico dos alimentos ingeridos.

A situação de subnutrição não permite o crescimento adequado da criança, o que resulta, na idade adulta, em baixa estatura ou peso abaixo do normal. É bom lembrar, também, que o que se considera normal varia segundo a sociedade e o grupo étnico. Isso quer dizer que é "normal" que uma certa quantidade de indivíduos tenha baixa estatura, ou seja, especialmente magro, sem que isso represente um estado de subnutrição.

Ao problema da fome contrapõe-se o conceito de segurança alimentar. A definição clássica estabelecida pela FAO determina que haja "uma situação na qual todas as pessoas, durante todo o tempo, tenham acesso físico, social e econômico a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva, que atenda a suas necessidades dietárias e preferências alimentares, para uma vida ativa e saudável".

A utilização do conceito de segurança alimentar remete para a discussão sobre como desencadear as políticas de combate à fome. Não se trata

apenas de produzir o alimento ou de resolver os problemas ligados ao abastecimento e à comercialização de bens. Trata-se de uma discussão mais ampla, que envolve aspectos econômicos, como a distribuição de renda, e culturais, como a educação alimentar das famílias.

POLÍTICAS ESPECÍFICAS

Cartão Alimentação

O programa Cartão Alimentação foi inspirado no FSP (Food Stamp Program) americano, que atende 17 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza. O Cartão Alimentação consiste em dar, a cada família cadastrada, um cartão que vale 50 reais em alimentos.

Doação de cestas básicas nas emergências

Trata-se de uma política emergencial. A iniciativa privada pode ajudar nessa política, não só comprando e distribuindo cestas básicas, mas também na montagem dessas e, também, cedendo caminhões para transportar essas cestas para lugares distantes.

Segurança e Qualidade dos Alimentos

As empresas podem contribuir de inúmeras formas para a segurança alimentar, em diferentes esferas de atuação, como indicam algumas idéias já colocadas em prática:

Na própria empresa:

- ◆ Fornecendo, no restaurante da empresa, informações aos funcionários quanto ao valor nutricional dos alimentos e a composição de uma dieta balanceada, além de orientações para a compra e o preparo dos produtos em casa;
- ◆ Assegurando, através de palestras e boletins internos, o mesmo tipo de orientação para os funcionários que recebem vale-refeição;
- ◆ Contratando um nutricionista

Na comunidade

- ◆ Reforçando o trabalho educativo, produzindo material informativo e promovendo cursos e campanhas;

- ◆ Divulgando nos jornais locais e em programas de rádios comunitárias informações sobre preço e qualidade dos alimentos adquiridos pelo restaurante da empresa, para que sirvam de referência;

- ◆ Promovendo mensalmente, para a comunidade, um "fim de semana da alimentação", no qual se ofereçam aulas de culinária e de aproveitamento integral dos alimentos;

Na sociedade

- ◆ Cumprindo sua obrigação de fornecer informações precisas e corretas sobre alimentos comercializados, o que vale especialmente para as empresas do ramo alimentício e de distribuição (fabricantes de alimentos industrializados, atacadistas, supermercados, fornecedores de refeições, lanchonetes fast-food e outros);

- ◆ Atuando com responsabilidade social, criando sistemas de informação e de controle de qualidade dos alimentos e, principalmente, combatendo o desperdício. Grande parte dos alimentos desperdiçados é incluída na composição de custo do setor, encarecendo o produto final.

Educação para o consumo e Segurança Alimentar

Esse programa consiste em, basicamente, controlar a propaganda alimentícia para garantir que as pessoas não se enganem com falsas promessas veiculadas na mídia.

Ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador

Essa iniciativa reúne empresas, trabalhadores e governo para viabilizar uma alimentação mais barata. A empresa pode deduzir do imposto de renda a pagar o dobro das despesas realizadas, desde que essa dedução não ultrapasse 4% do total devido, podendo descontar até 20% do benefício concedido, a seus empregados. Atualmente, o PAT atende 8 milhões de trabalhadores, em cerca de 80 mil empresas. Outros 9 milhões de trabalhadores recebem algum tipo de ajuda alimentar.

Combate à desnutrição materno-infantil

Um dos principais campos em que as empresas podem investir, em parceria com organizações beneficentes, é o combate à desnutrição materno-

infantil. A taxa de mortalidade infantil no Brasil - 32,7 por mil nascidos vivos em 2001 - ainda é bastante elevada, embora tenha caído significativamente do patamar de 46,2 por mil nascidos vivos em 1991, segundo dados do IBGE. A principal causa da mortalidade infantil é a desnutrição. O trabalho das empresas nessa área tem um importante papel complementar, às ações do poder público no acompanhamento e orientação às famílias, mães e crianças menores de um ano. São várias as alternativas de suplementação alimentar, mas, antes de tudo, deve-se reforçar a informação sobre o aleitamento materno. Para isso, as empresas devem garantir às suas funcionárias mães, o direito de amamentar, respeitando os horários que essa atividade requer.

Creches e acompanhamento da população infantil

As empresas devem manter creches devidamente registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e fiscalizar a alimentação suplementar fornecida por esses estabelecimentos aos filhos de seus empregados.

Apoio à ampliação da merenda escolar

A ampliação da merenda escolar - o maior programa de alimentação em atividade no Brasil - é outra ação que as empresas podem apoiar. Esse programa teve início em 1950 e atende atualmente quase 38 milhões de crianças por dia. Recentemente, o apoio na compra e na preparação das merendas foi descentralizado, cabendo às comunidades locais, a partir das prefeituras, administrar os recursos repassados pelo governo federal. Com a descentralização da merenda, já estão surgindo sistemas de administração, em que a própria comunidade, controla os recursos, contrata o pessoal, e faz o cardápio das refeições.

POLÍTICAS LOCAIS - ÁREAS RURAIS

Apoio à agricultura familiar

As empresas podem reforçar a melhoria na renda e nas condições de alimentação dessas populações de duas formas, com efeitos imediatos: oferecendo apoio à produção para consumo próprio e dando suporte às atividades mercantis agropecuárias e não-agropecuárias. Com o lançamento do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), o governo federal avançou bastante,

passando a fornecer crédito a juros pré-fixados e em níveis reduzidos. Entretanto, esse programa pode crescer, obter mais recursos, reduzir processos burocráticos e ter custos ainda mais baixos. Atualmente, além dos bancos oficiais e das cooperativas de produtores, existem empresas privadas que concedem crédito aos produtores. Esse crédito, no entanto, sempre esteve vinculado a um sistema de adiantamentos, que amarra os produtores aos fornecedores ou processadores. É necessário criar novos canais, para obtenção de empréstimos destinados a atividades agrícolas e não-agrícolas, tais como a construção de casas, poços e cisternas, investimento em pousadas e restaurantes, etc. O setor público não tem a flexibilidade nem a agilidade do setor privado, e é por esse motivo que as empresas podem atuar diretamente nessa área, como muitas ONGs já fazem.

Apoio à produção para consumo próprio

Outra forma de apoio das empresas é o desenvolvimento de programas de produção agropecuária certificada ou de artesanato local. Trata-se de valorizar a produção em pequena escala, realçando as diferenças geográficas e culturais das regiões fornecedoras, permitindo uma renda maior aos produtores de pequena escala.

POLÍTICAS LOCAIS - PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES

Estas políticas, para nossa pesquisa são de suma importância, pois são políticas passíveis de serem realizadas em cidades de porte médio, como é o caso de Presidente Prudente.

Bancos de Alimentos

Proposta relevante do Programa Fome Zero é a constituição de bancos de alimentos, para permitir um fluxo contínuo de produtos que viabilizem o abastecimento de restaurantes de apoio, albergues e casas de recepção de indivíduos desamparados. Pela proposta, as instituições beneficentes ou os bancos de alimentos, devem captar os alimentos doados, separá-los e até mesmo realizar algum processamento, para sua distribuição via equipamentos de apoio. A distribuição dos alimentos doados deverá ser feita prioritariamente através de instituições beneficentes, com o apoio do poder público. Essas parcerias visam

retirar os indigentes da rua, dando-lhes abrigo, alimentação e treinamento para que eles possam buscar novas oportunidades de trabalho.

Relatamos aqui, que em Presidente Prudente, foi inaugurado um Banco de Alimentos no ano de 2007, resultando de uma parceria entre a CEAGESP e as instituições beneficentes do município.

Parcerias com os varejistas

Outra política importante para o desenvolvimento local, é a parceria do poder público com varejistas, dentro de um novo modelo de relacionamento das diferentes esferas de governo com os supermercados e outros estabelecimentos de comercialização de alimentos. Os supermercados podem ajudar comercializando produtos da agricultura familiar local, e mantendo preços compatíveis com o poder aquisitivo da comunidade.

Modernização dos equipamentos de abastecimento

Recursos como varejões, sacolões, comboios e compras comunitárias, devem ser recolocados como alternativas viáveis de política de segurança alimentar em áreas urbanas. Para isso, é preciso incentivar a criação de centrais de compra e distribuição, nas periferias das regiões metropolitanas. Essas centrais dariam apoio logístico e comercial à operação dos concessionários e pequenos varejistas que, por sua vez, teriam de comercializar os alimentos da cesta básica e outros gêneros alimentícios a preços mais baixos.

Agricultura Urbana

É um programa dirigido ao fortalecimento de pequenos e médios produtores urbanos de alimentos, de refeições prontas e principalmente, à qualificação do pequeno varejo. A importância da agricultura urbana cresceu tanto que a FAO lançou recentemente, um programa denominado “Cidades Alimentando Cidades”, que destaca o estabelecimento de hortas urbanas; a utilização de terrenos baldios para o cultivo de alimentos e; principalmente, o uso adequado da água nas cidades. As empresas podem iniciar e apoiar decisivamente projetos desse tipo, cedendo terrenos por meio de mecanismos jurídicos, como o da cessão em comodato, por exemplo, para a produção de alimentos por trabalhadores desempregados. Podem, ainda, fornecer materiais, insumos e assistência técnica,

para esses novos produtores e adquirir produtos provenientes desse cultivo. Havendo oferta, parece lógico que os supermercados, feiras livres e a demanda institucional também se utilizem dessa produção local, para o seu próprio abastecimento.

POLÍTICAS LOCAIS – METRÓPOLES

Restaurantes Populares

Fornecem refeições a preço de custo. Caso os gastos com pessoal e manutenção da infra-estrutura sejam cobertos pelas prefeituras, governos estaduais ou entidades beneficentes, como ocorre hoje, o custo da refeição fica próximo de R\$ 1,00. A iniciativa privada pode se engajar no programa de restaurantes populares participando da administração de novos locais.

1. Bancos de Alimentos;
2. Parcerias com varejistas;
3. Modernização dos equipamentos de abastecimento;
4. Novo relacionamento com as redes de supermercados.

5.4. BALANÇO FOME ZERO

Antes de adentrarmos propriamente no assunto, colocamos uma questão, a qual procuraremos responder. No entanto, queremos deixar claro, que, o que aqui colocaremos é a nossa análise e o nosso ponto de vista sobre a questão. Ao final, caberá ao leitor, sua análise e decisão, haja vista, que política é um tema longe de gerar consenso.

Entendendo a Política de Segurança Alimentar e Nutricional como aquela que garante a todo cidadão o acesso à alimentação de qualidade como um direito social básico, e que envolve na sua concepção políticas permanentes que atacam as causas da fome, envolvendo assim diversas áreas de governo, como a saúde, a produção agrícola, o abastecimento alimentar, a geração de emprego e renda e a educação alimentar, bem como as ações diretas de ampliação do acesso aos alimentos, como a transferência direta de renda, ela é distinta das políticas sociais ligadas à alimentação, adotadas no país anteriormente aos anos 2000?

A nossa resposta é de que sim, ela é distinta porque, pela primeira vez, buscou-se incorporar a noção do direito humano à alimentação nas políticas públicas, implantando-se ações específicas de segurança alimentar ao mesmo tempo em que se buscou articular políticas intersetorialmente, com gestão participativa da sociedade. A implantação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, apelidada de Programa Fome Zero, rompeu com a tradição de criação de inúmeras políticas compensatórias isoladas, com sobreposição de público e oscilação de alocação de recursos, a partir de uma concepção planejada e integrada entre os órgãos do governos nos três níveis. Esta concepção, no entanto, tem o risco de sofrer retrocessos e necessita ser consolidada no país, em um processo de longa maturação.

Entretanto, é de suma importância ressaltar que muitos dos projetos e ações tão divulgados e esperados pela população vulnerável, não saíram do papel, não seremos idealistas afirmando que o Programa não tem problemas. No entanto, não podemos criticar severamente o Programa por isto, o que devemos ter em mente, é que mesmo com suas dificuldades e suas limitações, o Programa Fome Zero tem atingido e ajudado milhares de famílias necessitadas. Não cabe aqui discutirmos seu caráter emergencial ou estrutural, o fato, é que para milhões de famílias carentes, a ajuda do programa tem sido “a salvação da lavoura”.

Em janeiro de 2004, após um ano de criação, o MESA foi extinto e sua estrutura foi incorporada ao novo Ministério criado – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sob responsabilidade do então Deputado Federal e ex-Prefeito de Belo Horizonte, Patrus Ananias, que permanece até o momento.

Incorporaram-se a este ministério mais dois órgãos recém-criados em 2003: o Ministério da Assistência Social e a Secretaria Executiva do Bolsa-Família, programa unificado de transferência de renda, que incorporou o Programa Cartão Alimentação do Programa Fome Zero, além dos programas Bolsa-Escola, Bolsa Alimentação e Vale-Gás, de vários ministérios. A justificativa do governo foi no sentido de uma maior racionalidade da administração federal. No entanto, o Programa Fome Zero perdeu visibilidade após esta fusão, prevalecendo o Bolsa-Família como programa de transferência de renda condicionada na agenda social.

Com essas mudanças, a área da segurança alimentar ficou sob a responsabilidade da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional-SESAN. As políticas específicas iniciadas no MESA, permaneceram sob sua responsabilidade e foram continuadas. No entanto, perderam espaço político no Ministério e, por consequência, na agenda central do governo e nos meios de comunicação.

Atualmente, o Fome Zero envolve os ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Desenvolvimento Agrário (MDA); Educação (MEC); Saúde (MS); Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Trabalho e Emprego (MTE); Integração Nacional (MI); Fazenda (MF) e Planejamento (MP). Participam também a Casa Civil, a Secretaria-Geral da Presidência e a Assessoria Especial da Presidência, além do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA).

Além da atuação destes órgãos, o Fome Zero tem contado com a importante parceria de várias instituições, entre elas, o Banco do Brasil, Articulação no Semi-Árido (ASA), Petróbras, ONG Ação Fome Zero, Caixa Econômica Federal, Pastoral da Criança, CNBB, Instituto Ethos, Sociedade dos Vicentinos, Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP), Cáritas Brasileira, Febraban entre outras.

Atualmente o Fome Zero possui 30 ações e programas que integram quatro eixos articuladores: ampliação do acesso à alimentação, fortalecimento da agricultura familiar, promoção de processos de geração de renda e articulação, mobilização e controle social.

EIXOS DO FOME ZERO:

➡ Ampliação de acesso aos alimentos

1. Bolsa-Família (MDS/MEC/MS);
2. Alimentação Escolar (MEC);
3. Cisternas (MDS);
4. Restaurantes Populares (MDS);
5. Banco de Alimentos (MDS);
6. Distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos (MDS/MDA/MAPA);

7. Agricultura Urbana/Horta Comunitária (MDS);
8. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) (MS);
9. Promoção da segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas (MS);
10. Educação alimentar, nutricional e para o consumo (MDS);
11. Promoção de hábitos saudáveis (MS);
12. Prevenção e controle das carências nutricionais (distribuição de vitamina A) (MS);
13. Alimentação do trabalhador (MTE);
14. Desoneração da cesta básica (MF).

➡ **Fortalecimento da Agricultura Familiar**

15. PRONAF (MDA);
16. Seguro da agricultura familiar (MDA);
17. Garantia-Safra (MDA);
18. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA); (MDS/MDA/MAPA).

➡ **Geração de Renda**

19. Qualificação social e profissional (MTE);
20. Economia solidária e inclusão produtiva (MDS/MTE);
21. Organização produtiva de comunidades pobres (MI);
22. Conselho de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs); (MDS);
23. Desenvolvimento de cooperativas de catadores de material reciclável (MTE);
24. Microcrédito produtivo orientado (MTE).

➡ **Articulação e Mobilização**

25. Casa das Famílias – CRAS/PAIF; (MDS);
26. Mobilização social e educação cidadã (MDS/PR);
27. Capacitação de agentes públicos e sociais em políticas de desenvolvimento social e combate à fome (MDS);

- 28. Mutirões e doações (MDS/PR);
- 29. Parcerias com empresas e entidades (MDS/PR);
- 30. Conselhos de controle social (CONSEA/CNAS/CAE/Controle BF).

Vejamos a definição dos principais programas e ações do Fome Zero:

✓ **Bolsa Família**

O Bolsa Família transfere dinheiro a famílias com renda per capita mensal de até R\$ 100, a quem repassa o mínimo de R\$ 15 e o máximo de R\$ 95.

As famílias com renda per capita mensal de até R\$ 50 recebem benefício básico de R\$ 50⁴, mais um valor variável - R\$ 15 por filho de até 15 anos, gestantes e nutrízes, até o limite de R\$ 45. Famílias com renda de R\$ 51 a R\$ 100 recebem exclusivamente o benefício variável, levando em consideração a existência de filhos em idade escolar, gestante e nutrízes, limitado a três pessoas (crianças em idade escolar ou nutrízes/gestantes).

✓ **Programa Nacional de Alimentação Escolar**

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) atende às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como, para a formação de hábitos alimentares saudáveis. Por meio da transferência direta de recursos às secretarias de educação estaduais, municipais e do Distrito Federal, o programa garante a alimentação escolar dos alunos da educação infantil (creches e pré-escola) e do ensino fundamental, inclusive nas escolas indígenas e quilombolas.

✓ **Restaurante Popular**

O Restaurante Popular é uma unidade de alimentação e nutrição, gerida pelo poder público local, que tem como princípio fundamental a produção e a

⁴ O presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou, por meio do Decreto 6.157, o reajuste dos benefícios concedidos pelo Programa Bolsa Família. Os novos valores, que entraram em vigor a partir de 1º de agosto, incluem o benefício básico, que passa de R\$ 50 para R\$ 58, e o benefício variável, que passa de R\$ 15 para R\$ 18. Nesse caso, o valor do benefício variável, por família, aumentou de R\$ 45 para R\$ 54, enquanto o teto máximo do Programa (benefício básico mais variável) subiu de R\$ 95 para R\$ 112.

distribuição de refeições saudáveis, a preços acessíveis para a população em situação de insegurança alimentar e nutricional. Os recursos repassados pelo governo federal são utilizados para a construção e compra de equipamentos e utensílios. A gestão dos restaurantes fica por conta dos estados e municípios. O governo apóia esta manutenção por intermédio do Programa de Aquisição de Alimentos, que, mediante convênios firmados com os municípios, para a compra da produção agrícola de pequenos agricultores, pode também auxiliar no abastecimento de gêneros para o restaurante.

✓ **Agricultura Urbana**

O Programa Agricultura Urbana dedica-se a formar redes comunitárias e familiares para produção, processamento, beneficiamento e comercialização do excedente produzido, com os objetivos principais de agregar valor aos produtos da agricultura familiar urbana, gerar oportunidades de trabalho e renda e fortalecer sistemas locais de segurança alimentar e nutricional. Parte desse programa, o projeto de implantação de Hortas Comunitárias, assim como os de viveiros, lavouras e pomares, busca aumentar a oferta de alimentos de elevado poder nutritivo e melhorar as condições de vida de grupos sociais em situação de insegurança.

✓ **PRONAF**

O Pronaf destina-se a apoiar os agricultores e suas famílias para a construção de um padrão de desenvolvimento sustentável, visando o aumento e a diversificação da produção, com o conseqüente crescimento dos níveis de emprego e renda, proporcionando bem-estar social e qualidade de vida. O programa beneficia, mediante a concessão de financiamentos, os proprietários, assentados, posseiros, arrendatários, parceiros ou meeiros, que utilizem mão-de-obra familiar, tenham até dois empregados permanentes, residam na propriedade ou em povoado próximo e tenham, no mínimo, 80% da renda bruta familiar anual originária da atividade agropecuária e não-agropecuária exercida no estabelecimento.

✓ **Programa de Aquisição de Alimentos**

O PAA foi criado em 2 de julho de 2003 para promover e estimular, de um lado, a agricultura familiar e, na outra ponta, garantir o acesso a uma alimentação barata e de qualidade, à população carente. O programa permite ao poder público comprar, sem licitação e seguindo uma tabela oficial de preços, produtos alimentícios do pequeno agricultor, em limite de até R\$ 2,5 mil por agricultor/ano. Uma das modalidades previstas no PAA é a compra de feijão, arroz, milho, trigo, farinha de mandioca e leite em pó, feita em convênio entre o Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Nesse caso, os produtos adquiridos são destinados a cestas de alimentos para populações específicas ou atingidas por calamidade. A outra forma é a compra local, em convênios com estados e prefeituras. Por essa via, os itens adquiridos, principalmente hortifrutigranjeiros, destinam-se ao “consumo institucional”, como a alimentação escolar, hospitais e creches. Os estados e municípios podem participar do programa na modalidade “compra direta local”. Para isso, devem solicitar ao MDS a assinatura de um convênio.

✓ **Programa do Leite**

O Programa do Leite é uma modalidade do Programa de Aquisição de Alimentos e uma ação do Fome Zero, implementada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com os estados do Semi-Árido. Permite ao agricultor familiar vender a sua produção ao governo federal até o limite de R\$ 2,5 mil a cada semestre. O produto é distribuído diariamente a famílias pobres. Por um lado, garante renda ao agricultor e, por outro, contribui com as ações de combate à fome voltadas para pessoas mais pobres. Outro importante desdobramento é a regulação do preço de mercado, já que ao comprar o leite por um preço justo, o governo federal contribui na valorização da bacia leiteira dos estados parceiros.

✓ **Casas das Famílias**

As Casas das Famílias são Centros de Referência da Assistência Social criados no âmbito do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) para atender grupos familiares em dificuldades, seja em função da pobreza e das desigualdades, seja por injustiças causadas por fatores de risco e de exclusão, a

quem oferecem serviço continuado de proteção social básica e especial. Os centros reúnem uma rede básica de ações articuladas e serviços e são instalados onde há maior concentração de famílias em situação de vulnerabilidade social.

✓ **Talher**

O Talher é uma rede criada pela Assessoria de Mobilização Social do Fome Zero e formada com mais de 30.000 agentes multiplicadores (educadores populares) que, em todos os estados, cuida da educação cidadã dos agentes e dos beneficiários do Fome Zero, promovendo capacitação, direitos humanos e civis, fortalecimento dos movimentos sociais, acompanhamento de políticas públicas e implementação dos programas. O Ministério do Desenvolvimento Social apóia essa rede, por meio de convênio com o Instituto Paulo Freire.

O Fome Zero é considerado inovador, porque prioriza de maneira absoluta o combate à extrema pobreza e à fome; promove a coordenação e integração dos ministérios na elaboração, planejamento, implementação e monitoramento de ações que busquem a inclusão social e a cidadania; faz articulação entre as muitas ações estruturantes e emancipatórias, e medidas emergenciais; incentiva a participação e controle da sociedade no processo; e por fim, tem como foco as famílias, dando atenção especial à questão da territorialidade.

A coordenação do Fome Zero é responsabilidade da Presidência da República e cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a articulação interna do governo federal para sua execução. Diante disto, foi criado, pela Casa Civil, o Grupo de Trabalho (GT) Fome Zero. A gestão deste grupo, que se reúne mensalmente, fica sob a responsabilidade do MDS. Fazem parte do GT Fome Zero, representantes de todos os nove ministérios e quatro órgãos federais responsáveis pela estratégia.

O envolvimento de vários ministérios evidencia a adoção, pelo governo, de iniciativas inéditas no combate à pobreza e à fome. O Fome Zero é desenvolvido mediante a integração e a formação de parcerias, de âmbito intergovernamental, entre as três esferas de governo e entre o Estado e a sociedade. Pelo menos 11, dos programas e ações envolvem, ao mesmo tempo, ministérios, governos estaduais e municipais e outros parceiros.

Em seu início, mais de 1000 famílias do interior do Piauí começaram a receber o cartão que dá o direito de gastar R\$ 50,00 por mês com alimentação, porém, se cobrava destas famílias o dever de comprovar este gasto. Entretanto, tal fato foi um dos grandes geradores de polêmica e duras críticas ao Programa. Desta forma, os coordenadores do Programa reavaliaram a situação e decidiram voltar atrás na questão. Segundo o ex-ministro, José Graziano da Silva, houve uma recomendação do Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) para que o governo brasileiro flexibilizasse a exigência das notas fiscais.

Ressalta-se que em outubro de 2003, houve uma mudança significativa no Programa do Cartão-Alimentação, este passou a ser chamado de Bolsa Família, que resultou da unificação de cinco programas federais: Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Cartão-Alimentação, Vale-Gás e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. O Bolsa-Família transfere dinheiro a famílias com renda per capita mensal de até R\$ 100, a quem repassa o mínimo de R\$ 15 e o máximo de R\$ 95. As famílias com renda per capita mensal de até R\$ 50 recebem benefício básico de R\$ 50, mais um valor variável – R\$ 15 por filho de até 15 anos, gestantes e nutrizes, até o limite de R\$ 45. Famílias com renda acima de R\$ 50 e até R\$ 100, recebem exclusivamente o benefício variável, levando em consideração a existência de filhos em idade escolar, gestante e nutrizes, limitando a três pessoas (crianças em idade escolar ou gestantes e nutrizes). Contudo, para que o benefício seja recebido, existem certas condicionalidades que devem ser cumpridas rigorosamente por parte das famílias beneficiadas. Exige-se o cumprimento de 85% de frequência escolar para crianças e adolescentes com idades entre 6 e 15 anos e acompanhamento em saúde para crianças, gestantes e nutrizes (vacinação, pré-natal). Este fato pretende dar uma cobertura mais ampla e racionalizada no atendimento aos pobres e indigentes, evitando superposições e ineficiências.

Para Lavinias (2003) “trata-se de monitorar e controlar a clientela exclusiva desse tipo de programa, focalizado mediante a construção de um cadastro único dos pobres, denominado como CPF da pobreza”.

De uma maneira geral, o Programa em seus primeiros passos, no ano de 2003, sofreu e ainda sofre, com discussões metodológicas. Entretanto, por outro lado, o Fome Zero já conseguiu realizar um grande feito, que foi gerar uma

movimentação social inédita na história do país, ele mexeu com os brasileiros. Tal façanha é notória, analisando o número de empresas, que abraçaram a causa.

Já em seu primeiro ano, vários parceiros aderiam ao Programa. Hoje, são mais de 101 parceiros certificados, dentre empresas nacionais, internacionais e instituições. É válido ressaltar, que a Universidade Estadual Paulista (UNESP) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), são parceiros do Fome Zero. Para incentivar a participação do empresariado no Programa Fome Zero, foi lançado o manual: “Como as empresas podem apoiar e participar do Combate à Fome”, do Instituto Ethos. Também foi criado um site da sociedade civil em apoio ao Programa Fome Zero (www.fomezero.org.br).

Entretanto, ao longo dos quase 5 anos do Programa, este também recebeu várias críticas, entre as críticas mais ouvidas por todos a respeito do Fome Zero, predominaram aquelas em que se critica o caráter meramente assistencialista e emergencial do programa. As medidas educacionais de médio e longo prazo, ainda não saíram do papel, e, de nada adianta distribuir alimentos sem a devida conscientização da população.

Para muitos, o programa não exige contrapartida por parte do beneficiário, ou seja, não educa, não faz com que os beneficiários prestem serviços de interesse público e social. Além disso, não coopera para substituir o vício da mendicância e do coitadismo social. Não existe revolução social sem políticas públicas que dêem os subsídios para o desenvolvimento humano.

Apesar do incontestável poder de mobilização social do Fome Zero, críticas se insurgem contra isso, afirmando que o programa é puro marketing e que está sendo utilizado de maneira eleitoreira, para atrair a atenção da população. Até Março de 2003 o governo ainda não tinha divulgado as contas bancárias em que os brasileiros poderiam depositar suas doações.

Outra crítica recorrente ao programa é em relação ao público-alvo, que ainda não teria sido bem identificado. O governo fala em 46 milhões de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza, enquanto a Fundação Getulio Vargas (FGV), calcula que são 50 milhões e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), fala em 23 milhões. A contradição dos números gera conflitos e erros na elaboração de uma política social, já que para se formular políticas de combate à pobreza é

fundamental se ter uma dimensão da magnitude do problema e do perfil das famílias pobres e ajustar os instrumentos de intervenção de maneira a que sejam compatíveis com a competência das ações requeridas e, ainda, o critério de distribuição de cestas básicas foi colocado em questão, principalmente, após a mídia divulgar várias fraudes em alguns municípios, onde o dinheiro do Bolsa-Família seria destinado a famílias não necessitadas.

O Presidente Lula rebate as críticas dizendo: “Enquanto o governo não pode fazer a economia crescer e gerar empregos, ele agradece àqueles que estendem a mão e dão um prato de comida para quem não tem”.

O governo tem na política social o espaço para iniciar as mudanças prometidas durante a campanha eleitoral, uma vez que não é possível, nem desejável, promover alterações abruptas na condução da política econômica. Por isso o Fome Zero foi o programa chave do governo na época das eleições e é o que continua chamando mais a atenção da população e dos críticos, tornando-se um dos focos centrais na campanha de reeleição do Presidente Lula.

É preciso demarcar claramente o campo e o alcance das políticas compensatórias, algumas, sem dúvida, indispensáveis para atenuar situações críticas que não podem esperar o efeito das políticas estruturais. Mas é preciso concentrar recursos financeiros, energia institucional e humana nas políticas de promoção do desenvolvimento sustentável, que requerem maior tempo para se realizarem.

Para Lavinias (2003), o Programa Fome Zero, nada mais é do que apenas uma nova roupagem de outros programas assistencialistas e compensatórios de outrora, é um Programa que se diz universal, porém, que até agora, se travestiu em focalizado:

(...) o programa Fome Zero, que pretendia oferecer aos brasileiros uma política nacional de segurança alimentar, detalhada, variada, complexa, compensando na medida de suas necessidades os mais carentes, obviamente, e cuja ponta do *iceberg* traz a tona aquilo que o governo FHC abandonou por forças das evidências: distribuição e doação de alimentos. A gente sabe, *iceberg* é sempre um perigo. Em que este esforço institucional seria distinto daquilo que fez o Comunidade Solidária, na sua tentativa de coordenar os programas assistenciais, ou do Projeto Alvorada – que privilegiava uma intervenção territorializada nas áreas de menos IDH – ou da distribuição de mais de 30 milhões de cestas de alimentos do governo FHC? (LAVINAS, 2003, pág. 13)

A natureza e importância de uma política social não podem ser definidas apenas pelo rótulo ou área de atuação. Devem ser definidas pelo seu conteúdo e impacto, vale dizer, pela geração de renda, criação de empregos e elevação da qualidade de vida e bem-estar da população. A intensidade e tempo necessário para observar os impactos socioeconômicos das políticas variam de instrumento para instrumento, de política para política.

Após três anos da gestão 2003-2006, o governo avalia que avançou na meta do Presidente e o Fome Zero continua entre as prioridades de governo. Segundo o Balanço de 2 anos e 10 meses do Programa, “O Fome Zero está promovendo o direito humano à alimentação adequada e à segurança alimentar e nutricional, por meio do fortalecimento da agricultura familiar, do estímulo à formação de cooperativas, da criação de infra-estrutura, da geração de empregos formais e do acesso à educação nutricional” (Governo Federal, 2005).

Em relação aos resultados obtidos pelo Programa Fome Zero, durante sua existência, o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), publicou em 02 de outubro de 2005, um Balanço das principais ações do Programa. Na sua apresentação são destacados o caráter gradativo das ações e o envolvimento de vários Ministérios, bem como as demais esferas de governo e a sociedade civil. O Fome Zero aparece atuando em três eixos: implantação de políticas públicas (com ações estruturais, específicas e locais), construção participativa de uma política de segurança alimentar e nutricional e mutirão contra a fome.

A participação da sociedade tem como expressão federal, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – o CONSEA, recuperando antiga proposta do PT, implementada no governo Itamar Franco e extinta por FHC. Além do CONSEA federal, já foram instalados 20 CONSEAS estaduais e 52 municipais. Já o chamado “Mutirão contra a Fome” é definido como “um grande movimento nacional de solidariedade voltado para atender emergencialmente, aqueles que sofrem com a falta de alimentos e não podem esperar pelos resultados de mudanças profundas, nas estruturas econômicas e sociais”⁵

⁵ MESA. Balanço das Ações do Fome Zero. 02/10/2005. Página web do Programa Fome Zero (www.fomezero.gov.br).

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) é um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para as ações na área da alimentação e nutrição. Instalado no dia 30 de janeiro de 2003, o Conselho tem caráter consultivo e assessora o Presidente da República na formulação de políticas e na definição de orientações, para que o país garanta o direito humano à alimentação.

O CONSEA estimula que a sociedade participe da formulação, execução e acompanhamento de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional. Considera que a organização da sociedade é uma condição essencial para as conquistas sociais e para a superação definitiva da exclusão.

Inspirado nas resoluções da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em março de 2004, o CONSEA trabalha sobre diferentes programas, como a Alimentação Escolar, o Bolsa Família, a Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, a Vigilância Alimentar e Nutricional, entre outros.

O CONSEA (gestão 2004/2006) teve como presidente Chico Menezes, representante da sociedade, pesquisador e diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), no entanto, no dia 23 do mês de outubro de 2007 foi eleito um novo presidente para o CONSEA, o Conselheiro Renato Maluf. A nova gestão terá mandato até o final de 2009. O CONSEA é composto por 36 representantes da sociedade civil e por 17 ministérios e secretarias especiais do governo federal. E o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, é o secretário do órgão, que tem como patrono o cientista social Josué de Castro, pioneiro das abordagens científicas sobre o fenômeno da Fome.

Em âmbito estadual temos o CONSEA-SP, instituído pelo decreto nº 47.763, de 11 de abril de 2003, pelo governador Geraldo Alckmin; o CONSEA-SP, (Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional), tem como atribuição propor as diretrizes gerais da política estadual de segurança alimentar e nutricional.

Deve também, acompanhar as ações do governo estadual na área de segurança alimentar e nutricional; articular áreas do governo federal, estadual e de organizações da sociedade civil para a implementação de ações voltadas para o combate às causas da miséria e da fome.

No âmbito do Estado, incentivar parcerias que garantam mobilização e racionalização no uso dos recursos disponíveis, coordenar campanhas de conscientização da opinião pública e propor diretrizes para o plano estadual de segurança alimentar e nutricional.

Composição:

Formado por 72 conselheiros, sendo que 36 são membros do poder público estadual, e 36 da sociedade civil, entre sindicalistas, empresários, religiosos, e representantes de ONGs e movimentos sociais, o CONSEA-SP, tem como seu presidente, desde 25 de setembro de 2006, o secretário de Assistência e Desenvolvimento Social, Rogério Pinto Coelho Amato, vice-presidente, Silvio Manginelli, Coordenador (Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios - CODEAGRO) e secretária geral, Maria Cristina da Silveira Fernandes.

Já em âmbito regional, foram instituídas as CRSANS (Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável), tendo como objetivo desenvolver efetivamente os trabalhos do CONSEA-SP, junto à sociedade civil, desde fevereiro de 2005, vem se desenvolvendo o processo de descentralização, através da implantação das CRSANS (Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável). Neste processo já foram criadas 30 CRSANS.

Tabela 8: CRSANS no Estado de São Paulo

Nome da Comissão Regional	Região
Alto Tiête	Mogi das Cruzes
Bacias do Médio Paranapanema e Altos Peixe/Aguapeí	Marília
Bacias Corumbataí Guaçú	São Carlos
Bacias Piracicaba Capivari	Piracicaba
Broto do Cerrado Paulista	Bauru
Capital	São Paulo
Central	Araraquara
Circuíto das Águas, Flores e Frutas	Atibaia
CUESTA	Botucatu
Força Interior	Itapeva
Grande ABC	São Bernardo do Campo
Grande Oeste	Osasco
Grandes Lagos	Araçatuba
Juquery - Cantareira	Francisco Morato

Mananciais Dutra Cantareira	Arujá
Costa da Mata Atlântica	Santos
Metropolitana de Campinas	Campinas
Noroeste Paulista	Votuporanga
Nova Alta Paulista	Adamantina
Nova Terra	Ribeirão Preto
Planalto Noroeste	São José do Rio Preto
Presidente Prudente - Pontal	Presidente Prudente
Rede de Direitos Norte Paulista	Barretos
Serra	São João da Boa Vista
Alta Mogiana	Franca
Tropeiros de SANS	Sorocaba
Vale das Águas	Ourinhos
Vale do Paraíba e Litoral Norte	São José dos Campos
Vale do Ribeira	Registro
Vale Histórico	Guaratinguetá

Fonte: <http://www.consea.sp.gov.br>

Org. CALDEIRA, Fabiana.

E por fim, temos os Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, em âmbito municipal. Porém, infelizmente, no município de Presidente Prudente, este Conselho ainda não existe, registramos na nossa região a criação e a institucionalização do COMSAL – Conselho Municipal de Segurança Alimentar na cidade de Presidente Venceslau, oficializado na data do dia 26 de outubro de 2007.

Desde o ano de 2003, foi investido pelo governo federal para o combate à fome, aproximadamente R\$ 27,5 bilhões, considerados apenas os recursos do Orçamento Geral da União.

Segundo os dados do MDS, o Fome Zero investiu R\$ 11,7 bilhões, em 2006, no combate à pobreza, integrando 31 programas ou ações que visam erradicar a fome por meio da inclusão social. Os investimentos possibilitam que mais famílias tenham acesso à alimentação, promovem a geração de trabalho e renda e melhoram a qualidade de vida nas regiões mais pobres do Brasil. O volume de recursos deste ano será 89% maior que o valor executado em 2003 (R\$ 6,2 bilhões).

O Bolsa Família, maior programa de transferência de renda já criado no Brasil, está presente em cerca de 9 milhões de lares pobres. Estas famílias

representam 81% das famílias pobres de todo o Brasil. A meta do Bolsa Família, até o fim de 2006, foi elevar este número para 11,1 milhões de famílias, ou seja, todas com renda mensal de até R\$ 120,00 por pessoa. O orçamento do Bolsa Família para 2006 foi de R\$ 8,3 bilhões. De 2003 até agora, foram investidos R\$ 17,5 bilhões. Além disso, o Governo Federal ampliou o volume de recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). De R\$ 848 milhões, em 2002, o orçamento passou para R\$ 1,5 bilhão neste ano, o que garantiu a melhoria na qualidade da alimentação diária de 37 milhões de estudantes. A título de conhecimento, no mês de junho de 2007, a folha de pagamento do Bolsa Família no município de Presidente Prudente, contemplava 6.980 famílias e no Estado de São Paulo, 1.131.033 famílias, distribuídas em 645 municípios.

Ainda que, aqui e ali, haja um ou outro caso, de abuso ou corrupção, que o governo tem punido com rigor, o alcance positivo tem contribuído para reduzir a desnutrição e a mortalidade infantis, aumentar os postos de trabalho em áreas carentes (graças à circulação de riquezas, trazidas pelo cartão) e deter o fluxo migratório rumo às grandes cidades. Sobretudo, permite aos beneficiários, consumo adequado de alimentos e consciência, de que são cidadãos, e têm direito às políticas públicas

Também foram investidos R\$ 659 milhões no Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), atendendo 182,2 mil produtores e pecuaristas. A distribuição do produto, incluindo o leite, atendeu 8,2 milhões de pessoas de 1.698 municípios. Já o aumento dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) permitiu que, desde 2003, 700 mil famílias de agricultores rurais tivessem acesso, pela primeira vez, ao Programa.

No ano agrícola 2002/2003, foram investidos R\$ 2,3 bilhões. Os recursos do Pronaf subiram para R\$ 4,5 bilhões em 2003/2004, atingindo R\$ 6,2 bilhões para a safra seguinte. Para a safra 2005-2006, o governo investiu R\$ 9 bilhões. Também assumiu o compromisso de aumentar esses investimentos, se houver demanda. Nesse período, o volume de recursos para financiamento à agricultura familiar, cresceu 300%.

O PAA compra até R\$ 2,5 mil por ano do pequeno produtor e R\$ 5 mil, no caso da produção de leite (R\$ 2,5 mil / semestre).

Desde a implantação do PAA, o governo federal investiu R\$ 344 milhões na compra de alimentos produzidos por 163,9 mil agricultores. Estes alimentos foram distribuídos a 5,5 milhões de pessoas em 1.698 municípios.

Já para o PAA/ Leite, foram investidos R\$ 315 milhões na compra do produto de 18,3 mil pecuaristas. Foram beneficiadas pela distribuição de leite, 2,7 milhões de pessoas.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), do Ministério da Educação, é outro bom resultado do aumento dos recursos repassados pelo governo para a merenda. O Pnae atende diariamente 37 milhões de crianças e adolescentes.

O governo federal triplicou o valor per capita repassado por dia aos alunos da pré-escola, de R\$ 0,06 para R\$ 0,18. No ano de 2006, passou para R\$ 0,22. Já o valor destinado aos alunos do ensino fundamental passou de R\$ 0,13 para R\$ 0,18. A merenda também foi estendida para alunos de creches públicas e filantrópicas. As escolas indígenas e quilombolas que passaram a receber R\$ 0,34 ao dia. Este ano, o valor foi reajustado para R\$ 0,42. Para 2006, o orçamento do Pnae foi de R\$ 1,5 bilhão.

Construção de Cisternas - Dentro do Programa foram construídos, desde 2003, 143 mil tanques para armazenamento de água, garantindo água limpa e saudável a 586 mil pessoas que moram no Semi-Árido. Foram investidos R\$ 235 milhões, recursos do poder público, entidades privadas e organizações não governamentais. Deste total, R\$ 172,6 milhões foram investidos pelo MDS. As cisternas já estão presentes em 966 municípios. Outras 23 mil famílias brasileiras (114 mil pessoas), são atendidas em projetos-pilotos que envolvem hortas comunitárias, por meio de convênios com governos estaduais e municipais.

Desde 2004, o Governo Federal investiu R\$ 50 milhões na implementação de 96 Restaurantes Populares. Atualmente, há dez unidades instaladas com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Educação Alimentar - Todos os estudantes do ensino fundamental, no Brasil, receberam cartilhas que ensinam, de forma didática e divertida, como se alimentar corretamente. Foram distribuídos 54,7 milhões de cartilhas.

Banco de Alimentos – há 10 em funcionamento e mais 17 em implantação.

Hortas Comunitárias – 22.000 famílias atendidas em projetos pilotos.

Distribuição de Alimentos – 2,3 milhões de cestas básicas fornecidas até setembro de 2006 a populações e grupos vulneráveis.

Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), também chamados de Casas das Famílias, representam um importante capítulo na história do Fome Zero. São 1.980 Centros financiados, em 1.353 municípios brasileiros.

Nestes locais, presta-se um serviço de assistência social básica voltado especificamente para o grupo familiar. Ali são atendidas famílias que estão vulneráveis, sem acesso à renda ou a serviços públicos, e muitas vezes vítimas de discriminação por questão de etnia, deficiência, idade, entre outros. Na Casa das Famílias, presta-se atendimento socioassistencial, articula-se os serviços sociais disponíveis em cada localidade, potencializando a rede de proteção e desenvolvem projetos de geração de trabalho e renda. Quando as pessoas precisam de atendimento, buscam o Centro, que conta com uma equipe mínima de dois psicólogos e dois assistentes sociais, além de pessoal de apoio.

As comunidades indígenas e quilombolas, em situação de risco nutricional, identificadas por agentes locais, também foram atendidas com a distribuição de cestas de alimentos emergenciais, sendo atendidas 63 comunidades indígenas e 150 comunidades remanescentes de quilombos, a partir de uma composição dos alimentos adaptada às suas etnias. Outra ação, ainda, foi o aumento do repasse do valor per capita da alimentação escolar nas escolas indígenas, passando de R\$ 0,13 para R\$ 0,34 por aluno/dia, possibilitando a aquisição de cardápio adequado às necessidades das comunidades.

Paralelamente, foram financiadas ações estruturais, voltadas para a expansão da agricultura para consumo próprio, criação de pequenos animais, construção de casas de farinha, incentivo ao artesanato, entre outras ações voltadas para o desenvolvimento sustentável, por meio de parcerias e convênios com governos estaduais e Ministérios, como o Meio Ambiente e Cultura, por meio da Fundação Palmares.

Também foram iniciadas ações junto às comunidades catadoras de lixo nas grandes cidades, por meio do incentivo à formação de cooperativas de reciclagem, ações de saúde e educação, realização de cursos de capacitação e desenvolvimento de campanhas de conscientização sobre a coleta seletiva.

Vejamos a seguir uma tabela com a evolução dos investimentos do Fome Zero, de 2003 a 2005.

Tabela 9: EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS NO FOME ZERO, DE 2003 A 2005

Valores em milhões

PROGRAMA/AÇÃO	LIQUIDADO EM 2003	LIQUIDADO EM 2004	EXECUÇÃO PROVÁVEL EM 2005
Bolsa Família	3.356.886.271	5.627.527.240	6.651.019.777
Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica	954.164.181	1.014.315.489	1.264.999.999
Construção de Cisternas para Armazenamento de Água		63.635.953	68.712.702
Apoio à instalação de Restaurantes Populares Públicos		19.716.400	38.006.800
Apoio à instalação de Banco de Alimentos		4.233.080	4.725.000
Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos		8.130.676	46.000.000
Apoio à Agricultura Urbana		5.350.000	10.000.000
Alimentação Saudável	5.884.808	10.791.985	496.22
Apoio à Projeto de Melhoria de Condições Socioeconômicas das Famílias*	143.663.947	88.753.532	19.535.000

Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional de Povos Indígenas		2.615.621	3.214.000
Educação Alimentar		4.751.821	6.000.000
Agricultura Familiar – Pronaf**	63.505.200	93.951.645	136.699.846
Financiamento e Equalização de Juros para a Agricultura Familiar**	1.377.293.776	1.925.130.927	3.514.151.001
Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar	224.168.747	169.611.634	268.171.713
Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar		9.207.898	10.700.000
Qualificação Social e Profissional	32.707.002	52.944.312	45.138.993
Serviços de Proteção Social Básica às Famílias (casas de famílias)	18.610.551	60.665.658	103.741.391
Gestão e Capacitação	2.132.095	15.069.098	22.400.000
Fomento à Geração de Trabalho e Renda na Economia Solidária		10.708.443	10.708.443
Apoio à Geração de Empreendimentos Produtivos de Comunidades/Produzir		1.498.250	1.929.000
Promoção da Inclusão Produtiva	18.879.619	15.459.112	27.965.000
Apoio a Cooperativas de Catadores de Material Reciclável		495.000	495.000
TOTAIS	6.197.896.197	9.204.563.774	12.254.809.887

Fonte: Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 e SIGPlan/MP

*Inclui, em 2003, as ações referentes a cozinhas comunitárias, hortas comunitárias, restaurantes populares, cestas de alimentos, construção de cisternas e educação alimentar.

** As duas iniciativas inserem-se no Pronaf, que conta com recursos extra-orçamentários.

De acordo com os dados da tabela, os recursos investidos no Fome Zero cresceram de R\$ 6,2 bilhões no primeiro ano do atual governo para R\$ 9,2 bilhões em 2004. E estavam fixados em mais de R\$ 12 bilhões para 2005. A soma desses números informa que, ao fechar o ano de 2005, somente a União investiu, a partir de 2003, mais de R\$ 27 bilhões nesta estratégia que traça, executa e impulsiona em parcerias com governos estaduais e municipais e 104 empresas e entidades de todo o país, o combate à fome.

Segundo Takagi (2006), no aspecto geral, verifica-se que, em relação ao montante de recursos, houve avanços substanciais nos recursos para o Fome Zero. No entanto, mais do que o montante de recursos aplicados isoladamente, é importante alterar a “forma” de implantação das ações, em direção a uma integração efetiva das mesmas, na ponta. Caso contrário, os resultados para a segurança alimentar e nutricional perdem em potencialidades.

Segundo Domene (2005), a implantação de um sistema que preveja o diagnóstico, para adequado mapeamento da situação e das necessidades alimentares da população, dos mecanismos e das estruturas já disponíveis para ações de intervenção, em uma perspectiva de médio e longo prazo, depende do estabelecimento de políticas públicas, concebidas em uma perspectiva de continuidade, e com ampla participação da sociedade e da comunidade acadêmica.

A complexidade do problema exige a adoção de medidas que sejam capazes de atender, de um lado a questões imediatas e de caráter humanitário, como distribuir comida a quem nada tem; mas que de outro, trabalhem na perspectiva de consolidar uma cadeia produtiva, que disponibilize ao mercado alimentos em quantidade suficiente, com qualidade e baixo preço, paralelamente ao crescimento de emprego e renda.

De acordo com Domene (2005), a experiência do Programa indica que, através das condicionalidades, houve ganhos com o aprimoramento de sua interlocução com a saúde, e a educação, notadamente por meio da sinergia com o SISVAN, com o Programa de Saúde da Família e as escolas. O esforço de identificar o potencial de contribuição de estruturas já concebidas, evitando-se o caminho fácil de propor novas medidas inéditas que se revelam inócuas, exige dedicação para alianças de entidades e setores, o que não é tarefa simples.

Além dos inegáveis avanços do Programa Fome Zero, tivemos outros avanços dentro do cenário da Política Pública Alimentar, pois a partir do mês

de setembro de 2007, a Segurança Alimentar e Nutricional virou lei. Isto representa um marco histórico, porque assegura por lei o direito humano à alimentação, desvincula o acesso à comida a uma questão de caridade, e promove a alimentação ao campo das políticas públicas. A proposta da LOSAN (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional), surgiu durante a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em Olinda (PE), em março de 2004. Desde então, o CONSEA, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e outros ministérios elaboraram o Projeto de Lei, encaminhado à Câmara dos Deputados no dia 17 de outubro de 2005, na Semana Mundial da Alimentação.

A LOSAN institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). É por meio do Sisan que os governos das três esferas e sociedade civil irão formular e programar políticas, programas e ações para garantir o direito à alimentação. "A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, devendo o poder público garantir a segurança alimentar e nutricional da população", diz o artigo 2º da LOSAN. O Sisan será composto de conferências (nacionais, estaduais e municipais), conselhos de participação social (os CONSEAS) e de câmaras governamentais intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional nas esferas federal, estadual e municipal.

O ministro Patrus Ananias afirma que a LOSAN é a formalização do esforço, para pôr fim à insegurança alimentar no Brasil. *"Ela cria condições para que o combate à fome e a promoção da alimentação saudável tornem-se compromissos permanentes do estado brasileiro, com participação da sociedade civil"*, destaca o ministro.

Para o CONSEA, a lei vai além da desburocratização de políticas sociais: Ela é a garantia de que o orçamento não seja uma peça de ficção, mas algo inteiramente vinculado com o planejamento do que se pretende executar. Além disso, a LOSAN torna o Conselho órgão permanente, com representação da sociedade e do governo.

Neste sentido, reforça-se a participação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), o CONSEA-SP e a CRSANS Presidente Prudente/Pontal, como elementos interlocutores entre governo e sociedade.

Os problemas a serem tratados pela política de segurança alimentar e nutricional são conhecidos; precisamos ajustar nosso potencial de resposta à sua dimensão, e este é o desafio.

A (re)introdução do tema da fome, na agenda política já foi um enorme avanço. E o grande mérito do Fome Zero foi o de ter chamado a atenção, tanto no Brasil como no resto do mundo, sobre a responsabilidade de todos, diante do flagelo da fome. Ainda que a responsabilidade com sua erradicação seja obrigação do Estado, a sociedade também deve se mobilizar, quer por meio da sua participação, na formulação e no controle das políticas públicas, quer também, por meio de ações voluntárias.

Neste aspecto, novamente enxergamos aqui, o potencial de uma aliança estratégica, entre o estado, a universidade e o setor produtivo, para que os recursos tecnológicos sejam colocados a serviço dos gestores públicos, a quem cabe a implementação de iniciativas por meio da mais eficiente utilização dos poucos recursos disponíveis no orçamento da federação, de estados e municípios. Embora de indiscutível mérito, por ter incluído a temática da segurança alimentar na agenda de debates nacional, o programa Fome Zero, ao assumir a associação entre fome e pobreza de maneira contundente, mostra sua concepção em uma matriz fortemente econômica. Sua implantação padece de deficiências de ordem logística, sobretudo por limites para cadastramento de beneficiários, e para a distribuição e acompanhamento do uso dos recursos por parte das famílias.

Dentro deste pensamento, o discurso que se tem reproduzido sobre o Programa Fome Zero, e em especial sobre o Bolsa-Família é que este causa uma ociosidade e dependência por parte dos beneficiários, e que apesar de se autodenominar um Programa de desenvolvimento estrutural, ainda não deslanchou como tal, e ainda possui caráter emergencial, focalizado e assistencialista. Ele apenas “dá o peixe”, porém ainda, não “ensinou a pescar”.

No entanto, não concordamos com esta visão, pois se trata de uma visão mídiática e faz parte de um discurso elitista e político, que tem se difundido para a população brasileira, porém, se perguntarmos para aquelas famílias que vivem no semi-árido nordestino, o que o Bolsa-Família representa para elas, com certeza elas dirão “dignidade” e melhoria na qualidade de vida, pois hoje não lhes falta pelo menos o mínimo, ou seja, “comida na panela”, água para beberem, seus filhos que antes precisavam trabalhar, para ajudar no sustento da casa, hoje estão na escola e têm suas carteiras de vacinação em dia.

Assim, para nós, que não dependemos do Programa e não vivenciamos as mazelas da fome, é simples criticar, pois nosso estômago não está

roncando de fome e nossas crianças não precisam se submeter ao trabalho infantil, até muitas vezes recorrendo à prostituição e o tráfico. O resultado do Fome Zero foi claramente comprovado nas urnas no ano de 2006 com a reeleição do Presidente Lula.

É claro que há problemas na administração e gestão do Programa. Existem famílias que não precisam, recebendo o benefício e famílias que precisam, sem receber? É claro que existem, mas tais problemas estão muito mais atrelados às esferas de gestão municipal do Programa, e por conta disso desmerecê-lo é uma visão generalista demais, diante da amplitude que o Programa Fome Zero tem realizado no país inteiro, sem contar que uma Política Pública estrutural somente é plenamente efetivada a longo prazo e não a curto ou médio prazo. Não estamos partindo de um idealismo político tentando defender o Governo Federal, de forma alguma é nossa intenção tal posicionamento, mas sim é a forma como enxergamos esta situação, nos colocando no lugar da população carente e excluída, que vive todos os dias esta situação de pobreza e insegurança alimentar.

O que precisamos no Brasil, é uma transformação que não acabe em oito anos de governo, mas sim, que o combate à fome e à miséria, e a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional seja uma constante e uma bandeira a ser levantada pelos governos seguintes, pois só assim veremos uma mudança efetiva em nosso país.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação de mestrado, ao longo de sua elaboração,

procurou abordar, de maneira breve e geral, o conteúdo inerente ao tema do perfil do consumo alimentar e nutricional, em Presidente Prudente.. Neste sentido, sua investigação científica abrangeu diversas temáticas.

Em primeiro lugar, vimos o quão desigual é o espaço urbano na cidade de Presidente Prudente, pois mesmo que nesta, se movimente muitos recursos e se concentre a renda dos produtos alimentícios comercializados, esta riqueza é dividida muito desigualmente, reforçando, ainda mais, os processos excludentes que fazem as cidades médias brasileiras, os territórios da exclusão (Guimarães, 2005).

Ao longo de sua lógica perversa de produção urbana capitalista, dinâmicas como o crescimento territorial descontínuo, a expansão horizontal e vertical, ocorrências de inúmeros vazios urbanos, criação de loteamentos periféricos, aumentos dos preços dos imóveis e aumentos nos impostos territoriais, acentuaram a diferenciação social e o processo da exclusão social no espaço prudentino, obrigando os proprietários mais pobres a migrarem para as periferias.

Vimos com isso, que a cidade de Presidente Prudente apresenta uma forte diferenciação, tornando-se assim, um cenário da exclusão social.

Dentro deste contexto, analisamos a questão relativa à problemática da conceituação e análise do conceito da exclusão social. Verificamos o quão controverso é a temática e o debate acerca do conceito de exclusão social, o que faz com que atualmente muitos autores se debrucem frente a esta empreitada, procurando propor e executar uma pauta, ao mesmo tempo complexa, multidimensional, ousada, mas também instigante.

Embora a discussão sobre o conceito de exclusão seja recente, os processos e as conseqüências por ele originadas, não o são, e se fazem presentes em todas as sociedades desde seus primórdios, principalmente, em países de economia subdesenvolvida, como é caso do Brasil, onde o contexto e análise da exclusão, encontra-se cada vez mais associado às situações de desigualdades e pobreza, que são problemas seculares em nossa sociedade.

Indo de encontro ao ponto central da nossa investigação científica, concluímos que a relação entre perfil de consumo alimentar e o tema da Segurança Alimentar e Nutricional, fica explícita, ao tomarmos por referência, o perfil alimentar, como um indicador social de diagnóstico de situações de (in) segurança alimentar e nutricional. Assim, tomando como base esta perspectiva analítica dentro do contexto de uma cidade de porte médio, como Presidente Prudente, verificamos através deste Trabalho, a ausência de casos graves de insegurança alimentar e vulnerabilidade alimentar e nutricional; situação em que o indivíduo não tem acesso regular e permanente à alimentação de qualidade, ou teve dificuldade em algum período do ano, de conseguir alimentar-se adequadamente, porém, ressaltamos que este fato não exclui problemas decorrentes de uma má alimentação, como a obesidade e doenças de cunho carenciais. Verificamos ainda, como foco central de atenção, na cidade de Presidente Prudente, a falta de Políticas Públicas em educação alimentar, pois o que falta nessa população, é conscientização alimentar e adoção de hábitos alimentares saudáveis, dando ênfase ao nosso prato básico brasileiro, ou seja, a famosa dobradinha “arroz com feijão”, pois averiguamos que um dos maiores problemas para a garantia da segurança alimentar, que é a falta de acesso aos alimentos por questões econômicas, não é o maior problema, em uma cidade de porte médio como Presidente Prudente, onde não há casos graves de extrema pobreza e situações de fome aguda, há sim situações de exclusão social e vulnerabilidade alimentar. Dentro do cenário das Políticas Públicas em SANS, diagnosticamos praticamente uma inexistência dessas na cidade de Presidente Prudente, porém, a ausência de casos graves de insegurança alimentar na cidade, não exclui a necessidade da implementação das mesmas, haja vista, o ser humano, para ter sua segurança alimentar totalmente assegurada, necessita de uma alimentação de qualidade e em quantidade, e não apenas de uma ração básica balanceada.

Sendo assim, apontamos aqui, dentro do arcabouço das Políticas Públicas em SANS elaboradas pelo Programa Fome Zero, algumas que são passíveis de serem implementadas em uma cidade de porte médio como Presidente Prudente, além do Bolsa-Família que já é um benefício para aproximadamente 7 mil famílias prudentinas. Vejamos a seguir estas políticas:

- Ampliação da alimentação escolar;

- Intensificação da Reforma Agrária (a região de Presidente Prudente, por ter um perfil essencialmente agrário, é considerada uma das regiões onde há mais conflitos agrários e luta pela terra);
- Banco de Alimentos (já temos um em Presidente Prudente);
- Agricultura urbana/Hortas comunitárias;
- Educação alimentar, nutricional e para o consumo (como a distribuição de cartilhas contendo informações sobre uma alimentação saudável nas escolas);
- Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA);
- Implantação do COMSEA municipal.

Vimos ainda que o padrão médio alimentar da população residente em áreas de exclusão social é composto por uma alimentação básica, ou seja, arroz, feijão, carne, café, sal, óleo, sal e açúcar; esta é a alimentação diária desta população, sendo complementada por outros alimentos como hortaliças folhosas, tuberosas e frutosas, durante o decorrer da semana.

No que diz respeito ao padrão médio alimentar da população residente em áreas de inclusão social, este é composto por uma alimentação adequada e razoavelmente balanceada, ou seja, arroz, feijão, sal, hortaliças folhosas, frutas, leite e carnes, sendo assim, esta a alimentação diária desta população. Através deste resultado consideramos a alimentação desta população positiva em relação a qualidade e a variedade nutricional, no entanto, a nível de quantidade, avaliamos que esteja um pouco abaixo do ideal, ou seja, alimentos básicos como arroz e feijão que deveriam ser consumidos pelo menos 2 vezes ao dia, almoço e jantar, são consumidos apenas 1 vez, a nossa hipótese é que pelo menos 1 refeição diária, de preferência o jantar seja substituído por outros alimentos, como lanches, leite, ou alimentos tipo *fast foods*.

Concluimos ainda, que o fator renda elevada, não significa uma alimentação saudável, como imaginamos, pois pessoas de classes sociais abastadas, estão muito mais propensas aos apelos da mídia, em relação ao consumo de alimentos industrializados, à frequência de *fast foods*, ao sedentarismo, ou seja, possuem renda para se alimentarem saudavelmente, porém, por sua própria vontade, se entregam aos prazeres proporcionados por esta mundialização e

a padronização do gosto. Já pessoas de baixa renda, não podem consumir tais alimentos ou frequentar estes locais, pois sua ínfima renda não lhes permite isso, não que elas não desejem isso também, elas desejam fazer parte desta globalização, mas este direito lhe é negado.

Segundo Chaim e Teixeira (1996), a composição da estrutura de consumo de alimentos, pode ser considerada como o resultado final de uma série de fatores, que contribuem direta ou indiretamente para sua consolidação.

Fatores como o hábito alimentar, o poder de compra da família (que agrega a renda familiar e preço dos alimentos), e a oferta de alimentos são alguns determinantes da estrutura de consumo. Desta forma, este estudo se restringiu à análise de alguns destes fatores: a renda familiar, o quanto desta renda é destinado ao consumo alimentar, a disponibilidade e a utilização dos equipamentos varejistas, de alimentos no município de Presidente Prudente. A renda disponível, uma variável clássica na determinação do padrão de consumo, direciona fortemente os gastos com alimentação.

Segundo, José Eli da Veiga (1994), a população que recebe até 2 salários mínimos, tem na sua estrutura de gasto mais de 40% do salário destinado à alimentação, enquanto que para quem recebe 30 salários mínimos ou mais, esta cifra cai para 15% ou menos. E é justamente a participação relativa do custo da alimentação, na renda total, que acaba determinando fortemente a cesta de alimentos da família, e marcando as diferenças de consumo entre as várias classes de renda da população. Para famílias com renda mais baixa, há um consumo predominante de alimentos de elevado teor de carboidratos, em detrimento das fontes protéicas de origem animal e de micronutrientes; este padrão é tão nítido, que a própria elaboração da cesta básica, no Brasil, reflete esta situação. Os equipamentos de varejo também são uma variável importante e que podem influenciar a composição da estrutura de consumo. O complexo varejista de distribuição de alimentos, e em especial os supermercados, juntamente com as indústrias agroalimentares têm contribuído para modificações no hábito alimentar, na composição da cesta básica, no custo da alimentação, enfim, na estrutura de consumo alimentar. E um reflexo disto é a constante alteração da cesta de alimentação, com participação crescente de gêneros alimentícios semi-elaborados,

congelados, cereais matinais e mesmo a comida pronta, produtos que não faziam parte do hábito alimentar do brasileiro.

No que se refere ao perfil do consumo alimentar e nutricional dos brasileiros. Neste caso, segundo Magaldi (2003), através de uma visão mais abrangente do problema, constatou-se que:

A urbanização acelerada da humanidade imprimiu alterações profundas nos padrões alimentares e dietéticos. Nas cidades, os alimentos consumidos são cada vez em maior proporção, preparados/produzidos industrialmente. Associada à quase imediata alteração da cesta de produtos alimentares consumidos pelas populações que se urbanizam, a “ocidentalização” dos modelos alimentares no terceiro mundo se propaga a partir das cidades em direção às suas áreas rurais. Estes países estão substituindo, num ritmo cada vez mais intenso, seus cultivares tradicionais (sorgo, mandioca, painço, batata doce e outras raízes nativas, por exemplo) (MAGALDI, 2003).

Além disso, salientamos que este novo padrão alimentar trouxe consigo, grandes conseqüências: as doenças de cunho nutricional, como a desnutrição e a obesidade.

Os problemas nutricionais no Brasil, são causados, tanto pela falta, como pelo excesso de nutrientes, como calorias (energia), açúcares, gorduras, proteínas, vitaminas e sais minerais.

Verificamos ainda, uma diminuição da participação dos gastos, das famílias brasileiras, com alimentação e, ainda é notório que os dispêndios com alimentação são maiores para os grupos pertencentes aos estratos sociais de rendimentos mais baixos, de acordo com os resultados alcançados pela POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares), realizada pelo IBGE, entre 1995/1996.

Ainda, segundo os resultados alcançados pela POF 1995/1996, o Brasil passou por várias transformações que mudaram consideravelmente o perfil de consumo do País. É possível perceber que as famílias, hoje, possuem chefes com nível de instrução mais elevado, gastam mais com transporte público, e têm novos hábitos alimentares, comendo mais fora do domicílio - tanto em almoços e jantares como em lanches ligeiros. Em casa, estão substituindo os pratos tradicionais, por refeições rápidas, aumentando a preferência por alimentos preparados, pães, biscoitos e outros tipos de panificados.

A POF de 1996, revela um brasileiro gastando menos para comer, alterando em qualidade e diversificação, o seu perfil alimentar. Ele está comendo menos arroz, feijão e leite; e mais frango, carne bovina, biscoitos e derivados do leite. Já a POF de 2002/2003, aponta para uma mudança significativa, na questão de gastos permanentes em 30 anos; o que antes correspondia a 79,86%, atualmente corresponde a 93,26%. Esses gastos equivalem à alimentação, habitação, saúde, impostos e obrigações trabalhistas. Mas, os grupos que levam a maior fatia da renda dos brasileiros são: habitação, alimentação e transportes, totalizando 82,41% dos 93,26% . Uma outra informação importante que a pesquisa traz para esse trabalho, é que em 30 anos, o hábito alimentar do brasileiro também mudou. O consumo de arroz, feijão, batata, pão e açúcar era maior, atualmente, o brasileiro está introduzindo em sua dieta alimentos mais diversificados como, por exemplo: o iogurte, água mineral e o consumo de alimentos preparados.

Entretanto, segundo Monteiro (2002), concluímos que a fome no Brasil é muito menor que há 20 ou 30 anos atrás. Para o autor, o que existe são pessoas com falta de renda, mas não miseráveis famintas.

Abordamos a construção do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, associando-o à noção do direito humano à alimentação e a tentativa de sua implantação, pela primeira vez no país, enquanto política pública, a partir de 2003.

Neste sentido, trabalhar com o tema da segurança alimentar e nutricional, implica considerar as suas relações, com as condições socioeconômicas da população, com o ambiente urbano, e com os direitos sociais como: a saúde pública, por exemplo. Como se trata de uma área, por excelência, interdisciplinar; referências para a execução deste trabalho, foram buscadas nas mais diversas áreas do conhecimento, tais como: Nutrição, Economia, Sociologia, Epidemiologia, Antropologia, História, Psicologia, entre outras; haja vista que, segundo Poulain (2003), a alimentação é um objeto de extrema complexidade, suscetível de mobilizar numerosas disciplinas científicas. Cada uma produz, a partir de seu ponto de vista e das suas problemáticas principais, séries de dados que permitem estudar as grandes tendências de consumo, as ligações entre alimentação e saúde, a diferenciação social e cultural das práticas, entre outras possibilidades. Destaca-se, portanto, a possibilidade de estudos pluridisciplinares, trabalhando as interações entre essas diferentes dimensões. Considerando tal posicionamento, acreditamos

que a ciência geográfica, possa também, ser de grande relevância dentro deste cenário, podendo contribuir de maneira ativa nos estudos, acerca da temática da Segurança Alimentar e Nutricional e Consumo Alimentar.

A gama de conteúdos presente no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional demonstra a amplitude e a abrangência das questões envolvidas na garantia permanente da segurança alimentar e, conseqüentemente, os desafios apresentados aos gestores de políticas, que integrem a segurança alimentar aos seus objetivos e metas. Ressaltamos ainda, que a definição do conteúdo do conceito não é consenso, principalmente, no que se refere ao conjunto de estratégias de políticas envolvidas na sua superação. Assim, o conceito de segurança alimentar encontra-se em disputa e em construção; sendo de extrema relevância para o debate, uma pesquisa em caráter geográfico.

Em relação ao item das políticas públicas de alimentação e nutrição, no Brasil, foi possível verificar que, estas, vêm sendo realizadas no país, já há várias décadas. Ao longo do século passado, os mais diversos planos e ações governamentais, foram implantados com criação de instituições públicas de diversas denominações, porém, sem sucesso. As ações governamentais, voltadas para a alimentação e nutrição, no Brasil, se limitaram aos programas de merenda escolar e à distribuição de excedentes alimentares internacionais, nos períodos das secas, na região Nordeste, até a década de 60. No entanto, nas décadas seguintes o quadro não se alterou.

Assim, verificamos que, o que marca o período governamental das décadas de 80 e 90, na área social, é ainda a inexistência de uma política social consistente, universal e estrutural de desenvolvimento, tendo como eixo central a questão da Segurança Alimentar Nutricional, que sempre esteve relegada a segundo plano, desde os anos 70, e vista como sendo apenas uma política setorial, focalizada e compensatória, ficando sob a custódia de Secretarias das áreas sociais e nunca fazendo parte das discussões econômicas do país.

A respeito desses tipos de políticas meramente compensatórias, e analisando os diversos casos de políticas públicas do tipo “**Bolsa**”, tão difundidos em nosso país, Lavinias (2003), analisa que:

A cada novo tipo de bolsa que surge corresponde a uma clientela específica, talhada segundo a dimensão da pobreza que se pretende mitigar. Esta, a função das políticas compensatórias: atenuar carências

déficits que não podem ser compensados através dos mecanismos de distribuição universais vigentes numa dada sociedade e exigem uma transferência extra, suplementar, na forma de renda ou serviços, para aqueles que se encontram numa situação de vulnerabilidade extrema ou risco e para os quais escasseiam oportunidades. Quanto menos universal o sistema de proteção social, maiores a pobreza e a exclusão (LAVINAS, 2003, pág. 14).

No entanto, mesmo que tais políticas sejam objeto de resistência por parte de vários segmentos da sociedade, na visão de Menezes (2001) estas políticas emergenciais e compensatórias:

(...) são indispensáveis para o enfrentamento de problemas que não podem esperar o tempo de resposta de medidas estruturais, que dever estar sendo tomadas simultaneamente. Ao lado disso, estas medidas emergenciais devem trazer obrigatoriamente componentes ligados a uma transformação estrutural das condições geradoras das situações que as produzem e justificam. Uma política de distribuição de alimentos por exemplo, deve incluir a criação das condições e a obrigatoriedade das famílias “beneficiárias” em ter os filhos na escola; em constituir conselhos locais com a participação dos próprios “beneficiários” para o acompanhamento dessa política, etc. Ou seja, políticas dessa natureza devem ser: a) educativas, em relação aos hábitos e práticas alimentares; b) organizativas, para defesa dos direitos de cidadania; c) emancipadoras, visando promover a autonomia e não a dependência dos beneficiários (MENEZES, 2001. p.10-11).

Assim, concluímos que para que uma política de segurança alimentar atinja plenamente os seus objetivos, deve se tornar parte da reestruturação do modelo de desenvolvimento, buscando-se promover o crescimento econômico com a equidade social, através da construção de um mercado interno de massas que reverta o atual processo de exclusão social.

No item dedicado à análise do Programa Fome Zero, verificamos que com este veio à tona novamente e com maior força o debate da questão da Segurança Alimentar, como eixo de uma proposta política de desenvolvimento social e econômico.

Após aproximadamente 5 anos transcorridos de vigência do Programa, consideramos os resultados obtidos por ele como positivos, pois se não foi como o prometido ou o esperado, e se não conseguiu erradicar a fome do país, pelo menos vem tentando amenizar este problema, e tem sido ainda uma ajuda de

suma importância para milhares de famílias carentes, onde o pouco considerado por nós, é muito para estas pessoas.

Assim, o novo governo trouxe em sua bagagem, a meta principal de se tentar erradicar a fome em nosso país. Para tanto, lançou o tão esperado Programa Fome Zero, sendo que seu objetivo maior é a promoção do bem estar social da população, através de uma política séria, estrutural e redistributiva, fazendo com que haja comida na mesa de quem mais precisa. Organizado em políticas e ações, o Programa Fome Zero, se propôs a garantir o direito ao alimento de qualidade, atribuição governamental que se concretiza com o apoio de entidades e organizações sociais.

Com a implantação do Programa Fome Zero, a partir de 2003, pela primeira vez, buscou-se incorporar a noção do direito humano à alimentação nas políticas públicas, implantando-se ações específicas de segurança alimentar, ao mesmo tempo em que se articularam políticas intersetorialmente, com gestão participativa da sociedade.

A implantação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, apelidada de Programa Fome Zero, ainda que de forma incompleta, rompeu com a tradição de criação de inúmeras políticas compensatórias isoladas, com sobreposição de público e oscilação de alocação de recursos, a partir de uma concepção planejada e integrada entre os órgãos do governo nos três níveis.

Por fim, esperamos que as Políticas Públicas em alimentação, tenham continuidade, e possam continuar gerando bons frutos e de alguma maneira consiga pelo menos amenizar o problema da fome, como também a exclusão social, em nosso país, haja vista, um problema de tal magnitude não se resolve de imediato, é preciso ter paciência, como também, nos colocarmos à disposição e termos consciência que somos parte ativa deste processo e que também cabe a nós o papel dentro desta mudança.

Desta forma, assumindo já o papel de atores ativos desta mudança, é que esta pesquisa vem se articulando, como também, ao objetivo maior do CEMESPP, de desenvolver um sistema de indicadores sociais georeferenciados, multidimensional e multiescalar, procurando fornecer às diferentes esferas do poder público e aos diferentes agentes da sociedade local, instrumentos eficientes e

eficazes, na formulação de políticas públicas locais destinadas ao enfrentamento da pobreza.

Para tanto, justificam-se mais estudos visando a realizar diagnósticos detalhados da problemática alimentar, os quais podem contribuir para minorar os problemas vigentes, propiciando diretrizes mais eficazes para a produção, abastecimento e consumo; em última instância, para melhor atendimento das necessidades da segurança alimentar e nutricional. Assim, esperamos com esta Pesquisa, contribuir com a ciência geográfica, na discussão de uma temática, ainda pouco estudada pelos geógrafos, e esperamos contribuir, também, para o desenvolvimento social do Brasil, através do estudo do setor mais importante, não só do ponto de vista socioeconômico, como da vida, a alimentação.

Por fim, pode-se concluir que a problemática alimentar somente será amenizada através de uma participação conjunta de governo e sociedade, incluindo as Universidades públicas, que têm um papel fundamental neste cenário, já que estas são parte ativa da sociedade. Portanto, ressalta-se, que é neste sentido, que o grupo de pesquisa ***Centro de Estudos e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas – CEMESPP*** tem atuado, procurando propor e executar uma pauta, ao mesmo tempo complexa, multidimensional, ousada, mas também instigante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATKINSON, R. **Combatendo a exclusão social urbana**. O papel da participação comunitária na regeneração das cidades europeias. Trad. Marcos Reis. Cadernos IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ. Rio de Janeiro, n 1, pp. 107-128, jan-jul/1998.

BAVA, S.C. Políticas e programas de combate à pobreza no Brasil: experiências e impactos. Disponível em: <
http://www.idrc.ca/lacro/foro/seminário/cacccia_etal.html/>. Acessado em: setembro, 2002.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia de População**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1980, 441p.

BELIK, W. Segurança alimentar: a contribuição das universidades. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br.html/> . Acessado em: maio, 2003.

BRASIL. Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar E Combate A Fome. Política de Segurança Alimentar para o Brasil. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br.html/> . Acessado em: maio, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia Alimentar para a População Brasileira**: promovendo a alimentação saudável. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

CADERNOS da Oficina Social. **A questão social e as saídas para a pobreza**. Rio de Janeiro: Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2002, 280 p.

CARNEIRO, H. História da Alimentação no Brasil. In: **Cultura e Alimentação**: saberes alimentares e sabores culturais. São Paulo: SESC, 2007.

CARNEIRO, H. Comida e Sociedade: significados sociais na história da alimentação. **História: Questões e Debates**. Curitiba: UFPR, n. 42, 2005.

CASCUDO, L. C. **História da alimentação no Brasil**: pesquisa e notas. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983.

CASTRO, J. **Geopolítica da Fome**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1959, v.1. 250p.

CASTRO, J. **Geografia da Fome**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961, v. 1. 216p.

CAVICCHIOLI, M. R. Comer, Beber e Viver: festa e êxtase alimentar. In: **Cultura e Alimentação: saberes alimentares e sabores culturais**. São Paulo: SESC, 2007.

CHAIM, N. A.; TEIXEIRA, P. H. R. Caracterização da Estrutura de Consumo de Alimentos na Pesquisa "Inquérito de Consumo Alimentar de Campinas". **Cadernos de Debates**, v. IV, 1996.

COHN, A. Políticas sociais e pobreza no Brasil. In: **Planejamento e políticas públicas**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica, v. 6, n. 12, 1995, p. 1-18.

CONSEA. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: CONSEA, 2004.

COSTA, A.B. **Exclusões Sociais**. Lisboa: Gradiva, 2001, p. 9-98.

CUNHA, A.R.A. A; LEMOS, M.B. Segurança Alimentar sob o prisma das políticas urbanas de abastecimento. Disponível em: < <http://www.cedeplar.ufmg.br/textos.html>/>. Acessado em: janeiro, 2003.

DOMENE, S.M.A._Políticas públicas de segurança alimentar: a necessidade de parcerias. Disponível em: < <http://www.comciencia.br/reportagens/2005/09/16.shtml/>>. Acessado em dezembro de 2006.

DERRUAU, M. **Geografia Humana I**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1982, v.1. 502p.

FAGANELLO, C.R.F. **Disponibilidade de Energia e Nutrientes para a População das Regiões Metropolitanas de Recife e São Paulo**. 2002. 132f. Dissertação (Mestrado em Ciências e Tecnologia de Alimentos) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo. Piracicaba.

GALEAZZI, M. A. M. (org). **Segurança Alimentar e Cidadania** - contribuição das universidades paulistas. Campinas: Mercado de Letras, 1996, 325 p.

GALEAZZI, M. A. M et al. Inquérito de Consumo Familiar de Alimentos - metodologia para identificação de famílias de risco alimentar. **Cadernos de Debate**, Campinas, v. IV, p. 32-46, 1996.

GOHN, M. G. **História dos movimentos e lutas sociais – a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995. 213p.

GONÇALVES, J. R. S. A fome e o paladar: a antropologia nativa de Luis da Câmara Cascudo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 33, 2004.

GUIMARÃES, R. et al. A exclusão social em Presidente Prudente. In. SPÓSITO. M.E.B (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: Programa de Pós Graduação em Geografia; GASPERR, 2001, p. 183-191.

GUIMARÃES, R. et al. Cidades Médias: territórios da exclusão. In: **Revista Cidades**. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, vol. 1, n. 1, 2005.

HENRIQUES, R. (org). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. 740p.

INSTITUTO CIDADANIA. Uma proposta de política de Segurança Alimentar para o Brasil. **Projeto Fome Zero**. São Paulo, outubro de 2001, 118 p.

JANUZZI, P. M.. **Indicadores Sociais no Brasil** - conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2001, p. 9-36.

JANUZZI, P. M. **Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de Políticas Públicas municipais**. Campinas. Inédito: ed. do autor, 2002, p. 51-72.

LAVINAS, L. Proteção social: sem compulsórios nem clientelas. **Teoria e Debate**. Rio de Janeiro, 2003.

LUSTOSA, T. A. O. Para que servem os dados sobre consumo alimentar. In: **Consumo alimentar: as grandes bases de informação**. São Paulo: Instituto Danone, 2000, 80 p.

MACIEL, M. E. Uma cozinha à brasileira. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, nº 33, 2004.

MAGALDI, S. B. **Vulnerabilidade Alimentar – Nutricional numa Perspectiva Geográfica**: contribuição à análise dos documentos da FAO/ONU. Relatório Científico. Presidente Prudente. Departamento de Geografia da FCT/UNESP, 2000, não paginado.

MAGALDI, S. B. **Vulnerabilidade Alimentar – Nutricional**: contribuição para o entendimento de sua multidimensionalidade a partir da perspectiva geográfica. Relatório Científico. Presidente Prudente. Departamento de Geografia da FCT/UNESP, 2002, não paginado.

MALUF, R.S; MENEZES, F. Caderno de Segurança Alimentar. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/pólis/dicas.html>>. Acesso em: outubro, 2002.

MALUF, R.S. Consumo de alimentos no Brasil: traços gerais e ações públicas locais de segurança alimentar. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/publicações/papers/20007.html>>. Acesso em: outubro, 2002.

MALUF, R.S. Ações públicas de segurança alimentar para grupos populacionais específicos. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/publicações/papers/20006.html>>. Acesso em: outubro, 2002.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MENEZES, F. **Segurança Alimentar**: um conceito em disputa e construção. Rio de Janeiro: i BASE, 2001, 12 p.

MIRANDA, D. S. e CORNELLI, G. **Cultura e Alimentação: saberes alimentares e sabores culturais**. São Paulo: SESC, 2007.

MONTEIRO, C. A. (org). **Velhos e Novos Males da Saúde no Brasil**: a evolução do país e suas doenças. São Paulo: Hucitec, 2000.

MONTEIRO, C. A. Transição democrática e fome no país está no fim, afirma especialista da USP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 out. 2002. p. 10C.

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ALIMENTAÇÃO (NEPA). **Estudo Multicêntrico sobre consumo alimentar**. Campinas: NEPA/UNICAMP, 1997.

ORTIGOZA, S.A.G. O fast food e a mundialização do gosto. **Revista Cadernos de Debate**, vol. V. Campinas, 1997, p. 21-45.

PELIANO, A. M. Quem se beneficia dos Programas Governamentais de Suplementação Alimentar. **Texto para discussão/nº 205**. Brasília: IPEA, 1990.

PELIANO, A. M. Os Programas de Alimentação e Nutrição Para Mães e Crianças no Brasil. **Texto para discussão/nº 253**. Brasília: IPEA, 1992.

PELIANO, A. M. (coord). **Um Balanço das Ações de Governo no Combate à Fome e à Miséria**. Brasília: IPEA, 1993.

PELIANO, A. M. (coord). **II Balanço das Ações de Governo no Combate à Fome e à Miséria - 1994**. Brasília: IPEA, 1994.

PELIANO, A. M. (coord). O Mapa da Fome: Subsídios à Formulação de uma Política de Segurança Alimentar. **Documento de Política/nº 14**. Brasília: IPEA, 1993.

PELIANO, A. M. (coord). O Mapa da Fome II: Informações sobre a Indigência por Municípios da Federação. **Documento de Política/nº 15**. Brasília: IPEA, 1993.

PELIANO, A. M. (coord). O Mapa da Fome III: Indicadores sobre a Indigência no Brasil (classificação absoluta e relativa por municípios). **Documento de Política/nº 17**. Brasília: IPEA, 1993.

PESSANHA, L. D. R. **Propriedade Intelectual, Biotecnologias E Sementes: a construção institucional de um mercado**. Dissertação (mestrado em desenvolvimento agrícola). Rio de Janeiro, CPDA, UFRRJ, 1993.

PESSANHA, L. D. R. **Segurança Alimentar como um princípio orientador de políticas públicas: implicações e conexões para o caso brasileiro**. 1998. 305f. Tese (Doutorado em Políticas, Desenvolvimento e Agricultura) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PESSANHA, L. D. R. **A Experiência Brasileira em Políticas Públicas para a Garantia do Direito ao Alimento**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Departamento de Ensino e Pesquisa, 2002, 67 p.

POULAIN, J; PROENÇA, R. P. C. Reflexões metodológicas para o estudo das práticas alimentares. **Revista de Nutrição**. Campinas, out/dez, 2003.

SAWAYA, A. L. (org). **Desnutrição urbana no Brasil em um período de transição**. SP: Cortez, 1997, 231 p.

SIAB: - Manual do Sistema de Informação de Atenção Básica / Secretaria de Assistência à Saúde, Coordenação de saúde da Comunidade. Brasília: Ministério da Saúde, 1998.

SPINK, P. e CLEMENTE, R. (org). **20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania**. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 88-158.

SPOSATI, A. O. **Mapa da Exclusão/Inclusão social na cidade de São Paulo**. São Paulo: EDUC, 1996.

SPÓSITO, E. S. et al. *Sistema de Informação para a tomada de decisão municipal – Fase I. Relatório de Pesquisa. Programa Políticas Públicas – FAPESP*. Presidente Prudente: LAGHU/FCT/UNESP – Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, abril de 2000.

SPÓSITO, E. S. et al. *Sistema de Informação para a tomada de decisão Municipal – Fase II. Projeto de Pesquisa. Programa Políticas Públicas – FAPESP*. Presidente Prudente: LAGHU/FCT/UNESP – Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, abril de 2000.

SPÓSITO, M.E.B (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: Programa de Pós Graduação em Geografia; GASPERR, 2001, 311p.

TAKAGI, M. **A implantação da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil**: seus limites e desafios. 2006. 208f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia - IE, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas.

TELLES, V.da S. Pobreza e Cidadania: Figurações da Questão Social no Brasil Moderno. In: **Direitos Sociais - Afinal de que se trata?** Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1999, p. 77 - 134.

VALENTE, F.L.S. O combate a fome e a desnutrição e a promoção da alimentação adequada no contexto do direito humano à alimentação – um eixo estratégico do desenvolvimento humano sustentável. Disponível em:<
http://www.gajop.org.br/portugueses/alim_p.htm/>. Acesso em: outubro, 2002.

VALENTE, F.L.S. **Direito Humano a Alimentação**. São Paulo: Cortez, 2002, 272p.

VALENTE. L.P. **Lazer e vida urbana em Presidente Prudente-SP**. Dissertação (Mestrado em Produção do Espaço Geográfico). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Presidente Prudente, 2005.

VEIGA, J. E. da. "O Caminho (esquecido) do Combate à Pobreza". in: **Folha de São Paulo**, 1994.

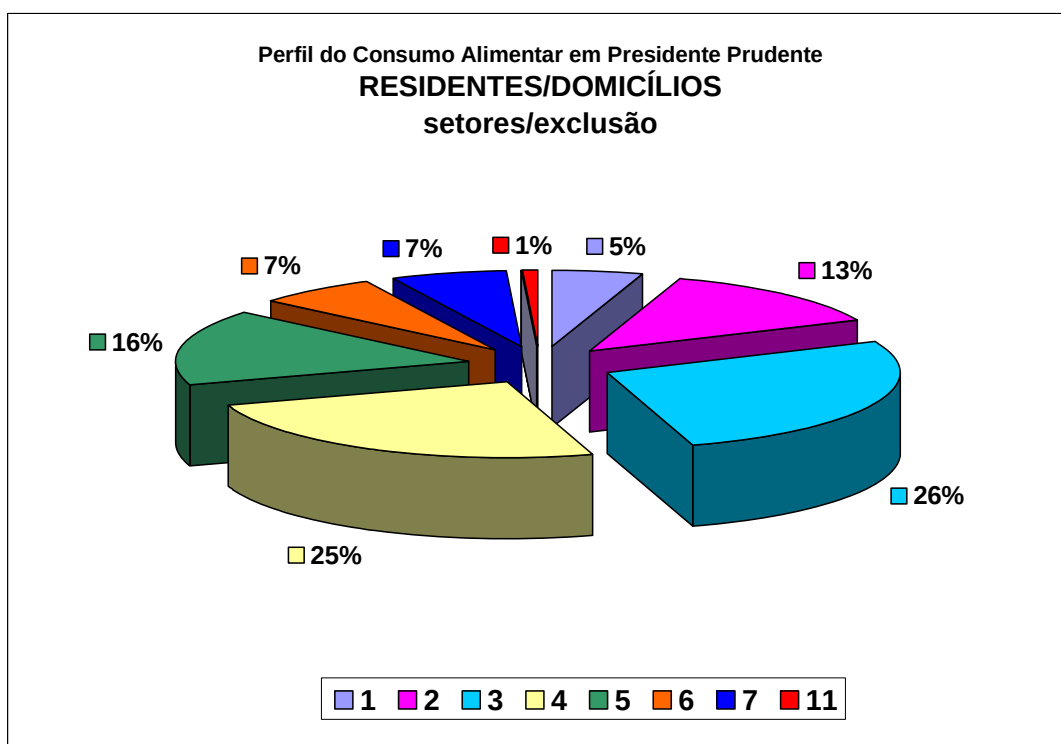
VERAS, M. P. B. "Notas ainda preliminares sobre exclusão social: um problema brasileiro de 500 anos". In: Veras, M. P. B. (Ed). **Por uma sociologia da exclusão social. O debate com Serge Paugan**. São Paulo: Educ, 1999, p. 13 - 48.

APÊNDICE

DADOS DEMOGRÁFICOS E ECONÔMICOS DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM ÁREAS DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL

Os gráficos abaixo apresentados são alguns dos resultados obtidos e sistematizados através das informações coletadas durante a aplicação do questionário sobre o perfil do consumo alimentar em grupos populacionais específicos, porém, optamos por colocá-los como apêndice por conterem mais dados de ordem demográfica e econômicas destas famílias, não sendo informações representativas para a avaliação e o diagnóstico do perfil do consumo alimentar.

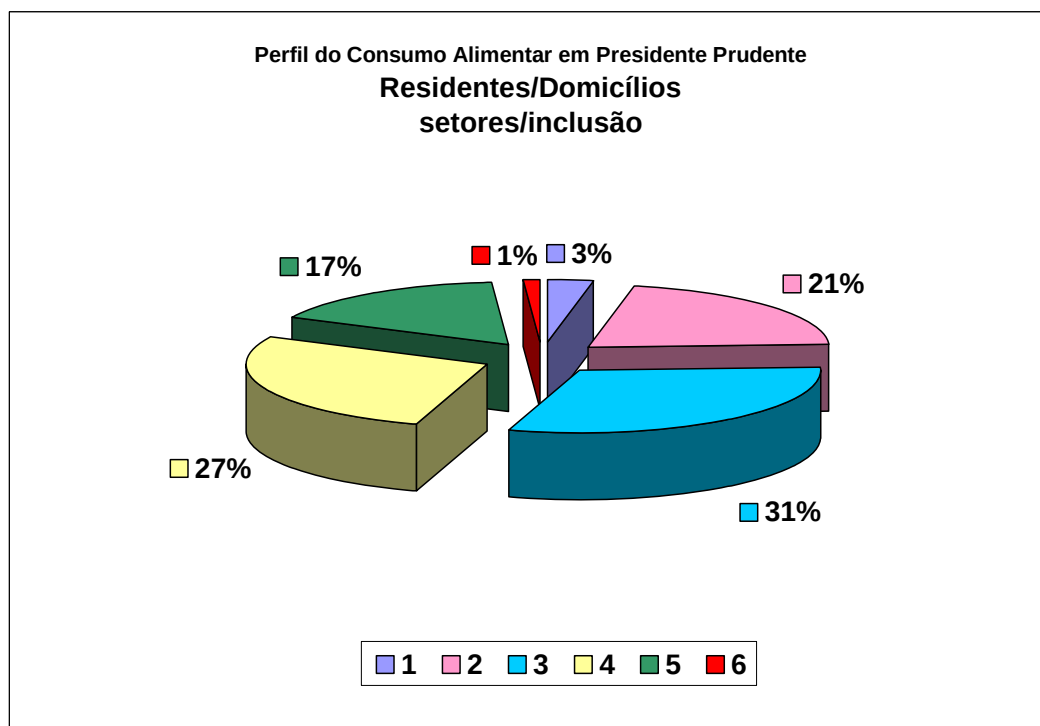
Gráfico 1:



Este gráfico nos mostra o número de residentes por domicílio. A maior parte das famílias, 51%, possui entre 3 e 4 membros residindo no domicílio, ou seja, a configuração de uma família padrão brasileira da atualidade, ou seja, casal e 1 filho, ou 2 filhos. Apenas 1% dos domicílios entrevistados possuía 11 membros residentes. Já 13% das famílias eram compostas apenas por 2 pessoas, geralmente, o casal, ou mãe e filho, 5% declararam ser sozinhas, geralmente pessoas viúvas,

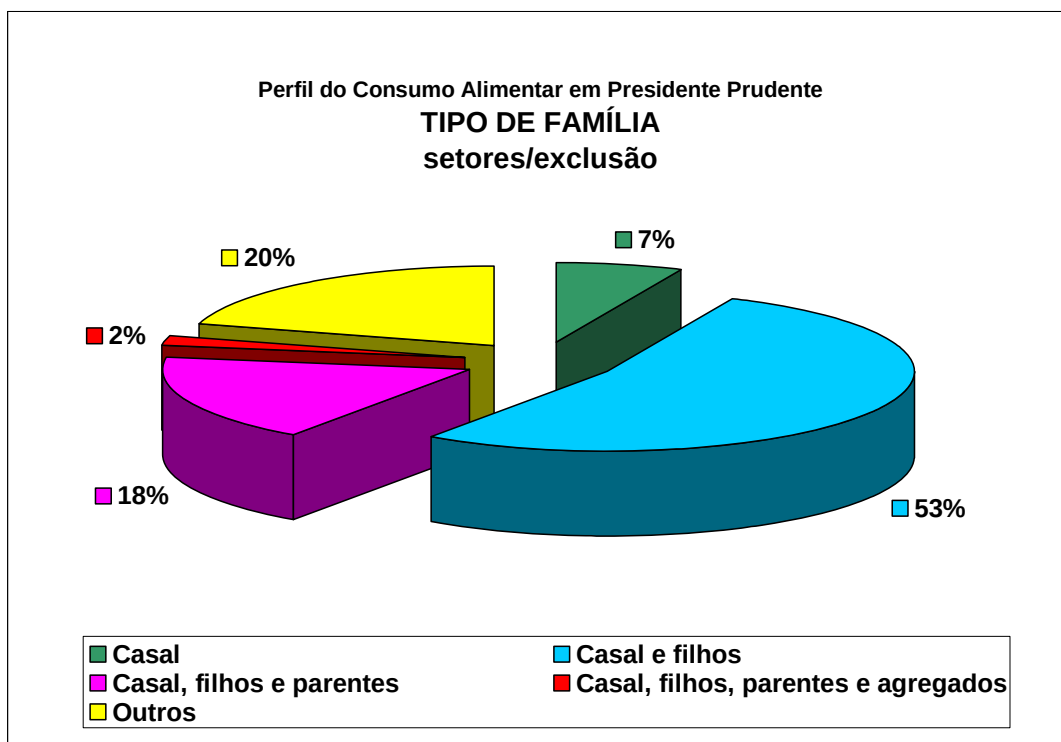
16% dos domicílios possuem 5 membros residentes e 14% entre 6 e 7 membros residentes, já sendo um número alto de pessoas de acordo com a renda auferida por estas famílias.

Gráfico 2:



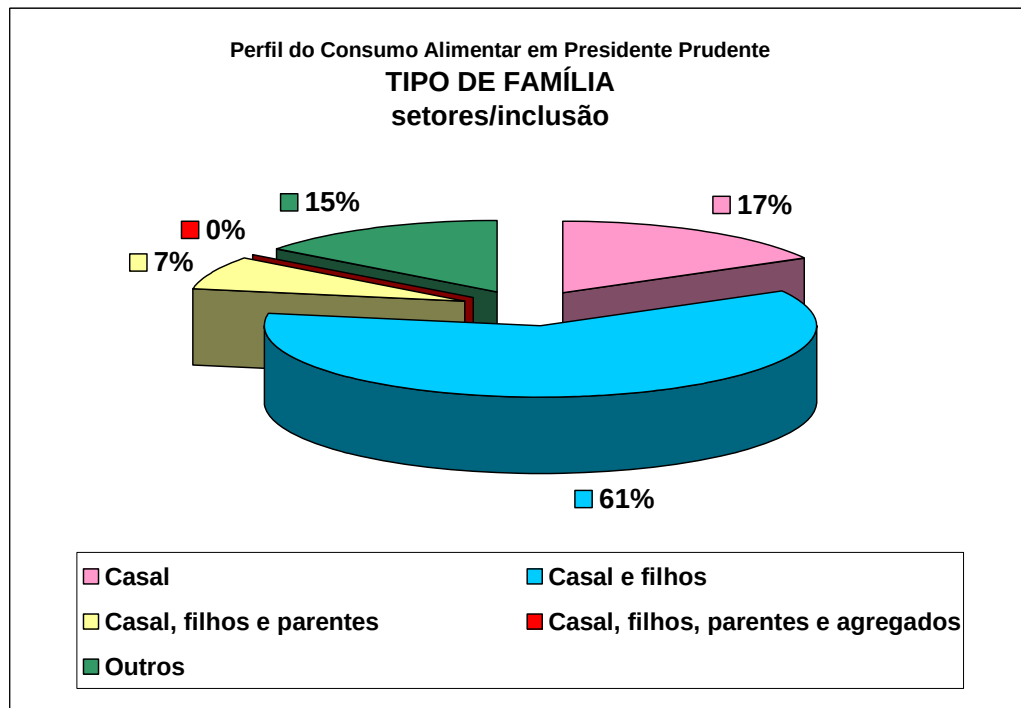
Este gráfico nos mostra o número de residentes por domicílio. A maior parte das famílias, 31%, possui 3 membros residindo no domicílio 27% tem 4 membros pro domicílio, ou seja, 58% das famílias das áreas de inclusão social possuem, como também já verificado em famílias de exclusão social, a configuração de uma família padrão brasileira da atualidade, ou seja, casal e 1 filho, ou 2 filhos. Apenas 1% dos domicílios entrevistados possuía 6 membros residentes. Já 21% das famílias eram compostas apenas por 2 pessoas, geralmente, o casal, ou mãe e filho, 3% declararam ser sozinhas, geralmente pessoas viúvas, 17% dos domicílios possuem 5 membros residentes. No contexto geral, as famílias de áreas de inclusão social não são numerosas, como vimos a maior parte delas possuem apenas 3 e 4 membros.

Gráfico 3:



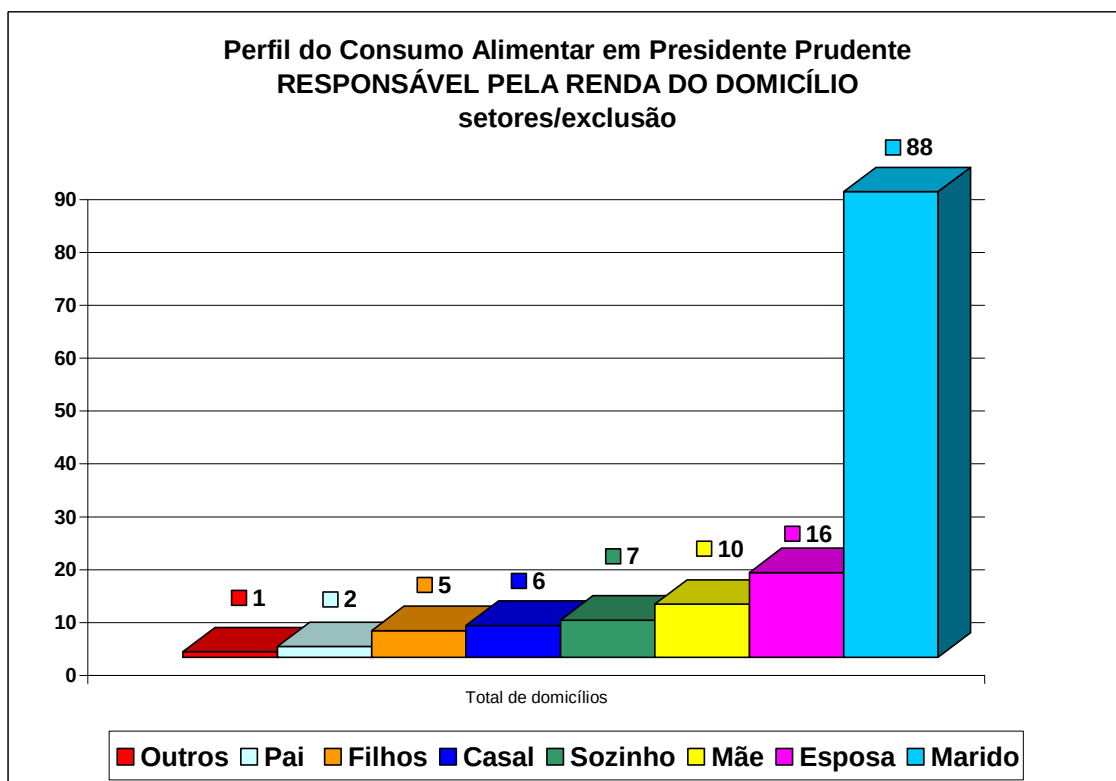
O gráfico 2 vem de encontro aos resultados obtidos no gráfico 1, ou seja, demonstra a configuração familiar desta população. Desta forma, 53% das famílias são compostas pelo casal e pelos filhos. Em segundo lugar, com 20% encontramos a categoria outros, onde localizamos pessoas sozinhas, mães e pais separados ou solteiros. Já 18% das famílias se encontram na categoria de casal, filhos e parentes, sendo geralmente estes parentes os avós. Com 7% temos a categoria casal, e apenas 2% se configura no perfil de casal, filhos, parentes e agregados.

Gráfico 4:



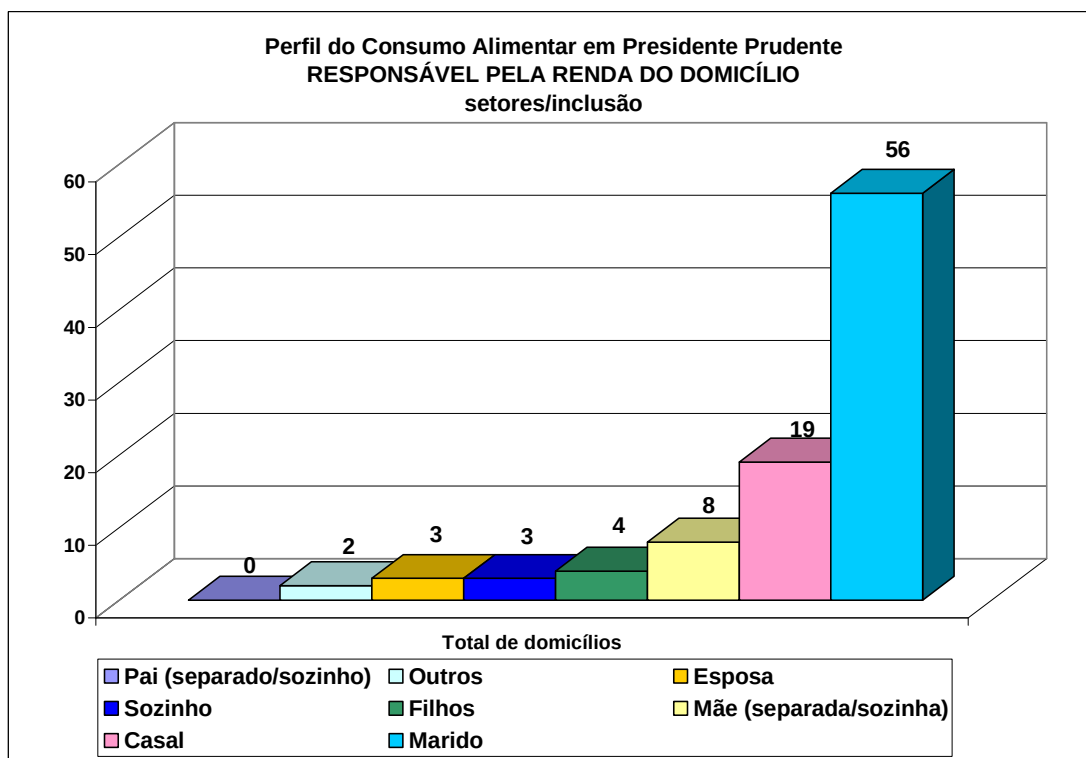
O gráfico 6 demonstra a configuração familiar desta população. Desta forma, a grande maioria, 61% das famílias são compostas pelo casal e pelos filhos, revelando um cenário familiar bem estruturado. Em segundo lugar, com 17%, encontramos a categoria casal. Em seguida com 15%, temos a categoria outros, geralmente composta por mães solteiras ou separadas com seus filhos, pais solteiros ou separados ou até avós e netos. Por último, com 7%, casal, filhos e parentes, sendo geralmente estes parentes os avós.

Gráfico 5:



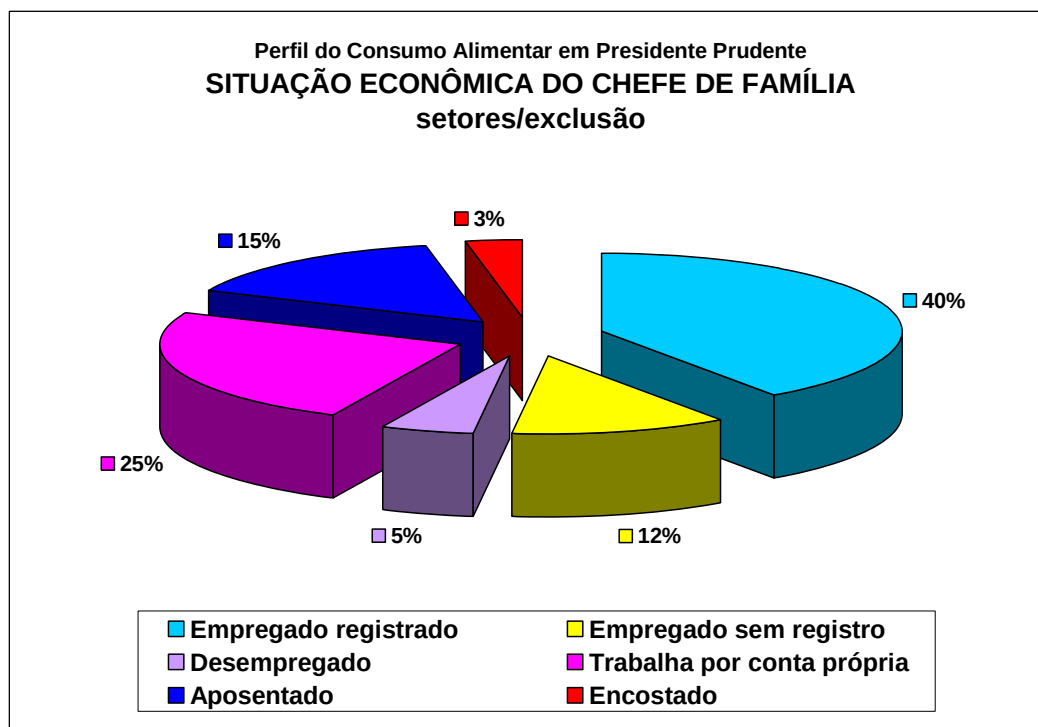
Neste gráfico temos o principal responsável pela renda domiciliar. Na maior parte dos domicílios, ou seja, 88 domicílios, os responsáveis principais pela renda são os maridos, demonstrando que em cidades médias e pequenas cidades do interior paulista, ainda prevalece uma sociedade patriarcal, tendo o pai como chefe de família. Em segundo lugar, com 16 domicílios, temos as esposas como sendo as principais responsáveis pela renda familiar. No terceiro lugar, com 10 domicílios, as principais responsáveis pela renda domiciliar são as mães, mulheres separadas ou mães solteiras, 7 domicílios indicaram ser sozinhos, 6 domicílios responderam ser o casal mantenedor do domicílio, em 5 domicílios são os filhos, em 2 são pais separados ou solteiros e apenas 1 indicou ser outra pessoa a responsável pela renda principal familiar.

Gráfico 6:



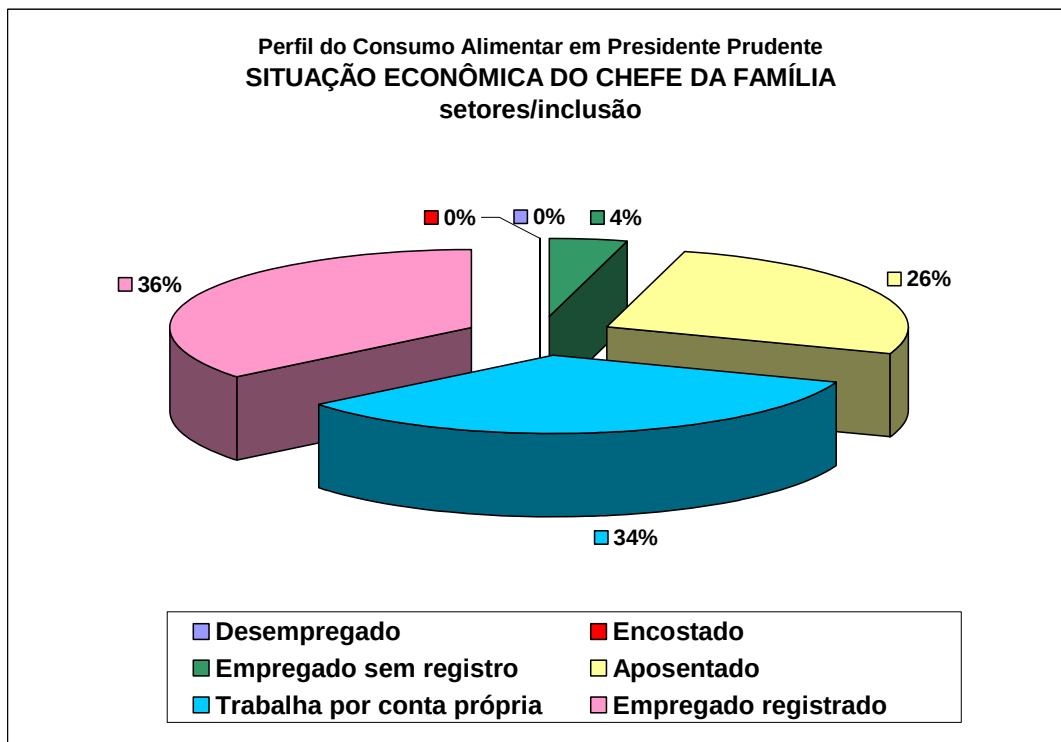
Neste gráfico temos o principal responsável pela renda domiciliar. Na maior parte dos domicílios, ou seja, em 56 domicílios, os responsáveis principais pela renda são os maridos. Em segundo lugar, em 19 domicílios, temos o casal como sendo os principais responsáveis pela renda familiar. No terceiro lugar, em 8 domicílios as principais responsáveis pela renda domiciliar são as mães, mulheres separadas ou mães solteiras, 4 domicílios indicaram ser os filhos que sustentam a casa, 3 domicílios indicaram serem pessoas sozinhas. Também em 3 domicílios, temos a esposa como mantenedora principal da residência e 2 domicílios indicaram ser outra pessoa a responsável pela renda principal familiar.

Gráfico 7:



O gráfico 4 revela a situação econômica atual do chefe da família, este dado de maneira geral revelou uma situação positiva, pois apenas 5% dos chefes de família indicaram estar desempregados no momento, porém, o que gostaríamos é que esta cifra fosse nula em nosso país, mas infelizmente este ainda é um ideal um tanto utópico num país de tantas desigualdades como o Brasil. Já no outro extremo temos a maioria dos chefes de família, 40%, como empregados registrados, embora com salários baixos, 25% dos chefes de família indicaram trabalhar por conta própria, 15% são aposentados, 12% são empregados sem registro e 3% indicaram estarem encostados.

Gráfico 8:



Este gráfico revela a situação econômica atual do chefe da família. No cenário de áreas de inclusão social, este dado é altamente positivo, não apresentando problemas econômicos e sociais. Sendo assim, não encontramos nenhum caso de chefe de família desempregado, nenhum chefe encostado e apenas 4% respondeu ser empregado, mas sem registro. A maioria dos chefes de família, 36% indicaram ser empregados registrados, em seguida, com 34% temos chefes que trabalham por conta própria, na maioria dos casos são comerciantes e profissionais liberais. Por fim, com 26% temos a categoria aposentados.

ANEXO

INQUÉRITO DO PERFIL DO CONSUMO ALIMENTAR NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE

Data: ____/____/____

Questionário nº: _____

Nº do setor censitário: _____

Endereço (rua/logradouro): _____

Bairro: _____

1. Quadro Familiar

1.1. Número de pessoas residentes no domicílio: _____

1.2. Tipo de família: () casal e filhos () casal, filhos e parentes () casal, filhos com parentes e agregados ou com agregados () outros Especificar _____

1.3. Quem é a(o) responsável pela principal fonte de renda mensal de sua família? _____

1.4. Situação Econômica do chefe de família:

() empregado registrado () empregado sem registro () desempregado

() trabalha por conta própria () Aposentado () Encostado

1.5. Qual a ocupação do chefe da família? _____

1.6. Qual o valor aproximado da renda total mensal familiar em R\$ (a renda familiar é a soma de todos os ganhos de todos os membros que contribuem como, por exemplo, salários, pensão, aluguéis, etc)? _____

2. Gastos globais efetuados pela família durante o mês:

Aluguel:	Telefone:
Condução:	Prestações, vestuários:
Alimentação:	Medicamentos:
Água, luz, gás:	Outros:

2.1. Recebe algum tipo de doação (cesta básica, tickets, leite, outros). Sim() Não(). Se sim, especificar de onde vem a doação: _____

2.2. É beneficiário de algum Programa municipal, estadual ou federal. Sim() Não(). Se sim, especificar qual: _____

2.3. Qual o valor estimado da despesa média mensal familiar com alimentação em R\$ de acordo com o local de aquisição dos alimentos?(Estimar o total quando não souber os itens abaixo):

Supermercado:	Sacolão:	Armazém:
Feira/ambulante:	Açougue:	Quitanda:
Produtor:	Padaria:	Outros (espec.):

3. Situação Alimentar

3.1 Algum membro da família realiza suas refeições fora do domicílio? Sim () Não ().

Em caso afirmativo, especifique os locais mais frequentes onde se dão estas refeições.

() No trabalho () No trabalho, mas leva de casa () Restaurante/Lanchonete.

Endereço: _____

3.2. Quantas refeições a família costuma realizar por dia? _____

3.3. Assinale com X a frequência com que sua família costuma consumir habitualmente estes alimentos

ALIMENTO	Nunca	Menos de 1 x por mês	1 a 3 x por mês	1 x por semana	2 a 4 x por semana	1 x ao dia	2x ou mais ao dia
1. Cereais							
2. Leguminosas							
3. Hortaliças Folhosas							
4. Hortaliças Frutosas							
5. Hortaliças Tuberosas							
6. Frutas							
7. Farinhas e Féculas							
8. Massas							
9. Pães							
10. Bolos, biscoitos, rosas							
11. Carnes							
12. Aves							
13. Pescados							
14. Embutidos							
15. Ovos							
16. Leite							
17. Creme de leite e leite condensado							
18. Queijos e requeijão							
19. Iogurtes							
20. Açúcares							
21. Doces e prod. de confeitaria							
22. Outros açúcares, doces e produtos de conf.							
23. Sal							
24. Condimentos							
25. Óleos e Gorduras							
25. Bebidas alcoólicas							
27. Refrigerante							
28. Sucos artificiais							
29. Sucos Naturais							
30. Café							
31. Chá							
32. Alimentos preparados e misturas industriais							
33. Batata Frita							
34. Salgadinhos							
35. Sanduíches							

3.4. Quantidade dos alimentos consumidos pela família durante o mês (de acordo com os itens da cesta básica, definida pelo DIEESE para o Estado de São Paulo):

PRODUTOS	QUANTIDADE
Arroz – tipo 2 (pac. 5 Kg)	
Feijão (pac. 1 Kg)	
Açúcar (pac. 5 Kg)	
Café (pac. 500 g)	
Farinha de trigo (pac. 1 Kg)	
Farinha de mandioca (pac. 500g)	
Batata (1 Kg)	
Cebola (1 Kg)	
Alho (1 Kg)	
Ovos (1 Dz.)	
Margarina (250 g)	
Extrato de tomate (370 g)	
Óleo de soja (900 ml)	
Leite (caixinha)	
Macarrão (pac. 500 g)	
Biscoito maizena (pac. 200 g)	
Carne de primeira (1 Kg)	
Carne de segunda (1 Kg)	
Frango resfriado inteiro (1 Kg)	
Queijo Muzzarela fatiado (1 Kg)	
Salsicha avulsa (1 Kg)	
Lingüiça fresca (1 Kg)	

3.5. Algum membro da família apresenta problemas de sobrepeso ou obesidade? Sim(____); Não(____)

Se sim, especifique qual o(s) membro(s) da família: _____

3.6. Algum membro da família frequenta lugares como o McDonald's, Bob's, Habibs? Sim ();

Não () Se sim, com que frequência? _____

Produtos

Cereais e leguminosas

Cereais

- Arroz não especificado
- Arroz polido
- Milho em grão
- Milho verde em conserva
- Milho verde em espiga
- Outros

Leguminosas

- Feijão-fradinho
- Feijão-jalo
- Feijão-manteiga
- Feijão-mulatinho
- Feijão-preto
- Feijão-rajado
- Feijão-roxo
- Outros feijões
- Outras

Hortaliças

Hortaliças folhosas e florais

- Acelga
- Agrião
- Alface
- Cheiro-verde
- Couve
- Couve-brócolis
- Couve-flor
- Repolho
- Outras

Hortaliças frutosas

- Abóbora
- Abobrinha
- Azeitona em conserva
- Berinjela
- Cebola
- Chuchu
- Jiló
- Maxixe
- Pepino fresco
- Pimentão
- Quiabo
- Tomate
- Vagem
- Outras

Hortaliças tuberosas e outras

- Alho
- Batata-aipo
- Batata-baroa

- Batata-doce
- Batata-inglesa
- Batata não especificada
- Beterraba
- Cará
- Cenoura
- Inhame
- Mandioca
- Outras

Frutas

Farinhas, féculas e massas

- Farinhas
 - Farinha de mandioca
 - Farinha de rosca
 - Farinha de trigo
 - Farinha vitaminada
- Outras
 - Amido de milho
 - Creme de arroz
 - Creme de milho
 - Fécula de mandioca
 - Flocos de aveia
 - Flocos de milho
 - Flocos de outros cereais
 - Fubá de milho
- Outras

Massas

- Macarrão com ovos
- Macarrão não especificado
- Macarrão sem ovos
- Massa de lasanha
- Massa de pastel
- Massa de pizza
- Outras

Pães

- Pão caseiro
- Pão de forma de padaria
- Pão de forma industrializado
- Pão de milho
- Pão de queijo
- Pão doce
- Pão francês
- Pão integral
- Torrada
- Outros

Bolos, Biscoitos, roscas, etc.

- Biscoito doce
- Biscoito não especificado
- Biscoito salgado
- Rosca doce
- Rosca não especificada

Rosca salgada

Outros

Carnes bovinas, suínas e outras

Pescados

Aves

Ovos

Leite e creme de leite

Creme de leite

Leite condensado

Leite de vaca fresco

Leite de vaca pasteurizado

Leite em pó desengordurado

Leite em pó integral

Leite em pó não especificado

Outros

Queijos e requeijão

Queijo minas

Queijo mozzarella

Queijo não especificado

Queijo parmesão

Queijo prato

Outros queijos

Requeijão

Iogurte

Açúcares

Açúcar cristal

Açúcar demerara

Açúcar não especificado

Açúcar refinado

Outros

Doces e produtos de confeitaria

Bombom

Chocolate em tablete

Doce a base de leite

Doce de fruta cristalizado

Doce de fruta em calda

Doce de fruta em pasta

Rapadura

Sorvete

Outros

Outros açúcares, doces e produtos de conf.

Chocolate em pó

Gelatina

Mel de abelha

Polpa de fruta

Outros

Sais

Sal grosso

Sal refinado

Outros

Condimentos

Caldo de carne em tablete
Caldo de galinha em tablete
Outros caldos em tablete
Colorau
Fermento
Leite de coco
Maionese
Massa de tomate
Molho de tomate
Tempero misto
Vinagre de álcool
Vinagre de vinho
Vinagre não especificado
Outros

Óleos e Gorduras

Óleos
Azeite de oliva
Óleo de girassol
Óleo de canola
Óleo de milho
Óleo de soja
Óleo não especificado
Outros

Gorduras
Banha de porco
Margarina vegetal
Outras

Bebidas alcoólicas

Aguardente de cana
Outras aguardentes
Cerveja
Vinho
Outras

Refrigerante

Suco de fruta artificial

Suco de fruta natural

Cafés

Café moído
Café solúvel
Outros

Chás

Chá-mate
Outros

Alimentos preparados e misturas industriais

Batata frita

Salgadinho

Coxinha; risoles; pastel; esfiha; enroladinho; croquete; empada, etc.

Sanduíche

Lanches; cachorro-quente;

Outros

**INQUÉRITO DO PERFIL DO CONSUMO ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM GRUPOS
POPULACINAIS ESPECÍFICOS NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE**

TRAYLLERS

Data: ____/____/____
Questionário nº: ____
Nº do setor censitário: ____

Endereço do Trayller: _____

1. Sexo: M(____); F(____)

2. Faixa Etária: menos de 20 (____); de 20 a menos de 30 (____); de 30 a menos de 40 (____);
de 40 a menos de 50 (____); de 50 a menos de 60 (____); 60 ou mais (____)

3.

3.1. Endereço residencial (rua/logradouro): _____

3.2. Bairro: _____

4. Com qual frequência costuma vir a este local: 2 a 4 vezes por semana (); 1 vez por
semana () 2 a 3 vezes por mês (); 1 vez por mês (); Menos de 1 vez por mês ();
Raramente ()

5. Qual principal motivo que faz você freqüentar este local: Qualidade do lanche ()
Quantidade do lanche (); Preço ()

6. Você costuma freqüentar este local por qual motivo: Lazer (); Necessidade ()

7. Qual sua opinião sobre o tipo de alimentação servida neste local:
Saudável (); Não-saudável ()

7.1. Se a resposta for Não-saudável, responda qual o motivo de continuar ingerindo esse
tipo de alimento: _____

DIRETRIZES ALIMENTARES OFICIAIS PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA

Diretriz 1 – Os alimentos saudáveis e as refeições

- Refeições são saudáveis quando preparadas com alimentos variados, com tipos e quantidades adequadas às fases do curso da vida, compondo refeições coloridas e saborosas que incluem alimentos tanto de origem vegetal como animal.
- Para garantir a saúde faça, pelo menos, três refeições por dia (café da manhã, almoço e jantar), intercalados por pequenos lanches.
- A alimentação saudável tem início com a prática do aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade e complementar até, pelo menos os dois anos, e se prolonga pela vida com adoção de bons hábitos alimentares.

Diretriz 2 - Cereais, tubérculos e raízes

- Arroz, milho e trigo, alimentos como pães e massas, preferencialmente na forma integral; tubérculos como as batatas; raízes como a mandioca, devem ser a mais importante fonte de energia e o principal componente da maioria das refeições.

Diretriz 3 – Frutas, legumes e verduras

- Frutas, legumes e verduras são ricos em vitaminas, minerais e fibras e devem estar presentes diariamente nas refeições, pois contribuem para a proteção à saúde e diminuição do risco de ocorrência de várias doenças.

Diretriz 4 – Feijões e outros alimentos vegetais ricos em proteínas

- As leguminosas, como os feijões, e as oleaginosas como as castanhas e sementes, são alimentos fundamentais para a saúde.
- A preparação típica brasileira feijão com arroz é uma combinação alimentar saudável e completa em proteínas.

Diretriz 5 – Leite e derivados, carnes e ovos

- Leite e derivados, principais fontes de cálcio na alimentação, e carnes, aves, peixes e ovos fazem parte de uma alimentação nutritiva que contribuem para a saúde e para o crescimento saudável.
- Os tipos e as quantidades desses alimentos devem ser adequados às diferentes fases do curso da vida. Leites e derivados devem ser preferencialmente desnatados, para os adultos, e integral para crianças, adolescentes e gestantes.

Diretriz 6 – Gorduras, açúcares e sal

- As gorduras e açúcar são fontes de energia.
- O consumo frequente e em grande quantidade de gorduras, açúcar e sal aumenta o risco de doenças como obesidade, hipertensão arterial, diabetes e doenças do coração.
- Utilize sempre o sal fortificado com iodo (sal iodado).

Diretriz 7 – Água

- A água é um alimento indispensável ao funcionamento adequado do organismo.
- Toda água que você beber deve ser tratada, filtrada ou fervida.

O quadro abaixo mostra o número de porções, valor calórico médio por porção e recomendação calórica média do grupo de alimentos mais consumidos, tendo como base o valor energético total (VET) de 2.000kcal/dia, considerando as diretrizes e objetivos estabelecidos pelo Guia Alimentar para a População Brasileira.

Grupos de Alimentos	Recomendação calórica média do grupo (kcal)	Número de porções diárias do grupo	Valor energético médio por porção (kcal)
Cereais, tubérculos, raízes e derivados	900	6	150
Feijões	55	1	55
Frutas e sucos de frutas naturais	210	3	70
Legumes e verduras	45	3	15
Leite e derivados	360	3	120
Carnes e ovos	190	1	190
Óleos, gorduras e sementes oleaginosas	73	1	73
Açúcares e doces	110	1	110

Fonte: Guia Alimentar para a População Brasileira

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006.

Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional . SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional . SISAN, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada.

Art. 2º A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

§ 1º A adoção dessas políticas e ações deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais.

§ 2º É dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade.

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Art. 4º A segurança alimentar e nutricional abrange:

I . a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda;

II . a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos;

III . a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;

IV . a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população;

V . a produção de conhecimento e o acesso à informação; e

VI . a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País.

Art. 5º A consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional requer o respeito à soberania, que confere aos países a primazia de suas decisões sobre a produção e o consumo de alimentos.

Art. 6º O Estado brasileiro deve empenhar-se na promoção de cooperação técnica com países estrangeiros, contribuindo assim para a realização do direito humano à alimentação adequada no plano internacional.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Art. 7º A consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional da população far-se-á por meio do SISAN, integrado por um conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelas instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, afetas à segurança alimentar e nutricional e que manifestem interesse em integrar o Sistema, respeitada a legislação aplicável.

§ 1º A participação no SISAN de que trata este artigo deverá obedecer aos princípios e diretrizes do Sistema e será definida a partir de critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional . CONSEA e pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, a ser criada em ato do Poder Executivo Federal.

§ 2º Os órgãos responsáveis pela definição dos critérios de que trata o § 1º deste artigo poderão estabelecer requisitos distintos e específicos para os setores público e privado.

§ 3º Os órgãos e entidades públicos ou privados que integram o SISAN o farão em caráter interdependente, assegurada a autonomia dos seus processos decisórios.

§ 4º O dever do poder público não exclui a responsabilidade das entidades da sociedade civil integrantes do SISAN.

Art. 8º O SISAN reger-se-á pelos seguintes princípios:

- I . universalidade e equidade no acesso à alimentação adequada, sem qualquer espécie de discriminação;
- II . preservação da autonomia e respeito à dignidade das pessoas;
- III . participação social na formulação, execução, acompanhamento, monitoramento e controle das políticas e dos planos de segurança alimentar e nutricional em todas as esferas de governo; e
- IV . transparência dos programas, das ações e dos recursos públicos e privados e dos critérios para sua concessão.

Art. 9º O SISAN tem como base as seguintes diretrizes:

- I . promoção da intersetorialidade das políticas, programas e ações governamentais e não governamentais;
- II . descentralização das ações e articulação, em regime de colaboração, entre as esferas de governo;
- III . monitoramento da situação alimentar e nutricional, visando a subsidiar o ciclo de gestão das políticas para a área nas diferentes esferas de governo;
- IV . conjugação de medidas diretas e imediatas de garantia de acesso à alimentação adequada, com ações que ampliem a capacidade de subsistência autônoma da população;
- V . articulação entre orçamento e gestão; e
- VI . estímulo ao desenvolvimento de pesquisas e à capacitação de recursos humanos.

Art. 10. O SISAN tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional do País.

Art. 11. Integram o SISAN:

- I . a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, instância responsável pela indicação ao CONSEA das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar, bem como pela avaliação do SISAN;
- II . o CONSEA, órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República, responsável pelas seguintes atribuições:
 - a) convocar a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com periodicidade não superior a 4 (quatro) anos, bem como definir seus parâmetros de composição, organização e funcionamento, por meio de regulamento próprio;
 - b) propor ao Poder Executivo Federal, considerando as deliberações da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, as diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo-se requisitos orçamentários para sua consecução;
 - c) articular, acompanhar e monitorar, em regime de colaboração com os demais integrantes do Sistema, a implementação e a convergência de ações inerentes à Política e ao Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
 - d) definir, em regime de colaboração com a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, os critérios e procedimentos de adesão ao SISAN;

e) instituir mecanismos permanentes de articulação com órgãos e entidades congêneres de segurança alimentar e nutricional nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, com a finalidade de promover o diálogo e a convergência das ações que integram o SISAN;

f) mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil na discussão e na implementação de ações públicas de segurança alimentar e nutricional;

III . a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, integrada por Ministros de Estado e Secretários Especiais responsáveis pelas pastas afetas à consecução da segurança alimentar e nutricional, com as seguintes atribuições, dentre outras:

a) elaborar, a partir das diretrizes emanadas do CONSEA, a Política e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando diretrizes, metas, fontes de recursos e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;

b) coordenar a execução da Política e do Plano;

c) articular as políticas e planos de suas congêneres estaduais e do Distrito Federal;

IV . os órgãos e entidades de segurança alimentar e nutricional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e

V . as instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN.

§ 1º A Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional será precedida de conferências estaduais, distrital e municipais, que deverão ser convocadas e organizadas pelos órgãos e entidades congêneres nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, nas quais serão escolhidos os delegados à Conferência Nacional.

§ 2º O CONSEA será composto a partir dos seguintes critérios:

I . 1/3 (um terço) de representantes governamentais constituído pelos Ministros de Estado e Secretários Especiais responsáveis pelas pastas afetas à consecução da segurança alimentar e nutricional;

II . 2/3 (dois terços) de representantes da sociedade civil escolhidos a partir de critérios de indicação aprovados na Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e

III . observadores, incluindo-se representantes dos conselhos de âmbito federal afins, de organismos internacionais e do Ministério Público Federal.

§ 3º O CONSEA será presidido por um de seus integrantes, representante da sociedade civil, indicado pelo plenário do colegiado, na forma do regulamento, e designado pelo Presidente da República.

§ 4º A atuação dos conselheiros, efetivos e suplentes, no CONSEA, será considerada serviço de relevante interesse público e não remunerada.

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 12. Ficam mantidas as atuais designações dos membros do CONSEA com seus respectivos mandatos.

Parágrafo único. O CONSEA deverá, no prazo do mandato de seus atuais membros, definir a realização da próxima Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a composição dos delegados, bem como os procedimentos para sua indicação, conforme o disposto no § 2º do art. 11 desta Lei.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de setembro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Patrus Ananias

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 18.9.2006.